

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – PPGCOM

CAROLINA SOUZA MACEDO

**“Tudo sobre a Ditadura Militar” e, sobretudo, a ditadura militar:
memória e esquecimento no jornal *Folha de S. Paulo***

Belo Horizonte
2018

CAROLINA SOUZA MACEDO

**“Tudo sobre a Ditadura Militar” e, sobretudo, a ditadura militar:
memória e esquecimento no jornal *Folha de S. Paulo***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: prof. Dr. Elton Antunes

Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de Pesquisa: Textualidades Midiáticas

Belo Horizonte

2018

301.16 M141t 2018	<p>Macedo, Carolina Souza</p> <p>"Tudo sobre a ditadura militar" e, sobretudo, a ditadura militar [manuscrito]: memória e esquecimento no jornal Folha de S. Paulo / Carolina Souza Macedo. - 2018.</p> <p>175 f.: il.</p> <p>Orientador: Elton Antunes.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia</p> <p>1.Comunicação – Teses.2. Comunicação de massa - Teses 3. Folha de S. Paulo (Jornal) - Teses.4. Brasil – História- 1964-1985 - Teses. I. Antunes, Elton. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------------------------	---

À memória daqueles que lutaram
contra os arrestos da liberdade
e dos direitos fundamentais,
e das insurgências,
em suas mais diferentes formas.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, Professor Elton Antunes, pela acolhida tão generosa desde os primeiros passos no Programa. Pela maneira excepcional com que conduziu as reuniões de trabalho, pela paciência e, especialmente, por ter me mostrado que o encontro com a pesquisa pode ser menos assustador e mais bonito que eu imaginava. Este trabalho seria imensamente mais pobre sem o rigor e o suporte dele, sem as ideias, as conversas e a compreensão das minhas inquietações. Obrigada por ter acreditado, antes mesmo de mim, que seria possível realizá-lo. Que fique registrada minha gratidão, meu profundo respeito e admiração.

Agradeço ao Pedro (*mein Schatz*), por me encorajar a escrever um projeto de mestrado, pelo incentivo e pelas cobranças, pelos livros e cafés nas longas jornadas noite/madrugada/manhã(s) adentro, pela escuta diária e por todo o amor – sempre mais, nunca menos. Não poderia imaginar esta caminhada ao lado de outro alguém.

Agradeço à minha família: mãe, pai, Gui e tia Caquê, por testemunharem minha vida e pelo amor irrestrito; Erika, Cristina e Claudio, por torcerem tanto por mim e serem um porto seguro.

Agradeço especialmente:

Aos professores, coordenadores, funcionários e colegas do PPGCOM, pela excelência do programa e por proporcionarem as condições para uma boa realização deste trabalho.

Às secretárias Elaine e Tatiane, pelo apoio, muitas vezes, para além do institucional.

Aos meus supervisores nos estágios docentes, Professores Bruno Leal e Fernanda Maurício, por me despertarem um outro sentido sobre o magistério e fazerem crescer minha admiração pelo ofício.

Ao Professor Bruno Martins, pelos apontamentos no projeto definitivo e pelas valiosas contribuições.

Aos professores e colegas dos grupos de pesquisa *Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência* e *Historicidades das Formas Comunicacionais (ex-press)*, obrigada por me ensinarem e me permitirem aprender junto.

Aos Professores Paulo Bernardo e Fernanda Sanglard, que aceitaram gentilmente fazer parte da minha banca de qualificação, pela leitura rigorosa e extremamente generosa do trabalho, cujas observações e sugestões foram imprescindíveis para o encaminhamento desta dissertação; à Professora Vanessa Veiga por ter aceitado o convite para a banca de defesa – me sinto honrada por poder contar com a excelência, o olhar e a presença de vocês três.

Agradeço aos colegas discentes não apenas pela partilha de aprendizados, mas também das inquietações. Obrigada, sobretudo, pela escuta, pelas palavras de afeto e mãos estendidas, fundamentais em tantos momentos. Em especial, a Minny, Afonso e Thê: foi um grande presente dividir com vocês a dor e a delícia do mestrado.

À Capes, por conceder a bolsa que me permitiu estudar e pesquisar, e à UFMG, pela experiência enriquecedora nestes dez anos de convívio, que são grande parte da minha formação e do que sou.

Agradeço também à equipe da exposição *Desconstrução do Esquecimento: Golpe, Anistia e Justiça de Transição*, pelo aprendizado e, de modo especial, às coordenadoras Professora Leda Martins e Silvana Coser, pela imensa dedicação e coragem.

Por fim, agradeço a: Vivi, Nico, Jolie, Nina, Carolita, Jules, Flávia, Ruth, Mari, Nina T., Simone, Ju, Raquel, Fefê, Sosti, Pedro Pedro, Dimitri, Conrado, Davis, Bruno, Theo, Rogério, Nelson, Gibran e Patrick – minha rede de afeto e proteção, especialmente nestes últimos dois anos. Obrigada pela torcida e por se fazerem presentes, cada um a seu modo, mesmo diante das minhas ausências.

Agradeço, ainda, a Chica e Bèla, por todo o ronronar e por estarem ao meu lado (por vezes, no colo) em *todos* os dias da escrita, sempre tão solitária.

Resumo

Esta dissertação lança um olhar para o gesto do jornal *Folha de S. Paulo* de narrar, cinco décadas depois, o golpe de 1964 e os vinte e um anos de ditadura. Por meio das chaves de leitura Análise de Conteúdo e Análise Semiótica, combinadas, realizamos uma investigação sobre as textualidades que emergem especialmente de seu caderno “Tudo sobre a Ditadura Militar”, publicado em 23 de março de 2014. A partir dessa leitura e à luz de conceitos como “memória impedida”, “lembração encobridora” e “abuso de esquecimento”, tais como abordados por Paul Ricoeur em sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, consideramos as interações entre passado e presente, sempre dinâmicas e sujeitas aos dilemas da reminiscência, para refletirmos sobre um possível desejo da FSP em consolidar uma certa memória coletiva – sobre o período e sobre si mesma. E, ainda, como nessa narração, ela fala sobre determinado passado, mas, em alguma medida, também caracteriza uma atualidade e uma projeção de futuro.

Palavras-chave: *Folha de S. Paulo*, textualidades, memória, esquecimento, ditadura.

Abstract:

This thesis seeks to analyze the gesture of *Folha de S. Paulo* newspaper to narrate, five decades later, the 1964's coup and twenty-one years of Brazilian military dictatorship. Through the reading keys of Content Analysis and Semiotic Analysis, combined, we investigated the textualities that emerge especially from the issue "Everything about the Military Dictatorship", published on March 23rd, 2014. From this reading and in the light of concepts such as "disabled memory", "screen memory" and "abuse of forgetting", as discussed by Paul Ricoeur's *Memory, History, Oblivion*, we consider the interactions between past and present, always dynamic and subject to the dilemmas of reminiscence, to reflect on FSP's possible desire to consolidate a collective memory – about the period and itself. And yet, how in this narration the newspaper talks about a certain past, but, to some extent, it also characterizes a present and a projection of the future.

Keywords: *Folha de S. Paulo*, textualities, memory, oblivion, dictatorship.

LISTA DE FIGURAS, TABELAS, QUADROS E ANEXOS

Figura 1: Marca de "Tudo sobre a Ditadura Militar"	30
Figura 2: Primeira página de 23/03/14	31
Figura 3: Coluna do Primeiro Caderno (pág. A14) de 23/03/14	32
Figura 4: Parte superior da primeira página – 23/03/14	35
Figura 5: Fotografia no rodapé da primeira página de 23/03/14	50
Figura 6: Repercussão reportagem multimídia e ciclo de debates – 24/03/14	51
Figura 7: Detalhes – primeiras páginas – edições de 26/03/14 e 1º/04/14	52
Figura 8: Charge Angeli – pag. A2 – edição 31/03/14	57
Figura 9: Diagrama do Simbólico Triádico	61
Figura 10: Caderno TSDM – pag. 2 e 3	64
Figura 11: Fotos pré-golpe, caderno TSDM – pag. 2 e 3	66
Figura 12: Fotos pós-golpe, caderno TSDM – pag. 2 e 3	67
Figura 13: Caderno TSDM – pag. 4 e 5	69
Figura 14: Caderno TSDM – pag. 6 e 7	70
Figura 15: “A ditadura ano a ano” em fotos – Caderno TSDM – pag. 2 a 7	75
Figura 16: Capa e contracapa – Caderno TSDM – pag. 1 e 8	76
Figura 17: Mosaico de fotos do Caderno TSDM	84
Figura 18: Marchas da Família com Deus pela Liberdade.....	86
Figura 19: Votação da Lei da Anistia, Câmara dos Deputados	87
Figura 20: Fotografias com a presença de mulheres	87
Figura 21: Morro da Mangueira, anos 1960	96
Figura 22: Estádio do Maracanã, 1968	96
Figura 23: Indicadores econômicos e sociais	100
Figura 24: PM e operários em greve, fábrica da Volkswagen, 1979	101
Figura 25: Ficha da VW sobre conduta de operários em greve	102
Figura 26: “Acerto de contas” – pag. 6 – Caderno TSDM	106
Figura 27: Primeira página em detalhe – edição 23/03/14	106
Figura 28: Charge do cartunista Bennet – edição 28/03/14	124
Figura 29: Jornal <i>Unidade</i> (1975) e FSP de 07/01/18	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cadernos e seções da <i>Folha de S. Paulo</i> – versão 2014	24
Quadro 2: Conteúdo TSDM – edições de 23/03 a 01/04/14	39
Quadro 3: “A ditadura ano a ano” – Caderno TSDM – pág. 2 a 7	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cadernos e páginas das edições de 23/03 a 1º/04/14	25
Tabela 2: Demais cadernos/suplementos e páginas das ed. de 23/03 a 01/04/14	26
Tabela 3: Volume de páginas das edições de 23/03 a 01/04/14	27
Tabela 4: Anúncios e conteúdo próprio do Primeiro Caderno – edições de 23/03 a 1º/04/14	28

ANEXOS

Figura 30: Primeira página da edição de 23/03/14	168
Figura 31: Primeira página da edição de 24/03/14	169
Figura 32: Primeira página da edição de 25/03/14	170
Figura 33: Primeira página da edição de 26/03/14	171
Figura 34: Primeira página da edição de 27/03/14	172
Figura 35: Primeira página da edição de 28/03/14	173
Figura 36: Primeira página da edição de 29/03/14	174
Figura 37: Primeira página da edição de 30/03/14	175
Figura 38: Primeira página da edição de 31/03/14	176
Figura 39: Primeira página da edição de 01/04/14	177
Figura 40: Primeiro Caderno, página A4 da edição de 01/04/14	178
Figura 41: Série “40 anos do golpe” – Primeira página de 13/03/04	179
Figura 42: Série “40 anos do golpe” – pág. A8 e A9 – 13/03/04	180
Figura 43: Série “40 anos do golpe” – Primeira página de 31/03/04	181
Figura 44: Série “40 anos do golpe” – pág. A8, A9 e A10 de 31/03/04	182

O contemporâneo é aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo, algo que, mais do que toda luz, dirige-se direta e singularmente a ele. Contemporâneo é aquele que recebe em pleno rosto o facho de trevas que provém do seu tempo.
(Giorgio Agamben – *O que é o contemporâneo?*)

*O abismo não nos divide.
O abismo nos circunda.*
(Wisława Szymborska – *Autonomia*)

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1 – TUDO SOBRE A DITADURA MILITAR	21
1.1 “A Folha já chegou?”	21
1.2 O esqueleto do jornal	23
1.3 Um jornal de nome	30
Capítulo 2 – QUANDO APENAS TUDO SE COMEMORA	39
2.1 Os esqueletos do jornal	41
2.2 A ditadura de todo dia	52
2.3 O caderno comemorativo	58
Capítulo 3 – O QUE SE APRESENTA NO CADERNO	64
3.1 O que vemos, o que nos vê	81
3.1.1 Visualidade	81
3.1.2 Mirada	90
3.1.3 Imagem	102
Capítulo 4 – MEMÓRIA E JORNALISMO	108
4.1 Memória coletiva/social	108
4.2 Memória e esquecimento	113
4.3 Memória <i>no</i> jornalismo	121
Capítulo 5 – RELENDO O JORNAL	126
5.1 Quando se narra	126
5.1.1 Opacidade	130
5.2 A ditadura no futuro	132
5.2.1 Folhas escritas e lidas	135
5.2.2 Dicção, prosódia e circulação	137
5.3 “O jornal do futuro”	140
5.3.1 Futuro do passado	143
Considerações finais – FSP, ENTRE LEMBRAR E ESQUECER	155
Referências Bibliográficas	161
Anexos:	168

Introdução

2014 foi o ano em que comemoramos¹ o cinquentenário do golpe militar de 1964. Uma comemoração no sentido que Paul Ricoeur (2007) dá ao termo, em sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, ou seja, lembrar de forma coletiva um acontecimento passado, buscando na reapropriação deste acontecimento um novo regime de historicidade, projetando-o em direção ao futuro.

Naquele ano, alguns veículos da imprensa brasileira, de diferentes matizes editoriais, além de estrangeiros como o argentino *La Nación*, o estadunidense *The Washington Post* e o britânico *BBC News*, dedicaram ao assunto algumas de suas páginas impressas e online, espaços de rádio e TV. Destaca-se o trabalho da *Folha de S. Paulo*, o “maior jornal brasileiro²”. Sediado na capital paulista, ele se apresenta como uma publicação de *referência*, com abrangência nacional e liderança em tiragem e circulação – de acordo com o mesmo, uma posição consolidada “durante a campanha pela redemocratização do país, em 1984, quando empunhou a bandeira das eleições diretas para presidente³”.

Majoritariamente, tanto os *media* nacionais quanto os internacionais veicularam em 31 de março daquele ano conteúdos sob o eixo temático golpe e ditadura militar. É de notório conhecimento que este é o dia em que, em 1964, tropas comandadas pelo general Olympio Mourão Filho partiram de Juiz de Fora, em Minas Gerais, rumo à cidade do Rio de Janeiro, dando início ao golpe que, com o respaldo de lideranças conservadoras (empresariado, políticos, religiosos e empresas de comunicação) e de parte da população, depôs o presidente João Goulart. Curiosamente, diferentemente dos demais jornais, a *Folha de S. Paulo* (FSP) escolheu descolar-se da data, publicando em 23 de março – mais de uma semana antes – um caderno especial que nomeou “Tudo sobre a Ditadura Militar” (TSDM).

Ao todo, “Tudo” ocupou oito páginas impressas, com conteúdo composto por nove blocos de textos verbovisuais – oito deles assinados, por jornalistas fixos ou convidados. Entre os temas abordados, motivações para o golpe, estruturas de repressão

¹ O autor estabelece uma distinção entre lembrança e comemoração. O primeiro parte de um processo de elaboração individual e o segundo é um trabalho de construção de uma memória coletiva.

² Circulação total (digital – via desktop e aparelhos móveis – e impressa), em novembro de 2017: 292.331 edições. Acesso em 26/01/18 <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>.

³ Acesso em 07/09/16 <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>.

e combate à luta armada, bom desempenho da economia, caminhos à redemocratização, resistências no campo cultural, comportamento de órgãos da imprensa escrita, além de um espaço destinado à ficção, com possíveis respostas a perguntas sobre “como teria sido o país sem o golpe de 1964 nem episódios-chave da ditadura militar”. A compor a cena, outras unidades redacionais distintas, como infográficos, retrancas, ilustrações e fotografias. Na página 3, o jornal informa que o “texto desta página é uma versão condensada do primeiro capítulo de uma reportagem especial sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar que vai ao ar hoje no site da Folha”. A mencionada reportagem especial, apresentada em formato multimídia⁴, contempla também “infográficos, vídeos, galeria e depoimentos”.

Além do caderno, a rememoração do golpe e da ditadura encontrou espaço em algumas matérias e entrevistas, artigos de opinião, cartas do leitor, HQ para crianças (Folhinha), charges e um editorial (publicado no dia 30 de março). Entretanto, somente alguns textos apresentaram a marca “Tudo sobre a Ditadura Militar”. Junto com o caderno homônimo, eles conformaram uma espécie de série TSDM.

Para nosso *corpus* de pesquisa, elegemos dez edições do jornal impresso, a saber: a de 23 de março, quando o caderno especial foi publicado, e as demais subsequentes até 1º de abril, data marcada pelo desvelamento do golpe à luz do dia, cinco décadas antes. Apesar de lançarmos um olhar para as diversas textualidades que mobilizaram o tema golpe e ditadura no período mencionado, focamos nossa análise essencialmente no caderno especial.

Ainda que panorâmica, uma primeira mirada sobre esse conjunto de materiais nos suscitou indagar sobre a escolha dos episódios que marcam a construção narrativa do golpe e dos vinte e um anos de ditadura militar que a própria FSP faz. A saber, um jornal que se autointitula o mais influente do Brasil⁵ e considerado por publicações especializadas⁶ como de referência, onde, portanto, “supostamente residiria o todo, o único visível e *verdadeiro*” (GOES, 2017, p. 22). Ancorados em seu caderno especial TSDM, buscamos investigar o que ‘tudo’ contempla e, essencialmente, o que emerge dessa construção da memória, a começar pelo que nos pode apontar a própria escolha de

⁴ Acesso em 06/04/2017 folha.com/golpe64

⁵ Acesso em 08/05/2016 http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_grupo.shtml

⁶ Os livros *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*, de Carlos Guilherme e Maria Helena Capelato, publicado em 1981, e *Mil Dias – os bastidores da revolução em um grande jornal*, de Carlos Eduardo Lins e Silva, publicado em 1988, são exemplos.

publicá-lo no dia 23 de março. Considerando que jornais possuem falas interessadas e produzem visibilizações que impactam a experiência social do mundo, logo no início da pesquisa nos perguntamos também o que nessa construção da memória a FSP não apenas torna visível, mas também invisível?

Lançar um olhar sobre esse duplo movimento de conservação e apagamento foi inicialmente motivado pelo desejo de *aferrir* se se trata de uma “justa memória” (RICOEUR, 2007), inserida nas complexas relações que entrelaçam história, memória e justiça. Ainda que, em sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, o autor proponha uma reflexão sobre o papel dos *historiadores* nesta equação – que incluiria contemplar uma “dívida” em relação às vítimas da história sem abandonar o “dever de fidelidade e as exigências da verdade histórica” –, o pensamento de Ricoeur nos oferece uma possível aproximação com o ofício jornalístico, especialmente em momentos de comemorações de datas importantes. Entretanto, durante o percurso no mestrado, pudemos levantar questões sobre a própria pretensão documental do caderno comemorativo da FSP, e seu desejo totalizante e de construir uma narrativa histórica oficial tomando o passado sob o ângulo do imutável, do acabado, do findo. Em outras palavras, não o tomar como uma espécie de abrigo para a memória, mas compreendê-lo como um terreno de construção e disputa por memória. Esse procedimento de “desestabilizar” o jornal foi embasado a partir de autores como Bruno Souza Leal, Carlos Alberto de Carvalho, Elton Antunes e Gonzalo Abril, que oferecem valiosas contribuições ao articularem conceitos como texto em ação, narrativa, regimes de visibilidade e temporalidades para pensar o jornalismo. A partir desses estudos, pudemos então tratar o texto jornalístico em sua dimensão verbovisual e investigar o jornal em suas materialidades.

Diante dessas reflexões, enfrentamos o desafio metodológico percorrendo dois caminhos que, combinados, puderam potencializar nosso alcance analítico: Análise de Conteúdo (AC) e Análise Semiótica (AS). Recorremos à Análise de Conteúdo como um instrumento para uma observação inicial, permitindo mapear elementos – argumentação, léxicos, procedimentos discursivos e diversidade formal (legendas, títulos, fotografias, infográficos, textos, charges) –, mas sem aplacar a “instabilidade” constitutiva dos conteúdos apresentados no jornal. Como nos apontam Bruno Leal, Elton Antunes e Paulo B. Vaz (2012), a AC encontra limitações, ao “analisar algo tão instável como um significado”. Eles nos lembram que o conteúdo não é propriedade de

um texto, “constituindo-se em sua interação com o receptor, em um processo que envolve tanto uma dimensão performativa privada, particular, como outra, social, contextual e histórica” (ANTUNES, LEAL, VAZ, 2012, p. 384). AS foi acionada para funcionar de maneira complementar à AC, buscando identificar os silêncios, as comunicações não verbais e o próprio sentido que emerge quando um texto convoca o leitor à experiência. Para compreender esses gestos textuais, recorreremos à abordagem de Gonzalo Abril (2007, 2012) de texto verbovisual, concebido como algo que não está dado, mas que emerge ao articular relações, sentidos, referencialidades, ao evocar um passado e projetar um futuro. Abril aponta que há regimes de visão (visualidades) a produzir/modular nossa experiência e que, portanto, ver significa ler o texto sob determinada condição. Para analisarmos com as fotografias, recorreremos a uma aproximação metodológica com a utilizada no artigo *Quem é quem nessa história? Iconografia do livro didático* (VAZ, MENDONÇA, ALMEIDA, 2002). Assim como os autores mencionados, recortamos e agrupamos as fotografias do caderno, montando-as em um grande mosaico, não apenas para facilitar a análise, mas, especialmente, para avigorar o que se vê e o que não se vê.

Realizamos também um gesto de compreensão do jornal possivelmente não esperado. Para analisar as dez edições, um percurso teórico-metodológico mais óbvio certamente seria apresentar o caderno TSDM (publicado no dia 23 de março) antes da emergência do golpe e da ditadura nas edições seguintes. Em outras palavras, apresentar a ditadura no jornal – em sua face “comemorativa” (RICOEUR, 2007) – antes do jornal na ditadura. Entretanto, compreendemos que, ao mobilizar uma inversão, ela nos permitiria explicitar relações de sentido entre a própria história da FSP e seu gesto de apagar e revelar o golpe de 1964 e a ditadura militar, à luz de conceitos pensados por Ricoeur, como memória-esquecimento, “memória impedida”, “lembração encobridora” e “abuso de esquecimento”.

Como hipótese de trabalho, consideramos o gesto de lembrar-esquecer da FSP como uma narrativa palimpséstica que deseja consolidar uma certa memória coletiva – sobre o período 1964-1985 e sobre si mesma.

Para tal, iniciamos o primeiro capítulo localizando o olhar do pesquisador. Apresentamos como o jornal se organiza (entre cadernos e fascículos) e como, dentro dessa estrutura, as textualidades sobre o golpe e a ditadura estiveram distribuídas nas dez edições analisadas. Acionamos, ainda, definições como nome-de-jornal e enunciado

de referência (MOUILLAUD, 2012) para apontar possíveis articulações de sentido quando a FSP apresenta a série TSDM pela primeira vez, seja ao estabelecer as fronteiras de sua rememoração oficial, seja pela promessa do ‘tudo’.

Buscando perceber a emergência do golpe e da ditadura na “comemoração”, assim como no jornal de todo dia, iniciamos no segundo capítulo a Análise de Conteúdo. Por meio da abordagem de *regimes de visão* de Gonzalo Abril, já nesse capítulo apontamos algumas escolhas e articulações da FSP ao organizar os acontecimentos, mirando reconhecer seu gesto de exibir e de apagar – seja pelos silêncios (plenos de sentidos) ou pela repetição de uma determinada voz.

No capítulo seguinte, descrevemos o que se apresenta no caderno TSDM – temas, episódios, personagens, léxico, entre outros –, aquilo que vemos e o que nos olha. Na instância da visualidade, buscamos perceber como determinados elementos verbovisuais configuram o regime de visibilização para o invisível de outras experiências. Na instância da mirada, procuramos compreender atos de intencionalidade característicos da publicação, como o apagamento da experiência e o apagamento da agência/responsabilidades. Na terceira instância – a da imagem –, arriscamos dizer de um certo imaginário compartilhado sobre o golpe e a ditadura, imaginário de um passado estável, findo e sem lastro que o conecta aos dias de hoje.

No penúltimo capítulo, acionamos a noção de memória coletiva de Ricoeur, localizando-a como parte de uma longa tradição de estudos sobre a memória. Sua perspectiva nos oferece uma interessante chave de leitura ao focar a memória como uma prática social e ao compreender o esquecimento não como falha ou lacuna, mas como condição constitutiva. Para pensar sobre esse par, convocamos também o autor Andreas Huyssen, especialmente por algumas de suas reflexões sobre a atenção dispensada ao esquecimento. Segundo ele, enquanto o excesso da memória é tratado como um “excesso de coisa boa”, o esquecimento “continua suspenso como uma nuvem de suspeita moral, como uma falha evitável, uma regressão indesejável e uma negligência crítica” (HUYSSSEN, 2014, p. 157). Dialogamos também com a noção de memória social, problematizada por autores como Jô Gondar e Nilson Moraes. Por essa lente, ela se constitui como poder e um campo de disputas; “toda memória social é política” (MORAES, 2008, p. 94).

Seguindo os estudos sobre memória, ainda nesse capítulo nos debruçamos sobre o jornalismo enquanto instância mediadora. Ana Paula Goulart Ribeiro, Barbie Zelizer e

Susana Kaiser foram algumas das autoras escolhidas por suas contribuições em estudos que articulam relações sobre a memória no jornalismo. E, aqui, deparamo-nos com uma discussão da memória invertida, uma prática jornalística de focar o presente ao comemorar um passado compartilhado, um “dispositivo narratológico em que a temporalidade funciona em sentido contrário” (NEIGER, ZANDBERG, MEYERS, 2011, p.114). Os autores supracitados tipificam os usos do passado como fontes para a narrativa jornalística das seguintes formas: 1) passado como currículo; 2) como ponto de referência; 3) como o principal foco da cobertura. Sobre esse último, a presença mais evidente do passado ocorre quando a cobertura foca propositadamente em uma comemoração, também chamado de “jornalismo de aniversário” (KITCH, 2002). Neste tipo de cobertura, “o passado assume o primeiro plano, ao passo que o presente e o futuro assombram incessantemente enquanto contextos interpretativos ao fundo” (NEIGER, ZANDBERG, MEYERS, 2011, p.117). Entretanto, em alguns casos o “presente de eventos passados” – a saber, novos detalhes ou desdobramentos – torna-se o principal interesse da narrativa, enquanto detalhes sobre essas ocorrências passadas são deixados de lado, ou mesmo em segundo plano. Temos aí uma entrada para pensar a cobertura da FSP no cinquentenário do golpe, ano que coincidiu com as eleições presidenciais (entre os candidatos, uma mulher que, quando jovem, lutou pela derrubada da ditadura, foi presa e torturada por agentes do Estado), os trabalhos das Comissões (nacional, estaduais e municipais) da Verdade e das Clínicas do Testemunho estavam em andamento, entre outros. Como esse “presente de eventos passados” emergiu na narrativa tecida pela FSP? Ao mesmo tempo, que passado (e como ele) ganhou presença mais evidente neste jornalismo de aniversário?

No último capítulo, buscamos problematizar a imagem criada pelo próprio jornal, enquanto “o mais influente” e de “referência”. De que maneira essa narrativa sobre si mesmo permite legitimar a narrativa de ‘tudo’ sobre a ditadura? Que vínculos políticos a história da FSP deixa transparecer e que podem lançar luz sobre sua própria atuação durante o regime de exceção? Bernardo Kucinski (2002) nos lembra que, no período militar, houve uma “autocensura sistêmica” na imprensa brasileira, com grande grau de adesão e identificação dos proprietários dos jornais com os objetivos da repressão. Como essa tensão entre cooptação e resistência é apresentada quando a FSP se olha no espelho rememorando 1964 e a ditadura militar? Para iluminar essa reflexão fizemos uma breve deriva por uma bibliografia (KUCINSKI, 2002; KUSHNIR, 2001;

MAIA, 2002; SILVA, 2011, DIAS, 2014) que trata sobre a atuação do jornal no contexto do AI-5.

Ao fim, esta pesquisa se localizou em uma triangulação entre as textualidades da FSP, a ditadura militar brasileira (1964-1985) e o duplo movimento entre lembrar e esquecer. Consideramos as interações entre passado e presente, sempre dinâmicas e sujeitas aos dilemas da reminiscência, para refletirmos sobre um possível desejo da FSP em consolidar uma certa memória coletiva sobre o período e sobre si mesma. E, ainda, como no caso da narração sobre a experiência da ditadura a FSP fala sobre determinado passado, mas, em alguma medida, também caracteriza uma atualidade e uma projeção sobre o futuro. Afinal, como nos afirma Carvalho:

Narrar, como lembram diversos estudiosos, como Paul Ricoeur (1994), é articular a armação de uma intriga à temporalidade. Consequentemente, pensando nas narrativas jornalísticas, trata-se, por exemplo, em uma notícia sobre um acontecimento político, de situá-lo no presente, a partir de interconexões com o passado, com outros acontecimentos que o antecederam ou que ajudam a compreendê-lo, a também fazer projeções sobre o futuro – tais como eventuais desdobramentos possíveis. (CARVALHO, 2014, p. 126)

Um dos nossos desejos com esta pesquisa foi somar trabalhos voltados a jornalismo e memória. Se por um lado já existe uma compreensão do lugar da mídia enquanto instância de ressignificação da memória, autoras como Barbie Zelizer advogam por um maior reconhecimento e ampliação destes estudos. Segundo ela, apesar de o jornalismo ter ocupado um “pano de fundo da memória em diferentes períodos do pensamento, desempenhando o papel de sombra, ora como facilitador e pré-condição para discussões mais generalizadas sobre a atividade mnemônica” (ZELIZER, 2011, p. 46), quase nenhum desses lugares foi nomeado como tal. Acreditamos que conceder ao jornalismo maior centralidade nos estudos sobre a memória pode contribuir para uma maior compreensão sobre o próprio funcionamento da memória coletiva e do fazer jornalístico.

Para além disso, investigar as lembranças e os esquecimentos sobre a nossa mais recente ditadura militar (período sobre qual repousam perguntas ainda sem respostas) pode permitir expor redes de cumplicidades e múltiplos níveis de responsabilidade e, assim, examinar também outras dimensões da sociedade. Como nos lembra Kaiser, em seu texto *Argentinian Tortures on Trial? How Are Journalists Covering the Hearings' Memory Work?*:

Trinta mil pessoas não desaparecem porque um grupo de oficiais militares assume o poder. Ao detalhar o funcionamento do terror de Estado, jornalistas ativistas, como testemunhas profissionais, amplificaram o que se desenrolava nos interrogatórios, constantemente convidando a memória a contextualizar novas informações e contranegativas com fatos comprovados. Essas reescritas da história expõem as redes de cumplicidades e os múltiplos níveis de responsabilidade, focando a atenção em atores além daqueles sendo julgados. Ao fazer isso, eles também investigam a sociedade, revelando verdades que são inconvenientes para muitos. (KAISER, 2014 pág. 255, tradução nossa)⁷

De forma análoga, poderíamos dizer que um regime – que suspendeu direitos fundamentais e praticou a violência de Estado ao adotar a seletividade de seus alvos, o uso sistemático da tortura como prática de obtenção de informações, entre outros – não se sustenta durante vinte e um anos porque um grupo de oficiais militares tomou posse.

⁷ Thirty thousand people don't disappear because a group of military officers take over. By detailing the functioning of state terrorism, activist journalists, as professional witnesses, amplify what unfolds at the hearings, constantly inviting memory to contextualize new information and counter denials with proven facts. These rewrites of history expose the networks of complicities and multiple levels of responsibility, focusing attention on actors beyond those standing trial. In doing so, they also scrutinize society, revealing inconvenient truths for many.

Capítulo 1 – TUDO SOBRE A DITADURA MILITAR

1.1 “A Folha já chegou?”

“Interpretar um jornal é tentar resolver os problemas que nos colocamos a seu respeito”, nos diz José Luiz Braga (2012, p. 299); um gesto que, em alguma medida, localiza o olhar do pesquisador. Se admitimos aqui uma escolha subjetiva – porém, não menos válida –, desejamos também explicitar um olhar orientado a partir de uma antiga familiaridade com a *Folha de S. Paulo*. A assinatura do jornal, um presente de aniversário no final dos anos 1990, fez cotidiana a sua presença, possibilitando uma intimidade com seu projeto gráfico, cadernos e articulistas. Entretanto, a preferência pelo jornal – durante quase duas décadas – certamente deveu-se mais a uma proximidade de percepções de mundo e afinidades ideológicas. Afinal, como observa Vera França (1998), a leitura do jornal é fundamentada “em múltiplas identificações” (FRANÇA, 1998, p.132), ou, nas palavras de Bruno Souza Leal (2002), “o leitor reconhece o veículo jornalístico em meio à diversidade dos outros disponíveis no mercado e se identifica social, ideologicamente com ele” (LEAL, 2002, p. 2).

Como iniciante nos estudos em Comunicação Social na UFMG, ainda creditávamos o discurso do “sujeito-folha” (OLIVEIRA, 2015), forjado nas imagens “de tradição, de mediadora autorizada (por ela mesma), de agente de denúncia, de protetora dos interesses dos cidadãos e de lugar da verdade” (OLIVEIRA, 2015, p. 15). Entre os colegas discentes era inclusive comum a adoção de seu Manual de Redação como um balizador do fazer jornalístico. Ao longo dessa experiência universitária, outras formas de ler o periódico puderam entrar no horizonte, desestabilizando a ‘dupla identificação’. Restava ainda, porém, a crença na (suposta) iconoclastia e jovialidade de espírito do jornal, graças a seu discurso laudatório de defensor das *Diretas Já*⁸, como veremos ao longo deste trabalho. Vale notar que, anos depois, ao celebrar seus 91 anos em 2018, a FSP segue ainda destacando tal narrativa sobre si, incluindo um grifo ao ‘pioneirismo’ (“antes mesmo que esse movimento tomasse as ruas”). Declara, no texto “Fundada em 1921, Folha sustenta fiscalização crítica dos poderes”⁹, que:

⁸ Movimento de massa (sem precedentes) em que milhões de pessoas foram às ruas do país em 1984 pedir a volta das eleições diretas para presidente e o fim do regime militar.

⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/fundada-em-1921-folha-sustenta-fiscalizacao-critica-dos-poderes.shtml> Acesso em 19/02/18.

Sensível aos prenúncios de abertura política, a Folha, por iniciativa de Frias, franqueou suas páginas a articulistas de todos os matizes ideológicos a partir de meados da década de 1970, ainda em plena ditadura militar. Criou em 1976 a seção Tendências/Debates, atraindo intelectuais, e passou a reportar violações de direitos humanos. (...). Passou a apoiar a convocação de uma assembleia constituinte e o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República, antes mesmo que esse movimento tomasse as ruas. A Folha tornou-se conhecida como "o jornal das diretas", e a campanha a consolidou como uma das principais forças formadoras da opinião pública no período.

Goes (2017) vê essa defesa das eleições diretas como um dos elementos responsáveis pelo ganho de força e influência do jornal, tanto política quanto econômica, “inclusive junto a certa intelectualidade do país, reforçando seu status de jornal de referência, buscando apagar toda a sua cumplicidade com a ditadura” (GOES, 2017, p. 108). Ele afirma ainda que:

O jornal, ao tempo em que reformulava os controles na redação, também fazia campanhas de autorreferencialidade como o “jornal da abertura democrática”, “imparcial”, “apartidário” (KUCINSKI, 1998). Na prática, a Folha mantinha a retórica de “profissionalismo” e de “independência”, ao mesmo passo que se movia por grandes interesses econômicos e políticos do mercado nacional e internacional. (GOES, 2017, p. 108)

A nossa percepção sobre essa retórica tornou-se ainda mais crítica no contexto das comemorações do jornal sobre o cinquentenário do golpe de 1964, quando o debate sobre o tema ditadura militar (1964-1985) foi atualizado à luz dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade¹⁰. Dois anos depois, nossa pesquisa (já no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG) convergiu com a atuação como Assessora Especial e pesquisadora de textos e imagens para a exposição *Desconstrução do Esquecimento: Golpe, Anistia e Justiça de Transição*¹¹. Nosso gesto de leitura do jornal já havia se transformado, ainda que mantido o contato com o periódico.

Esta pequena deriva, feita até aqui, é motivada pelo pensamento de Ângela Marques e Luís Martino no artigo “Afetividade do conhecimento na epistemologia: a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação”. Os autores nos propõem

¹⁰ Ver sobre Comissão Nacional da Verdade a partir da página 42.

¹¹ A exposição *Desconstrução do Esquecimento: Golpe, Anistia e Justiça de Transição* permaneceu aberta no Centro Cultural UFMG entre 28 de junho a 31 de julho de 2017, tendo sua exibição prorrogada por um mês, a pedido do público. Foi uma realização da Diretoria de Ação Cultural da UFMG, em parceria com o Memorial da Anistia, Comissão da Anistia e Ministério da Justiça e Segurança Pública. Apesar de solicitada e já financiada pelo Ministério da Justiça do governo da presidenta Dilma Rousseff, no momento de sua abertura, a exposição não contou com a anuência do governo que ocupou o poder em 2016.

pensar que a operação relacional posta em marcha pela pesquisa em Comunicação “deve acolher a alteridade”, “permitindo-nos fazer parte dos mundos que elas (operação e pesquisa) deixam entrever” (MARQUES, MARTINO, 2017, p. 17). Desejamos, assim, revelar nosso impulso para a pesquisa, sem escamotear a existência de possíveis motivações e inquietações subjetivas. Como eles nos dizem:

Esse envolvimento afetivo é um dos elementos responsáveis por instigar a vontade de saber, a disposição em aprender e, efetivamente, a rever suas próprias disposições interiores a respeito não só do objeto e da prática de pesquisa, mas, muitas vezes, também como visão de mundo – daí a experiência da pesquisa ter um potencial transformador em quem pesquisa, deslocando-a de certezas estabelecidas para dúvidas provisórias (MARQUES, MARTINO, 2017, p. 7).

Se a experiência longeva com a FSP nos inquietou a pensar sobre os diferentes gestos de leitura ao longo dos anos, ela também nos oferece algumas pistas para pesquisar o movimento do próprio jornal de lembrar e esquecer a ditadura militar quando a comemora. A familiaridade/intimidade com os cadernos e elementos gráficos pode permitir enxergá-los como rastros no jornal, uma porta de entrada para seguir as “pegadas” deixadas no percurso de narrar o golpe e ditadura.

1.2 O esqueleto do jornal

A forma como o jornal impresso se estrutura relaciona-se não apenas com o enquadramento de notícias, mas também orienta modos de leitura. Como nos aponta Antunes (2007):

Distribuídas em domínios temáticos ou pela natureza da informação publicada, o material jornalístico no jornal impresso encontra-se enfeixado em grandes unidades, os cadernos e editoriais. São invariantes que organizam o jornal na sua aparição diária e na sua projeção semanal. Sua articulação tem como base um projeto gráfico que organiza a distribuição de informações e oferece uma unidade visual ao conjunto. O formato da publicação e a maneira como constrói a estrutura de base da página por meio de um diagrama organizado em colunas produzem os elementos para assegurar tal unidade, pois determinam um modo de leitura e permitem a percepção simultânea e não sucessiva das unidades de informação. (ANTUNES, 2007, p. 159-160)

No caso da FSP, em 2014¹² ela se organizava em cinco cadernos temáticos de circulação diária: Primeiro Caderno (política e assuntos internacionais), Mercado (conjuntura econômica nacional e internacional), Cotidiano (cidades, segurança pública e direito do consumidor), Esporte (notícias afins) e Ilustrada (cultura e entretenimento). Sua encadernação segue a ordem crescente das letras de A a E. Cada um deles dividia-se nas seguintes seções:

Quadro 1: Cadernos e seções da Folha de S. Paulo, versão 2014 | Fonte: Elaborado pelo autor

Cadernos	Paginação	Seções	Descrição
Primeiro Caderno	A	Opinião	Editoriais, articulistas fixos e convidados, Tendências/Debates Painel do Leitor, Erramos
	A	Poder	Cobertura de política nacional, imprensa, ombudsman
	A	Mundo	Cobertura internacional
Mercado	B	Mercado	Conjuntura econômica nacional e internacional
Cotidiano	C	Cotidiano	Cidades, saúde pública, segurança pública e direito do consumidor
	C	Ciência + Saúde	Temas das áreas científica e médica, saúde e bem-estar
	C	Folha Corrida	Resumos de notícias daquela edição e extratos de colunistas
Esporte	D	Esporte	Competições esportivas e notícias afins envolvendo o tema
Ilustrada	E	Ilustrada	Artes plásticas, música, literatura, cinema e televisão, entre outros

Além dos diários, circulavam os seguintes cadernos semanais e suplementos. Às segundas-feiras, Tec (sobre tecnologia); às terças-feiras, Equilíbrio (sobre saúde); às quartas-feiras, Comida (sobre gastronomia, bares e restaurantes); às quintas-feiras, Turismo (sobre o setor, incluindo roteiros de viagem); aos sábados, Folhinha (voltada

¹² Em 2015, a editoria de economia deixou de ser um caderno isolado, sendo incorporada ao Primeiro Caderno. 'Comida' também deixou de ser um caderno e tornou-se um suplemento, incorporado nas páginas da Ilustrada, entre outras mudanças. Acesso em 18/10/16. Disponível em <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2015/04/28/folha-anuncia-mudanca-em-cadernos.html>

ao público infantil); aos domingos, Ilustríssima (notícias e artigos sobre ficção, poesia, dramaturgia, ensaios, cartum e quadrinhos) e Veículos, Empregos e Carreira, Negócios, Imóveis e seus respectivos classificados. Em dias não fixos, circulava The New York Times International Weekly, com artigos traduzidos para o português, publicados no jornal estadunidense. Aos finais de semana e de circulação restrita ao perímetro paulista, as revistas Serafina (quinzenal¹³, cobre personalidades e assuntos do cenário sociocultural no Brasil e no exterior), Revista SP (semanal¹⁴, com “o melhor de SP”), e o Guia Folha (roteiro semanal de entretenimento, lazer e gastronomia, distribuído na Grande São Paulo). De periodicidade intermitente, há ainda os conteúdos pagos, como o caderno Balanço SP (balanço orçamentário da empresa Unimed).

Em função de um número maior de cadernos e suplementos, a FSP circula edições mais robustas aos domingos¹⁵ que nos demais dias, padrão mantido no período de 23 de março a 1º de abril de 2014. Entretanto, quando desmembramos cadernos/suplementos e contabilizamos suas respectivas páginas, alguns pontos nos chamam a atenção.

Tabela 1: Cadernos e páginas das edições de 23/03/14 a 1º/04/14 | Fonte: Elaborado pelo autor

	Edições	1º Cad.	Mercado	Cotidiano	Esporte	Ilustrada	TSDM	Outros
Dom	23/03	24	16	12	8	10	8	36
Seg	24/03	18	12	8	6	10		6
Ter	25/03	14	16	8	3	12		7
Qua	26/03	16	6	10	3	10		5
Qui	27/03	18	16	10	4	14		34
Sex	28/03	22	12	12	3	12		19
Sáb	29/03	28	8	8	3	20		57
Dom	30/03	24	12	12	6	12		64
Seg	31/03	12	11	8	4	8		13
Ter	1º/04	12	8	12	8	10		26

Legenda TSDM: Tudo sobre a Ditadura Militar

¹³ Atualmente, circulação é bimestral.

¹⁴ Atualmente, apenas no formato digital <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/>.

¹⁵ À exceção de feriados, quando o jornal apresenta edições mais enxutas em números de páginas.

No período analisado, o Primeiro Caderno é o que circula com um número maior de páginas (por vezes, o triplo que os demais) e, aos finais de semana, cresceu também em volume absoluto. Vale lembrar que ele abre a FSP e abriga os espaços mais nobres para anunciantes, sendo, portanto, o que representa a maior receita para o jornal. Abaixo, vemos os demais cadernos e suplementos publicados no período analisado, assim como o volume total de cada edição.

Tabela 2: Demais cadernos/suplementos e páginas das edições de 23/03/14 a 1º/04/14 | Fonte: Elaborado pelo autor

	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb		Dom	Seg	Ter
	23/03	24/03	25/03	26/03	27/03	28/03	29/03		30/03	31/03	1º/04
Tec		6								6	
NYT			6								6
Equilíbrio			1								1
Comida				6							
Turismo					10						
Folhinha							8				
Ilustríssima	8								8		
Poder 2							8				
Mercado 2							8				
Cotidiano 2							6				
Mundo 2							8				
Mercado mpme	6									1	
Seminários Folha+Saúde							14				
VECNI	22				8		12		40		
Cadernos pagos ¹⁶					16	20					20
Guia do IR										6	

Legenda VECNI: Veículos, Empregos e Carreira, Negócios e Imóveis e respectivos classificados

¹⁶ Nestes dias, circularam cadernos pagos como ‘Informe Publicitário’ (especial sobre Mercado Imobiliário) e ‘Balanço SP’ (balanço orçamentário da empresa Unimed).

Tabela 3: Volume de páginas das edições de 23/03/14 a 1º/04/14 | Fonte: Elaborado pelo autor

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter
23/03	24/03	25/03	26/03	27/03	28/03	29/03	30/03	31/03	1º/04
114	60	60	50	96	80	132	130	56	76

Como visto na Tabela 3, a FSP circulou com edições mais robustas nos três dias de finais de semana. A saber: a de sábado, dia 29, a maior delas, com 132 páginas; em segundo a de domingo, dia 30, com 130 páginas; seguido da de domingo, dia 23, com 114. As três menores foram a de quarta-feira, dia 26, com 50 páginas; seguido da de segunda, dia 31 – data do cinquentenário do golpe de 1964 –, com 56 páginas; e empatadas a de segunda, dia 24, e a de terça, dia 25, ambas com 60 páginas. Desta contagem, excluimos Guia da Folha, Revista SP, Serafina e Folha 10, revistas com serviços e matérias sobre cultura, formatadas em tamanho distinto¹⁷ e encartadas avulsamente.

Durante este mapeamento, localizamos a série TDSM circunscrita exclusivamente ao Primeiro Caderno, e as demais matérias e artigos de opinião afins também nele concentrados. Para além dele, a rememoração do golpe e ditadura encontrou menções no caderno Ilustrada¹⁸, geralmente sobre exibição e resenha de filmes sobre a temática.

Nessa breve aferição quantitativa, confirmamos que as mencionadas edições de fim de semana encorpam, algo que a própria circulação rotineira do jornal já nos apontava. Entretanto, ao excluirmos os anúncios, nos perguntamos: o conteúdo produzido pelo jornal também cresceu? Para esta medição, adotamos como exemplo os

¹⁷ A Folha de S. Paulo segue o padrão Standard Americano e suas páginas medem 545 X 316 milímetros. A elas chamamos de ‘ordinárias’, cujo formato difere-se das de cadernos avulsos, como Guia Folha, aqui não contabilizadas.

¹⁸ “O eterno retorno” (E1, 24/03 – matéria sobre festival de filmes documentários *Tudo É Verdade*, mas, ao citar de *Cabra marcado para morrer*, texto menciona que sua produção foi interrompida em 1964 ditadura militar); “Tortura na tela” (E1 e E4, 27/03); “Obra tenta retratar a militante de esquerda Iara a partir de depoimentos, mas fracassa” (27/03); “Maratona lembra 50 anos do golpe de 64” (E3, 29/03); “Em recital, pianista americana lembra golpe de 64” (E5, 30/03); “Roda Viva inicia programação sobre o golpe de 64” (E6, 31/03) “Filme conta como os EUA ajudaram a derrubar o governo João Goulart” (E6, 31/03). Disponível em www.uol.com.br/fsp | Acervo Folha. Acesso em 22/05/16.

Primeiros Cadernos, já que esses concentraram os anúncios das edições pesquisadas.

Tabela 4: Anúncios e conteúdo próprio no Primeiro Caderno – edições de 23/03/14 a 1º/04/14 | Fonte: Elaborado pelo autor

	Data	Total de páginas	Anúncios	Conteúdo próprio
Dom	23/03	24	11	13
Seg	24/03	18	6	12
Ter	25/03	14	4	12
Qua	26/03	16	5	11
Qui	27/03	18	6	12
Sex	28/03	22	10	12
Sáb	29/03	28	19	9
Dom	30/03	24	11	13
Seg	31/03	12	3	9
Ter	1º/04	12	2	10

Apesar de as edições de 23 de março a 1º de abril daquele ano terem circulado com tamanhos bastante distintos (da menor à maior, houve variação de 264%), podemos notar que o número de páginas com conteúdo produzido pelo jornal não alterou substancialmente.

Quando decidimos iniciar a pesquisa, o descolamento da data comemorativa foi um dos primeiros pontos que nos chamou a atenção. Afinal, que movimento a FSP faz ao localizar “Tudo sobre a Ditadura Militar” no domingo de 23 de março? A rememoração antecipada seria um gesto de valorização do tema ao, supostamente, oferecer-lhe mais espaço em uma edição de final de semana, costumeiramente maior? Quando a comparamos à produção jornalística semanal, notamos que o acréscimo de páginas não redundou em mais conteúdo editorial, e sim em mais anúncios (certamente o mercado publicitário foi estimulado a ampliar sua fatia). Percebemos também que o Primeiro Caderno da edição no aniversário do golpe (31/03) – uma segunda-feira – foi exatamente o de menor volume no período analisado (empatado com o do dia 29), além de sua edição ter reunido 56 páginas, tamanho semelhante ao de um único caderno, o dos Classificados (Veículos, Empregos e Carreiras, Negócios e Imóveis) que circulou do dia anterior. Contudo, sabemos que o jornal ter mantido seu volume padrão não

exclui a possibilidade de uma cobertura adensada sobre o tema naquelas páginas que circularam no período.

Tomamos 2004, para efeito de comparação. Naquele ano, a FSP também utilizou uma distinção gráfica para sinalizar a efeméride, quatro décadas após o golpe – apesar de sem a promessa de “tudo”. Para sinalizar a série de textos, criou uma marca (ver anexos, pág. 173-175) onde lê-se “1964 | 40 anos do golpe | 2004”. Também inaugurou sua rememoração dias antes (em 13 de março, um sábado). Naquele ano, entretanto, a escolha por iniciar antes foi explicitada com uma chamada na Primeira Página e no título da matéria. Ocupando uma página inteira com texto e fotografias, a matéria “O dia em que Jango começou a cair¹⁹” (pág. A8) relembra o Comício da Central do Brasil, ocorrido há então exatos quarenta anos. Ao lado (pág. A9), também com texto e fotografias, o jornal trazia uma entrevista sobre o comício com o historiador Marco Antonio Villa, além de uma breve matéria do curta-metragem de Leon Hirszman sobre o (à época) presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), José Serra.

Assim como em 2014, em 2004 a efeméride do golpe caiu também em um dia de semana (uma quarta-feira). Contudo, naquele momento a FSP escolheu comemorar o aniversário do golpe no dia do golpe, em 31 de março. Na primeira página, estampou uma fotografia vertical (de um tanque²⁰) e quatro chamadas para diferentes matérias (ver anexos, pág. 173-175). No alto e mais à esquerda, lê-se “O dia em que os militares tomaram o poder do país”. Nas páginas internas, o editorial²¹ abordou o tema (“40 anos depois” – homônimo à série), assim como outros três artigos de opinião (pág. A2 e A3). Já os conteúdos produzidos para a série especial (sua rememoração destacada) ocuparam integralmente as páginas A8 e A9, além de parte da A10 com: seis fotografias – sendo cinco de arquivo –, quatro matérias, dois artigos de opinião (escritos por convidados) e uma linha do tempo (“O golpe passo a passo”) – ver anexos.

Assim, nos perguntamos, que espaço coube à rememoração do golpe e da ditadura militar cinquenta anos após seu início e o que dela emerge?

¹⁹ Disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/ditadura_13mar2004.htm Acesso em 27/01/18. Ver anexos.

²⁰ A mesma exibida na página 3 do caderno TSDM (figura 10). Para matéria de 2004, ver os anexos.

²¹ “Se há algo a comemorar no aniversário dos 40 anos do golpe de 31 de março de 1964 é justamente o fato de podermos afirmar que o ciclo militar se encontra hoje encerrado num passado histórico. Se suas repercussões ainda se fazem sentir e se há facetas a merecer esclarecimentos, não há dúvida de que o fantasma da ditadura militar já não mais assombra a vida nacional.” Em 2004, o jornal já iniciava a narrar período como um ciclo esgotado, como um passado findo com o qual cabia apenas esclarecer e interpretar.

1.3 Um jornal de nome

Para tal, seguimos observando alguns elementos gráficos enquanto “flechas” capazes de nos orientar, como pistas deixadas pelo jornal ao narrar o golpe e a ditadura. Para o aniversário de 64, a FSP criou a marca especial “Tudo sobre a Ditadura Militar”.

Figura 1: Marca de "Tudo sobre a Ditadura Militar" | Fonte: Acervo Folha



Quando ela aparece pela primeira vez (23 de março), encontra-se presente na primeira página (figura 2), logo abaixo do nome do jornal; na capa do caderno especial, também abaixo do nome do jornal (no alto e centralizado); e no topo de colunas no Primeiro Caderno (figura 3). Nos demais dias, localiza-se sempre no topo de colunas nos Primeiros Cadernos.

Figura 2: Primeira página da edição de 23/03/14 | Fonte: Acervo Folha

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1911 folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: STAVRO PIRAS FILHO EDIÇÃO SÃO PAULO • CIRCULATÓRIA R\$ 220,00 • R\$ 5,00

DOMINGO, 23 DE MARÇO DE 2014

TUDO SOBRE A DITADURA MILITAR

Reportagem multimídia
folha.com/golpe64

entrevistas • imagens e áudio históricos
• banco de dados sobre mortos e desaparecidos • infográficos interativos • o 31 de março em videogâmica

50 anos do golpe de 1964

Caderno especial conta a crise que levou à ditadura, os momentos cruciais do regime e imagina como seria o Brasil sem a queda de Jango e o AI-5

TV FOLHA Depoimentos de quem viveu e de quem analisa o período

TV CULTURA 19:30, quarta a 23h. Mais no site da Folha e no JdJ.

Política externa de Obama muda com ação na Crimeia

A intervenção da Rússia na Crimeia alterou a política externa dos EUA, com mudança de foco de Oriente Médio e Ásia para o Leste Europeu. Sem crise em acordo com Putin, Obama tenta mostrar que não é negligente com a região. **Mundo A18**

ANÁLISE COMPARATIVA
Emparelhada entre EUA e China, Rússia está em fase difícil **Mundo A21**

Acordos com EUA e UE fariam comércio internacional do Brasil crescer 18%

MARCELO LESTE
Extremos do clima não contradizem o aquecimento global

Será a crise que mudará o curso do que o aquecimento global está em curso? Não necessariamente, dizem cientistas. Seria mais um sinal de que o mundo não está pronto para enfrentar o desafio do clima, seja uma farsa, como dizem os críticos. **Omeia C30**

IMÓVEIS
País cria regras para reforma em prédios e apartamentos **Paq. 4**

311.331 execuções
em 2013



Petrobras já tinha tentado obter 100% de refinaria

Diretoria propôs ao conselho em 2008 adquirir restante do negócio

Em 2006, antes de ser obrigada pela Justiça a vender para o estado a refinaria da Petrobras (REFIN), a diretoria da Petrobras havia tentado voluntariamente fazer o negócio com sua sócia Astia (IL). A oferta aos belgas chegou a US\$ 788 milhões. À época, o Conselho de Administração da estatal, que era presidido pela então ministra-chefe das Cade, Dilma Rousseff, não aprovou a transação.

Em 2012, a aquisição foi feita de forma compulsória, por força de cláusula contratual. A Petrobras desembolsou US\$ 805,5 milhões. A sociedade com a Astia começou em 2006, quando a Petrobras pagou US\$ 500 milhões por 50% da refinaria. Em 2005, toda a unidade havia custado US\$ 415 milhões aos europeus. **Folha A6**



Mais Médicos seleciona formados sem habilitação

Mesmo sem cumprir todos os requisitos exigidos pelo Ministério da Saúde, 41 médicos contratados para trabalhar no programa Mais Médicos, informou Folha de S.Paulo, foram selecionados na Venezuela. O ministério diz que os médicos cumpriram todos os critérios. **Conteúdo C1**

ILUSTRADA
HUCK
vai mexer no seu 'Caldeirão' **Paq. 11**

SÃO PAULO
Cidade já tem dois pet shops para cada livraria **Paq. 21**

ILUSTRÍSSIMA
No centenário de Octavio Paz, críticos e escritores discutem o legado do autor **Paq. 4**

ALMOSTERA Continua C2

EDUTOBIAS Opção A1

TALK COM A FOLHA



NEW HYUNDAI ELANTRA 2.0 FLEX 178 CV.
O sedã reconhecido como o melhor do mundo no Salão de Detroit em sua versão mais espetacular.

HYUNDAI: A MARCA DA HEXAGARANTIA.

Figura 3: Coluna do Primeiro Caderno – pág. A 14 - edição de 23/03/14 | Fonte: Acervo Folha



Tomemos como ponto de partida essa primeira aparição da marca “Tudo sobre a Ditadura Militar” (TSDM), inaugurada na capa da edição de 23 de março (figura 2). As páginas externas do jornal, como nos diz Maurice Mouillaud (2012), “são suas páginas sensíveis. Constituem, de alguma maneira, uma membrana do jornal, que é sua interface com o mundo exterior” (MOUILLAUD, 2012, pág. 117). Neste convite a uma relação com o mundo, encarnada em uma espécie de menu do dia, a FSP inicia as comemorações do golpe de 1964 enumerando os diversos conteúdos que o leitor tem à sua disposição sobre o tema. Entretanto, comunica que eles não estão todos presentes na mencionada edição, mas em ambiente externo – uma reportagem multimídia –, onde, segundo a FSP, é possível encontrar “entrevistas, imagens e áudios históricos, banco de dados sobre mortos e desaparecidos, infográficos interativos, o 31 de março em videográfico”. É um cardápio, portanto, limitado ou, melhor dizendo, exclusivo. Para conhecer os materiais mencionados, o leitor da edição impressa necessita ter acesso a um computador ou aparelho móvel com internet e ser assinante (da FSP ou do portal UOL, empresa de conteúdo e serviços digitais do Grupo Folha). Se reconhecemos que a capa de um jornal impresso diário anuncia (hierarquizando) o que de mais importante – segundo o enquadramento do mesmo – ocorreu naquele dia ou no anterior, e sinaliza em qual seção e página interna é possível encontrar tal conteúdo, a capa de 23 de março age de forma escorregadia, exigindo-nos um olhar menos fugidio. Anuncia “tudo”,

oferecendo um cardápio amplo, mas, semelhante a um contrato cujas condicionantes estão visíveis somente em letrinhas miúdas, estabelece uma entrada restrita a esse ‘tudo’, acessível somente sob determinadas condições. Vale lembrar ainda que uma navegação satisfatória por plataformas multimídia, cujo conteúdo é em alta resolução, pressupõe a disponibilidade de dispositivos com acesso à internet, mas também uma conexão de rede robusta e estável e/ou um plano de consumo de dados. Além disso, não assinantes da FSP ou do UOL, isto é, não pagantes, têm a leitura limitada a dez matérias online por mês (na reportagem multimídia o acesso é interrompido em “O Golpe e a Ditadura Militar – Acerto de contas”, equivalente à página 6 do caderno TSDM). Dessa forma, a FSP elege também seu leitor primordial, ao estabelecer fronteiras e “passaportes” que permitem conhecer integralmente “Tudo sobre a Ditadura Militar”.

Ainda que saibamos que, desde 2016, sua circulação digital superou²² a impressa, podendo o acesso privilegiado ao material online ser uma estratégia comercial, não deixamos de refletir sobre um dever de comunicação que veículos de imprensa (ao menos os pertencentes a grandes empresas) poderiam se imbuir. Segundo informa a FSP, a reportagem multimídia recebeu elogios de especialistas (figura 6). Além de nove seções (Introdução, A crise, A ditadura, A economia, O acerto de contas, E se..., Artigos, e Fontes e referências), ela reuniu um material extenso e rico em imagens de arquivo e áudios da época (incluindo o discurso de João Goulart). Acreditamos que a garantia de um acesso amplo e permanente seria de grande valia a pesquisadores, estudantes e demais interessados, uma política que poderia ser adotada não apenas pela FSP, mas igualmente por seus pares. À época, veículos como os jornais

²² Na edição de 30 de março de 2014, a FSP publicou no Primeiro Caderno (pág. A16) matéria “Maior jornal do Brasil, Folha é líder em diferentes plataformas”. O texto informava que, no mês anterior, sua circulação média havia sido de 341.553 edições, sendo destas 34,46% digitais. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1433100-folha-e-o-maior-jornal-do-brasil-nas-diferentes-plataformas-aponta-ivc.shtml>. Em 25 de setembro de 2016, propagandeava seu alcance um marco: “Folha é o 1º jornal brasileiro a ter circulação digital maior que a impressa”. Dos 316.500 exemplares diários circulados no mês anterior, 51% eram relativos à edição digital – não necessariamente todos pagantes. “Murilo Bussab, diretor de circulação e marketing da **Folha**, diz que o marco já era esperado para meados deste ano. “É natural do mundo em que vivemos. As pessoas estão muito mais conectadas, pela velocidade, pelo custo muito menor de se informar digitalmente.” Acrescenta: “Ok, hoje temos mais de 160 mil leitores pagantes no digital, quando cinco anos atrás o número era zero. Mas agora o desafio é transformar uma parcela maior, do total de 20 milhões de leitores digitais da Folha, em leitores pagantes”. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/09/1816633-folha-e-o-1-jornal-do-pais-a-ter-circulacao-digital-maior-do-que-a-impressa.shtml>. Mais recentemente, anuncia sua circulação total (digital e impressa – sem distinção da fatia de cada uma) referente a novembro de 2017 como sendo de 292.331 edições mensais. <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml> Não há também menção à queda no número da audiência. Acessos 10/05/18.

*O Globo*²³ e *O Estado de S. Paulo*²⁴ também reuniram em suas plataformas digitais materiais sobre o golpe e a ditadura. O jornal paulista, porém, limita a cinco acessos por mês e desde que a partir de um *login*. O carioca impõe restrições semelhantes a seu conteúdo (incluindo acervo), à exceção das matérias sobre a ditadura militar. Nesse caso, seu acesso é irrestrito.

Nesse mesmo *menu* de 23 de março (figura 2), o caderno impresso é localizado à direita da reportagem multimídia, sob o título “50 anos do golpe de 1964”. Esse título de referência possui uma grafia destacada, está sob um fundo branco, diferentemente dos demais. Abaixo dele, a FSP apresenta: “caderno especial reconta a crise que levou à ditadura, os momentos cruciais do regime e imagina como seria sem a queda de Jango e o AI-5”.

Como nos diz Antunes (2007),

Tomar a página como unidade fundamental de significado implica assumir teoricamente a ideia de que as diferentes matérias significantes no discurso do jornal impresso fazem parte de um texto multimodal, aquele cujo sentido é construído a partir da articulação entre verbal, layout e elementos gráficos. (ANTUNES, 2007, pág. 161).

Nessa articulação entre verbal, layout e elementos gráficos, nos chama a atenção o jogo de cores (preto e branco), compondo uma imagem rasurada. Ela é forjada como se pela tinta de uma caneta preta que, com passadas consecutivas, encobriram algum material que não deva ser exibido. Essa forma de criar um terreno de enunciados é bastante distinta daquelas vistas no dia a dia desse jornal. Esse recurso cromático, que funciona para revelar e ocultar, emula a imagem de um texto censurado, prática comum em regimes totalitários. Se assumimos que essa articulação entre tipografia, formas e cores “estrutura a linguagem do jornal e arremata a visibilidade das informações na página, *o seu plano de expressão*” (OLIVEIRA *apud* ANTUNES, 2007, p. 160. Grifo nosso), nos perguntamos: que sentidos emergem dessa imagem que faz uso de plasticidades verbal e gráfica para apresentar ‘Tudo sobre a Ditadura Militar’? Estaria a FSP realizando um procedimento metalinguístico, na medida em que ela, ao narrar o golpe e a ditadura militar, também revela e apaga, esquece e se lembra?

²³ Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/50-anos-do-golpe/> Acesso em 15/05/18.

²⁴ Disponível em <http://www.estadao.com.br/tudo-sobre/1964> Acesso em 15/05/18.

Outro ponto que nos chama a atenção é a localização da marca TSDM, exatamente abaixo do nome do jornal. Em outras palavras, nos interessa a maneira como essas unidades visuais estiveram dispostas na página (figura 4), compondo não somente uma estrutura de navegação e leitura, mas, especialmente, uma ligação discursiva.

Figura 4: Parte superior da primeira página da edição de 23/03/14 | Fonte: Acervo Folha



O nome de jornal, como nos aponta Mouillaud (2012), não deve ser considerado como um enunciado – isolado e autônomo – sobre um suporte, mas como uma *inscrição* (MOUILLAUD, 2012, p. 115), que aparece de forma significativa e não apenas contingente. No espaço, ele estabelece uma distinção dos demais jornais, seus concorrentes; no tempo, ele se grampeia às suas outras edições diárias, passadas e vindouras. Funciona também como uma referência ao mundo naquele dia, como um olho que o nome-de-jornal empresta ao leitor para ver esse mundo. É um enunciado junto com os demais, mas aquele capaz de assegurar uma “unidade” (MOUILLAUD, 2012), ao aglutiná-los espacialmente em um dado dia. Não apenas “assegura a coerência e a continuidade dos enunciados”, mas “firma um pacto com o leitor que, por ser implícito, não é, do mesmo, menos significativo” (MOUILLAUD, 2012, p. 102).

No caso da FSP, o nome-de-jornal ocupa uma posição destacada. Localizado na parte mais alta da primeira página, ocupa quase integralmente o espaço da margem esquerda à direita. Como um enunciado de referência, cobre “Tudo sobre a Ditadura Militar” (TSDM) e o aponta como uma seta. Ao mesmo tempo, TSDM (e demais enunciados presentes na capa) está como pressuposto que remete a um saber instituído.

Desencarnado destas relações e de um saber partilhado entre os interlocutores, o nome Folha de S. Paulo tornar-se-ia apenas um nome vazio, de sentido comum; significaria uma folha de São Paulo. Sobre essa dinâmica, Mouillaud esclarece que:

O nome-de-jornal se torna completo novamente, desta vez não mais no semantismo de um nome comum, mas de um *conjunto de conotações que se condensaram sobre um nome ao longo de sua história*. Dessa forma, o nome do jornal aparece como um local de transfusões do sentido, uma hemorragia do sentido comum cujo sentido desaparece em um nome próprio e uma transfusão no nome próprio de uma significação empírica. (MOUILLAUD, 2012, p. 109. Grifo nosso).

Reconhecemos que esse conjunto de conotações condensadas sobre um nome ao longo de sua história trata-se de uma trama bastante complexa. Mas escolhemos aqui lançar um olhar sobre algumas marcas eleitas pela própria FSP e fixadas em suas primeiras páginas.

Logo abaixo de seu nome, lemos “desde 1921” à esquerda e, centralizado, “um jornal a serviço do Brasil” (figura 4). Se o nome-de-jornal institui o princípio de uma espera de certos enunciados por parte dos leitores, a idade e o aposto destacados contribuem para conformar expectativas, ao evocarem um sentido de tradição e de vocação. Tradição acumulada em mais de nove décadas, da qual o leitor poderia supor um legado e uma longa experiência como credenciais legitimadoras. Vocação, na medida em que, “a serviço do Brasil” e guiado pelo “espírito crítico, independência, pluralismo e apartidarismo²⁵”, colocar-se-ia como um suposto vigilante do exercício do poder e porta-voz da democracia²⁶ e dos interesses dos cidadãos.

Esta autorreferência laudatória na primeira página se presentifica também em editoriais, matérias e afins. Quando a FSP enuncia sobre si, faz uso de nome próprio e em negrito – a **Folha** –, procedimento a ser seguido por seus profissionais, segundo Manual de Redação. Em editoriais que mencionam reportagens próprias (que, supõe o jornal, atenderam aos interesses dos cidadãos), escreve: “a **Folha** revelou

²⁵ Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml Acesso em 11/04/16.

²⁶ Ao completar 70 anos, a FSP fez uma série de comerciais comemorativos. Em um deles (em vídeo), a imagem do então Presidente da República Fernando Collor de Melo é sobreposta com falas suas, todas contraditórias – “eu sou contra os calotes”; “todos os ministros ficam até o fim do governo”, entre outras. A narração em *off* diz: “Embora pareça ter dificuldade para admitir isso, a pessoa que ocupa o cargo de presidente da República também erra, como todo ser humano. Apontar esses erros não é crime. É um dever. Para um jornal que acredita que seus leitores têm o direito de saber a verdade, entre satisfazer a vontade da pessoa que ocupa a presidência da república e satisfazer seus leitores, a Folha fica com a segunda opção. Se você é a favor da informação e com o direito de saber o que é feito com os impostos que você paga, leia a Folha. Defenda-se. Folha de São Paulo”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1z0GtglyRog> Acesso em 14/05/2018.

irregularidades”, “como noticiou a reportagem da **Folha**”, projetando um dos lugares-sociais que acredita ocupar, o de agente de denúncia. Essas marcas de imagem discursiva tornam-se bastante visíveis quando esse jornal divulga novas implementações do Projeto Folha e reformas visuais e, mais ainda, quando comemora sua própria história.

Ao completar 95 anos, em 2016, a FSP celebrou a data com seminários temáticos e publicou a “maior sequência impressa de cadernos da história do jornal, com 120 páginas”²⁷. Um deles, o caderno “História desdobrada”, reuniu, sob o título “Furo bom”, as “noventa e cinco reportagens que ajudaram a mudar o rumo das coisas”. E como a cada nova comemoração, a FSP busca atualizar e reafirmar essa imagem discursiva, apenas dois anos depois acionou novamente o passado para referenciar o marketing “a serviço do Brasil”. Matéria do site Folha 97, criado especialmente para o aniversário, afirma que “o jornalismo de qualidade provoca impactos”, “serviços públicos mal prestados são revisados depois de investigações e relatos de repórteres”, “verbas desviadas são devolvidas após descobertas de esquemas de corrupção” para, na sequência, informar que, em um ano, o jornal contabilizou²⁸ “75 registros de repercussões concretas relevantes de informações publicadas pelo veículo”.

Os exemplos mencionados são apenas alguns dos discursos que subsidiam a retórica de um jornal que se diz de referência social, que transforma a história do país, porta-voz da democracia e do interesse público. Sabemos que há um vasto material que nos permitiria estender esta análise, mas não é nosso objetivo mapeá-los. O que nos interessa aqui é destacar a presença dessas marcas carregadas de sentido – jornal com experiência nonagenária, “a serviço do Brasil” –, localizadas entre *Folha de S. Paulo* e “Tudo sobre a Ditadura Militar” (figura 4). Marcas que contribuem para produzir e estabilizar uma imagem, não à toa escolhidas para serem exibidas em sua vitrine e em local privilegiado. *Folha de S. Paulo* com suas “credenciais” próximas de TSDM – um sobre o outro –, funciona também como uma espécie de avalista do que será apresentado. O ‘tudo’ é impregnado também de sentidos ou, melhor dizendo, a promessa de ‘tudo’ é referenciada naquilo que o jornal afirma sobre si, ao receber uma

²⁷ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744037-aos-95-anos-folha-publica-especial-recorde-com-total-de-120-paginas.shtml>. Acesso em 22/05/16.

²⁸ A medição, segundo o jornal, é feita pelo projeto Impacto.Jor, financiado pelo Google News Lab, que “tenta mensurar o resultado do trabalho jornalístico na sociedade”. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/apos-reportagens-verba-e-devolvida-e-servico-melhora.shtml>. Acesso em 23/02/18.

chancela do mesmo. Assim, ao leitor é prometida também uma cobertura ampla e “plural”, “crítica” e “independente” sobre a ditadura militar.

Capítulo 2 – QUANDO APENAS TUDO SE COMEMORA

Enquanto conteúdo, “Tudo sobre a Ditadura Militar” pressupõe um leitor modelo, um leitor conectado, como ressaltado anteriormente. Já enquanto um elemento gráfico, produz dois movimentos. Quando esse título de referência surge fora dos limites do caderno especial (figura 3), ocupa um lugar no qual o enunciado já inicia a tomar forma e age também como uma lanterna sobre um mapa, um guia para o leitor. Disposto em posição privilegiada (sempre acima dos títulos das matérias) e com um realce na forma e na cor (caixa bicolor, metade preta, com texto verbal em branco, metade branca, com texto verbal em preto), ele afeta a decisão do leitor de seguir ou abandonar a leitura do texto.

Ao mesmo tempo, localiza aquilo que o jornal definiu como sua rememoração dos 50 anos do golpe de 1964. É a emergência desse título, presente no caderno especial e em alguns primeiros cadernos, que estabelece visualmente as fronteiras entre o material comemorativo e o restante do jornal. Em meio à paisagem que reúne diferentes elementos cromáticos, imagens, símbolos e textos, e que se modifica a cada edição, ele atua demarcando um lugar, semelhante ao ato de afixar um alfinete em um mapa, para permitir vê-lo em destaque e distingui-lo do todo. Esse gesto produz um corte no mundo apresentado nas edições de todo dia. Sua presença no jornal costura a série “Tudo sobre a Ditadura Militar”, expondo um desejo de criar uma unidade dentro do próprio jornal de todo dia e, ao mesmo tempo, distinta dele mesmo.

Esse gesto de presença e ausência da marca TSDM (figura 1) nos permite cartografar enunciados da FSP sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. No quadro abaixo, podemos identificar o que da série o jornal circulou, entre 23 de março e 1º de abril de 2014, e onde a marca está localizada.

Quadro 2: Conteúdo TSDM - edições de 23/03/14 a 1º/04/14 | Fonte: Elaborado pelo autor

Nº.	Data	Título	Local
1	23/03/14	50 anos do golpe de 1964	Capa, pág. A1
2	23/03/14	Forças Armadas travam apurações sobre a ditadura	Poder, pág. A14
3	23/03/14	Entrevista Maria Celina D’Araújo: Silêncio de militares não é compatível com a democracia	Poder, pág. A15

4	23/03/14	Caderno especial “Tudo sobre a Ditadura Militar”	Capa
5	24/03/14	Entrevista da 2ª + Eventos sobre os 50 anos + Reportagem multimídia	Capa, pág. A1
6	24/03/14	Estudiosos elogiam reportagens sobre os 50 anos do golpe	Poder, pág. A7
7	24/03/14	Entrevista Fernando Henrique Cardoso: Ainda falta eficácia à democracia brasileira	Entrevista da 2ª, pág. A18
8	25/03/14	Para presidente da Câmara na era Geisel, não houve ditadura	Capa, pág. A1
9	25/03/14	Entrevista Célio Borja: Regime de 1964 não foi uma ditadura	Poder, pág. A7
10	27/03/14	Entrevista Cid Fernandes: Luta armada foi resistência legítima à ditadura militar	Poder, pág. A9
11	28/03/14	Entrevista Leônidas Pires Gonçalves: Os militares nunca foram intrusos na história brasileira	Poder, pág. A11
12	29/03/14	Entrevista Daniel Aarão Reis: A luta armada se esqueceu de fazer consulta ao povo	Poder, pág. A12
13	29/03/14	Justiça determina que bancário preso na ditadura seja readmitido	Poder, pág. A16
14	30/03/14	Democracia tem apoio recorde, mas é criticada, aponta Datafolha	Capa, pág. A1
15	30/03/14	Convicção na democracia é recorde, mostra pesquisa	Poder, pág. A4
16	30/03/14	Entrevista Almino Afonso: Nunca vi o presidente João Goulart planejar um golpe comunista	Poder, pág. A6 e A7
17	30/03/14	Para 68%, corrupção hoje é maior que na época da ditadura	Poder, pág. A8
18	30/03/14	Debates sobre golpe citam contradições da época	Poder, pág. A9
19	31/03/14	46% aprovam revisão da Anistia, diz Datafolha	Capa, pág. A1
20	31/03/14	Maior parte da população quer anular Lei da Anistia	Poder, pág. A4

A ditadura se fez presente em outros espaços do jornal durante o período analisado, em textos de colunistas, artigos de opinião, charges, cartas de leitores e matérias afins, e até mesmo em outros cadernos. Entretanto, ao criar a distinção da marca “Tudo sobre a Ditadura Militar” nos primeiros cadernos, a FSP sinalizou o que era sua rememoração oficial do golpe e da ditadura. Além do caderno especial, TSDM tratou de pesquisas de opinião sobre a época; sete entrevistas; uma matéria sobre os elogios de “especialistas” à reportagem multimídia; sobre a recusa das Forças Armadas em falar; sobre a readmissão de um bancário, preso na ditadura; um anúncio sobre a programação de debates promovidos pela FSP e outra com um balanço do que foram as discussões. O destaque maior coube às entrevistas, que ocuparam quase página inteira com figuras notórias, em sua maioria políticos, militares e historiadores, ora defendendo ora condenando atos praticados à época.

2.1 Os esqueletos do jornal

Como vimos no Quadro 2, além do caderno comemorativo, a série TSDM contempla matérias e entrevistas, presentes em quase todos os primeiros cadernos das edições entre 23 de março e 1º de abril de 2014. Durante esse período, cinco primeiras páginas²⁹ ofereceram algum destaque a esse conteúdo.

No dia em que o caderno circulou, a primeira página apresenta a série TSDM no alto (figura 2). Logo abaixo, vemos marchas contra e a favor de ditaduras; em uma, manifestantes “pró-intervenção militar” atacam o governo e o comunismo, na outra, condenam golpes e fazem um “protesto simbólico” ao de 1964. Nas páginas internas, essa disputa de 2014 ganha matéria e uma fotografia em que “policiais tentam conter manifestantes” que se agridem fisicamente. Do seu lado esquerdo, há um texto sobre a recusa do Exército, Marinha e Aeronáutica em abrirem seus arquivos da época à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e ao Ministério Público; do lado direito, encontramos uma entrevista com a cientista política Maria Celina D’Araujo que alerta a democracia ser incompatível com o silêncio dos militares (“tratam crimes da ditadura como segredo de estado; se autoanistiam, perdoaram a si mesmos”). Entretanto, a

²⁹ Todas as primeiras páginas encontram-se nos anexos.

manchete principal do dia é sobre investigações de corrupção na Petrobras, no caso da compra da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

No dia seguinte (24), a série TSDM é novamente mencionada no alto da primeira página do jornal, com destaque à entrevista com o ex-presidente³⁰, Fernando Henrique Cardoso. No Primeiro Caderno, o vemos de perfil, sentado em uma cadeira, gesticulando. Pelo bigode, a FSP resume que ele “vê nos atritos de Dilma com o Congresso reflexos da crise que levou à deposição de Jango em 1964”. Em destaque (olho), sua declaração:

Ninguém quer dar um golpe hoje no Brasil, *mas* ninguém sabe como atender demandas que aparecem de repente, com esses mecanismos lentos, muitas vezes desconectados, que são o palácio e o Congresso. (grifo nosso)

A manchete principal do dia é sobre o risco de invasão da Ucrânia pela Rússia. No dia seguinte (25), a série TSDM ganha a capa com a chamada “para presidente da Câmara na era Geisel, não houve ditadura”, seguida de um breve texto, sem foto. Nas páginas internas, o jurista Célio Borja surge de perfil, com o queixo apoiado sobre as mãos sobrepostas e semblante sereno. Na entrevista que ocupa quase uma página inteira, ele afirma que o “regime de 1964 não foi uma ditadura”, declaração destacada no título. Segundo ele, houve “plenos poderes no período” e “as Forças Armadas se anteciparam ao golpe que seria dado com aval de João Goulart”. Logo abaixo, em tamanho bem menor, sabemos que um órgão internacional, Anistia Internacional, pedirá punição a torturadores. A principal manchete do dia é sobre o rebaixamento da nota do Brasil pela agência de classificação de risco estrangeira Standard & Poor’s, além das notas da Eletrobras e Petrobras. Na capa, há duas fotografias de um mesmo casal, antes e depois da internação para tratamento contra dependência ao crack.

As outras duas primeiras páginas que estampam a série TSDM são as edições dos dias 30 e 31 de março. Na primeira, vemos na metade inferior da página um breve texto, sem foto, sobre pesquisa Datafolha – “democracia tem apoio recorde, mas é criticada”. Nas páginas internas, sabemos que 62% dos entrevistados acreditam que a democracia é sempre o melhor regime. Quatro páginas depois, a continuação dos resultados da pesquisa ganha outro foco; “para 68%, corrupção é maior hoje que na

³⁰ Segundo informa a FSP, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não aceitou falar sobre o assunto e os ex-presidentes José Sarney (PMDB) e Fernando Collor (PTB) e a presidenta Dilma Rousseff não responderam às solicitações do jornal.

época da ditadura” é o título. A principal manchete do dia é uma afirmação do presidente venezuelano, Nicolás Maduro (“Direita na Venezuela quer o golpe, diz Maduro”). Vemos a fotografia do cantor Gilberto Gil, em destaque na parte superior da página e, abaixo, instalações do estádio paulista Itaquerão onde, no dia anterior, um operário havia sofrido uma queda durante o trabalho.

Em 31 de março, aniversário dos 50 anos do golpe, a série TSDM ganhou a primeira página na forma de números, resumidos na manchete principal: “46% apoiam a revisão da Anistia, diz Datafolha”. Internamente, lê-se que a pesquisa aferiu que a maioria dos brasileiros (54%) gostaria que a “Polícia e o Judiciário” punissem quem cometeu “atentados contra o governo”, e o restante (46%) anseia por punições dirigidas a aqueles que “torturaram presos políticos. O entrevistado do dia é o diretor-presidente da Bovespa, que acusa o afastamento de investidores por “decepção com a Petrobras”. Há três fotografias. Nas duas que ganham destaque no alto da página, vemos jogadores de times paulistas de futebol celebrarem vitórias; naquela localizada no rodapé da página, vemos a tensão entre policiais e moradores da Comunidade da Maré, na capital carioca.

Apesar de não ganharem as capas do jornal, outras matérias da série ocuparam os Primeiros Cadernos. Além das entrevistas já anunciadas nas primeiras páginas (com um ex-presidente, uma cientista política e um jurista), há mais quatro durante o período analisado. Outra vez, o padrão de vozes masculinas é mantido. Ouvimos o ex-guerrilheiro³¹ Cid Fernandes, o historiador Daniel Aarão Reis, o general Leônidas Pires Gonçalves e o economista ex-ministro de João Goulart Alfonso Almino. As ações das Forças Armadas e de militantes de esquerda são de novo eleitas como foco da narrativa sobre 1964-1985, agora pelo olhar contemporâneo dos “especialistas” convocados.

Três presidentes ganharam espaço nessa lembrança: Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Entretanto, a FSP os localiza distintamente. Fora do caderno, o primeiro surge em dois textos: na “entrevista de 2ª” (com foto), anunciada na primeira página do jornal (24 de março) e na matéria “Debates sobre o golpe citam contradições da época” (30 de março), em que aparece em fotografia e legenda participando de uma mesa. Ambos os textos são parte de “Tudo sobre a Ditadura Militar”. Já os demais presidentes, Dilma e Lula, surgem em matérias

³¹ Assim apresentados pelo jornal.

laterais à série. Nelas cabem inferências e esquecimentos, “contradições” são ressaltadas, e outros tempos e atuações passadas são acionados, como é o caso de Dilma, “ex-guerrilheira”. Nas matérias TSDM não.

Dilma Rousseff tem seu nome ventilado no anúncio da campanha da Anistia Internacional (“Anistia fará campanha para punir torturadores”, pág. A11, 28 de março). Ao informar que dirigentes da entidade querem ir a Brasília para entregar a petição à presidenta, o jornal lembra que “desde a posse de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, ela é a única presidente que nunca recebeu a Anistia Internacional no Planalto”. Já a edição de 1º de abril, exibiu uma fotografia sua (as duas mãos estão levantadas, polegares pressionando os indicadores, e os lábios articulados – a expressão é rígida, ver anexos) e reproduziu parte de seu discurso proferido no dia anterior, aniversário do golpe (“Dilma defende ‘pactos’ que garantiram o fim da ditadura – Presidente indica apoio à Lei da Anistia, que familiares de mortos querem rever”, pág. A4, 1º de abril). No texto, o jornal focaliza interpretações sobre um trecho³² de sua declaração, apontando-o como argumento contrário “à pressão que familiares de militantes de mortos e desaparecidos têm feito sobre o sistema judiciário para que a lei seja revista e militares que participaram da repressão sejam punidos”.

“Nós reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais”, disse Dilma em seu discurso. “Assim como eu respeito e reverencio os que lutaram pela democracia, enfrentando a truculência ilegal do Estado e nunca deixarei de enaltecer esses lutadores e essas lutadoras, também reconheço e valorizo os pactos políticos que nos levaram a redemocratização”, acrescentou. Embora a presidente não tenha sido explícita, o discurso foi interpretado como sinal de seu apoio à Lei da Anistia, de 1979, que abriu caminho para a redemocratização *ao conceder perdão a ex-guerrilheiros como ela* e também a agentes da repressão. A fala contrasta com boa parte da esquerda brasileira, incluindo integrantes do PT. (trecho de “Dilma defende ‘pactos’ que garantiram o fim da ditadura”, *grifo nosso*)

Lula tem apenas trechos de uma fala; fotografias apareceram no caderno TSDM (“Em vídeo, Lula exalta democracia e lembra golpe”, pág. A16, 29 de março). Ainda que a matéria sobre essa declaração seja curta (pouco mais de 1000 caracteres), há nela

³² O trecho original do discurso de Dilma Rousseff trata-se de: “Nós reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas e de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais. Muitos deles traduzidos na Constituição de 1988. Como eu disse, na instalação da Comissão da Verdade, assim como eu respeito e reverencio os que lutaram pela democracia, enfrentando a truculência ilegal do Estado e nunca deixarei de enaltecer esses lutadores e essas lutadoras, também reconheço e valorizo os pactos políticos que nos levaram a redemocratização”. Na transcrição da matéria da FSP, as menções à Constituição de 1988 e à Comissão da Verdade são suprimidas.

espaço para informar que, apesar de ele elogiar o trabalho da Comissão da Verdade, “enquanto foi presidente, Lula manteve fechados os arquivos com documentos sigilosos produzidos pelo regime militar brasileiro”. É curioso notar, entretanto, o completo esquecimento do jornal sobre os fortes embates ocorridos à época da divulgação das metas do Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em dezembro de 2009, cuja cobertura pela FSP³³ foi ampla.

Dentre as diretrizes do PNDH-3 estavam políticas de memória e justiça, como a criação de uma comissão da verdade e a mudança e proibição de logradouros, atos nacionais e prédios públicos com nomes de pessoas que cometeram crimes de lesa humanidade. Entretanto, especialmente a proposta de que uma comissão da verdade tratasse apenas do exame de “violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política” no período da ditadura militar foi alvo de críticas, especialmente de militares. Na cobertura da imprensa escrita, esse suposto caráter punitivista ganhou realce; houve um artigo de opinião, inclusive com provocações à (então) candidata à presidência, Dilma Rousseff, como é possível ver no texto “Guerrilha e redemocratização³⁴”, do professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra, o advogado Ives Gandra, publicado pela FSP em 2010.

A Lei da Anistia, proposta principalmente pelos guerrilheiros, foi um passo importante para a redemocratização, pois possibilitou àqueles que preferiram as armas às palavras a sua volta ao cenário político. A lei, à evidência, *pôs uma pedra sobre o passado, sepultando as atrocidades praticadas tanto pelos detentores do poder, à época, como pelos guerrilheiros*. E foram muitas de ambos os lados. Num país em que o ódio tem pouco espaço – basta comparar as revoluções de nossos vizinhos com as do Brasil para constatar que o derramamento de sangue aqui foi sempre muito menor –, tal *olhar para o futuro* permitiu que o Brasil ressurgisse, com uma Constituição democrática. (...) Vive-se – graças à redemocratização *voltada para o futuro, e não para o passado* – ambiente de liberdade e desenvolvimento social e econômico próximo ao de nações civilizadas. O Programa Nacional de Direitos Humanos, organizado por inspiração dos guerrilheiros pretéritos, pretende, todavia, derrubar tais conquistas, realimentando ódios e feridas, inclusive com a tese de que os torturadores guerrilheiros eram santos, e aqueles do governo, demônios. Essa parte do plano foi corrigida, tendo o presidente Lula admitido que, se for criada a comissão da verdade, há de apurar tudo o que de excessos foi praticado naquela época – por militares e guerrilheiros. *Tenho a*

³³ Em 9 de janeiro de 2010, a polêmica ganhou a chamada principal da primeira página da FSP: “Ministro critica plano de direitos humanos”. Na seção *Tendências e Debates* o jornal inquiria: “É positiva eventual revisão da Lei da Anistia?”, além de abordar o assunto em seis matérias que ocuparam três páginas do Primeiro Caderno (A6, A8 e A9). Fonte: Acervo Folha.

³⁴ “Guerrilha e redemocratização”, por Ives Gandra, na seção *Tendências e Debates*, edição de 22 de janeiro de 2010. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2201201008.htm> Acesso em 14/05/2018.

impressão de que isso não será bom para a candidata Dilma Rousseff. (trecho de “Guerrilha e redemocratização”, grifo nosso).

Ao final, pressões contrárias acabaram impactando a conformação da Comissão Nacional da Verdade/CNV, criada pela lei 12528, de 2011. Como nos lembra Vanessa Oliveira (2017):

Entre as críticas ao PNDH-3 prevaleceu-se o argumento de que as propostas do programa se tratavam de revanchismo, iriam abrir uma “ferida” e contrariavam a Lei da Anistia de 1979. Após a polêmica, o PNDH-3 foi novamente publicado em maio de 2010, com diversas mudanças em seu texto. Entre as alterações, está a retirada da proposição de identificar e sinalizar locais públicos que serviram à repressão ditatorial, bem como de locais onde foram ocultados corpos e restos mortais de perseguidos políticos. Também foi retirada a proposta de desenvolver programas e materiais educativos acerca da resistência popular à ditadura e foi retirada a proposta de mudar e proibir o nome de logradouros, atos nacionais e prédios públicos que receberam nomes de pessoas que cometeram crimes de lesa humanidade. No que tange a Comissão da Verdade, a nova redação do PNDH-3 adotou um tom mais generalista, sugerindo a investigação de graves violações de direitos humanos praticados no período previsto na Constituição Federal (no caso, de 1946 a 1985, ou seja, um período anterior ao regime militar, o que de uma certa maneira retira simbolicamente o peso que é investigar os crimes da ditadura). Todavia, permaneceu a proposta de criar a CNV. (OLIVEIRA, 2017, p. 32).

Vale lembrar também que, em março de 2014, era um momento em que os trabalhos das comissões da verdade – nacional, estaduais e municipais – já se encontravam em pleno funcionamento; a divulgação oficial do relatório final da CNV seria realizada em 10 de dezembro daquele ano. Fazemos aqui um pequeno parêntese sobre ela.

A CNV³⁵ foi instalada em 16 de maio de 2012, em uma cerimônia que contou com a presença de diversas autoridades³⁶, incluindo todos os ex-presidentes (vivos) do

³⁵ “Para estudiosos dos processos de justiça de transição, como Freeman (2006) e Hayner (2011), comissões da verdade surgem – ou ao menos deveriam surgir – como órgãos temporários destinados a mudar políticas e práticas a partir de investigação sobre um padrão de acontecimentos (violência e repressão) ocorridos em determinado período, sendo oficialmente autorizadas ou habilitadas pelo Estado.” (SANGLARD, 2017, p. 10)

³⁶ Na cerimônia de instalação da Comissão Nacional da Verdade estiveram presentes todos os ex-presidentes (vivos) do período democrático, quatro representantes das Forças Armadas – da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas –, o procurador-geral da República, os presidentes da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho, ministros, senadores e prefeitos, representantes do Superior Tribunal de Justiça, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos e de entidades de defesa dos direitos humanos, além de membros da Comissão da Verdade. Discurso proferido pela presidenta Dilma Rousseff disponível em <http://www.mdh.gov.br/importacao/2012/05/16-mai-2012-discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da> Acesso em 11/05/18.

período democrático – conferindo “o status de “política de Estado” que o governo pretendia atribuir ao colegiado” (SANGLARD, 2017, p. 4) – e representantes do alto comando das Forças Armadas. Ela é mobilizada pelos pilares da justiça de transição³⁷ e recebeu a incumbência de investigar (sem a prerrogativa de punir ou indicar punições) os casos de violação dos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988 – identificando locais, agentes e circunstâncias –, tendo se debruçado mais efetivamente sobre o período de 1964 a 1985. Sua criação, quase três décadas após o fim daquela ditadura, “insere-se como um dos marcos da luta pela verdade e justiça no Brasil” (OLIVEIRA, 2017, p. 20). Como nos apontam Fernanda Sanglard e Teresa Neves (2017):

tais comissões se tornaram iniciativas importantes para estimular a sociedade a lidar com memórias que não ganhavam espaço no debate público, responsabilizando violadores, reparando vítimas, propondo reformas e estimulando manifestações sociais, políticas e artísticas. Sob este ponto de vista, comissões da verdade são provocadoras do debate público e também responsáveis pelo (re)ingresso da temática dos grandes traumas na mídia e, conseqüentemente, na arena pública. (NEVES, SANGLARD, 2017, p. 10)

Entretanto, apesar de seu potencial “provocador do debate público” e de estarem em andamento no cinquentenário do golpe, os debates e trabalhos da CNV têm presença tímida na rememoração oficial de TSDM. Por decisão da própria CNV (inclusive alvo de disputas internas), a divulgação de seus trabalhos seria concentrada em um relatório final, tornado público em dezembro de 2014. Todavia, ao longo de dois anos e sete meses, ela realizou quase uma centena de audiências públicas, transmitidas ao vivo pela internet e as gravações disponibilizadas em seu canal próprio do YouTube³⁸, que contabiliza 565 vídeos. Além disso, “as atividades também foram registradas em fotografias e divulgadas na imprensa, nas redes sociais e no site da CNV pela equipe de

³⁷ “Apesar do termo “justiça de transição” ter sido criado apenas em 1991, pela professora de Direito Ruti Teitel (SANTOS, 2009, p.476), é possível afirmar que o trabalho nesse campo surge após a segunda guerra mundial, a partir de reflexões sobre o holocausto judeu e sobre a forma como a sociedade pode lidar com memórias traumáticas (ABRÃO, TORELLY, 2010). A reflexão sobre o conceito evoluiu para uma segunda fase relacionada à uma onda de democratização pós-ditaduras e pós-queda do muro de Berlim.” (OLIVEIRA, 2017, p. 23). Na prática, a justiça de transição versa sobre um conjunto de abordagens, mecanismos (judiciais e não judiciais) e estratégias para enfrentar o legado de violência em massa do passado, para atribuir responsabilidades, reparar vítimas, exigir a efetividade do direito à memória e à verdade, fortalecer as instituições com valores democráticos e garantir a não repetição das atrocidades (conforme documento produzido pelo Conselho de Segurança da ONU - *UN Security Council- The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies*). Esse conjunto de mecanismos e medidas trata-se de “medidas temporárias, necessárias durante o período de redemocratização até a consolidação de uma ordem democrática” (OLIVEIRA, 2017, p. 23).

³⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/user/comissaodaverdade>.

comunicação” (OLIVEIRA, 2017, p. 35). Vale lembrar que na divulgação do relatório final, a FSP foi o veículo que mais noticiou o tema, sendo responsável por 35 matérias, 42,7% do total ³⁹, inclusive destacando o histórico da Comissão e os avanços por ela produzidos (ou pela voz de especialistas e militantes). Mas no cinquentenário do golpe não. Na rememoração de “Tudo sobre a Ditadura Militar” seus trabalhos não são tema articulador nas entrevistas (em nenhuma das perguntas) e, quando surgem espontaneamente em algumas respostas, não são retomadas/adensadas na rememoração do jornal. Aparecem em apostos ou aspas⁴⁰ de entrevistados, em matérias outras.

É ainda mais curioso notar essa ausência/apagamento quando identificamos que, entre os debates (ver adiante figura 6) sobre o tema golpe e ditadura organizados pelo próprio jornal, há a mesa “Ditaduras e legados: Comissão da Verdade”. Contudo, a matéria que resume os diálogos realizados pelo veículo dá destaque às “contradições” (“Debates sobre golpe citam contradições da época”, pág. A9). Publicada em 30 de março, ela exibe uma fotografia em que dividem a mesa o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o político José Serra, o historiador Boris Fausto e o cientista político Bolívar Lamounier – quatro homens e brancos. Corrupção é outra ausência temática que nos chama a atenção. Tema onipresente nas dez edições analisadas (a apuração sobre a compra da refinaria de petróleo de Pasadena, nos Estados Unidos), quando sua ocorrência é durante a ditadura, é lembrada uma única vez e por pesquisa de opinião, alçada a título: “Para 68%, corrupção é maior hoje que na época da ditadura”.

O caderno comemorativo e as matérias/entrevistas – que, juntos, formam a série TSDM – sugerem dois movimentos distintos e complementares. Como veremos mais adiante, o primeiro parece narrar apenas o passado (no caderno, tomado como estável e acabado). Já as demais matérias/entrevistas dizem acioná-lo para oferecer novos fatos e análises sob o olhar do hoje (2014) – ou o que Keren Tenenboim-Weinblatt (2013)

³⁹ No artigo *Memória, esquecimento e (re)significação da ditadura pela CNV e pela imprensa* (2017), as pesquisadoras Fernanda Sanglard e Teresa Neves contabilizaram 218 notícias referentes ao tema, entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2014, coletados nos seguintes veículos: jornais *Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, televisivo *Jornal Nacional* e o portal de notícias *GI*. A FSP foi também “o que mais garantiu espaço aos enquadramentos ‘punitivo’ e ‘conflitivo’, conferindo esses enfoques a treze matérias, o equivalente a mais de um terço das inserções que veiculou sobre o tema”.

⁴⁰ Na entrevista com a cientista política Maria Celina D’Araujo (23/03), ela afirma que “A Comissão da Verdade está dando um passo importante, embora tardio, ao pegar depoimentos de quem efetivamente prendeu e torturou”. Em “Forças Armadas travam apurações sobre a ditadura” (23/03), a comissão é mencionada no aposto de Pedro Dallari – “coordenador da Comissão Nacional da Verdade”. E em “Anistia fará campanha para punir torturadores” (28/03), lemos que “para [Átila] Roque [diretor da entidade], revelações da Comissão da Verdade e depoimentos de militares que admitem ter matado presos contribuem para a mobilização”.

chama de memória retrospectiva e prospectiva⁴¹, respectivamente. Entretanto, ambos compartilham semelhanças e modos de ver. Vemos em suas marcas visíveis o invisível das experiências, das histórias e pessoas comuns, ganha realce as disputas por indenizações contabilizadas em valores monetários, continua presente o velho binômio que reduz a(s) história(s) daquele período ao confronto entre a luta armada e o aparato repressivo e, sobretudo, no dia do aniversário do golpe são protagonistas os números.

Em 31 de março, o que resta da ditadura são controvérsias, desencarnadas em um gráfico estampado no cardápio de notícias do dia. Para a efeméride, a FSP elege a disputa polarizada entre “lados”, que escolhem se punir *uns* ou *outros*. Quando escutamos alguém falar individualmente (em discurso direto, com aspas destacadas como olho), são dois homens – um ex-ministro da justiça do regime e um historiador –, a confirmarem a polarização de opiniões. Assim como no caderno comemorativo, na ditadura em série a população possui voz, corpo e rosto somente quando marcha com faixas e encena um “país partido ao meio”, expressão/imagem utilizada no caderno para elucidar o golpe de 1964. Essa cisão e o fantasma do golpe assim retornam cinco décadas depois, novamente representados em “multidões” apartadas, que falam por meio de faixas com frases imperativas. Afinal, como afirma o ex-presidente FHC em entrevista destacada na primeira página do dia 24, “ninguém quer dar um golpe hoje no Brasil, *mas*”. No caderno ou nas matérias avulsas da série, não vemos um gesto da FSP de lançar luz sobre o que resta da ditadura nos dias atuais, os silêncios e traumas dos arrestos de liberdade e dos direitos fundamentais, as feridas abertas pela negação a uma justiça de transição. A experiência brasileira de vinte e um anos sob ditadura é vista como uma questão de opinião. Não à toa, após marcar as comemorações do cinquentenário do golpe de 1964 no dia 23 de março prometendo ‘tudo sobre’, na data mesmo do aniversário, a FSP encerra a série acionando a percepção que brasileiros têm hoje (2014) sobre o período. Efetua, assim, um jogo de luz e sombra, ao revelar números e encobrir a experiência de um “antigo” regime autoritário.

⁴¹ The distinction between remembering what happened and remembering what needs to be done is one that exists in our everyday use of the notion of memory (Neisser, 1982). We remember, or forget, what happened in the past, and we remember, or forget, what we need to do in the future, or what we promised ourselves or others we would do: pay bills, pick the kids up from school, or finish a journal review. In cognitive psychology, the latter is called “prospective memory”, to be distinguished from “retrospective memory” (Ellis & Cohen, 2008; Meacham & Leiman, 1982). Whereas retrospective memory is the recollection of past events and experiences, prospective memory is defined as “remembering to carry out intended actions at an appropriate time in the future” (McDaniel & Einstein, 2007, p. 1)” (TENENBOIM-WEINBLATT, 2013, p. 96-97)

Apesar desse gesto, é curioso notar que nessa mesma capa de 31 de março de 2014 (figura 37, ver anexos) emergem facetas de um espólio autoritário, na atuação das forças policiais junto a parte da população. No rodapé do menu do dia, vemos ao fundo um veículo militar com “jovens suspeitos de tentativa de arrastão no Complexo da Maré, no Rio” e, à frente, mulheres negras – uma delas leva a mão à cabeça – discutindo com policiais que portam armamento de guerra. A legenda informa que “horas depois de a polícia ocupar favelas, um adolescente morreu, atingido durante trocas de tiros entre facções”.

Figura 5: Fotografia no rodapé da primeira página – edição 23/03/14 | Fonte: Acervo Folha



Para além do caderno do dia 23, o restante da série abre também espaço para a atuação da imprensa. Se no material comemorativo, a FSP se afirma um dos atores responsáveis pelo fim da ditadura ao apoiar as Diretas Já, em matéria do dia seguinte, convida “estudiosos” para avaliarem seu trabalho em 2014. Estudiosos elogiam, diz.

Figura 6: Repercussão sobre reportagem multimídia e ciclo de debates – pág. A7 - edição 24/03/14 | Fonte: Acervo Folha

TUDO SOBRE A DITADURA MILITAR

Estudiosos elogiam reportagem sobre os 50 anos do golpe

Críticas elencam ausência de entrevistas com mulheres e omissões sobre o meio cultural e a imprensa alternativa

Sociólogo e historiador apontam 'formato didático' e afirmam que material deve ser útil em salas de aula

DE SÃO PAULO

Especialistas ouvidos pela Folha elogiam o site Tudo sobre a ditadura militar e sua síntese impressa, o caderno sobre os 50 anos do golpe de 1964, publicados ontem.

Vários destacaram o equilíbrio dos textos e recursos de áudio e vídeo. Alguns criticaram e apontaram omissões.

Para o sociólogo Marcelo Bideetti, "o formato didático facilita a comunicação com as novas gerações". Ele rejeitou, porém, que os entrevistados eram todos homens.

Sobre o conteúdo, Bideetti disse ter só uma discordância: "O texto inicial diz que direita e esquerda tinham igual desprezo pela democracia. Mas o fato é que quem deu o golpe foi a direita. Nunca encontramos indícios de golpe pela esquerda".

A historiadora Heloisa Starling classificou como "esmaelinária" a reprodução de

um filme do Ipes, órgão que atuava para desestabilizar Jango, e de uma propaganda de 1963 pela reforma agrária. Também gostou do quadro "E se...?", com conjecturas sobre eventos que não ocorreram.

Para Starling, o site poderia explorar mais a oposição no meio cultural. Ela ainda acha estranho sugerir que não houve resistência no dia do golpe: "Um militante de esquerda foi torturado no Riocelê, houve confrontos no Rio, em Porto Alegre".

O cientista político Rui Tavares Maluf, que disse ter apreciado o material, sugeriu uma colocação do áudio da fala

de Delim Netto apoiando o AI-5, como foi feito com a fala de Jairas Possarinho. "Delim agora colabora com forças da esquerda, mas nunca fez autocrítica".

O historiador Lincoln Seco também chamou a atenção para Delim. "Ele fala da reorganização da economia de forma superficial. Tem proibição de greves, intervenção em sindicatos. A matéria poderia ter sido mais crítica."

Como pontos fortes ele cita a "crítica à insuficiência" da Comissão da Verdade e o texto sobre a colaboração da imprensa com a ditadura.

Historiador e professor, Fábio Bezerra afirmou que o material será útil em salas de aula. Ele disse ter sentido falta de dados a respeito da imprensa alternativa.

O filósofo Gilberto de Melo Kajiwski elogiou a iniciativa e sugeriu: "Entre as hipóteses sob o título 'E se...?', cabe mais esta: E se Tancredo não tivesse morrido?".

Rodrigo Patto Sá Motta, coautor de "A Ditadura que Mudou o Brasil", também elogiou: "Os textos pareceram baseados em adequada pesquisa, resultando em uma narrativa bem informada".

DEBATES, PALESTRAS E SIMPÓSIOS SOBRE OS 50 ANOS DO GOLPE DE 1964

Eventos programados para os próximos dias em São Paulo

* Exige inscrição pelo site ou por telefone

Data	Hora	Evento	Expositores	Local/Organizador	Telefone
24.mar	18h	50 anos do golpe de 1964	Luiz Eduardo Rocha Paiva (Escritor), Marlúce Moura (revista "Prospéira Fausto") e Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)	Teatro Folha/Folha de S.Paulo	(11) 3823-3473
25.mar	19h	50 anos do golpe de 1964 - balanço de uma experiência histórica	Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente), Francisco de Oliveira (sociólogo) e José Artur Guarnieri (sociólogo)	Sanc. Consolação/Cebra/Inscrições encerradas	*
26.mar	19h	Legalidade, exceção e resistência no Brasil	Jamaina Teles (USP), Denise Rollemberg (UFF), Antonio Luigi Negro (UFPA) e Marcelo Bideetti (Unicamp)	Biblioteca Mindlin/USP	(11) 3091-1154
26.mar	9h30	Operação Condor e a repressão no Cone Sul	Luiz Claudio Cunha (jornalista), Melisa Stalman (Universidad de Buenos Aires), John Dinges (Columbia University)	Biblioteca Mindlin/USP	(11) 3091-1154
26.mar	14h30	Música, cinema e teatro sob a ditadura	Marcos Napolitano (USP), Eduardo Moretti (USP) e Milandre Garcia (UEF)	Biblioteca Mindlin/USP	(11) 3091-1154
27.mar	19h	Ditaduras e legados: a Comissão da Verdade	Rosa Cardoso (UERJ) e Comissão Nacional da Verdade, Peter Karshak (George Washington University) e Vladimir Salafy (USP)	Biblioteca Mindlin/USP	(11) 3091-1154
28.mar	11h	O golpe de 1964: o passado e o presente 50 anos depois	José Serra (ex-governador de São Paulo), Boris Fausto (historiador) e Bolívar Lamounier (cientista político)	Fundação FHC	(11) 3359-5000
02.abr	17h	Operação Condor (com exibição do filme "O dia que durou 21 anos")	Fábio Tavares (jornalista) e Marcelo Weichert (Ministério Público Federal)	Procuradoria Regional da República da 3ª Região	(11) 2192-8600
03.abr	18h30	Ditadura civil	Maria Rita Kehl (Comissão Nacional da Verdade) e Antonio Celso Ferreira (USP)	Biblioteca Mindlin/USP	(11) 3116-1701
03.abr	19h30	Atualidade da violência de Estado: transição, desenhada para não terminar	Paulo Arantes (USP), Dario de Negreiros (Margens Clínicas) e representantes do MP, MTST, Mães de Maio e metropolitano	Auditorio da Geografia/USP	(11) 3091-4612
08.abr	19h	Censura e imprensa (com exibição do filme "Vladimir 30 anos depois")	Igor Fuser (jornalista) e Daniel Campos de Carvalho (Universidade Federal de São Paulo)	Cinusp	(11) 3091-3540
10.abr	19h	Tortura (com exibição do filme "Cidadão Bolleisen")	Ivan Senas (Comissão da Verdade de Rubens Paiva)	Cinusp	(11) 3091-3540

Obs: A programação foi divulgada pelos organizadores. É recomendável confirmar datas, horários e condições de inscrição.

Outras duas primeiras páginas do período nos chamam a atenção. A da edição de 26 de março estampa a foto do coronel reformado Paulo Malhões. Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade no dia anterior, ele declarou que torturou, matou e ocultou corpos; “eram mutilados para evitar reconhecimento”. Na legenda da foto, sabemos que diz não sentir arrependimento pelas mortes e torturas. A outra, de 1º de abril, mostra algumas pessoas segurando fotos de mortos e desaparecidos no período. Alguns possuem identificação e breve história descrita. Na legenda, lemos: “ato nos 50 anos do golpe, em memória de militantes mortos pela ditadura, no prédio do antigo Doi-Codi, em São Paulo”. Chama-nos a atenção o fato de ambas não serem identificadas como “Tudo sobre a Ditadura Militar”. Poderíamos pensar que elas não se encaixam por tratarem de acontecimentos recentes, mas a matéria de TSDM sobre a readmissão, conquistada na justiça, por um bancário que foi demitido durante a ditadura é a exceção que desfaz a regra (“Justiça determina que bancário preso na ditadura seja readmitido”, pág. A16, 29 de março). A experiência da tortura, pela perspectiva de um torturador – item raro no silêncio de morte dos militares –, assim como histórias de mortos e desaparecidos não cabem na comemoração oficial da FSP. Ao contrário, são notícias ordinárias, situadas pelo próprio jornal na ordem do dia a dia. Sem a chancela TSDM, que marca e delimita o que a FSP escolhe narrar sobre o golpe e vinte e um anos de

ditadura militar, elas são apartadas de uma lembrança que se projeta em direção a um futuro.

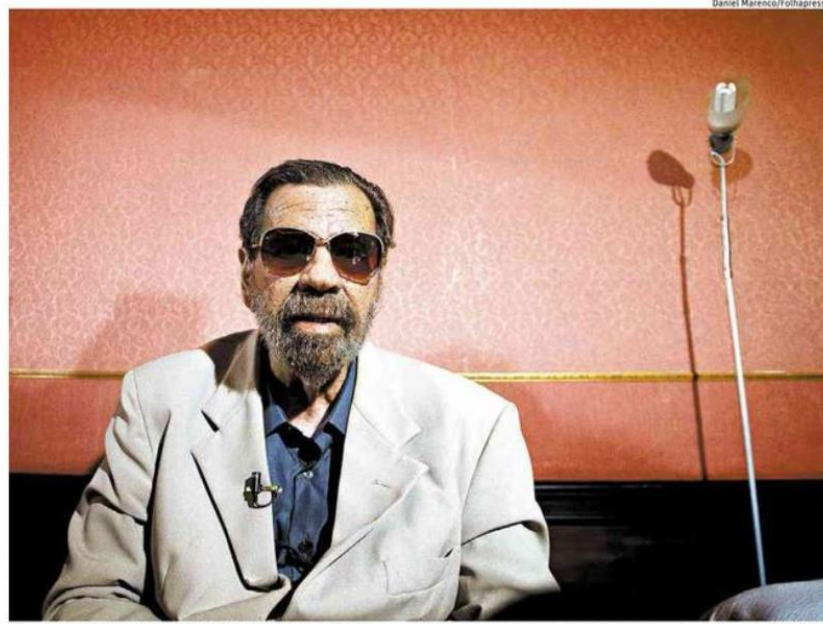
Figura 7: Detalhes – primeiras páginas – edições de 26/03/14 e 1º/04/14 | Fonte: Acervo Folha

Coronel admite que torturou e matou durante a ditadura

O coronel reformado Paulo Malhães, 76, afirmou à Comissão Nacional da Verdade que torturou, matou e ocultou cadáveres de presos políticos na ditadura. Disse não ter remorso e que mutilar corpos era "necessidade" para "não deixar rastros". O ex-ministro José Carlos Dias, membro da comissão, definiu Malhães como "um excisionista, sádico". Poder A10

ELIO GASPARI Mesmo ténue, DNA golpista se transmuta

Jango foi deposto em 1964 pela carta golpista que estava com vários jogadores, mas a direita fez a canastra. Felizmente, em 2014 a carta dos quartéis saiu do baralho. O DNA golpista, porém, não desaparece. Mesmo enfraquecido, se transmuta. Poder A10



O coronel reformado Paulo Malhães, no depoimento em que disse não se arrepender das mortes e torturas na ditadura

VÍTIMAS DA DITADURA

NELSON DE SOUZA KOHL
Membro do Partido Operário Comunista, desapareceu em 1973 no Chile, após ser sequestrado aos 33 anos

SÔNIA MARIA DE MORAES ANGEL JONES
Militante da ALN, engajou-se na luta armada e morreu em 1973, aos 27 anos

ANTÔNIO GUILHERME RIBEIRO RIBAS
Militante do PCdoB, lutou na guerrilha do Araguaia e desapareceu em 1973, aos 27 anos



PAULINE PHILIPPE REICHSTUL
Integrante da VPR, morreu em 1973 no massacre da chácara São Bento, aos 25 anos

RUBENS BEYRODT PAIVA
Deputado federal cassado pelo regime, desapareceu em 1971, aos 41 anos, após ser preso em casa por agentes da Aeronáutica

HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH
Ex-dirigente da UNE, lutou na guerrilha do Araguaia e desapareceu em 1972, aos 28 anos

Ato nos 50 anos do golpe de 1964, em memória de militantes mortos pela ditadura, no prédio do antigo DOI-Codi, em São Paulo

2.2 A ditadura de todo dia

Como nos lembra Antunes (2014), se em situações comemorativas (quando o jornal aciona o passado como história e modo para referenciar os fatos) é mais fácil perceber como a memória se insinua,

na cobertura de todo dia podemos considerar como esta memória coletiva põe os diferentes eventos em perspectiva, acrescentando inúmeros sentidos às histórias mais prosaicas – nos termos utilizados, nos elementos organizados para a descrição e narração, no enquadramento das imagens, etc. (ANTUNES, 2014, p. 164).

Ainda que no período analisado não seja estranho que o tema do golpe e da ditadura surja em outras páginas do jornal, destacamos aqui esse gesto da FSP de delimitar com a marca comemorativa TSDM como aquilo que *ela* diz narrar sobre o assunto. Em outras palavras, sabemos que sua rememoração não se esgota na série TSDM: ela oferece vários outros textos, mas os apresenta distintamente. Ao demarcar aqueles que são TSDM, faz parecer que a publicação dos demais textos (como artigos, as cartas ao leitor selecionadas, tendências e debates, incluindo textos de outrem) são apenas um mosaico de vozes plurais; uma suposta abertura à diversidade que estaria alinhada com seus princípios editoriais. Neste mosaico, da qual a FSP apenas cumpriria a função de *publisher*, cabem destaque à declarações do coronel (que foi torturador) Paulo Malhões sem quaisquer reflexões e artigos como *Nova história* (Opinião, pág. A3, 24 de março), do general reservista do Exército, Rômulo Bini Pereira e *Não foi bem assim como dizem hoje* (Opinião, pág. A3, 28 de março), do jornalista Carlos Chagas, ex-assessor de imprensa do ditador Costa e Silva (e um dos especialistas convidados a responder perguntas na matéria “E se...”, do caderno).

O texto assinado pelo militar⁴², elogia a Lei da Anistia que, “ao colocar um ponto final no conturbado período de nossa história, evitou confrontos fratricidas de consequências imprevisíveis”. Faz duras críticas à presidenta Dilma Rousseff pelo estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade, cujo trabalho trata-se de “uma deliberada e vingativa campanha contra as Forças Armadas”, transformadas “em autênticas delegacias especializadas” e com apurações que elevam ao patamar de herói pessoas como o “comunista e terrorista” Carlos Marighella, nosso “Guevara tupiniquim”. Chama o golpe de Revolução de 1964 e aponta, como um dos indícios da reescrita da história, o jornal *O Globo* escrever *Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro*, apesar de, segundo o militar, o jornal carioca ter ele mesmo se beneficiado “dos

⁴² Vale lembrar que apenas militares reformados (ou com alguma ligação com as Forças Armadas) costumam se manifestar publicamente sobre o assunto. O silêncio dos militares tem sido uma postura corrente desde o fim do regime e, mais recentemente, em 2004, tornou-se oficial. “O Exército informou que não iria se manifestar sobre os 50 anos do golpe. Desde 2004, quando uma nota do Exército justificando a violência contra opositores da ditadura provocou uma crise no governo Lula, as Forças Armadas passaram a evitar manifestações sobre o assunto”. “Dilma defende ‘pactos’ que garantiram o fim ditadura” – pág. A4, edição de 01/04/14. Acervo Folha.

avanços tecnológicos e do suporte financeiro que recebeu do regime que agora desdenha”. O general Bini condena o “chavão” “21 anos de trevas” que, supostamente, a “nova história” poderia iluminar com a Comissão, uma história “reescrita de cima para baixo, onde a neutralidade é uma falácia, com clara predominância do revanchismo e da emoção”.

Já o texto do jornalista e ex-porta-voz da ditadura, Carlos Chagas, responsabiliza João Goulart pelo fracasso – tentou fazer as reformas “todas de uma vez e quebrou a cara” –, ressalta o papel das “elites conservadoras” em cooptar a maioria da imprensa “cujos barões delas faziam parte e assustavam militares e igreja”. Diz que “agora todo mundo diz ter sido da resistência”, mas “não foi nada disso”; a “classe média não se insurgiu”, “a sociedade acomodou-se, bateu palmas” e, “como sempre, as classes trabalhadoras permaneceram à margem, carecendo de vontades e meio”. Afirma que os militares cometeram “erros grotescos, mas também contribuíram para esse verdadeiro milagre que é a preservação da unidade nacional.”

Críticas de leitores a este texto foram publicadas no Painel do Leitor, na edição de 30 de março; bem aos moldes da FSP, uma favorável e outra contrária. No alto da página, o painel abre com o leitor Luiz A. Souza Lima de Macedo (São Paulo, SP) parabenizando o jornalista e a FSP:

Felizmente uma palavra serena, imparcial e plena de bom senso no texto “Não foi bem assim como dizem hoje” (Tendências/Debates, 28/3), de Carlos Chagas. Tomara que a **Folha** prossiga dando voz a corações e mentes desse tamanho. Houve erros sim, mas como ignorar o papel de homens sérios, competentes e honestos, identificados com o dever de servir? E o avanço nas telecomunicações, para citar um só exemplo, não vale nada?

A contrária é assinada por Marcos Silva (São Paulo, SP), que se apresenta como professor do Departamento de História da FFLCH/USP. Ele diz:

Carlos Chagas continua a agir como se fosse porta-voz de Costa e Silva. Falar que a população “acomodou-se” na ditadura é ignorar a violência como instrumento básico do regime. Dizer que “as classes trabalhadoras permaneceram à margem, carecendo de vontades e meio” é desconhecer a violência ditatorial contra sindicatos e camponeses. Numa ditadura, a sociedade é silenciada pelo arbítrio. Atribuir apenas aos militares a preservação da unidade nacional é piada de mau gosto. Onde ficam a população e sua cultura, que garantem tal unidade?

A publicação de textos como esse de Carlos Chagas a poucos dias do aniversário do golpe – textos que invisibilizam experiências e compensam crimes cometidos pelo

regime com elogios às conquistas da época – costuma ser justificada pela FSP por se dizer um veículo que deseja abrigar “opiniões divergentes”. Não à toa, esse foi mote de sua campanha institucional de 2014, *O que a Folha pensa*⁴³, veiculada em mídia impressa, canais de TV aberta e fechada e na internet. As opiniões sobre assuntos como aborto e pena de morte, segue-se sempre o mesmo texto: “Concordando ou não, siga a Folha, porque ela tem suas posições, mas sempre publica *opiniões divergentes*”. Poderíamos nos perguntar, afinal, o que a FSP considera divergência? Que vozes cabem nesse pluralismo? Entretanto, preferimos seguir pistas deixadas em seu próprio editorial sobre 1964. O que ela apresenta como opiniões divergentes, como as do general e do ex-porta-voz do general Costa e Silva, encontram aderência naquilo que ela mesma narra ao rememorar o golpe.

Buscando entre os editoriais publicados de 23 de março a 1º de abril de 2014, encontramos assuntos diversos como cerco à oposição na Venezuela (“Autoritarismo Maduro”), rebaixamento da nota de crédito brasileira, problemas na maior universidade do país (“USP reprovada”), investigação parlamentar da Petrobras, “distanciamento dos ideais da Primavera Árabe” e o resultado “à direita” nas eleições municipais francesas. Na data da publicação do caderno TSDM, o jornal escolheu abordar um “tema delicado tanto no presente quanto relevante para o futuro”, no caso “as necessidades de mudanças na Previdência”. O editorial sobre “1964” coube ao dia 30 de março. Nele, a FSP contemporiza responsabilidades (inclusive suas), equilibra violações de direitos com crescimento econômico do país, apequena as experiências (identitárias, políticas, cidadãs, etc.) interditas e se furta aos desafios da Justiça de Transição, sem quaisquer menções à Comissão Nacional da Verdade, ao direito à memória e reparação. O passado pouco ou nada ainda se apresenta hoje.

Afirma que, ainda que com maior culpa ao que “impôs a lei do mais forte”, “as responsabilidades pela espiral de violência se distribuem”. Novamente, não economiza elogios ao “milagre econômico” – e um leitor poderia se perguntar: que impedimento o funcionamento de um estado democrático ofereceria a semelhante ou superior desenvolvimento econômico?

Realizações de cunho econômico e estrutural desmentem a noção de um período de estagnação ou retrocesso. Em 20 anos, a economia cresceu três vezes e meia. O

⁴³ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=SFHE0_VqT7A. Acesso em 02/11/16.

produto nacional per capita mais que dobrou. A infraestrutura de transportes e comunicações se ampliou e se modernizou. A inflação, na maior parte do tempo, manteve-se baixa. (...) A economia se diversificou e a sociedade não apenas se urbanizou (metade dos brasileiros vivia em cidades em 1964; duas décadas depois, eram mais de 70%) mas também se tornou mais dinâmica e complexa. (trecho do editorial “1964”, de 30/3)

A experiência da mobilização política é esvaziada e a conquista da abertura uma fatalidade, diante das crises do petróleo e da dívida externa: “o regime se tornara estreito para uma sociedade que não cabia mais em seus limites”. Próximo de encerrar o texto, fala novamente de si; defende-se como “um dos veículos mais críticos” e se esquiva de responsabilidades, afinal, sua atuação foi inevitável nas “circunstâncias”:

Às vezes se cobra, desta **Folha**, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro. Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais. É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias. (trecho do editorial “1964”, de 30/3)

Sobre o passado que permanece, vê genericamente “um período longo e doloroso aprendizado” responsável pela “atual maturidade no respeito comum às regras e renúncia à violência como forma de lutar por ideias”.

E, uma vez que se manifestou no dia 30, deu-se por satisfeita no dia seguinte. No cinquentenário do golpe, a FSP não o comemorou. Em dois editoriais diferentes, escolheu abordar o “chamado mensalão tucano” no STF e o fechamento do país ao comércio exterior. A rememoração do golpe e de mais de duas décadas de ditadura militar ganhou relevo em números – a divulgação de pesquisa Datafolha sobre a Lei da Anistia. Coube a articulistas/colunistas tratarem do tema em seus espaços fixos. Cada um, à sua maneira, lembrou de 1964 e, por vezes, o momento político do país foi pano de fundo dessa rememoração. O comentarista de política e economia Valdo Cruz (pág. A1) mencionou a corrupção na época (“fazia parte do jogo do poder”) para celebrar o fato de hoje (2014) ser mais combatida, com prisão de empresários e políticos, “inclusive alguns que lutaram contra a ditadura”. O então candidato à presidência Aécio Neves (pág. A2) evocou seu avô Tancredo, na sessão de 1º de abril de 1964, encarnando a “revolta que sacudia a consciência democrática”. O senador lamentou o alto preço pago pelo tempo desperdiçado por decisões adiadas ou equivocadas. E

perguntou “o que tem custado aos brasileiros a falta de coragem das autoridades em fazer o que precisa ser feito?”. O escritor Ruy Castro (pág. A2) elencou alguns civis que conspiraram, como Juscelino Kubitschek e dom Paulo Evaristo Arns. O economista Luis Bresser-Pereira (pág. A3) questionou 1964 – por que e para quê –, problematizando o “milagre econômico”. O jornalista Ricardo Melo (pág. A5) rechaçou a tentativa de ver “o lado bom” de um período “que deveria ser lembrado para não ser repetido”. E o jurista e diplomata Rubens Ricúpero lembrou “sua” história de 1964, e as relações entre a teocracia brasileira e funcionários estadunidenses.

Em resumo, a edição do cinquentenário do golpe de 1964 circulou com 56 páginas (menos da metade de finais de semana) e “comemorou” (RICOEUR, 2007) a data a partir da *opinião* dos brasileiros sobre julgar ou não crimes cometidos no período, imagem disposta em números na capa do dia, além de seis artigos de opinião, assinados exclusivamente por homens; quatro colunistas fixos e dois convidados. Na edição comemorativa, há ainda uma única imagem. É a charge do cartunista Angeli (fig. 8), quem se furta do embate de opiniões. Em sua charge, vemos militares se nutrindo de sangue.

Figura 8: Charge Angeli – pág. A2 – edição 31/03/14 | Fonte: Acervo Folha



50 anos depois, a edição do dia rememorou coletivamente o golpe e a ditadura desencarnados de experiências. E a centralidade da narrativa coube a um termômetro de opiniões, com dois polos, *a favor* ou *contra* um dos espólios do período, a anistia.

2.3 O caderno comemorativo

O caderno especial “Tudo sobre a Ditadura Militar” (TSDM) circulou no dia 23 de março com oito páginas. Reuniu nove conjuntos de textos verbais, trinta fotografias de arquivo (coloridas e em P&B), catorze infográficos, duas tabelas, uma linha do tempo, três listas (de filmes, canções e livros), e diferentes elementos cromáticos e gráficos como linhas finas, bigodes destacados em cor azul e títulos grifados. Além de sua própria razão de ser (uma efeméride), a linguagem verbal (como veremos mais adiante) e a organização gráfica distintas sugerem um material a ser colecionado, que iria de encontro ao destino costumeiro de uma edição ordinária do jornal, sempre fadada a ceder espaço àquela por vir. Entretanto, é curioso notar que, ao construir a narrativa sobre os vinte e um anos da ditadura (1964-1985), a FSP elegeu organizá-lo em quadros temáticos semelhantes aos do seu cotidiano, destoando apenas o exercício de futurologia do passado.

- Política/poder: a configuração do golpe, atores e motivações, contexto internacional;
- Cotidiano e segurança pública: ações da guerrilha armada e do aparato repressivo do regime, sintetizado em números de mortos, desaparecidos e denúncias de tortura;
- Economia: índices socioeconômicos no período;
- Sociedade civil: articulação e engajamento pela abertura política;
- Cultura: artistas, manifestações e movimentos culturais contrários à ditadura;
- Ficção: “como teria sido o país sem o golpe de 1964 nem episódios-chave da ditadura militar”;
- Imprensa: as relações entre o regime e grandes empresas de comunicação.

As matérias são organizadas pela ordem: texto de introdução (pág. 1), sem assinatura; ‘Um país partido ao meio’ (páginas 2 e 3) e ‘A formação da ditadura’ (pág. 4), ambas assinadas por Ricardo Balthazar (editor de Poder) e Lucas Ferraz (de São Paulo); ‘Da euforia à bancarrota’ (pág. 5), assinada por Érica Fraga (de São Paulo), ‘Mais uma década de abertura’ (pág. 6), assinada por Ricardo Mendonça (de São Paulo); ‘Governo amplia indenizações, mas punições ainda são tabu’, assinada por Fabiano Maisonnave e Lucas Ferraz (de São Paulo); ‘Da resistência ao showbiz’ (pág.

7), assinada por Marcos Augusto Gonçalves (de Nova York); ‘E se...’ (pág. 8), assinada por Ricardo Mendonça (de São Paulo) e ‘Imprensa apoiou a ditadura antes de ajudar a derrubá-la’ (pág. 8), assinada por Oscar Pilagallo (especial para a Folha). Uma linha do tempo, com episódios destacadas ano a ano, margeou a parte superior do caderno, da página 2 a 7.

De saída, percebemos que a escrita do caderno é quase integralmente de autoria masculina. Se o nome ‘tudo sobre’ sugere uma ampla cobertura, é também curioso notar que essa estratégia de reunir narrativas sob um mesmo guarda-chuva temático seja anunciada por vozes tão pouco plurais. Esse padrão se repete quando analisamos também as aspas eleitas para compor o caderno. Em quase 35 mil caracteres, há poucas, apenas sete falas citados em discurso direto. Ouvimos somente o ditador presidente Ernesto Geisel (pág. 4), o general Adyr Fiúza de Castro (pág. 4), o economista e ex-ministro durante a ditadura militar Antônio Delfim Netto (pag. 5), o coronel reformado Paulo Malhões (pág. 6), o historiador Marcelo Ridenti (pág. 8), o sociólogo Francisco de Oliveira (pág. 8) e o jornalista Carlos Chagas (pág. 8).

Se por um lado esses personagens – de seis diferentes áreas – podem oferecer perspectivas diversas, eles compartilham experiências semelhantes a partir de um recorte racial e de gênero (e possivelmente também de classe); são eles todos da cidade (oferecem narrativas urbanas), brancos e homens. Neste sentido, a FSP acaba por (re)ocultar outras tantas narrativas possíveis do golpe e dos anos de regime de exceção. Afinal, são nessas vozes de autoridade que o poder e a palavra costumam se encontrar e, como nos lembra Pierre Clastres sobre as sociedades com estado, “há acontecimento histórico quando, abolido aquilo que os separa e assim os condena à inexistência, poder e palavra se estabelecem no próprio ato de seu reencontro. Toda tomada de poder é também uma aquisição da palavra” (CLASTRES, 2003, p. 169).

Apesar de conter matérias assinadas por jornalistas e organizadas em colunas (como nos cadernos diários), quase tudo em TSDM é escrito em linguagem enciclopedista, com uma certa pedagogia, semelhante a publicações voltadas a estudos para vestibular e demais concursos. Personagens, datas e locais são costurados em uma ordem cronológica linear, articulados em uma trama de causalidades, muitas vezes esquematizada, como no quadro dos cinco motivos “Por que Jango caiu?” (figura 10). Fontes e aspas dão lugar a simplificações como “os militares brasileiros acreditavam que sua principal missão era impedir que o país aderisse ao bloco comunista” (pág. 2) e

“a prioridade da esquerda era a reforma agrária” (pág. 3). Substantivos e adjetivos circunscrevem ou vaticinam, oferecendo leituras estabilizadas para interpretações ainda sob dissenso. A linguagem adotada e o formato esquematizado (no texto e na imagem), que parecem conformar um *simples* encadeamento de episódios e datas, agem como uma espécie de verniz de objetividade e encenam uma história estável e encerrada, sem lastro com os dias atuais, como veremos mais adiante. Para sustentarmos essa análise, buscaremos antes investigar os processos de sentido que intervêm na atribuição dos significados aos textos verbovisuais do caderno.

Para tanto, acionamos o autor Gonzalo Abril (2007), que nos oferece uma importante chave de leitura ao refletir sobre nossas competências de leitura, capazes de mobilizar diferentes processos de significação. Que sentidos possíveis são gerados na articulação entre os textos verbais e visuais, uma vez que ambos importam e estão inter-relacionados? Lançamos mão de três dimensões de análise proposta pelo autor: *visualidade, mirada e imagem*; ou o nível visual, o nível do olhar e o nível da imagem. Por meio dessa perspectiva, podemos refletir não sobre “o que significam” os textos verbovisuais, mas investigar os processos de sentido que intervêm na atribuição dos significados aos textos.

Em seu texto *Cultura visual, de la semiótica a la política*, Abril (2012) nos fala de uma cultura visual onde coexistem “regimes de visão”, que articulam o que é e o que não é possível ver. Antes, é importante ressaltar que o autor compreende a semiótica como um processo que atravessa todo o fenômeno cultural e, no limite, se identifica com ela mesma. Para ele, a semiótica seria então uma “excelente metodologia para a análise sociocultural e, mais particularmente, para a análise das imagens ou textos visuais”, desde que transdisciplinar e não limitada ao princípio do imanentismo. Entretanto, é a “cultura visual”, definição que o autor nos oferece, que abaixo ressaltamos.

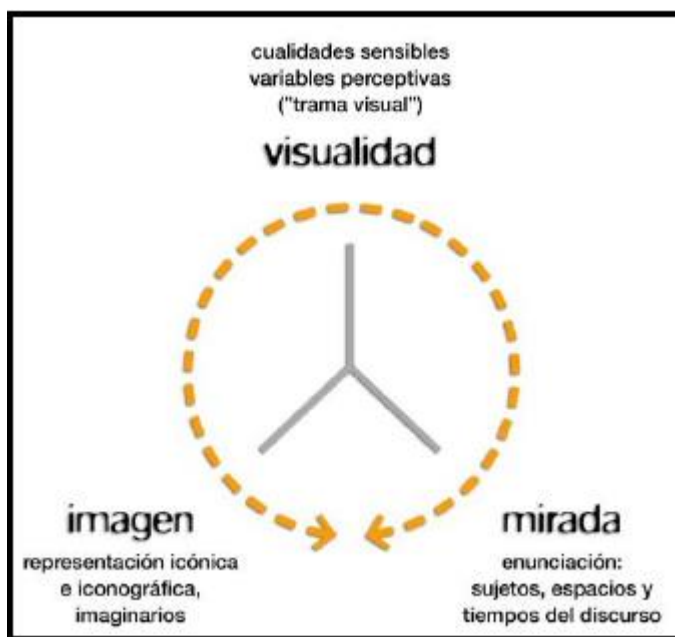
“A cultura visual é uma forma de organização sócio-histórica da percepção visual, da regulação das funções da visão, e dos seus princípios epistêmicos, estéticos, políticos e morais. É também um modo socialmente organizado de criar, distribuir e inscrever textos visuais, processo que implica sempre umas determinadas tecnologias de fazer-visível, técnicas de produção, de reprodução e de arquivo. A cultura visual se refere, enfim, à gestão da visualidade, nome pelo qual se pode entender a visão precisamente um tanto quanto socializada, e da visibilidade, que se refere melhor ao âmbito do “público” ou do “comum”: o espaço público moderno é um campo de gravitação e de conflito entre visibilidades e invisibilidades, mas já nas sociedades pré-modernas a economia simbólica do religioso consistia a

administração da visibilidade, a invisibilidade, os poderes da visão e da vidência” (ABRIL, 2012, p 35-36. Tradução nossa)⁴⁴

Ao discorrer sobre cultura visual ele irá, mais adiante, distinguir os três diferentes regimes de visão: o de invisibilidade, o de entrever e o de visão total, esse último – ainda segundo o autor – predominante na cultura pós-moderna. Tais regimes contribuem para ampliar a perspectiva de ‘imagem’ – que ele prefere chamar de texto visual –, na medida em que implica o ‘ver’ a ‘ler o texto sob determinada condição’.

Sobre esse texto visual, Abril irá pensá-lo numa relação interdependente entre a visualidade, a imagem e a mirada. Afirma ele que essas relações não se dão de maneira engessada, mas são delimitadas de “forma imprecisa, com limites fluídos: uma experiência visual pode se transformar em uma experiência de mirada ou em uma imagem sem solução de continuidade” (ABRIL, 2012, p. 49).

Figura 9: Diagrama do Simbólico Triádico - Fonte: ABRIL, 2012, p.18.



⁴⁴ La cultura visual es una organización sociohistórica de la percepción visual, de la regulación de las funciones de la visión, y de sus usos epistémicos, estéticos, políticos y morales. Es también un modo socialmente organizado de crear, distribuir e inscribir *textos visuales*, processo que implica siempre unas determinadas tecnologías del hacer-visible, técnicas de producción, de reproducción y de archivo. La cultura visual se refiere, em fin, a la gestión de la *visualidad*, nombre por el que se puede entender a la visión precisamente en tanto que socializada, y de la *visibilidad*, que se refiere más bien al ámbito de lo <<público>> o de lo <<común>>: el espacio público moderno es un campo de gravitación y de conflicto entre visualidades e invisibilidades, pero ya en las sociedades premodernas la economía simbólica de lo religioso concernía a la administración de la visibilidad, la invisibilidad, los poderes de la visión e de la videncia.

A visualidade, obviamente, relacionar-se-ia também com as imagens visuais. Elas, entretanto, não se esgotam somente no visível, mas também naquilo que é invisível – ou seja, “marcas do visível reprimido, ou pressuposto, ou postergado” (ABRIL, 2012, p. 53) – e, assim, “o visual, ‘o que se vê’, se relaciona sempre com o que não se vê, com fenômenos distintos que não pertencem propriamente ao reino do visível” (ABRIL, 2012, p.54). Para o autor, quando o visível se relaciona com o invisível, este se torna primordial quando interfere no sentido daquele.

A imagem que configuraria esse visual imbricaria com o que não se vê, sendo esse não visto de três espécies, a) o que se deseja ver; b) o que se sabe ou o que se crê; c) o que se faz com o que se vê. A primeira indica que “por trás de uma imagem sempre está o desejo de outra” e que o que “sentimos ao ver (como ameaça, presença, ações ininterruptas, consumadas, antecipadas, etc.) se conectam com o que desejamos ver” (ABRIL, 2012, p. 55). A segunda demonstra que vemos “pelos olhos de nossa cultura, de nossos sistemas simbólicos, conhecimentos, valores e estereótipos adquiridos através da culturação” (ABRIL, 2012, p. 56), sendo impossível separar o que se vê do que se sabe. Por último, “o que se vê se relaciona com o que se faz, com as operações de reprodução e intercâmbio social, de intercâmbio econômico e de controle que se efetuam, por meio dos textos visuais correspondentes” (ABRIL, 2012, 59). Nesse sentido, assim nos orientamos:

- Visualidade: Nessa primeira instância, deparamo-nos com o lugar do visível, com a informação mais facilmente identificável, mas que já contempla também as camadas invisíveis. Buscamos no caderno ver como determinados elementos verbovisuais sobre a ditadura militar configuram o regime de visibilização para o invisível de outras experiências. Tomamos como ponto de referência a presença de determinados atores do golpe e da ditadura, para perceber silêncios/silenciamentos e invisibilizações.

- Mirada: Na instância seguinte, buscamos reconhecer na postura editorial da FSP os gestos textuais mais significativos, como compreender os atos de intencionalidade característicos da publicação. Como o caderno olha para a ditadura? O que esse olhar nos revela? Ao mesmo tempo, enxergamos nesta mirada nosso próprio olhar, impregnado de nossa cultura, valores e sistemas simbólicos. Vemos os textos como espectadores, mas eles também nos veem. Nessa dimensão da mirada, verificamos

alguns aspectos: apagamento da experiência e apagamento da agência/responsabilidades.

- Imagem: No último nível, desejamos reconhecer a informação conotada, os simbolismos que se cristalizam na camada pouco visível dos acionamentos e arriscamos também dizer do imaginário compartilhado sobre o golpe e a ditadura. Um imaginário sobre um passado estável e que já passou, que não possui lastro que o conecta aos dias de hoje. Interdependentes, essas três instâncias articulam-se entre si e se complementam.

A partir da chave de leitura de Abril (combinada à Análise de Conteúdo), pudemos enxergar alguns atores e experiências a partir de suas ausências, e ver nesse gesto de lembrar e esquecer da FSP apagamentos e rasuras. Se utilizássemos apenas as mais tradicionais teorias sobre o Jornalismo sem problematizar o regime de visibilização, o conteúdo oferecido sob o guarda-chuva “Tudo sobre a Ditadura Militar” poderia sugerir uma falsa visibilização e, ao final, uma narrativa estável e totalizante. Mais ainda no caso da FSP com seu insistente trabalho de marketing – total porque plural.

Capítulo 3 – O QUE SE APRESENTA NO CADERNO

Iniciamos com a matéria que apresenta o golpe, intitulada ‘Um país partido ao meio’ (figura 10). Essa divisão é destacada visualmente, no próprio título, com *ao meio* em tamanho maior. ‘Um país partido’ recebe o grifo de cor preta que, como descrito anteriormente, simula o apagar dos documentos censurados. Abaixo, o bigode afirma que, “contaminada pela Guerra Fria e pelo desprezo às regras do jogo democrático, disputa política *rachou* os brasileiros desde a renúncia de Jânio e culminou com golpe militar contra Jango”. Seguimos para o *lead*, que explica o golpe como consequência incidental de uma queda de braços. Ao mesmo tempo, ele se vale de uma isonomia “both sides⁴⁵” para equalizar forças, participações e responsabilidades.

A deposição do presidente João Goulart em 1964 foi o *desfecho* de um período turbulento da história do país, em que *tanto a direita como a esquerda* exibiram *desprezo pelas regras do jogo democrático* e reduzido interesse em negociar compromissos. (Grifo nosso)

Figura 10: Caderno TSDM – pág. 2 e 3 - edição 23/03/14 | Fonte: Acervo Folha



⁴⁵ Em 12 de agosto de 2017, o presidente estadunidense Donald Trump fez um discurso condenando a intolerância de “ambos os lados” nos conflitos ocorridos em Charlottesville, estado da Virginia, ocasião em que a ativista Heather Heyer foi morta após se opor a uma marcha organizada por supremacistas brancos de simpatia nazista. Sua fala foi duramente criticada por igualar discursos de ódio e racistas a uma luta contrária a eles.

No decorrer da matéria, a FSP elenca alguns episódios que conformaram o contexto “que teria levado” ao golpe (o primeiro, fracassado em 1961; rebelião de militares em 1963; multidões nas ruas em 1964 e apoio financeiro americano) para, ao final, assim narrá-lo:

No dia 30, Jango foi ao Automóvel Clube do Rio para uma reunião da associação dos sargentos. Foi aclamado ao chegar, sentou-se ao lado do líder dos marinheiros e fez um discurso incendiário. Os *conspiradores*, que assistiram a tudo pela televisão, encontraram ali o pretexto que faltava para *entrar em ação*. Os *principais comandantes militares* aderiram aos *golpistas* em poucas horas, deixando o presidente sem condições de reagir. Enquanto Jango estava em Porto Alegre, o senador Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso, *declarou vaga a Presidência* e abriu caminho para a posse de um novo governo. (Um país partido ao meio, pág. 3. Grifo nosso)

A narrativa esquematizada abre perguntas como o que significou na prática *entrar em ação*. Uso da força, prisões? A anuência do Congresso, ou seja, um golpe que segue o rito parlamentar dissimula ou atenua um golpe? Afinal, quem são os *conspiradores*, os *principais comandantes militares*, os *golpistas*? Entretanto, se o texto verbal apresenta um crime com criminosos e cúmplices não identificados (“forças ocultas”?), quando analisamos a composição verbovisual geral dos textos, no nível da visualidade, identificamos a presença (e ausência) de alguns atores nessa narrativa sobre um país dividido ao meio.

Segundo a FSP, a polarização que rachou os brasileiros é encarnada em dois grupos: de um lado, os apoiadores do presidente João Goulart (que seriam de tendência política à “esquerda”), e do outro, os contrários a ele e às suas ações (tendência à “direita”). Esta localização em lados opostos está presente no próprio texto verbal: “militares, políticos e empresários tramaram contra Jango desde sua posse como presidente, em 1961”; “diante das dificuldades para alcançar um compromisso em torno das reformas, a esquerda e os sindicatos concluíram que a saída era agitar as ruas, buscando na mobilização popular o apoio a Jango que faltava no Congresso”; entre outros. Entre as fotografias eleitas para compor a matéria, duas exibem “multidões nas ruas”, em momentos, locais e com motivações distintas. Na parte superior da página e em posição horizontal, vemos um registro panorâmico de várias pessoas; elas estão em um espaço público e portam faixas com dizeres. Em um deles, é possível ler: “Ferroviários da E.F.B.C. saúdam as Forças Armadas e as conclama para as reformas”. A legenda da foto informa que se trata de 13 de março de 1964, “comício pelas

reformas de base na Central do Brasil, no Rio, *pró-Jango*". Na parte inferior e na posição vertical (um registro fotográfico feito do alto), vemos outro grupo de pessoas pelas ruas. Na legenda, lê-se 19 de março de 1964, "multidão participa da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, no centro de SP, *contra o governo Jango*".

É possível ver também uma distinção entre as imagens de arquivo pré e pós-golpe. Quando datam de antes de 31 de março de 1964 (figura 11), elas nos oferecem situações de agitação, ambientes com muitas pessoas, que gesticulam e se movimentam. Vemos "marinheiros rebeldes", "Jango cercado por militares leais", além de multidões nas citadas marchas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Já os dois registros pós-golpe (figura 12) exibem uma via pública com presença restrita de pessoas, que cedem lugar a tanques enfileirados, e o general Mourão Filho ao lado do governador mineiro Magalhães Pinto. A dupla aparece em destaque e na companhia de mais ninguém; os corpos estão parados, os braços direitos erguidos e os dedos em V, em sinal de vitória.

Figura 11: Fotos pré-golpe, caderno TSDM – pág. 2 e 3 - edição 23/03/14 | Fonte: Acervo Folha



Figura 12: Fotos pós-golpe, caderno TSDM – pág. 2 e 3 - edição 23/03/14 | Fonte: Acervo Folha



Na matéria seguinte – “a formação da ditadura” (figura 13) –, mais uma vez vemos atores localizados em lados opostos. Há, de um lado, ações de enfrentamento da esquerda ao regime, incluindo treinamento de alguns militantes em Cuba; do outro, “pressões da ditadura militar e combate à luta armada foram pretextos para endurecer o regime a máquina de repressão”.

Conhecemos o rosto de todos os ditadores que ocuparam a presidência (incluindo os que compuseram a Junta Militar) e uma pequena descrição de suas respectivas atuações. Humberto Castello Branco “juntou-se aos conspiradores semanas antes do golpe”. Arthur da Costa e Silva “foi apoiado pela linha dura” e, com o AI-5, “ganhou poderes extraordinários e suspendeu garantias constitucionais”. A Junta Militar governou por dois meses até a posse de Emílio Garrastazu Médici, cujo governo “foi marcado pela repressão mais feroz do regime contra as organizações da esquerda armada e pela fase do ‘milagre’ – quando o país cresceu mais rápido”. Ernesto Geisel “iniciou a fase de distensão revogando o AI-5”. João Baptista Figueiredo “sancionou a Lei da Anistia, autorizou a criação de novos partidos políticos e a realização de eleições diretas para governador”. A imagem de cada um deles está localizada na base de um infográfico que dissecava o número de mortos, desaparecidos, denúncias de tortura e punições políticas em cada gestão. Apesar de não apresentar a soma total, é possível contabilizar 210 mortos, 146 desaparecidos, 6016 denúncias de tortura e 5248 punições políticas, incluindo cassações, suspensão de direitos políticos e demissões/exonerações.

Ao longo da matéria, sabemos que “as ações da esquerda armada também fizeram vítimas”, apesar de não terem “nem de longe a dimensão que os assassinatos e a tortura praticada nos porões”⁴⁶. No título, a palavra ‘ditadura’ ganha destaque – tem maior espessura e tamanho –, ao passo que ‘a formação’ é escrita com tipografia mais discreta, sob um fundo preto grifado.

⁴⁶ A FSP adota o termo “porões” que, há bastante tempo, vem sendo problematizada por alguns historiadores. Em seu livro *1964: História do Regime Militar Brasileiro* (2013), por exemplo, Marcos Napolitano sustenta que, ao contrário, os “porões” funcionaram como parte integrante do sistema político do regime (um aparato bastante ordenado, arranjado em rede dentro de uma estrutura hierarquizada), e não como mero “excesso” por parte de alguns policiais, sem o conhecimento do alto escalão do governo e mesmo da população. Documento revelado pela Agência Estadunidense de Inteligência (CIA) em 2015 e encontrado/divulgado em 2018 pelo articulista da FSP, Matias Spektor, revela que o ditador Ernesto Geisel, dias depois de assumir o poder, aprovou a continuidade de uma política de “execuções sumárias” de adversários da ditadura militar. O memorando da CIA revela, assim, ser palaciana a política de decidir sobre a vida e a morte de presos políticos sob a guarda do Estado. Não havia, portanto, “porões”, e sim palácios e quartéis. “A fonte primária também estima em 104 o número de execuções sumárias pelo Centro de Informações do Exército durante os 12 meses anteriores ao encontro relatado, no governo Médici. E joga luz sobre o fato de que o general Figueiredo, ao promulgar a Lei da Anistia, estava, na prática, concedendo uma anistia a si próprio.” Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/planalto-decidiu-sobre-a-vida-e-a-morte-de-presos-politicos-sob-a-guarda-do-estado.shtml> Acesso em 11/05/18.

Figura 13: Caderno TSDM – pág. 4 e 5 - edição 23/03/14 | Fonte: Acervo Folha

a formação da ditadura

a encalçada da repressão

Em 21 anos de ditadura, houve dois grandes surtos repressivos

Castelo Branco, o oficial idealizador que se lançou ao golpe, foi o responsável por 1.400 presos políticos. Costa e Silva, o ditador mais repressivo, chegou a 1.000 presos. Média Fraga, o primeiro civil, teve 200 presos. Collor e Sarney tiveram 100 presos cada.

Presões da direita militar e combate à luta armada foram pretextos para endurecer regime e criar máquina de repressão

Castelo Branco, o oficial idealizador que se lançou ao golpe, foi o responsável por 1.400 presos políticos. Costa e Silva, o ditador mais repressivo, chegou a 1.000 presos. Média Fraga, o primeiro civil, teve 200 presos. Collor e Sarney tiveram 100 presos cada.

da euforia à bancarrota

Sob o comando dos militares, país reorganizou a economia e cresceu, mas o preço veio no fim do regime, com inflação e dívida

Em 21 anos em que os militares governaram o país, a economia brasileira cresceu mais do que em qualquer outra década. Mas o preço veio no fim do regime, com inflação e dívida

Em 21 anos em que os militares governaram o país, a economia brasileira cresceu mais do que em qualquer outra década. Mas o preço veio no fim do regime, com inflação e dívida.

Carro suspenso no ar em cenário de destruição urbana

montanha-russa

Indicadores econômicos e sociais do Brasil de antes do golpe aos dias atuais

Já ao abordar a economia do período, a euforia do título se sobrepõe à bancarrota, enegrecida graficamente pela caneta que cobre os textos. O lead sustenta o entusiasmo do “milagre” econômico: “nos 21 anos em que os militares governaram o país, a economia cresceu num ritmo quase três vezes maior que o alcançado nas primeiras duas décadas após a volta da democracia”. Além do texto verbal, há uma única fotografia a compor a matéria. Em primeiro plano, vemos um carro suspenso e, ao fundo, uma linha de montagem de uma fábrica de automóveis que, pela legenda, sabemos da Volkswagen, em São Bernardo do Campo. Na parte inferior da página, destaque a indicadores econômicos e sociais: gráficos de PIB e PIB per capita, inflação, dívida externa, população, analfabetismo, desigualdade de renda e esperança de vida ao nascer.

Figura 14: Caderno TSDM – pág. 6 e 7 - edição 23/03/14 | Fonte: Acervo Folha

6 tudo sobre a ditadura militar

23 de março de 2014

1979

1984

1988

1994

2002

2010

2014

mais de uma década de abertura

da resistência ao showbiz

Contra ditadura, campo cultural dividiu-se entre engajamento político e renovação estética, até irrem todos para a TV ou para o poder

Num caminho longo, que foi da posse de Geisel, em 1974, à de Sarney, em 1985, avanço da oposição e mudança nas ruas por eleições diretas empurraram os militares para a porta da saída

acerto de contas

63.733 indenizações solicitadas

40.300 indenizações deferidas

22.952 indenizações pagas

R\$ 6,8 bi

acerto de contas

475 indenizações solicitadas em 2013

362 indenizações pagas em 2013

R\$ 40 mi

FILMES

CANÇÕES

3 LIVROS

Nas páginas seguintes (figura 14, acima), ganham destaque nos títulos as palavras ‘abertura’ e ‘da resistência’. A matéria que aborda o “longo caminho” até as eleições diretas que “empurraram os militares para a porta da saída” é composta por uma fotografia (a primeira em cores) que exhibe personalidades políticas. Elas sorriem em um palanque sob chuva de papel, algumas delas têm os braços erguidos. A legenda informa que estão “em comício pelas Diretas Já na Sé, em 1984” e os apresenta por nomes íntimos/informais – FHC (Fernando Henrique Cardoso), Tancredo (Neves), (Franco) Montoro, (Leonel) Brizola, (Orestes) Quéricia, Ulysses (Guimarães), (Luiz Inácio) Lula (da Silva). Na parte inferior da página, a FSP “atualiza” o que resta da ditadura. Ao centro lê-se que “Governo amplia indenizações, mas punições ainda são tabu”; nas laterais vemos números e cifras, sob o título de “acerto de contas”. Eles quantificam os pedidos (deferidos e indeferidos) de indenizações às famílias de mortos e de compensações financeiras a “vítimas de tortura, prisão arbitrária e perseguição

política”. Os valores, pagos em reais, ganham realce; respectivamente R\$40 milhões e R\$6,8 bilhões são destacados com tamanho maior e em cor vermelha.

Na página ao lado, na matéria sobre o campo cultural vemos “artistas e intelectuais na Passeata dos Cem Mil, em 68”; dez deles são identificados com numeração individual e legenda correspondente, com os respectivos nomes, profissões e realizações. Outra fotografia, logo abaixo, traz o registro de uma cena do espetáculo teatral ‘O Rei da Vela’, de 1967, montagem do Teatro Oficina. A resistência indicada no título é exemplificada no texto verbal também com filmes do cineasta Glauber Rocha, a instalação “Tropicália”, de Hélio Oiticica e trabalhos como o musical *Opinião*, que “recebeu um público esclarecido – e já convertido – de intelectuais, artistas e classe média radicalizada”. Para varrer “Tudo sobre a Ditadura Militar” na área cultural, a FSP indica ainda uma lista com filmes, canções e livros. Os filmes têm a direção de Glauber Rocha, Bruno Barreto e Roberto Farias, as canções são de Geraldo Vandré, Caetano Veloso e Chico Buarque e as obras literárias de Antonio Callado, Ignacio Loyola Brandão e Ana Cristina Cesar.

Excluídas capa e contracapa, uma linha do tempo (“A ditadura ano a ano”) margeia a parte superior das páginas do caderno, traçando um percurso de 1964 a 1985 por meio de episódios que o jornal elege como marcos importantes. As ações que marcam essa lembrança são apresentadas por meio de textos verbais, fotografias e legendas, e estão organizadas por estratégias gráficas como linhas finas, anos destacados em círculos vermelhos, algumas palavras em negrito e marcos temporais (dias e meses) com cores distintas. Os episódios de relevância, segundo a FSP, seguem a ordem crescente dos anos, mas, para efeito de análise, os apresentamos aglutinados tematicamente. Na transcrição dos textos, mantivemos os negritos originais.

Quadro 3: “A ditadura ano a ano” - Caderno TSDM – pág. 2 e 7 - edição 23/03/14 | Fonte: Elaborado pelo autor

Temas	Texto original	Data
Geopolítica (1)	Brasil fecha acordo nuclear com a Alemanha	27/06/75
Esportes (1)	A seleção brasileira conquista o tricampeonato mundial de futebol no México (foto)	21/06/70
Economia (1)	Embargos e alta de preços causam choque do petróleo , que sacode a economia mundial	Out/73

Luta por direitos trabalhistas, civis e políticos (5)	É lançada a Frente Ampla , movimento de oposição com Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart	28/10/66
	“ Passeata do Cem Mil ”, no Rio, protesta contra o governo militar	26/06/68
	Metalúrgicos da Scania , em São Bernardo do Campo, iniciam a primeira greve do país após o AI-5 (foto);	12/05/78
	Primeiro grande comício pelas Diretas , na praça Charles Miller, no Pacaembu (São Paulo), reúne FHC e Lula (foto)	27/11/83
	Mais de 200 mil vão a comício pelas diretas na praça da Sé, em São Paulo; campanha cresce pelo país	25/01/84
Crimes (9)	Atentado a bomba contra Costa e Silva, candidato ao regime, no aeroporto dos Guararapes (Recife) mata dois	25/07/66
	Atentado da guerrilha esquerdista VPR a um quartel em SP mata o soldado Mário Kozel Filho (foto)	26/06/68
	Guerrilheiros sequestram o embaixador dos EUA, Charles Elbrick , solto após a libertação de 15 presos políticos	04/09/69
	Carlos Marighella é morto em cerco policial em São Paulo (foto)	04/11/69
	O deputado Rubens Paiva é preso no Rio e morto sob tortura (foto)	20/01/71
	O guerrilheiro Carlos Lamarca é morto na Bahia	17/09/71
	O jornalista Vladimir Herzog é morto sob tortura no DOI-Codi em São Paulo (foto)	25/10/75
	O metalúrgico Manuel Fiel Filho é encontrado morto no DOI-Codi, em São Paulo	17/01/76
	Bomba explode num carro no Riocentro , matando um militar e ferindo outro, num atentado planejado para sabotar a abertura	30/04/81
Congresso Nacional (11)	Candidatos de oposição vencem eleições diretas para governador da Guanabara (Estado na região do município do Rio, extinto em 1975) e de Minas Gerais	03/10/65
	A governista Arena vence as eleições legislativas e domina o Congresso Nacional	15/11/70
	Nas eleições para o Congresso, o MDB , de oposição, elege 16 de 22 senadores e conquista 44% das cadeiras da Câmara	15/11/74
	Congresso aprova emenda que extingue a Arena e o MDB ; novos partidos são criados	21/11/79
	Aprovada no Congresso emenda que restabelece eleições	13/11/80

	diretas para os governadores	
	A oposição elege governadores em 10 Estados. O governo perde a maioria na Câmara	15/11/82
	O deputado Dante de Oliveira (PMDB) apresenta emenda reestabelecendo eleições diretas à Presidência	02/03/83
	Congresso Nacional rejeita a emenda das Diretas-Já	25/04/84
	José Sarney, Marco Maciel e Aureliano Chaves rompem com o governo e passam a apoiar Tancredo Neves (PMDB)	05/07/84
	Colégio eleitoral elege Tancredo Neves (PMDB) (foto) presidente por 480 votos contra 180 de Paulo Maluf (PDS)	15/01/85
	O vice-presidente José Sarney toma posse no lugar de Tancredo, que é operado e morre em abril	15/03/85
Militares – ditadores, gerais e ministros (18)	Os militares editam o Ato Institucional nº 1 e começam a cassar mandatos dos adversários	09/04/64
	O general Humberto Castello Branco é eleito presidente da República pelo Congresso	11/04/64
	O Ato Institucional nº 2 reabre as cassações, extingue os partidos e impõe eleições indiretas para presidente	27/10/65
	Rechaçada a primeira tentativa de criar um foco guerrilheiro , na serra do Caparaó, entre MG e ES	Abr/67
	O general Costa e Silva toma posse na presidência . Entra em vigor a nova lei de Segurança Nacional	15/03/67
	Três meses após o deputado Márcio Moreira Alves (MDB), em discurso, chamar o Exército de refúgio de torturadores e conclamar a população a boicotar os militares, o governo fecha o Congresso e decreta o Ato Institucional nº 5 , que cassa mandatos e suspende direitos constitucionais	13/12/68
	O presidente Costa e Silva sofre uma trombose cerebral	29/08/69
	Ministros militares destituem o presidente com o AI-12 e passam a governar o país	31/08/69
	O general Emílio Garrastazu Médici assume a presidência	30/10/69
	Exército inicia campanha contra a guerrilha do PC do B no Araguaia (foto)	12/04/72
	O general Ernesto Geisel é lançado candidato à Presidência	18/16/73
	Geisel toma posse na presidência. Cinco meses depois, anunciaria o projeto de uma “lenta, gradativa e segura distensão”	15/03/74
	O presidente Geisel demite o general Ednardo D’Ávila Mello do comando do 2º Exército	19/01/76

O governo fecha o Congresso e, no dia 14, baixa o Pacote de Abril , que cria os senadores pelo regime, sem eleições, os chamados “biônicos”	01/04/77
Geisel demite o ministro do Exército, Sylvio Frota , candidato da linha-dura militar à presidência (foto)	12/10/77
É promulgada emenda constitucional que extingue o AI-5 a partir de 1º de janeiro de 1979	13/10/78
O general João Baptista Figueiredo toma posse na Presidência	15/03/79
Figueiredo sanciona a Lei da Anistia. Em setembro voltam Leonel Brizola e Miguel Arraes	28/08/79

Vemos na escolha de episódios que marcam essa construção narrativa em cronologia um destaque numérico a crimes, à atuação do congresso e do corpo militar (ditadores, generais e ministros). É interessante perceber que, também na síntese “ano a ano”, emerge o velho binômio que reduz a(s) história(s) do período ao confronto entre a luta armada e o aparato repressivo – uma luta entre “dois lados”, “dois demônios” –, a onipresença da agência militar e uma fachada democrática, com o funcionamento do Congresso (ainda que intermitente), com a realização de eleições⁴⁷ e votação de emendas e leis.

A linha do tempo oferece dez fotografias, quase todas de rostos (em close) ou em plano americano. Vemos os retratos dos políticos (Executivo e Legislativo) João Goulart, Rubens Paiva, Tancredo Neves (com o braço direito erguido) e Fernando Henrique Cardoso; do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva (ao lado de F. H. Cardoso, ao fundo lê-se “Arrocho”); do militar Mário Kozel Filho, do ditador Ernesto Geisel ao lado do general Sylvio Frota e do militante contrário ao regime Carlos Marighella (descamisado, com o braço esquerdo erguido e o punho cerrado). Exceções aos retratos “em close” são ao do político Leonel Brizola, de corpo inteiro – no que sugere ser a celebração do seu retorno do exílio –, e do jornalista Vladimir Herzog, seu corpo

⁴⁷ “Embora tenha suprimido as eleições diretas para presidente e para governador, a ditadura militar tentou manter uma fachada democrática realizando pleitos periódicos para vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal e senador. Tais eleições só podiam ser disputadas pelos dois partidos permitidos: a Arena, o partido oficial, mais tarde PDS, e o MDB, inicialmente mera “oposição consentida” que se transformou numa frente contrária. A cada manifestação do eleitorado a favor da oposição, o regime respondia com novos casuísmos e mudanças de regras. Elas eram destinadas a impedir que o povo manifestasse livremente sua vontade e a garantir a maioria da submissa Arena.” Fonte: Memorial da Democracia. Disponível em <http://m.memorialdademocracia.com.br/card/voto>. Acesso em 27/09/17.

fotografado já falecido na cela do DOI-Codi de São Paulo, cuja imagem tornar-se-ia icônica⁴⁸ das farsas criadas pelo regime sobre mortos e desaparecidos. Há ainda o registro de “corpos de guerrilheiros do Araguaia”⁴⁹ rodeados por três homens com vestimentas militares, um deles armado, e de “metalúrgicos da Scania”⁵⁰.

Figura 15: Fotografias de “A ditadura ano a ano” - Caderno TSDM – pág. 2 a 7 - edição 23/03/14 | Fonte: Acervo Folha



Se nas páginas internas do caderno TSDM, a FSP aciona episódios e personagens da época para falar do passado, na capa e na contracapa ela realiza um movimento distinto; aciona o passado para falar do presente. No caso da matéria “E se...” (pág. 8), o gesto é ainda mais singular. Lança um olhar sobre o passado, mas, diferentemente de uma perspectiva histórica que o vê como passado, elabora um “futuro do passado”, ou melhor dizendo, cria um passado imaginado. E como tal não existe – como assinala Hobsbawm (1995), “e se” não é parte da História –, produz assim uma narrativa de ficção.

⁴⁸ Vladimir Herzog foi um jornalista e professor brasileiro. Em 1975, procurado em casa e no trabalho (então diretor de jornalismo da TV Cultura) para esclarecimentos sobre sua participação no PCB, apresentou-se espontaneamente ao DOI-Codi, onde permaneceu detido por sete horas. Segundo testemunhas que o ouviram gritar e gemer, Herzog morreu após ser barbaramente torturado. Silvaldo Leung Vieira, então aluno de fotografia da Polícia Civil, registrou-o já morto na cela. A fotografia foi publicada em diversos veículos, sendo o primeiro deles o Jornal do Brasil. A imagem mostrava um corpo que pendia de uma tira de pano atada a uma grade da janela, a uma altura de 1,63cm. As pernas estavam arqueadas e os pés no chão. A nota oficial divulgada pelo 2º Exército afirmou ter sido um suicídio e, embora o laudo dissesse morte por asfixia, Herzog – que era judeu – não foi sepultado na ala dos suicidas no cemitério israelita, ato considerado desafiador ao regime militar. Sua missa de sétimo dia, na Catedral da Sé, tornou-se um ato ecumênico de repúdio à ditadura.

⁴⁹ Legenda da foto.

⁵⁰ Legenda da foto.

Para compor visualmente tais narrativas, a FSP adota uma diagramação singular para ambos e bastante distinta da forma que as páginas do jornal do dia a dia se organizam. Na capa, os grifos de cor preta encobrem grande parte do texto, sendo capaz de subtrair parte de seu conteúdo, ainda que esse recurso gráfico permita ver o que foi sombreado (figura 16).

Figura 16: Capa e contracapa - Caderno TSDM – pág. 1 e 8 - edição 23/03/14 | Fonte: Acervo Folha

FOLHA DE SÃO PAULO

TUDO SOBRE A DITADURA MILITAR

DOMÍNIO, 23 DE MARÇO DE 2014

As vésperas da 7ª eleição presidencial desde a abertura, os três principais candidatos têm o que contar sobre a ditadura, 50 anos depois do golpe que derrubou Jango em 1964, o país já foi governado por um professor exilado, FHC, um operário preso na ditadura militar, Lula, e uma ex-guerrilheira, Dilma. A transição à democracia foi exitosa, mas incapaz de pacificar as controvérsias. Meio século depois, a ditadura ainda incomoda o país.

LEIA REPORTAGEM MULTIMÍDIA EM FOLHA.COM/GOLPE64

FOLHA DE SÃO PAULO

TUDO SOBRE A DITADURA MILITAR

DOMÍNIO, 23 DE MARÇO DE 2014

Como teria sido o país sem o golpe de 1964 nem episódios-chave da ditadura militar

...os militares não tivessem dado o golpe?

...Jango tivesse resistido ao golpe?

...Costa e Silva não tivesse ficado doente em 1969?

...o regime não tivesse baixado o AI-5, teria havido luta armada?

...não tivesse havido uma armada, a ditadura teria acabado mais cedo?

Imprensa apoiou ditadura antes de ajudar a derrubá-la

LEIA REPORTAGEM MULTIMÍDIA EM FOLHA.COM/GOLPE64

Como mencionado, tal recurso emula a imagem de um texto censurado, prática comum em regimes totalitários. Já na contracapa, o apagamento cobre integralmente o fundo das cinco perguntas: “e se os militares não tivessem dado o golpe?”; “e se Jango tivesse resistido ao golpe?”; “e se Costa e Silva não tivesse ficado doente em 1969?”; “e se o regime não tivesse baixado o AI-5, teria havido luta armada?”; e “e se não tivesse havido luta armada, a ditadura teria acabado mais cedo?”. As “respostas” não são

encobertas ou sombreadas graficamente. A ficção criada sobre “como teria sido o país sem o golpe de 1964 nem episódios-chave da ditadura militar” ganha reforços de autoridade por meio das falas de “especialistas”: do historiador Marcelo Ridenti, do sociólogo Francisco de Oliveira e o jornalista Carlos Chagas.

O ano do cinquentenário do golpe de 1964 foi também ano de eleição para o cargo mais importante do Executivo brasileiro, a ser realizada alguns meses depois. A FSP escolheu fazer uso deste gancho jornalístico⁵¹ para entrelaçar a ditadura e a trajetória pregressa dos então três principais candidatos à presidência: Aécio Neves, pelo PSDB; Dilma Rousseff, pelo PT e candidata à reeleição; e Eduardo Campos, pelo PSB –, ainda que este último tivesse nascido somente após 1964.

O texto, o único não assinado do caderno, apresenta os presidenciáveis, oferecendo distintas percepções a depender do recorte de gênero. O primeiro é lembrado no ano do golpe como “um menino de quatro anos que gostava de brincar com o avô, o então deputado federal Tancredo Neves”; a segunda como “uma estudante de 16 anos que se preocupava pouco com política” e o terceiro como alguém que “não tinha nascido, mas se lembra até hoje das histórias que seu avô Miguel Arraes, à época governador de Pernambuco, contava sobre o dia em que foi deposto e levado à prisão pelos militares”. Nas três descrições, é possível perceber a distinção entre aqueles que, tendo nascido ou não, dispõem de uma herança política nobre e, assim, têm as portas abertas à arena pública, e entre aquela que supostamente tinha interesses outros. Chama atenção também uma alteração feita pela FSP. Enquanto o texto publicado no caderno impresso infere que a então presidenta era uma estudante “que se preocupava *pouco* com política”, o mesmo texto na versão online afirma que Dilma “ainda estava começando a se preocupar com política”. Essa é a única diferença contida entre os trechos. Vale lembrar que o jornal anuncia a edição impressa como uma versão “condensada” da reportagem multimídia, e não uma versão modificada.

Antes de demarcar a trajetória dos presidenciáveis durante o regime, porém, a FSP elege a biografia de três presidentes para compor textual e visualmente a capa, cuja identidade gráfica se conecta à primeira página da edição daquele dia (figura 2), também rasurada. Apesar de curto em número de palavras (69), é o que texto verbal que

⁵¹ Segundo Manual de Redação, “Todas as reportagens devem partir do gancho jornalístico. A situação política dos Estados Unidos, por exemplo, é um tema permanente que adquire sentido atual em situações como a eleição presidencial, uma candidatura em ascensão ou uma votação polêmica no Congresso americano – que são os ganchos jornalísticos”. (Folha de S. Paulo, 2006, p. 24).

ocupa quase integralmente a capa (figura 16). Logo abaixo da marca “Tudo sobre a Ditadura Militar”, lê-se:

Às vésperas da 7ª eleição presidencial desde a abertura, os três principais candidatos têm o que contar sobre a ditadura. 50 anos depois do golpe que derrubou Jango, o país foi governado por um professor exilado, FHC, um operário preso na ditadura militar, Lula, e um ex-guerrilheira, Dilma. A transição à democracia foi exitosa, mas incapaz de pacificar as controvérsias. Meio século depois, a ditadura ainda incomoda o país.

Se, como vimos, na cobertura exterior ao caderno os três presidentes são localizados distintamente – FHC em matérias TSDM, Dilma e Lula em matérias “cotidianas”, vemos no caderno as biografias masculinas receberem marcações de classe. Fernando Henrique Cardoso é um “professor exilado” e Luiz Inácio Lula da Silva um “operário preso”. A exceção se dá com a presidenta em exercício. Apesar de sua experiência também como estudante universitária⁵² à época (posteriormente economista de formação), Dilma Rousseff é “ex-guerrilheira”.

Entre aquilo que a FSP revela e esconde por meio dos grifos, “50 anos após o golpe de 64, a ditadura militar ainda incomoda o país” é o que se lê sem sombras. Aquilo que a FSP não esconde funciona também como o título do texto. Ao afirmar que, meio século depois, “a ditadura militar ainda *incomoda* o país” – e, portanto, causa aborrecimento, indis põe, perturba, estorva, irrita⁵³ –, o jornal parece dar pistas sobre o que, segundo ele, ainda resta da mais recente experiência de ditadura à brasileira. Adiante, torna mais clara esta inferência ao justificar que, apesar de a transição à democracia ter sido “exitosa”, ela foi “incapaz de pacificar as *controvérsias*”. A escolha por resumir a herança de vinte e um anos vividos em regime de exceção como “uma questão sobre a qual muitos divergem⁵⁴” transporta, para o primeiro plano, a existência de interpretações *outras* sobre a supressão de direitos políticos e prática de tortura, esta última empreendida de forma institucionalizada por agentes do Estado durante o

⁵² Em 1967, ingressou no curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), abandonando-o dois anos depois para viver na clandestinidade. Em 1970, foi presa e submetida a torturas (pau de arara, palmatória, choques e socos) em São Paulo (Oban e DOPS), no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Foi condenada a seis anos e um mês de prisão, além de ter os direitos políticos cassados por dez anos. No final de 1972 saiu da prisão, após redução da pena junto ao Superior Tribunal Militar (STM). Em 1974, entrou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), formando-se economista em 1977. Fontes: memoriasdeditadura.org.br e <http://lattes.cnpq.br/1357261451494509>. Acesso em 25/05/16.

⁵³ Sinônimos de *incomodar*, segundo o dicionário Houaiss.

⁵⁴ Sinônimos de *controvérsias*, segundo o dicionário Houaiss

período. A decisão de sublinhar disputas narrativas sobre o período pode ser lida como um desejo de o jornal posicionar-se como quem *apenas* reporta o mundo, estando apartado dele. Entretanto, ela encontra aderência no discurso do próprio jornal quando compreendida no lastro de outras edições comemorativas.

Ao rememorar os 40 anos do Golpe, o jornalista Marcelo Coelho, membro do Conselho Editorial da Folha, abordou os embates da memória, travados uma década antes. Em sua coluna de 31 de março de 2004, intitulada “Um trauma político e moral”⁵⁵, Coelho escreveu:

Lembro-me de ter escrito, em 1994, um artigo bem raivoso sobre os 30 anos do golpe militar. Na época, havia a tendência, a meu ver suspeita, de fazer uma espécie de balanço histórico – o famoso “por um lado... por outro lado”. “De um lado”, reconheciam-se os atentados aos direitos humanos e às liberdades civis. “Por outro lado” – e essa parte sempre vinha por último –, houve inegáveis realizações econômicas, a modernização do nosso parque industrial etc. Essa visão “equilibrada” das coisas era muito enganosa e terminava, a meu ver, desculpando o regime. Foi Benedetto Croce, se não me engano, quem afirmou que toda história é sempre história contemporânea – e agora, em 2004, o regime militar parece estar sendo objeto de um tratamento diferente do que aquele que eu criticava dez anos atrás. A questão da tortura veio para o primeiro plano. Creio que, em boa parte, os livros de Elio Gaspari sobre o período tiveram o efeito de romper o tabu que ainda existia em torno do assunto, enfatizando a monstruosidade da repressão e o seu caráter deliberado, planejado, consciente. Deixa-se de falar na tortura como um “acidente inevitável de percurso”; os crimes da repressão política fixaram-se como uma profunda, inapagável mácula na história recente do país. Ao contrário do que se pretendia, o assunto não foi sumindo aos poucos de cena. É um trauma político e moral: o tema não se esgota, volta sempre mais forte, não pode deixar de ser lembrado. (Ilustrada, pág. E12, grifo nosso)

No dia seguinte, porém, o diretor de redação e diretor editorial do Grupo Folha, Otávio Frias Filho discordou do “novo” tratamento dado ao regime militar, com críticas à compreensão “por um lado, por outro”. Em sua coluna “Ecos de 64”⁵⁶, afirmou ser “cômodo enquadrar situações complexas em julgamentos morais categóricos”.

E não há dúvida, como lembrou ontem Marcelo Coelho, de que a história é sempre contada com olhos e valores de hoje. (...). Outra meia-verdade é a idéia de que a oposição ao regime militar era necessariamente democrática. Válida para amplas parcelas do parlamento, das associações de classe e da imprensa, essa idéia é falsa no que se refere à oposição armada. Alimentada pelo delírio de imitar o exemplo cubano, a guerrilha foi uma *aventura criminosa* que custou a vida de centenas de jovens ingênuos e idealistas. Se, por um acaso milagroso, os grupúsculos armados tivessem derrubado a ditadura dos generais, seria para instalar uma ditadura de partido único, nos moldes de tantas outras implantadas à força, com respaldo

⁵⁵ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3103200419.htm> Acesso em 14/05/17.

⁵⁶ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0104200407.htm> Acesso em 14/05/17.

soviético ou chinês, na África e na Ásia ao longo das décadas de 50 e 60. Fracassada, a aventura guerrilheira conferiu legitimidade ao período de ditadura nua e crua, entre 68 e 74. *A favor dos militares, faça-se a ressalva de que somente intervieram quando a agitação de esquerda já ameaçava a disciplina, cerne dessa corporação hierárquica por excelência.* Contrapesa o crime, moralmente nefando e politicamente intolerável, de haverem permitido que a tortura se tornasse instrumento de ação do Estado e contra adversários já indefesos. (Opinião, pág. A2, grifo nosso)

É curioso notar que, apesar de se opor a um enquadramento de “situações complexas em julgamentos morais categóricos”, o diretor editorial do Grupo Folha (e um dos donos do jornal FSP) julga como uma “aventura criminosa” a experiência da guerrilha brasileira durante o regime e, ao mesmo tempo, faz o papel de advogado de defesa dos militares, justificando a “intervenção” como um impulso de contenção à “agitação de esquerda” que já “ameaçava a disciplina”. Afinal, inclinação natural dessa corporação “hierárquica por excelência”. A leitura do dono do jornal, oferecida em 31 de março de 2004, está sintonizada com a narrativa construída em “Um país partido ao meio” (figura 10), por meio de textos e imagens, cujo o golpe foi o desfecho que pôs ordem ao contexto turbulento com sargentos e suboficiais insubordinados da Marinha e Aeronáutica, manifestações da organização sindical CGT (comando Geral dos Trabalhadores) e multidões nas ruas.

Para fechar o caderno, a FSP oferece uma leitura sobre o comportamento de alguns veículos de comunicação durante o golpe e a ditadura militar. Localizada na parte inferior da última página, ela é composta somente por textos verbais, que incluem título “Imprensa apoiou ditadura antes de ajudar a derrubá-la”; subtítulo “denúncias de tortura”, assinatura do jornalista convidado e sua apresentação no fechamento da matéria. Vale notar que a ‘imprensa’ a que se refere circunscreve-se exclusivamente a jornais impressos. E, apesar de fazer parte do caderno, a análise sobre a atuação de parte da imprensa durante o regime é a única matéria que reproduz o padrão gráfico do jornal diário; seu título não contém quaisquer palavras em destaque ou grifadas com cor preta. Além disso, não vemos bigodes em cor azul – como nas demais matérias, fotografias ou capas de jornal da época.

O *lead* anuncia que “com mais ou menos intensidade, a grande imprensa apoiou o golpe de 64”. Entretanto, a FSP lembra que defendeu a legalidade em 1961, diferentemente de “vários jornais” que se declararam contrários à posse de João Goulart. “Estabelecido o viés geral” de oposição ao presidente, a grande imprensa aderiu em bloco, mas, ainda assim, alguns veículos tiveram “papel periférico, como a

Folha, com limitado peso editorial na época”. E se a FSP avalia sua atuação menor, ela aponta os “protagonistas do golpe”, entre eles o jornal Estado de S. Paulo e a cadeia Diários Associados. Mais adiante, lembra que praticou de autocensura (ao acatar “as orientações dos censores”), mas não sozinha – “alguns jornais, como a **Folha**”. Para se defender de algumas acusações de colaboração com o regime, oferece a dúvida (“se ocorreu”) e aciona credenciais de “primeiro jornal a encampar a embrionária campanha pelas Diretas Já”.

Um dos episódios mais polêmicos da relação entre mídia e ditadura foi a guinada editorial da “Folha da Tarde”, da mesma empresa que edita a **Folha**. A partir de 1969, durante a fase mais dura do regime, a “Folha da Tarde” – até então comandada por jornalistas ligados à esquerda armada – foi entregue a profissionais associados à polícia e chegou a cooperar com as forças da repressão, endossando versões dos órgãos de segurança para esconder torturas e assassinatos de presos políticos. A empresa Folha da Manhã foi também acusada de emprestar veículos para órgãos da repressão. *Se ocorreu, não é possível dizer que a prática foi autorizada pela direção da empresa*. Em meados dos 70, a **Folha** acreditou no projeto de abertura e fez uma reforma editorial que deu voz à sociedade civil, franqueando suas páginas a intelectuais de oposição. Em fins de 1983, foi o *primeiro jornal a encampar a embrionária campanha pelas Diretas Já*, que, embora não tenha passado no Congresso Nacional, contribuiu para o fim da ditadura. (Grifo nosso)

Seu apoio pioneiro à campanha “que contribuiu para o fim da ditadura” é o enunciado que fecha o caderno, é como a FSP encerra “Tudo sobre a Ditadura Militar”. Destacamos aqui esse gesto de escolher narrar a si mesmo como reflexão final/conclusiva do caderno, que busca encerrar um “dos episódios mais polêmicos entre mídia e ditadura”. Ressaltamos a localização no encerramento do caderno como um gesto carregado de intencionalidade, pois sabemos que o arranjo espacial do jornal, em sua materialidade impressa, constitui também um importante jogo textual, “sempre estrategicamente pensado para além de mero efeito estético, alcançando objetivos de matização interpretativa do real” (LEAL; CARVALHO, 2015, p. 157).

3.1 O que vemos, o que nos vê

3.1.1 Visualidade

Quando olhamos para o caderno, já sabemos que não se trata apenas de um menu de informações ou um banco de dados, como às vezes a FSP deseja fixar. Esta ação é na verdade uma equação que o envolve e que também nos implica.

Na instância da visualidade, como nos diz Abril, trata-se de uma experiência em que aquilo que se vê se relaciona com o que não se vê. Ao examinarmos anteriormente a composição do caderno TSDM, foi possível identificar alguns elementos visíveis e, neste mesmo regime de visão, vemos também algumas ausências – silêncios e silenciamentos. Os atores – segundo a FSP – que encenam o golpe e da ditadura, assim como as suas maneiras de atuar, dão forma àqueles que não estão presentes, produzem sua emergência, mesmo não visível. Ao mesmo tempo, esse modo de experiência do invisível expõe as falas e modos de dizer do jornal, imbricada em redes de interesses e jogos de poder.

À luz da Análise de Conteúdo, pudemos mobilizar uma empiria visível e constatamos, nas oito páginas do caderno, algumas recorrências, em quais seções foram publicadas, se havia ou não imagens, assim como as falas majoritárias e de maior relevo.

a. Onipresença masculina

Começamos com quem assina as matérias. Ao rememorar o golpe e a ditadura militar, a FSP seleciona um corpo de profissionais (fixos e convidados) quase exclusivamente composto por homens. A ausência de mulheres estende-se aos textos verbais e visuais, entre os personagens e episódios eleitos para esta narrativa.

Quando analisamos o léxico do caderno, levamos em conta o que Carvalho (2014) nos chama a atenção, ao falar sobre os jogos de interesse e disputas de sentido que se apresentam aos jornalistas ao narrar os acontecimentos: “a despeito de técnicas de redação mais ou menos estáveis, cada narrativa requer uma cuidadosa escolha de palavras”. Recusamos, portanto, compreender essa escolha como um acidente de percurso ou justificada por questões técnicas, como uma maior dificuldade de encontrar personagens e imagens de arquivo. Essa escolha por invisibilizar mulheres e suas participações na rememoração do golpe e da ditadura militar na verdade encobre negociações e tensões confessadas e inconfessadas. Como nos lembra Goes (2017), “a relevância jornalística é parte da retórica política que justificará o avanço, nas superfícies noticiosas, de determinadas temáticas, fontes e suas ancoragens e angulações” (GOES, 2017, p. 46).

Ao todo, os textos verbais do caderno TSDM somam quase 35 mil caracteres. Entre suas mais de sete mil palavras, *mulheres* existem somente uma única vez; aparece

quando é feita menção à resistência ao governo do presidente João Goulart demonstrada na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada na capital paulista. E surge de forma genérica, enquanto um grupo supostamente homogêneo: “Mulheres de classe média, líderes religiosos e políticos de oposição estavam na linha de frente da passeata” (‘Um país partido a meio’, figura 10). Ainda assim, não é possível vê-las na marcha. Dentre todas as pessoas mencionadas textualmente, existem apenas duas mulheres, seja como protagonistas ou atuando como personagens laterais, seja agindo na sustentação à ditadura ou na resistência e luta pela democracia.

A então Presidenta da República e candidata à reeleição, Dilma Rousseff, é mencionada no rol de presidentes eleitos no período democrático. Parte de sua história – como “ex-guerrilheira, presa e torturada” – ganha espaço como biografia comparativa à dos demais. A outra figura feminina citada no caderno é a cantora Nara Leão. Sua menção é breve e circunstancial. Na matéria “Da resistência ao showbiz” (figura 14), diz o texto sobre o espetáculo musical *Opinião*:

Dirigido por Augusto Boal, o espetáculo era assinado por Oduvaldo Vianna Filho, Armando Costa e Paulo Pontes. Levava ao palco Zé Ketí, João do Vale e Nara Leão para protestar contra a ditadura que se instalava.

Sabemos que os jornais se valem de fotografias para agregar forma e valor informativo às matérias. Elas também fornecem detalhes incapazes de serem identificados nos textos escritos ou mesmo se ancoram nos títulos, reiterando-os e conferindo certa credibilidade. Quando pensamos que, em cadernos comemorativos como TSDM, o referencial muitas vezes passa a ser o visual e não o textual, as fotografias adquirem ainda maior relevância. Uma a uma, a seu modo, oferecem detalhes e indícios e, junto aos demais textos, ajudam na produção de sentido e reconstrução do “universo” do golpe e da ditadura. E, se as fotografias contribuem para recriar o mundo, elas o fazem não apenas oferecendo um campo estético e simbólico, mas também uma chave epistêmica. Afinal, o que as fotografias (de arquivo) que conformam o mundo no caderno nos permitem conhecer?

Na paisagem das oito páginas de TSDM, há trinta fotografias documentais, com registros da época. Elas não se encontram soltas, mas estão em relação a textos e legendas, assim como entre si e, dessa forma, “não fazem sentido por si só” (VAZ, MENDONÇA E ALMEIDA, 2002, p. 53), relacionam-se com um texto, “dispostas em locais específicos, que produzem todo um sentido, embora este ainda não seja

completo”. Por vezes, têm caráter “exemplificativo” e “resumitivo”, na medida em que colaboram para encenar/identificar sujeitos e personagens históricos. Abaixo, buscamos vê-las reunidas em um mosaico. A partir de aproximações à metodologia utilizada por Vaz, Mendonça e Almeida (2002), as recortamos de suas páginas originais e as aproximamos, para ver, afinal, quais imagens (e de quem) cabem no caderno TSDM. Deixamos de fora somente aquelas em que não se vê corpos de pessoas, a saber: tanques militares na rua (figura 11), multidões no Comício na Central do Brasil e na Marcha da Família com Deus pela Liberdade (figura 11), e uma fábrica de automóveis da Volkswagen (figura 13).

Figura 17: Mosaico de fotos - Caderno TSDM – edição 23/03/14 | Fonte: Acervo Folha, elaborado pelo autor



As fotografias exibem rostos e corpos masculinos de⁵⁷: Mourão Filho com Magalhães Pinto (1); Leonel Brizola (2); FHC e Lula (3); Carlos Marighella (4); Tancredo (5); João Goulart (6); Rubens Paiva (7); Mário Kozel Filho (8); Geisel e Sylvio Frota (9); “metalúrgicos da Scania” (10); “marinheiros rebelados” (11); “Jango cercado por militares leais” (12); “corpos de guerrilheiros do Araguaia” (13); Vladimir Herzog (14); FHC, Osmar Santos, Tancredo, Montoro, Brizola, Quércia, Ulysses e Lula (15); Geraldo Vandré (18); Glauber Rocha (19); Humberto Castello Branco (20); Arthur da Costa e Silva (21); Aurélio Lyra Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Souza Mello – Junta Militar – (22); Emílio Garrastazu (23); Ernesto Geisel (24) e João Baptista Figueiredo (25).

Uma das exceções é a escritora Ana Cristina César, que surge em close, localizada no rodapé da página 7, no canto mais à direita. Integra um conjunto de listas de filmes, canções e livros que a FSP sintetiza/indica sobre o período. Mais uma vez, é a única mulher da lista; divide espaço com outros oito artistas. A legenda, “Cenas de Abril – Poesia, 1979. Livro independente da poeta que, com escracho e lirismo, marcou a contracultura nos 70”, a situa no lugar visível que cabe às mulheres no caderno, o da cultura, das artes, do sensível. Uma escolha que não é neutra, afinal, “a relação entre a foto e a legenda estabelece um contexto pragmático que influi na percepção, na leitura e na compreensão da imagem fotográfica” (VAZ; TAVARES, 2005, p. 133). Vemos outros rostos femininos, todos circunscritos ao universo das artes. Na fotografia com atores do Teatro Oficina (16), há uma atriz visível; ela sorri no canto direito, na parte inferior da imagem, mas não possui identificação. No registro da Passeata dos Cem Mil (17), feito do alto por um ângulo aberto, há dez pessoas identificadas entre os “artistas e intelectuais”. Apenas duas são mulheres – a atriz Ítala Nandi e a cantora Nana Caymmi. Todos ganham apostos com as respectivas profissões, mas Nana Caymmi é a única que ganha o adendo “era casada com Gilberto Gil”.

Como percebemos, o total de cinco mulheres que habitam o caderno (nos textos verbais e visuais: Nara Leão, Ítala Nandi, Nana Caymmi, Ana Cristina César e Dilma Rousseff) são, em sua maioria, artistas. Quando a narrativa é sobre o poder, são invisibilizadas. Elas não existem organizando marchas contra João Goulart, encabeçando passeatas contra a censura, não existem quando presas e mortas pelo

⁵⁷ Os nomes foram reproduzidos da maneira como aparecem nas legendas das fotos no caderno.

regime, produzindo imprensa alternativa, articulando o Movimento Feminino pela Anistia (figura 20).

Figura 18: Marcha da Família com Deus pela Liberdade, São Paulo, 19 de março de 1964. Fonte: Arquivo Correio da Manhã. Marcha da Vitória, que foi a versão carioca da Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964. Fonte: Arquivo O Globo



Figura 19: Galerias da Câmara dos Deputados durante a votação da Lei da Anistia. Foto: Sonja Rego/CPDoc JB.



Figura 20: Da esquerda para a direita em sentido horário: Jornal Brasil Mulher (1975), Acervo Instituto Vladimir Herzog; Passeata dos Artistas contra a Censura (RJ, fev/1968/Arquivo Jornal do Brasil); Cartaz do Movimento Feminino pela Anistia (1975), Acervo Instituto Vladimir Herzog; Maria Auxiliadora Lara Barcelos, presa em nov/1969 (fotografia do DOPS/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro).



Se a exceção ao campo das artes (Dilma Rousseff) divide espaço político com outros ex-presidentes, como FHC e Lula, conhecemos apenas as feições deles, suas posturas e gestos. Ambos têm um corpo ativo, têm voz; surgem empunhando microfones em comícios e com os braços erguidos. Como vimos, Dilma surge em outras edições do jornal que abordam o golpe e a ditadura, mas nunca dentro dos limites que a FSP determina como “Tudo sobre a Ditadura Militar”.

Na esfera do visível – que sabemos não é fixa ou estável, apesar de apresentada pelo jornal como única e total –, uma materialidade narrativa de falas e de imagens competentes articulam os dizeres e os silenciamentos. Lembramos, mais uma vez de Abril e os regimes de ver, para pensar nas falas autorizadas (as imagens visíveis) e o que é silenciado. Quando a FSP narra 1964-1985, ouvimos depoimentos do ditador Ernesto Geisel, o general Adyr Fiúza de Castro, o ministro da economia durante o regime Antônio Delfim Netto e o coronel reformado Paulo Malhões. O jornal poderia justificar a escolha como “jornalística”, por julgá-los protagonistas do regime. Entretanto, esse gesto se repete quando analisamos os textos de ficção (“E se...”, pág. 8); mais uma vez, apenas homens são convidados a compartilhar suas reflexões e modos de compreender “episódios-chave” da ditadura militar. A FSP não encontra entre historiadores, sociólogos e jornalistas vozes femininas autorizadas a falar, ainda que haja pesquisadoras dedicadas ao tema, com trabalho reconhecido entre seus pares. Essa escolha revela gestos políticos, pois, como nos lembra Goes,

As desculpas para deixar de fora temas, fontes, acontecimentos são parte de uma gramática profissional e empresarial interessada e amparada nesse regime, por meio das torções de silêncios e de palavras e da agência de luzes e de sombras”. (GOES, 2017, pág. 50).

b. Os notáveis da ditadura

Além de uma composição verbovisual que tem como marca visível a onipresença masculina – e branca –, os atores do golpe e da ditadura são ora figuras que gozam de notoriedade, ora apresentadas genericamente. A experiência da ditadura é encarnada em alguns militares, políticos, artistas, intelectuais e militantes de movimentos organizados de esquerda. A respeito deles, conhecemos superficialmente sua história, seus nomes e, por vezes, rostos.

Nos textos verbais, grupos heterogêneos como empresários ou políticos são uma massa uniforme e sem identificação: “militares, políticos e empresários” tramam contra

João Goulart; o golpe teve “apoio americano”, assim como de “setores da classe média”. Apesar de o general Olympio Mourão Filho e suas tropas serem retratados como aqueles que, em 31 de março, desceram de Juiz de Fora (MG) em direção ao Rio de Janeiro, o golpe é desenrolado por “conspiradores”, “grupos nacionalistas”, “empresários” e “militares” (contra e a favor). A “esquerda” pressiona por mudanças, “grupos organizados” realizam ações como assaltos a bancos e sequestros, a “oposição” deflagra campanha pela realização de eleições diretas, entre outros.

Quando alguns deles adquirem nome e corpo, como o deputado Rubens Paiva e o soldado Mário Kozel Filho, emergem em função de uma ação pontual ou figuram como mortos. É também o caso do militante Carlos Marighella, que surge como um nome, um corpo só, desnudo, no canto direito superior da página 3, ou do “guerrilheiro” Carlos Lamarca, que ganha breve menção, sintetizada em “é morto na Bahia”. As experiências heterogêneas da militância de esquerda (armada ou não), assim como suas articulações e negociações conflituosas, são invisíveis, são apartadas do mundo, não se relacionam com a própria sociedade. São experiências atomizadas, que recaem sobre alguns poucos eleitos. A organização das cidades, os fluxos de ir e vir nas vias públicas, o convívio com a polícia, o envolvimento da sociedade civil com a ditadura, assim como os impactos na vida cotidiana não possuem espaço no caderno. O silêncio da vida apaziguada à força, sob o império da ordem, é tamanho no caderno que produz ruído, faz barulho. Se vemos multidões em marcha, pró e contra João Goulart (figura 11), não há rostos ordinários; por vezes, há rosto algum. A vida comum aparece por meio de legendas e fotografias; são “metalúrgicos”, “corpos no Araguaia”, “multidões”. “Metalúrgicos da Scania, em São Bernardo do Campo, iniciam a primeira greve do país após o AI-5”, informa a legenda, mas não conhecemos os personagens ou os embates desta luta pelo trabalho, que é também uma luta política. Não vemos faces, seus semblantes e expressões, apenas corpos – inteiros ou em pedaços –, estirados ou de costas, atrás de máquinas. É curioso notar que, quando narra o “milagre econômico”, a FSP opta por apresentar uma paisagem de números; indicadores econômicos e sociais como PIB per capita e escolaridade “encarnam” experiências da época. Operários e suas condições de trabalho dão lugar a uma linha de montagem em uma fábrica de automóveis da Volkswagen, em São Bernardo do Campo (SP). Carros ocupam a paisagem, em uma foto centralizada na matéria que emerge como o emblema do

“milagre”. Se trabalhadores não são personagens, o mesmo se dá com os “empresários” (no plural, como o jornal anuncia) e seu laços com a ditadura militar.

Continuamos pelo caderno a ver personalidades-vitrine. A resistência cultural (mencionada no título ‘Da resistência ao showbiz’, figura 14) é encapsulada em nomes como Augusto Boal, Chico Buarque e Oswald de Andrade, cujas obras o jornal chama de “produtos típicos” da esquerda cultural da época. Ao alçá-los a ícones da resistência, vemos um gesto duplo da FSP: de lançar luz sobre uns e sombrear outros, os que foram alvo da ditadura e os que não.

De um modo geral, os militares têm nome e breve história. Na linha do tempo (quadro 3) que margeia o caderno, o jornal dedica a eles 40% dos 36 episódios escolhidos para costurar a narrativa ano a ano sobre o regime. Eles agem, se rebelam, implementam, sancionam, cassam. Sabemos, por exemplo, que em 1967 o “general Costa e Silva toma posse”, decreta o AI-5 em 1968 e sofre trombose cerebral um ano depois. Conhecemos também os rostos de todos os ditadores presidentes e alguns de seus atos, incluindo o número de corpos presos, torturados e mortos, contabilizados em cada gestão. Na base do gráfico (figura 13) que apresenta esses números estão o busto de cada um deles.

A exceção que foge à regra é quando a FSP se inclui, quando fala dos pares e de si. Ao analisar o comportamento de parte da mídia impressa durante o golpe e a ditadura, os personagens são vários e matizados de acordo com sua atuação. Adquirem contornos um pouco mais complexos e diversos, têm agência sendo, inclusive, responsabilizados por decisões tomadas. Trata-se de uma imprensa que “apoiou a ditadura” e também “ajudou a derrubá-la”. Nesse texto que “fecha” o caderno, a FSP nomeia protagonistas, contextualiza suas ações, reconhece ambivalências, discorre e exemplifica os desafios enfrentados e as saídas encontradas. Diferenciando-se das demais matérias, é a única que reproduz o padrão gráfico das páginas do dia a dia. Apesar de parte de “Tudo sobre a Ditadura Militar”, a narrativa sobre a atuação de empresas de comunicação não recebe grifos e rasuras.

3.1.2 Mirada

Por meio da visualidade, pudemos propor uma reflexão sobre a possibilidade do invisível, em outras palavras, a de enxergar um ordenamento do visível e do invisível

nos gestos de leitura que a FSP faz sobre o golpe e a ditadura, incluindo neles pistas deixadas sobre os valores e posturas políticas do jornal.

Já na instância da mirada, Abril nos lembra que ela é orientada pela forma como olhamos e que, portanto, o ato de olhar não é estrangeiro ao texto verbovisual. Enxergamos com os olhos da nossa cultura e da nossa experiência, como espectadores que fazem julgamentos a partir de visões e atitudes perante o mundo. Os textos possuem vida, eles também nos olham.

Reconhecemos, assim, na FSP um olhar orientado editorialmente que, antes mesmo de publicar algo, elege o que ver e como localizá-lo. Certamente, estão implicados nesse gesto condições técnicas de produção, mas elas não justificam integralmente uma visão modalizada culturalmente. Pensando nisso, na instância da mirada, nossa atenção se volta às marcas deixadas como pistas para pensarmos sobre os valores e a forma do jornal de ver o golpe e a ditadura militar. A partir das marcas visíveis e invisíveis, propomos perceber aqui duas perspectivas: o apagamento da experiência, e o apagamento da agência e das responsabilidades.

a. Apagamento da experiência

A FSP diz narrar tudo e, para isso, oferece um cardápio de algumas vozes (masculinas) autorizadas a falar, além de ações e experiências atomizadas em algumas personalidades. Oferece também números, gráficos e análises sobre como foi ou poderia ter sido o período. Ao invisibilizar tantas vozes e corpos, ela produz um primeiro silenciamento/apagamento: o da experiência – se não todas, o de *determinadas* experiências.

Quando narra “a formação da ditadura” (figura 13), aborda o aparato repressivo do regime contabilizando denúncias de abusos, mortos, desaparecidos e indenizados (incluindo o montante total gasto até a data de publicação do caderno). Há crime de tortura, mas sem torturados. Em determinado momento, exibe “corpos do Araguaia”, mas não há pessoas, histórias e testemunhos. Há fábrica de automóveis e operários em greve, mas não conflitos e negociações entre patrões e empregados sob um regime de exceção, com suspensão de direitos. A censura existe, mas as vivências causadas por esta interdição são apagadas (exceto quando atinge empresas de comunicação).

Quando silencia a cultura, conhecemos as personalidades que, segundo o jornal, resistiram ao criarem e darem voz a obras que desafiavam o regime. Mas, como vimos,

esse enfrentamento político é circunscrito a “artistas e intelectuais”. Dos 26 mencionados, há dois negros (Gilberto Gil e Zé Keti), um gesto que revela também um recorte classista e racista. Apesar de apagados desse campo da resistência, cantores de forte penetração em rádios e sucesso em venda de discos – muitas vezes chamados de “bregas” – produziram obras que desafiaram o regime ou foram alvo de censura⁵⁸.

Consagrado como o ídolo negro e extremamente popular, Evaldo Braga foi um dos que cantou a tristeza, a solidão e a morte⁵⁹ em um período em que a propaganda oficial investia em peças publicitárias na TV rechaçando a tristeza e enaltecendo a alegria; afinal, “não perceber a inauguração de um novo tempo, resultaria em tristeza, em inadaptação” (ARAUJO, 2012, p. 264). O sucesso de 1970 *Não creio em mais nada*, de Paulo Sergio, ia de encontro a uma das campanhas do regime cujo lema era “Você precisa acreditar”, entre outros exemplos de artistas populares, homens e mulheres. O historiador Paulo Cesar Araújo lembra que:

O ceticismo e a melancolia do repertório “cafona” acabavam por adquirir, mesmo que não intencionalmente, um caráter transgressor e de resistência – principalmente quando a tristeza vinha associada às questões sociais do país. (...) O discurso dessas canções também estabelecia um flagrante contraste com um outro *slogan* muito difundido na época: “Brasileiros, nunca foram tão felizes” – mensagem com a qual a TV GLOBO encerrava sua programação diária no início dos anos 70. Aliás, em perfeita sintonia com o ideário do regime militar, em 1971 a emissora lançou a sua mais tradicional mensagem de fim de ano, a música *Um novo tempo*, cuja letra permitia uma analogia entre o ano novo que se aproximava e o novo tempo político anunciado pelas Forças Armadas a partir de 1964: Hoje é um novo dia / de um novo tempo que começou / nesses novos dias / as alegrias serão de todos, é só querer / todos nossos sonhos serão verdade / o futuro já começou (ARAUJO, 2012, p. 265).

Outra característica que se repete no caderno é o apagamento de vozes e experiências ordinárias, histórias cotidianas daqueles que viveram a ditadura militar em suas diversas formas, para além da atuação em partidos políticos e grupos organizados de esquerda. Histórias que contemplam a maior parte dos brasileiros e brasileiras, de diferentes idades, da cidade e do campo, de diversos matizes étnicas, religiosas, de

⁵⁸ Em 1973, a ditadura proíbe a canção *Uma vida só (Pare de tomar a pílula)*, de Odair José, por contrariar o programa de distribuição de anticoncepcionais do governo. No mesmo ano, *Meu pequeno amigo*, de Fernando Mendes, é também proibida pela censura. “Digam pra mim / digam pra mim onde ele está / e o que foi que fizeram / com o meu pequeno amigo?” diz a canção que homenageia o garoto Carlos Ramirez Costa, o Carlinhos, cujo sequestro havia mobilizado polícia e imprensa cariocas. A letra, porém, não menciona seu nome. Uma letra sobre o desaparecimento de um amigo desagradou o regime; 1973 e 1974 são os anos do período com o maior registro de desaparecidos políticos no Brasil.

⁵⁹ Em *Tudo fizeram para me derrotar*, de 1971, cantava “em nada mais posso crer / para mim nada existe / somente eu sei dizer porque vivo triste assim” e “vou acabar a minha vida / que só me dá desgosto / lágrimas no meu rosto não param de rolar”, na canção *Meu delicado drama*, de 1973.

identidade de gênero e orientação sexual, entre outros. Chama atenção o apagamento de experiências como o direito à cidade no contexto da ditadura; as abordagens policiais nas ruas, especialmente à população negra; estratégias de sobrevivência como portar carteira de trabalho para escapar de detenções e interrogatórios, entre outros. Ao se lembrar da efervescência dos bailes de *black music* na capital mineira dos anos 1970, Arildo da Cruz – hoje zelador, à época um jovem estudante negro, morador da Região Metropolitana de Belo Horizonte – narra como uma certa vivência cultural era também atravessada pela atuação da polícia sob um regime de exceção.

“Lá [no Máscara Negra] frequentava mais é gente escura, praticamente não entrava branco, então a polícia batia lá direto, descendo o pau mesmo. Queria nem saber, já entrava gritando ‘viado prum lado, puta pro outro!’. Tinha policial que chegava dando geral nas mulheres, ia enfiando e passando a mão em tudo. Perguntava pra gente ‘por que você está vestido assim, que cabelo é esse?’ Mandava cortar o som. Aí você já levava um tapão na orelha, um soco na boca do estômago, eles implicavam com calça pantalonada, com o colorido, com o xadrez, mandavam cortar o cabelo e, se vissem a gente com ouriçador, aí tava perdido” (MACEDO, 2015, p. 12)

Em todo o caderno, não há nenhuma vivência que contemple (ao menos) no léxico: indígena, negra, negro, violência sexual, crianças, rural, periferia, gay, lésbica, bissexual, movimento feminino, movimento feminista, sertanista, entre outros. O grifo à inexistência deste vocabulário não é despropositado. Apesar de essa narrativa apagar experiências cotidianas, é sabido que diferentes grupos da sociedade civil tiveram suas vidas atravessadas pela violência do regime, para além dos protagonistas (políticos, intelectuais, militares, etc.) eleitos pela FSP. Experiências não visíveis em números de mortos, presos e desaparecidos. Aliás, dimensionar vinte e um anos de cidadania aprisionada, de supressão de direitos universais, a partir de uma régua que mede mortos e desaparecidos, é o que muitas vezes respalda argumentos como o que a própria FSP usou em editorial, em 2009, ao incluir a ditadura brasileira 1964-1985 entre as “ditabrandas⁶⁰”.

Alguns episódios, entre tantos, expõem algumas das violências sofridas por diferentes grupos durante o período. Em 1969, por exemplo, o Itamaraty instalou a Comissão de Investigação Sumária que cassou 44 funcionários sob a acusação de “prática de homossexualismo”. Nesse mesmo ano, o Reformatório Agrícola Indígena

⁶⁰ Ver “Limites à Chávez”, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm> Acesso em 15/03/16.

Krenak começou a funcionar no Posto Indígena Guido Marlière (hoje denominada Terra Indígena Krenak), no município de Resplendor, Minas Gerais. Comandado por agentes da Polícia Militar mineira, o local foi, na verdade, um campo de trabalhos forçados, com tortura e maus tratos a indígenas de mais de 15 etnias. Em 1978, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU) denunciou a violência policial contra negros em ato público que reuniu duas mil pessoas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Em 1980, treze organizações protestaram, no Centro de São Paulo, contra a Operação Limpeza, comandada pelo delegado de polícia José Wilson Richetti, que espancava, extorquia, torturava e detinha com violência especialmente prostitutas, travestis, lésbicas e gays. Apesar da repressão a manifestações políticas públicas, em 1980, foi realizada a primeira marcha gay em São Paulo, também denunciando abusos policiais e exigindo acesso a direitos fundamentais; a partir dela, surgiu o primeiro grupo exclusivamente lésbico do país. No governo do ditador João Figueiredo, foi produzido um relatório que reuniu denúncias sobre crimes contra populações indígenas, após a visita a 130 postos indígenas em todo o país. Descoberto somente em 2013, o “Relatório Figueiredo” revelou que:

O resultado apresentado pelo procurador em seu Relatório é estarrecedor: matanças de tribos inteiras, torturas e toda sorte de crueldades foram cometidas contra indígenas no país, principalmente pelos grandes proprietários de terras e por agentes do Estado. Figueiredo fez um trabalho de apuração impressionante: incluiu relatos de dezenas de testemunhas, apresentou documentos e identificou cada uma das violações que encontrou – assassinatos de índios, prostituição de índias, sevícias, trabalho escravo, apropriação e desvio de recursos do patrimônio indígena. Ele também apurou as denúncias sobre a existência de caçadas humanas de indígenas feitas com metralhadoras e dinamite atiradas de aviões, as inoculações propositais de varíola em populações indígenas isoladas e as doações de açúcar misturado a estircina. (Projeto República⁶¹)

Além dos textos verbais, as fotografias do caderno também invisibilizam as experiências de vidas comuns; vemos apenas quando pessoas marcham contra ou a favor do golpe/ditadura. Apesar de diretrizes impostas pela censura, órgãos de imprensa produziram um vasto repertório de imagens. Algumas eram disponibilizadas pelos

⁶¹ Fonte: site Brasil Doc., “arquivo digital construído pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com o objetivo de tornar disponível, em transparência ativa, fontes históricas de natureza diversa abrigadas na instituição”. Disponível em <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura-militar-e-populacoes-indigenas/>. Acesso em 29/04/17.

órgãos oficiais⁶², como fotografias de militantes de esquerda procurados (nomeados “terroristas” pelo governo), afixadas em cartazes pela cidade, como aeroportos e centros comerciais. As imagens do cotidiano habitavam jornais e revistas da época, quando, aparentemente, não ofereciam “perigo” ao regime. Elas também compunham a paisagem das cidades, dispostas em bancas de jornal, ou chegando à mesa do café da manhã (via assinatura de jornais), transitando nas ruas, em leituras em ônibus, repartições, igrejas e universidades.

Para efeito de comparação, o volume de imagens que circulou entre veículos impressos brasileiros (sejam nos tradicionais ou nos alternativos, de menor tiragem) no período (1964-1985) possui uma distinção fundamental com a experiência ditatorial argentina (1976-1983). Ambas possuem aproximações temporais e das complexas relações de adesão e resistência ao regime, mas, no caso do país vizinho, o jornal de língua inglesa *Buenos Aires Herald*⁶³ foi o único periódico a noticiar e expor imagens de desaparecidos e de violações dos direitos humanos durante todo o período. Entre os registros brasileiros da vida cotidiana, há, por exemplo, o de crianças brincando no Morro da Mangueira (ver figura 21), nos anos 1960. Ao fundo, podemos ver moradias construídas precariamente, em rua não asfaltada e, aparentemente, com pouca infraestrutura (urbanização), retrato que destoava da propaganda entusiasmada pretendida pelos governos militares. Ou a do jogador de futebol Pelé curvando-se à Rainha Elizabeth (ver figura 22), no estádio do Maracanã, em 1968, tendo, ao fundo, torcedores sorridentes, vestidos elegantemente.

⁶² No Brasil, a prática de o próprio governo produzir imagens e disponibilizá-las à imprensa é antiga. Ganhou fôlego com o estabelecimento da Agência Nacional, criada em 1945 (por decreto do ditador Getúlio Vargas, quando ocupava a Presidência) para distribuir o noticiário e o serviço fotográfico de eventos governamentais. Um ano depois, o órgão ficou diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e, em 1971, a Agência passou a transmitir, além de noticiário e imagens que julgava de interesse público, peças de publicidade governamentais.

⁶³ O jornal encerrou suas atividades em 31 de julho de 2017, após 140 anos de atividade. Mesmo publicado em língua inglesa, “muita gente comprava o *Herald* só para ler o editorial – que por lei devia ser publicado em espanhol –, e as mães da Plaza de Mayo iam à redação para denunciar o desaparecimento de seus filhos”. Disponível em <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/um-jornal-inconveniente/>. Acesso em 10/08/2017.

Figura 21: Meninos em carrinho - Morro da Mangueira. | Foto: Evandro Teixeira



Figura 22: Foto: Evandro Teixeira/Arquivo JB



b. Apagamento da agência/responsabilidades

Vemos um gesto de apagamento também da agência daqueles que viveram o período, seja nas resistências ou adesões e suporte ao regime. Destacamos, primeiramente, a forma como os ditadores são enunciados pela FSP, uma escolha que nos revela o próprio entendimento dela sobre a condição política da época. Apesar de reconhecer que houve uma ditadura, a FSP não reconhece os ditadores. No caderno publicado em 2014, toda menção a aqueles que comandaram o país, que tomaram

importantes decisões afetaram diretamente a vida do país, é feita por ‘presidente Geisel’, ‘presidente Médici’, e demais. Em 24 de dezembro de 1999 – já no período democrático –, o ditador João Figueiredo (1979 a 1985) também morreu presidente⁶⁴, o que poderia confirmar um padrão editorial consolidado do jornal. Entretanto, essa suposta baliza editorial se desfaz quando olhamos a maneira como a FSP noticia a morte de personagens estrangeiros. Quando não nossos, morrem ditadores, como Augusto Pinochet⁶⁵ (2006, Chile), Haiti Jean-Claude "Baby Doc" Duvalier⁶⁶ (2014, Haiti), Fidel Castro⁶⁷ (2016, Cuba), Islam Karimov⁶⁸ (2016, Uzbequistão), Manuel Noriega⁶⁹ (2017, Panamá), entre outros.

Há também um padrão distinto quando se tratam de atos praticados contra o governo e contra a população, por vezes fruto de sujeitos “ocultos”. De um lado, “atentado contra Costa e Silva (...) mata dois”, “atentado da guerrilha esquerdista VPR (...) mata o soldado Mário Kozel Filho”, “guerrilheiros *sequestram*”. Do outro, “Carlos Marighella *é morto*”, “Rubens Paiva *é preso (...) e morto sob tortura*”, “Carlos Lamarca *é morto*”, “Vladimir Herzog *é morto sob tortura*”, “Manuel Filho *é encontrado morto no DOI-Codi*”. O leitor pode se perguntar, afinal, quem mata? Quem tortura?

Outro exemplo de ação sem autoria é “*bomba explode num carro no Riocentro, matando um militar e ferindo outro num atentado planejado para sabotar a abertura*”. Apesar de a causa do óbito ter sido pela explosão de um artefato, de forma análoga, seria insólito noticiar que uma *bala de revólver* tirou a vida de alguém. Neste sentido, o leitor pode, mais uma vez, se perguntar: o atentado foi planejado e executado sob as ordens de quem? Quem permitiu ou teve ciência das práticas de tortura em interrogatórios efetuados com o jornalista Vladimir Herzog, “morto sob tortura”?

É verdade que somente em 29 de abril de 2014 – portanto, alguns dias após a publicação do caderno – que a Comissão Nacional da Verdade divulgou documentação que comprova que o ditador João Figueiredo e o general Danilo Venturini, chefe do

⁶⁴ Acesso em 09/05/2017 <http://www1.folha.uol.com.br/fof/pol/ult24121999026.htm>

⁶⁵ Acesso em 09/05/2017 <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/mundo/ult94u102428.shtml>

⁶⁶ Acesso em 09/05/2017 <http://m.folha.uol.com.br/mundo/2014/10/1527248-morre-o-ex-presidente-haitiano-jean-claude-duvalier.shtml>

⁶⁷ Acesso em 09/05/2017 <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/507178-ditador-fidel-castro-morre-em-cuba-aos-90-anos.shtml>

⁶⁸ Acesso em 09/05/2017 <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/09/1809577-morre-aos-78-anos-islam-karimov-ditador-do-uzbequistao-desde-1989.shtml>

⁶⁹ Acesso em 09/05/2017 <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/05/1888575-manuel-noriega-ex-ditador-do-panama-morre-aos-83-anos.shtml>

Gabinete Militar da Presidência, foram informados com antecedência que o Destacamento de Operações de Informações (DOI) do 1º Exército preparava um atentado terrorista no Riocentro. Entretanto, quando em outras datas a FSP explorou o tema (“um dos mais rumorosos casos do período militar”), o fez ressaltando as “suspeitas generalizadas de que [o sargento] Rosário morrera manipulando a bomba”⁷⁰. O não apagamento da autoria poderia ser evitado ancorando-se na suposição da verdade, prática que o próprio jornal por vezes adota – os ‘supostos crimes de estupro’, mesmo quando praticados por criminosos confessos⁷¹.

Também as imagens visuais apagam a agência dos personagens, as colaborações e resistências ao regime. Como vimos, o emblema do “milagre econômico” (figura 13) são carros, vistos em sequência em uma fábrica em São Bernardo do Campo. Antes da publicação do caderno TSDM, em 2012, funcionários desta mesma fábrica relataram à Comissão da Verdade Vladimir Herzog⁷² terem sofrido abusos quando eram funcionários da filial brasileira da Volkswagen. Com as denúncias tornadas públicas, a multinacional alemã encomendou um relatório próprio que veio a confirmar e esclarecer de que forma se deu sua cooperação (ainda que não institucionalizada) com a ditadura militar.

Entre outras revelações, o documento aponta que o presidente da filial brasileira à época, Friedrich Schultz-Wenk, não se assustou com o golpe, mas, ao contrário, “sua reação foi extremamente positiva, até mesmo eufórica”; ele “considerou a detenção de líderes sindicais, bem como dos reais e supostos simpatizantes dos comunistas expressamente bem-vinda” (KOPPER, 2017, p. 20). Schultz-Wenk, que, antes de imigrar ao Brasil, foi filiado ao partido nazista na adolescência e atuou como oficial da marinha alemã na Segunda Guerra Mundial, “não minimizou o caráter violento do golpe, chegou até a justificá-lo” (KOPPER, 2017, p. 20). Com seu “conhecimento tácito”, o chefe da segurança patrimonial Ademar Rudge (um ex-coronel das Forças Armadas brasileiras) monitorou atividades dos empregados, denunciou e entregou à polícia política um relatório com fotos e informações dos prontuários dos funcionários,

⁷⁰ “Militar mantém 17 anos de silêncio” <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26049829.htm>. Acesso em 12/07/2017.

⁷¹ “Suspeitos confessaram o crime, mas estão soltos. A Polícia Federal investiga o *suposto* estupro coletivo de uma menina de 14 anos, por um homem de 20 anos e quatro adolescentes em Cascavel (PR). A ação foi filmada por um sexto integrante do grupo e publicada no YouTube”. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2308201124.htm> Acesso em 19/07/2017.

⁷² Comissão da Verdade “Vladimir Herzog”, Relatório Final, Câmara Municipal de São Paulo 2012. http://www.vereadornatalini.com.br/PDF/relatorio_final_comissao_da_verdade.pdf Acesso em 20/01/18.

incluindo atuação em greves (figura 25). Ao menos, sete empregados e empregadas foram presos, e alguns torturados pela polícia ainda dentro das instalações da fábrica de São Bernardo do Campo. Um deles, o operário Lúcio Bellentani, era militante do Partido Comunista Brasileiro e permaneceu, ao todo, dois anos e quatro meses na prisão. À Comissão da Verdade, ele relatou que:

Em 1972 fui preso dentro da Volkswagen. Estava trabalhando e chegaram dois indivíduos com metralhadora, encostaram nas minhas costas, já me algemaram, isso às 23h, coisa assim. Na hora em que cheguei à sala de segurança da Volkswagen já começou a tortura, já comecei a apanhar ali, comecei a levar tapa, soco⁷³.

O documento, publicado na Alemanha em 30 de outubro de 2017⁷⁴, expõe também benefícios obtidos pela empresa, salvaguardados pelas interdições (como direito à greve) impostas pelo regime aos trabalhadores; “lucros surpreendentemente altos que lhe permitiram o financiamento próprio de investimentos, bem como altas remessas de lucros à matriz”.

Devido ao controle salarial e dos sindicatos pelo governo, os salários ficaram em um nível bem mais baixo do que em uma democracia pluralista com livre negociação salarial e direito à greve. A VW do Brasil e, em última instância também a VW AG, aproveitaram para si a suspensão dos direitos trabalhistas elementares. A VW do Brasil foi irrestritamente leal ao governo militar brasileiro e compartilhou os seus objetivos econômicos e de política interna. A correspondência com a diretoria em Wolfsburg evidenciou até 1979 um apoio irrestrito ao governo militar que não se limitava a declarações de lealdades pessoais. (KOPPER, 2017, p. 112)

A fotografia (ver página 100, figura 24) registra um instante de negociações e tensões vividas por trabalhadores dessa fábrica, em um contexto de “suspensão dos direitos trabalhistas elementares”. Vemos rostos e corpos de funcionários em greve, nas proximidades da Volkswagen. Encontram-se aglomerados à direita da imagem, como se protegendo uns aos outros. Quase todos parados; alguns têm os braços cruzados, outros

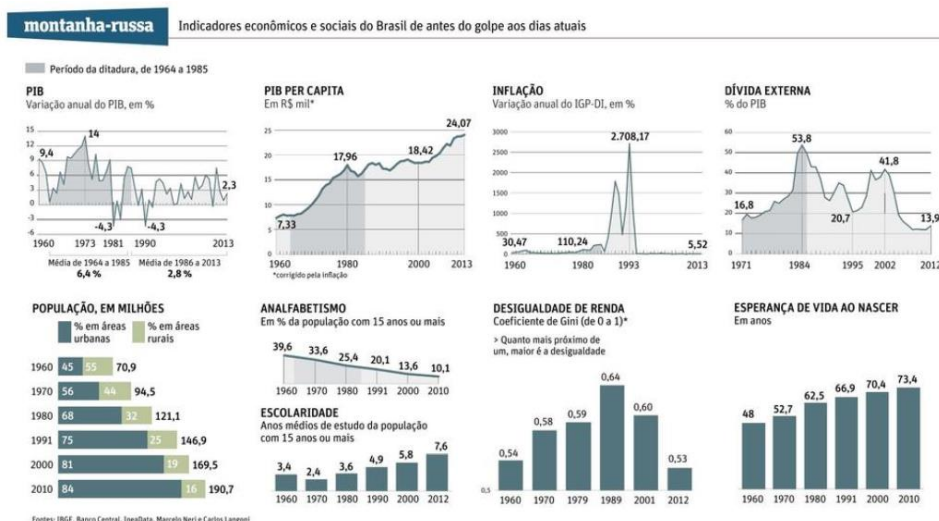
⁷³ Depoimento integral disponível no Relatório Final da Comissão da Verdade “Vladimir Herzog” /SP, http://www.vereadornatalini.com.br/PDF/relatorio_final_comissao_da_verdade.pdf, páginas 49 a 51.

⁷⁴ Em 14 de dezembro de 2017, o documento foi divulgado no Brasil na presença do historiador Christopher Kopper (que o produziu) e do CEO da Volkswagen na América do Sul e no Brasil, Pablo Di Si, que afirmou ser “agora um novo momento, muito mais humano, em nossa relação com os brasileiros. Reconhecemos que o processo da ditadura foi muito difícil e que pessoas da empresa colaboravam com os militares. Mas isso não configura, como explica o relatório, uma atitude institucionalizada por parte da empresa. Lamentamos o que aconteceu e trabalharemos para que isso não volte a ocorrer no futuro”. Na sequência, a empresa inaugurou uma placa em memória das vítimas do regime militar nas instalações de fábrica de São Bernardo do Campo. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1943301-filial-brasileira-da-volkswagen-colaborou-com-ditadura-diz-relatorio.shtml> Acesso em 18/01/18.

com as mãos nos bolsos. Um deles olha em direção ao corpo policial e parece ensaiar um movimento de recuo. Já os policiais acompanham a movimentação exibindo sua força/poder; portam fuzis e cassetetes e adotam posição intimidadora.

O documento considera possível que tenha havido também uma participação financeira indireta da empresa por meio de contribuições financeiras à FIESP, bem como o fornecimento gratuito de veículos a órgãos policiais. Vemos nos relatórios da Comissão da Verdade e da própria multinacional alemã um gesto distinto da FSP. Ao narrarem a atuação da empresa e de funcionários durante o período, o “milagre econômico” não ocorreu impunemente, apesar dos números que apontam curva acentuada crescente do PIB e PIB per capita (figura 23). A VW “foi irrestritamente leal ao governo militar brasileiro”, obteve “lucros surpreendentemente altos” às custas da “suspensão dos direitos trabalhistas elementares”, os operários se organizaram e articularam greves, atuaram em partidos e organizações clandestinas de esquerda, sofreram violências do Estado, seus corpos foram torturados e encarcerados, e suas histórias interrompidas. Ainda assim, elas são nomeadas e suas experiências não apagadas. Um gesto político bastante distinto do jornal, que afirma abordar ‘tudo sobre a ditadura militar’.

Figura 23: “Indicadores econômicos e sociais do Brasil de antes do golpe aos dias atuais” | Fonte: Acervo Folha



Percebemos esse apagamento das capacidades de agir e negociar em quase todo o caderno. São as disputas políticas que “racham” o país e “culminam” no golpe, pessoas “são mortas e torturadas”, ditadores são apenas presidentes, “corpos de

guerrilheiros do Araguaia” encontram-se estendidos no chão, entre outros. Esse apagamento da agência implica também um apagamento de responsabilidades. Quando raramente são assumidas e designadas, ora recaem exclusivamente sobre alguns personagens das Forças Armadas, ora são absolvidas por sua própria “história”, como quer a FSP com sua defesa “pioneira” das Diretas Já.

*Figura 24: PM acompanha a movimentação dos grevistas na porta da Volkswagen em 1979 –
Foto: Jesus Carlos / Imagem Global*

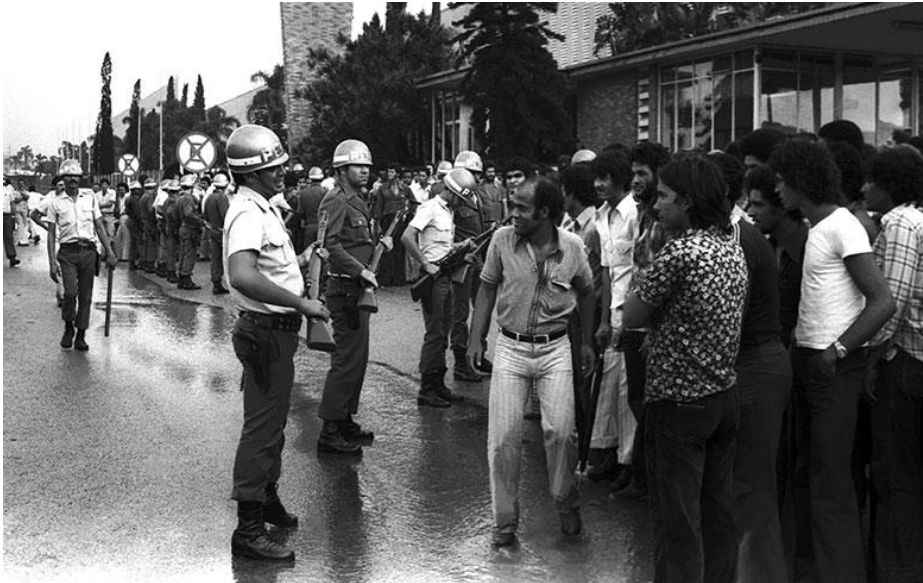


Figura 25: Ficha da VW registra a conduta de operários durante a greve de 1979 / Reprodução

Nº ORDEM	NOME	CÓDIGO VW	SETOR	RESERVADO					OBSERVAÇÃO	
				1	2	3	4	5		
17	Wilton Javary Barros	103.007-2	1.326	16.03	X					Assaia com colôres/Tônus da Via Anchieta. CI/DR1
18	João Roberto da Silva	097.302-5	1.222	16.03	X					Parando ônibus na Km 22 da Via Anchieta. CI/DR1
19	Francisco Daviraz da Rocha	074.136-8	1.314	21.03	X					Banta Neves. CI/DR1
20	João Rodrigues Souza	105.224-1	1.271	21.03	X					Banta Neves. CI/DR1
21	João Rocha dos Santos	085.364-0	1.311	21.03	X					Banta Neves. CI/DR1
22	Antônio Barbosa Damasceno	059.172-4	1.274	13.03	X			X		Foi identificada através foto na Revista Voz n.º 550 de dia 21.03.79. Fazia piquete na Praça de Pedestres. CI/DR1
23	Devanir Ribeiro	043.830-3	1.500					X		Secretário do Sindicato dos Metalúrgicos SBCampa, orientava os grevistas - foto 91
24	Mauro Ranzani	071.862-0	1.571		X			X		Dirator do Sindicato dos Metalúrgicos SBCamp, teve atuação marcante nos piquetes/Foto 85
25	Beneito Sacramento da Silva	085.085-3	1.325		X			X		Agitador, participou dos acontecimentos nos piquetes - Foto 85
26	Luiz Roberto dos Santos	080.861-7	1.201					I		Líder na greve. Dr. Danício
27	Francisco Malvina Oliveira	065.887-7	1.201					X		Líder na greve. Dr. Danício
28	Ricardo Roberto de Andrade	094.857-5	1.201					I		Líder na greve. Dr. Danício
29	João Antonio da Silva Carreira	100.288-4	1.391	15.03				X		Líder na greve. Não permitia as guardas recolherem panfletos. CI/DR1
30	João Augusto de Andrade	038.770-0	1.271	15.03				X		Líder na greve. Distribuiu panfletos. Dr. Danício. CI/DR1
31	Artilho Nunes Gonzales	007.989-5	1.906	20.03				X	X	Jornal de Grande ABC (29.03.79) - Inabalha na Casa de Ferga 88 - já tem passagens na Srdpado
32	Angela Campa Cantora	069.752-4	1.822	19.03				X		Felha de São Paulo (19.03.79). CI/Divisão de Exportação. Continua Folha 02

3.1.3 Imagem

Como já mencionado, as três instâncias propostas por Abril são interdependentes e articulam-se entre si. Nessa relação, as marcam visíveis e invisíveis, os dizeres e os silenciamentos, a mirada da FSP (que contém a nossa também) mobilizam e conformam a imagem. Vale ressaltar que esta é resultante não apenas de uma ‘descrição plástica e iconicamente eficaz, mas um rico conjunto de representações com numerosas ressonâncias narrativas, morais e filosóficas⁷⁵’ (ABRIL, 2012, p. 72). Devemos, portanto, perceber a imagem como um imaginário social que, como tal, contém negociações de sentido; “imaginários sociais são também territórios de luta pelo controle do sentido, pelos símbolos políticos e sociais⁷⁶” (ABRIL, 2012, p. 68). Do ponto de vista da imagem, pensaremos aqui sobre estes imaginários compartilhados sobre o golpe e a ditadura, considerando as articulações que emergiram do nosso gesto de olhar o caderno.

⁷⁵ “(...) descripción plástica e icónicamente eficaz sino un rico conjunto de representaciones con numerosas resonancias narrativas, morales y filosóficas”.

⁷⁶ (...) los imaginarios sociales son también territorios de pugna por el control del sentido, por el uso social y político de los símbolos.

Arriscamos dizer sobre a constituição de um imaginário de uma ditadura *militar* sem participação popular/sem povo, sem experiências cotidianas de interdição; cujo crime “moralmente nefando e politicamente intolerável” (nas palavras de Otávio Frias Filho) circunscreve-se à tortura e à perseguição política e, portanto, é dimensionada em número de mortos, presos e desaparecidos. E, sobretudo, que se trata de um passado encerrado, sem lastro que o conecta aos dias de hoje.

Nas oito páginas do caderno, percebemos uma proposta de experiência jornalística que abre poucas entradas para que nos reconheçamos em disputas entre políticos, militares, militantes, empresários e intelectuais. Isso se dá de diversas formas: quando o jornal convoca falas autorizadas que rarefazem aspirações e vivências heterogêneas (“a prioridade da esquerda era a reforma agrária”), quando apaga os testemunhos, as falas claudicantes, cheias de lacunas. Quando o jornal invisibiliza as histórias interrompidas e mede a cidadania sufocada em infográficos que contabilizam mortos, torturados, presos e desaparecidos; quando a tortura são números. Quando apaga corpos e silencia vozes que mobilizariam experiências com as quais poderíamos nos conectar enquanto pessoas comuns, homens e mulheres comuns. Quando homogeneiza a incidência da violência do regime sobre negros, brancos, indígenas, mulheres, pobres, de classe média, intelectuais, operários, moradores do campo e da cidade, entre outros.

Entendemos que, dos textos verbovisuais do caderno, emerge um imaginário de ditadura sem povo, calcado na invisibilidade e na ausência de experiência e da agência. É como se a população tivesse assistido *bestializada* ao golpe e à ditadura, sem adesões, negociações ou enfrentamentos. Com *bestializados*, fazemos aqui uma provocação. Acionamos o termo da obra *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, do historiador José Murilo de Carvalho. Nela, o autor contesta as narrativas apressadas e imprecisas que leem como apática a participação política da população carioca diante da recém-criada República brasileira (na virada do século XX). Segundo Carvalho, a suposta indiferença advinha do entendimento da população de que aquele projeto de República não era para valer. A postura era, antes, uma forma de resistência. “Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra” (CARVALHO, 1987, p. 160). Nesse imaginário social sobre a ditadura que, como tal,

contém negociações de sentido, sequer contempla leituras menos apressadas e superficiais.

E, se a FSP sugere que a população assistiu à ditadura sem agir ou compreender o que se passava, sua ausência no caderno é também reveladora de um gesto político. Ao costurar episódios como se tivessem ocorrido exclusivamente de cima para baixo – decididos por uma cúpula do poder –, o jornal mobiliza uma história em que o povo não possui ação política. Elidir o povo da história, reproduzindo a política como se ela não fosse cotidiana, tem o poder de esvaziar a própria política. Tal noção de ditadura sem povo e, portanto, sem política, empobrece a própria experiência e, ao mesmo tempo, apaga adesões, resistências e coparticipações. Ao cabo, exime os sujeitos de suas ações, como as demonstrações públicas⁷⁷ de apoio ao golpe, a saudar o novo regime.

Ao narrar o golpe e a ditadura militar a FSP olha o espelho de soslaio, deixando fora de alcance da visão experiências, participações e responsabilidades. Não há nada visível além de episódios, ora desencadeados por militares (que cometeram atitudes “condenáveis”) ora uma sequência de atos isolados. Não há, portanto, dívidas, feridas ou o que resta da ditadura.

À exceção do texto que abre o caderno – que convoca o passado dos então candidatos para matizar a disputa eleitoral em curso –, os demais não acionam explicitamente pautas da atualidade para dialogar. Não há articulações, por exemplo, entre o crescimento ordenado do aparato repressivo durante o período, arranjado em rede e dentro de uma estrutura hierarquizada (e não em “porões”, nas sombras e sem anuência superior), com uso sistemático da tortura como “técnica de investigação” a um entulho autoritário que pesquisadores (SAFATLE, TELES, 2010) apontam como, se não uma herança da época, uma continuidade nos dias de hoje. Como espólio autoritário, permanecem as detenções por “desacato à autoridade”, os eufemismos dos “autos de resistência” nos registros de lesões e mortes decorrentes de operações policiais, violações dos direitos humanos em abordagens por policiais militares, a

⁷⁷ A Marcha da Vitória ocorreu no dia 2 de abril de 1964 e teve inspiração nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, realizadas antes do golpe e contrárias às reformas do governo do presidente João Goulart. Ela foi organizada principalmente pela Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), movimento que promovia campanhas anticomunistas através de comícios e da distribuição de panfletos. “A Camde era apoiada pelo jornal carioca O Globo, e mantinha também estreita vinculação com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Durante essa demonstração, a organização distribuiu um manifesto parabenizando o Exército pela deposição de Goulart”. (Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)).

própria militarização da polícia e a recusa do Exército brasileiro em reconhecer a prática de tortura e tornar públicos os documentos da época. Ou uma atuação política do Judiciário – à revelia da lei⁷⁸, o desrespeito aos direitos indígenas (NEGÓCIO, 2017) e os conflitos sangrentos na luta pela terra⁷⁹, a tentativa de um governo se legitimar valendo-se de ritos parlamentares⁸⁰, entre outras práticas ainda em voga. Nenhum destes temas, que mobilizam debates atualmente e habitam primeiras páginas, cabem no caderno TSDM. O imaginário social do que ainda permanece emerge como “controvérsias” que “incomodam o país”.

Parece ser o passado o próprio “incômodo” e a solução *esquecer*, não o encarando, olhando para o futuro, entendimento compartilhado também pela maioria do corpo de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) daquele ano. Em dezembro de 2014, ao ser questionado sobre a necessidade de o Estado brasileiro rever a Lei da Anistia (1979), o ministro do Marco Aurélio Mello afirmou⁸¹:

Precisamos colocar na cabeça que anistia é esquecimento, virada de página, perdão em seu sentido maior, e para os dois lados. (...). Do ponto de vista judicial, temos muito com o que nos preocupar na atualidade, como a Operação Lava Jato. *Vamos consertar o Brasil para o futuro, não para o passado.* (grifo nosso)

Vemos os “incômodos” no presente como “tabus” – indenizações e batalhas da memória. Aliás, a matéria “Governo amplia indenizações, mas punições ainda são tabu” (figura 26) é, junto a “Imprensa apoiou a ditadura antes de ajudar a derrubá-la”, a outra única que não possui rasuras e grifos no caderno, como vemos abaixo em detalhe.

⁷⁸ À época, ministros do Superior Tribunal Militar ignoravam a lei para condenar réus de acordo com os interesses do regime <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/07/vozes-da-ditadura-os-audios-secretos-do-stm.html>. Acesso em 15/08/17.

⁷⁹ Vistos, pelos militares, como obstáculo ao seu projeto desenvolvimentista, os indígenas permaneceram à sua própria mercê, sendo vítimas constantes de garimpeiros, grileiros e de agentes do estado que deveriam garantir sua existência. O silêncio, a omissão, a conivência e, em alguns casos, a própria atuação do Estado contribuíram com o massacre e o desaparecimento de grande parte das populações indígenas ainda remanescentes. Em alguns casos povos inteiros foram exterminados. (NEGÓCIO, 2017).

⁸⁰ Na madrugada de 2 de abril de 1964, num arremedo institucional, o Congresso brasileiro declarou vacância da Presidência da República e realizou sessão que oficializou o golpe. João Goulart viajava ao Rio Grande do Sul. “A Constituição só permitia que a Presidência fosse declarada vaga se ele deixasse o país sem autorização do Congresso. Jango continuava em Rancho Grande quando o embaixador Lincoln Gordon avisou a Washington ‘estou confuso diante da situação jurídica discutível que envolve a posse de Mazzilli, nesta manhã. A declaração do presidente do Congresso, senador Moura Andrade, de que a Presidência ficou vaga, não tem o amparo do voto dos parlamentares” (GASPARI, 2002, p. 116).

⁸¹ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560301-anistia-e-perdao-em-sentido-maior-e-nao-deve-ser-revisada-diz-ministro-do-stf.shtml> Acesso em 02/11/16.



Já na primeira página da edição de 23 de março ganham destaque fotografias (figura 27, abaixo) de dois grupos que “divergem” sobre o período, que disputam memórias “a favor” e “contra”. Elas veem logo abaixo do texto rasurado que apresenta a série TSDM, mas não fazem parte dessa rememoração. Ambas indicam para matéria “Manifestantes contra e a favor da ditadura militar marcham em SP”, localizada no Primeiro Caderno (Poder, p. A14). No “presente” da FSP, a ditadura emerge esvaziada de sentido e experiência, encarnada por disputas de *opinião*.

Figura 27: Primeira página em detalhe – edição 23/03/14 | Fonte: Acervo Folha

Política externa de Obama muda com ação na Crimeia

A intervenção da Rússia na Crimeia alterou a política externa dos EUA, com mudança de foco de Oriente Médio e Ásia para o Leste Europeu. Sem crer em acordo com Putin, Obama tenta mostrar que não é negligente com a região. **Mundo A18**

ANÁLISE JAIME SPITZCOVSKY

Emparedada entre EUA e China, Rússia está em fase difícil

Mundo A20

Acordos com EUA e UE fariam comércio internacional do Brasil crescer 18%

Mercado B1

MARCELO LEITE

Extremos do clima não contradizem o aquecimento global

Seria a estígeme escaldante prova de que o aquecimento global está em curso? Não necessariamente, assim como as nevascas violentas no Sul dos EUA não provam o

» DIREITA, VOLVER Em reedição da Marcha da Família com Deus, de 64, manifestantes pró-intervenção militar atacam o governo e o comunismo, no centro de São Paulo **Poder A14**

» ESQUERDA, VOLVER Em repúdio e também no centro paulistano, a Marcha Antigoipista Ditadura Nunca Mais foi um protesto simbólico contra o golpe militar de 1964 **Poder A14**

Petrobras já tinha tentado obter 100% de refinaria

Diretoria propôs ao conselho em 2008 adquirir restante do negócio

Em 2008, antes de ser obrigada pela Justiça a comprar metade da refinaria de Pasadena (EUA), a diretoria da Petrobras havia tentado voluntariamente fazer o negócio com sua sócia Astra Oil. A oferta aos belgas chegou a US\$ 788 milhões.

À época, o Conselho de Administração da estatal, que era presidido pela então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, não autorizou a transação.

Em 2012, a aquisição foi feita de forma compulsória, por força de cláusula contratual. A Petrobras desembolsou US\$ 820,5 milhões.

A sociedade com a Astra começou em 2006, quando a Petrobras pagou US\$ 360 milhões por 50% da refinaria. Em 2005, toda a unidade havia custado US\$ 42,5 milhões aos europeus. **Poder A4**

JANIO DE FREITAS Atigida por uma notícia-acusação, Dilma respondeu de imediato. Fez muito bem. **A10**

Mais Médicos seleciona formados sem habilitação

Além de dividirem espaço, elas têm igual tamanho e legendas semelhantes, e ambos os enquadramentos recortam multidões empunhando cartazes e bandeiras. Lê-se primeiro: “Direita, volver – em reedição da Marcha da Família com Deus, de 64, manifestantes pró-intervenção militar atacam o governo e o comunismo, no centro de São Paulo”. E, abaixo, “Esquerda, volver – Em repúdio e também no centro paulistano, a Marcha Antigolpista Ditadura Nunca Mais foi um protesto simbólico contra o golpe militar de 1964”. Tanto as legendas quanto as fotografias sugerem um mesmo peso para quem defende e quem se opõe a uma ditadura. Semelhante ao golpe narrado pela FSP no caderno comemorativo, elas também sugerem a imagem de um “país partido ao meio”. No 1964 do jornal, as disputas políticas que “racham” brasileiros têm rasuras, grifos e apagamentos, nos 50 anos depois não. Sobre esse imaginário social, nos lembra Abril, “é assim que a imagem nos desafia: do seu reverso fantasmagórico e perturbador, a face recatada e, ao mesmo tempo, obscena de toda a realidade⁸²” (ABRIL, 2013, p. 73).

⁸² (...) Así nos desafia la imagen: desde su reverso fantasmal y perturbador, el semblante recatado y a la vez obsceno de toda realidad.

Capítulo 4 – MEMÓRIA E JORNALISMO

4.1 Memória coletiva/social

Se nesta pesquisa buscamos nos debruçar sobre uma triangulação entre as textualidades da FSP, a ditadura militar brasileira (1964-1985) e o duplo movimento entre lembrar e esquecer, reconhecemos que o papel da memória em nossa sociedade conta com uma longa tradição que a problematiza, incluindo reflexões oriundas de campos diversos como o das Ciências Sociais, da História, da Psicologia, do Cinema, entre outros. Dentre as diferentes abordagens e conceitos, para o presente trabalho adotamos a memória em sua perspectiva social, especialmente a partir das formulações de memória coletiva do filósofo francês Paul Ricoeur. Em sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, ele aponta que, para entender a especificidade da memória, é necessário levar em conta sua dupla dimensão do privado e do público, rompendo com uma certa tradição filosófica que, em grande parte, a conotou como pertencente somente ao campo da imaginação – uma experiência “interior”.

Ricoeur retoma os estudos do sociólogo francês Maurice Halbwachs, um dos primeiros autores a explorar a ideia de memória coletiva. Para Halbwachs, a memória não é um fenômeno de interiorização individual, mas uma construção social, criada por meio do compartilhamento coletivo de lembranças e modulada por grupos sociais como família e escola. Ao falar da obra *Memória Coletiva*, de Halbwachs, Ricoeur afirma que “o texto diz fundamentalmente isto: para se lembrar, precisa-se dos outros” (RICOEUR, 2007, p. 130).

Halbwachs ataca aqui frontalmente a tese sensualista que vê na origem da lembrança uma intuição sensível, conservada tal qual e recordada de modo idêntico. Tal lembrança é, além de inencontrável, inconcebível. (...) O ponto alto do capítulo 2 (Memória individual e memória coletiva) consiste, assim, na denúncia de uma atribuição ilusória da lembrança a nós mesmos, quando pretendemos ser seus possuidores originários. (RICOEUR, 2007, p. 131-132).

Indivíduos lembram, mas o grupo define aquilo que deve ou não ser lembrado, ou seja, a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva. Por essa perspectiva de Halbwachs, a memória é também “um instrumento de reconfiguração do passado, um trabalho de enquadramento do que aconteceu a partir de demandas do presente” (RIBEIRO, BRASILIENSE, 2007, p. 220). Suas relações estão em constante negociação: “na medida em que a memória vai sendo atçada, remetendo àquilo que já

aconteceu, o passado torna-se flexível e o presente um fluxo de mudanças constantes” (RIBEIRO, BRASILIENSE, 2007, p. 221).

Nuançando esta versão sociológica de Halbwachs, Ricoeur irá dizer que a mediação entre a memória individual e a coletiva passaria pelo viés de “uma identidade narrativa”, inscrita no tempo e na ação.

Em *Tempo e Narrativa*, Ricoeur interpreta a relação individual e passado histórico através da noção do “mundo dos predecessores”. Essa mediação corresponderia a um tempo “anônimo”, situado “a meio caminho entre o tempo privado e o tempo público”. Esse novo tempo se constitui através de narrativas de acontecimentos históricos que, em geral, são transmitidas diretamente de gerações a gerações. Para o autor, a fronteira que separa, então, a memória individual e o passado recente é permeável, uma vez que a relação entre ambos se faz através dos relatos dos nossos ancestrais. “Uma ponte é assim lançada entre o passado histórico e a memória, pela narrativa ancestral, que opera como um intermediário da memória em direção do passado histórico, concebido como tempo dos mortos e tempo anterior a meu nascimento”. (...) Desse modo é em torno de uma identidade, inscrita no tempo e na ação, que podemos estabelecer uma analogia entre a memória individual e a memória coletiva. (SILVA, 2002. P. 429).

Por essa chave social, não faz sentido, portanto, falarmos em um “resgate” da memória, pois ela não seria uma “reconstituição do passado”, e sim uma dinâmica jamais estabilizada/finda. Sobre essa dinâmica, autores como Jô Gondar e Nilson Moraes oferecem reflexões enriquecedoras e que, nesta pesquisa, nos afetam. Gondar (2008) faz quatro proposições:

1) *Compreender a memória social como transdisciplinar*, ou seja, um “conceito que não surge do aprimoramento das ideias, mas da emergência de um campo problemático que exige novas categorias de pensamento que lhe façam face” (GONDAR, 2008, p. 13).

2) *Compreender o conceito de memória social como ético e político*. Segundo a autora, uma lembrança ou um documento jamais é inócuo, uma vez que resultam de uma montagem “não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até essa nossa”. Para ela, tal montagem é intencional e destinar-se-ia ao porvir. Faz-se necessário nos perguntarmos então: sob que circunstâncias e a partir de que vontade as lembranças/documentos puderam chegar até nós?

Há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar e do que interrogar. Há nessa escolha uma aposta, um penhor, uma intencionalidade quanto ao porvir. Tanto quanto o ato de recordar, nossa perspectiva

social põe em jogo um futuro: ele desenha um mundo possível, a vida que se quer viver e aquilo que se quer lembrar. O conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja. Seja qual for a escolha teórica em que nos situemos, estaremos comprometidos ética e politicamente. (GONDAR, 2008, p. 17)

3) *Compreender a memória como uma construção processual*, uma vez que ela não nos conduz a reconstituir o passado, mas “reconstruí-lo com base nas questões que nos fazemos”. E, nesse processo, reconhecermos não somente os pontos de partida e de chegada, mas o *durante*, onde “se dão os confrontos e as lutas, mas também a criação” (GONDAR, 2008, p. 21). Segundo a autora, pensar a memória como processo permite pôr em discussão alguns “hábitos de pensamento” que se disseminam no campo da memória social, sendo um deles “a naturalização de um preconceito e uma redução que dele deriva” – sendo ela sua quarta proposição.

4) Por último, *compreender que a memória não se reduz à representação*. Para ela, as representações não surgem abruptamente no campo social, mas “resultam de jogos de força bastante complexos, envolvendo combinações e enfrentamentos que a todo tempo se alteram” (GONDAR, 2008, p. 23). Como ela aponta, é necessário abandonarmos a concepção de que ela seja a esfera pela qual a sociedade representa para si a articulação de seu presente com o seu passado, sob o risco de desprezarmos as condições processuais de sua produção. Se assim o fizermos,

Tomaremos como dado justamente o que deveria ser explicado: como foi que, em uma certa sociedade e em uma certa época, algumas forças se conjugaram para formar uma representação? A serviço de que interesses ou de que vontades ela teria se instituído? Que relações de poder fizeram com que algumas representações, e não outras, pudessem adquirir uma consistência crescente até se tornarem dominantes no campo social? Em suma: como e porque essas representações foram inventadas? (GONDAR, 2008, p. 23 e 24).

Essas proposições nos interpelaram quando buscamos investigar o gesto de lembrar e esquecer que a FSP faz ao narrar a ditadura cinquenta anos depois, nos permitindo compreendê-lo como um jogo pleno de disputas, um fenômeno que se constitui também como poder. Afinal, como nos lembra Moraes, “toda memória social é política” (MORAES, 2008. P. 94).

Foi também importante para a pesquisa considerarmos o lugar privilegiado dos meios de comunicação como mobilizadores de uma certa memória coletiva nas sociedades contemporâneas. Um lugar privilegiado na medida em que são um dos

grandes mediadores entre os sujeitos e o mundo, um dos principais atores na produção e veiculação de sentidos.

Os meios de comunicação não são os únicos, mas são hoje um dos principais atores na realização do trabalho de enquadramento dos acontecimentos do presente e também do passado das coletividades. É através deles que se realiza a operação da memória sobre os acontecimentos e as interpretações que se quer salvaguardar. O controle da memória social parte de “testemunhas autorizadas”, e o jornalista, o mediador entre o fato e o leitor, interfere neste processo não só enquadrando os fatos, mas reconstruindo valores e identidades sociais. Um aspecto importante que gostaríamos de sublinhar é que, ao contrário do que se costuma afirmar, o jornalismo faz não só do presente, mas também do passado, as referências fundamentais da sua experiência testemunhal do mundo. É na reconstrução do fato na atualidade, sempre fugaz, e também nos seus rituais de rememorações subsequentes, que o jornalismo dá uma dimensão memorável à experiência humana e o sentido a si mesmo como sujeito social/institucional (RIBEIRO, BRASILIENSE, 2007, p. 222).

Vale ainda ressaltar que, quando um jornal promove a rememoração a partir de uma data síntese, ele “aciona a lembrança do acontecimento a partir do seu aniversário, tomando para si o papel de promotora da memória, num ato simbólico que reveste o passado de novos gestos e significados” (RIBEIRO, BRASILIENSE, 2007, p. 226). Desejando a FSP ser, portanto, mobilizadora de uma certa memória coletiva, partimos das proposições de Gondar para buscarmos ver também o *durante* dessa construção processual, onde “se dão os confrontos e as lutas, mas também a criação”. Desde o início, nos chamou a atenção a promessa de “Tudo sobre a Ditadura Militar”, promessa da qual a FSP coloca como agente fiduciário seu currículo, ou melhor dizendo, sua narrativa sobre si mesma – como veremos no capítulo seguinte. Nesse sentido, foi promissor acompanhar o processo pelo qual o jornal parte de um não reconhecimento da ditadura (não permitindo nem mesmo anunciá-la) para, cinco décadas depois do golpe, dizer narrar *tudo* sobre ela.

Em 1987, portanto, no contexto das discussões para formulação da Constituinte de 1988⁸³, o “jornal das Diretas Já⁸⁴” lançou a segunda edição de seu Manual de

⁸³ O período inicial dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, de 1988, foi dedicado à elaboração de suas normas regimentais e teve início já no ano anterior.

⁸⁴ Em 2004, o jornal criou uma série de anúncios para comemorar sua campanha dos 20 anos das Diretas já. Uma das peças em vídeo colocava personalidades como o músico Tom Jobim, o jogador de futebol Sócrates, a atriz Regina Duarte e políticos como FHC e Lula – os que “apoiaram as Diretas Já” –, e políticos menos conhecidos como o ex-deputado Ademar Ghisi e o militar Mário Andreazza – que não apoiaram. As imagens deles vão sendo alternadas, com a narração em *off*: “apoiou” (em tom entusiasmado), “não apoiou” (em tom negativo). Ao final, a narração fechava com: “É difícil reconhecer a cara de quem não apoiou a campanha das Diretas Já. É fácil reconhecer a cara de quem apoiou. Sabe

Redação, publicação que reúne uma série de normas e padronizações de estilo. Nele, a FSP orientava seus profissionais a evitar a palavra ditadura.

Na segunda edição de 1987, o verbete “Ditadura” afirma o seguinte: “A palavra “ditadura” deve ser evitada. É preferível usar designações baseadas em *atos incontestáveis* para caracterizar regimes autoritários: “Regime militar”, “regime cujo presidente está no poder há 25 anos”, “regime de partido único” (Folha de S. Paulo. Manual Geral de Redação, 1987, p. 74) Fica evidente que a Folha não procurava ainda tomar uma posição clara com relação ao movimento. Em 1994, o jornal não se refere em nenhum momento à “ditadura” militar, deixando esta responsabilidade a terceiros, que não refletiam necessariamente a opinião da empresa. Apesar de toda sua campanha em repúdio ao regime que protagonizou anos atrás, parece que o jornal prefere não encarar terrenos arenosos e se dirigir apenas a “atos incontestáveis” (DIAS, 2014, p.183, grifo nosso).

Poucos anos depois, em 1994, na “comemoração” (RICOEUR, 2007) do golpe, as análises, comentários e reportagens mantiveram-se sintonizadas com as diretrizes do Manual de Redação. Nas páginas do jornal, o golpe foi o “movimento de 64” e a ditadura um “regime militar” (DIAS, 2014, p. 182). A sessão *Tendências e Debates* (pág. A3) do dia 26 de março inquiriu três convidados com “opiniões divergentes” – o antropólogo Darcy Ribeiro, o ex-ministro da Fazenda e coronel da reserva Jarbas Passarinho, e o ex-governador de São Paulo Roberto de Abreu Sodré –: “Aos 30 anos do movimento de 64, é possível uma avaliação positiva do regime militar?”. O primeiro menciona “ditadura”, o segundo “contrarrevolução de 64”, o terceiro “revolução de 64”. Naquele momento, “o jornal acabava por se colocar como apenas um intermediador dessas memorações” (DIAS, 2014, p. 183), já lapidando sua imagem de jornal “apartidário” e “plural”.

É a partir da reedição de seu Manual de Redação, em 2001, que a ditadura passa a ser reconhecida/autorizada. Segundo as regras de procedimentos da FSP, ela já pode sair das sombras, ser anunciada publicamente.

Seu verbete “ditadura” agora afirmava que se poderia utilizar “com critério” o termo, mesmo sendo melhor nomeá-lo de forma “objetiva”. Mas ainda assim afirmava que “Em textos noticiosos, pode-se usar a expressão ditadura de 64 em referência ao mesmo período, que também pode ser designado como regime militar.” (Folha de S. Paulo. Manual da Redação, 2005, p. 63, grifo nosso). Assim, a “Revolução” vai sendo gradativamente apagada dos rastros memorativos do jornal e a “ditadura”, emergindo do poço do esquecimento que o jornal outrora tanto tentou

por quê? Porque ela mudou a cara do Brasil. Diretas Já, 20 anos. *Folha de S. Paulo*: em 84 o jornal das diretas, hoje o maior jornal do país”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JaDXVFiRY3o> Acesso em 28/04/18.

proteger. Mais uma vez fica claro como a memória se modifica, articulando-se paradoxalmente, divergindo e confluindo significados de acordo com a conjuntura em que é lembrada (DIAS, 2014, p. 188).

Em 2004 (40 anos do golpe), o jornal “assumia, enfim, que aqueles anos foram uma “ditadura” militar, inaugurada por um “golpe” de estado que destituiu a democracia e implantou um regime autoritário” (DIAS, 2014, p. 188).

Se refizemos aqui a percurso anterior ao anúncio de “ditadura” – em 2014 “militar” e com a promessa de “tudo” – é porque as proposições dos autores supracitados nos mobilizaram a refletir sobre um ato também político de rememorar.

No próximo capítulo, seguiremos buscando investigar então que vínculos políticos a história da FSP deixa transparecer e que podem lançar luz sobre sua própria atuação durante o regime de exceção. E, ao mesmo tempo, como a tensão entre cooptação e resistência (KUCINSKI, 2002; KUSHNIR, 2001; MAIA, 2002; SILVA, 2011) é apresentada quando a FSP se olha no espelho rememorando 1964 e a ditadura militar. Antes, porém, faremos uma reflexão sobre o par memória e esquecimento, fundamental para esta pesquisa.

4.2 Memória e esquecimento

Antes de nos debruçarmos sobre estudos que pensam o jornalismo enquanto uma instância mediadora da memória, propomos um pequeno desvio para balizar um pouco mais nossa reflexão sobre a própria memória. Ela, que sempre foi questão abertamente importante para a filosofia ocidental e, mais recentemente, tornou-se primordial em diversos campos de estudo, entre eles, o próprio jornalismo.

Esta pulsão em que, de alguma maneira, armazenamos nossa vivência, nossos estudos e reflexões, está presente desde Platão (ao menos). Suscitou debates e construções das mais diversas, sendo ponto de reflexão de filósofos importantes do Ocidente, como Santo Agostinho, Espinosa, Walter Benjamin e Gilles Deleuze. Sem muita atenção, contudo, o esquecimento foi o par menos celebrado, menos investigado, como se relegado a um subproduto descartável ao longo dos séculos. Entretanto, especialmente a partir do meio do século XX, os lados da moeda – memória e esquecimento – começaram a ser mais bem articulados, permitindo debates que discutem que, na verdade, um processo torna-se complementar ao outro. Não haveria lembrança sem esquecimento; não haveria como esquecer algo que não seja, de alguma maneira, também uma memória.

Importantes investigadores debruçaram-se sobre o assunto e aqui destacamos dois deles: Paul Ricoeur e Andreas Huyssen. Eles nos interessam em particular por articularem, de modo mais direto, essa construção entre o lembrar e o esquecer. Além disso, Huyssen é também um dos pesquisadores a chamar a atenção para uma espécie de “mania” da memória que, desde a Segunda Guerra mundial, se instaurou em memoriais, museus, monumentos e lugares de memória. Ou, como nomeou Jay Winter (2006), a “geração da memória”. Pensar o lembrar e esquecer em um movimento duplo pode nos ajudar a iluminar melhor como as posturas e imposturas que os atos intencionais de memória – e de esquecimento – são articulados pela e na FSP.

Em vários momentos de sua obra, Paul Ricoeur debruçou-se sobre as questões temporais e sobre como a memória se constrói e se reafirma. Entretanto, é em *A memória, a história, o esquecimento* que ele articula o par memória e esquecimento de uma forma bastante evidente. Partindo do que considera as duas perguntas que a fenomenologia husserliana faria a respeito da memória – “*De que há lembrança? De quem é a memória?*” (RICOEUR, 2007, p. 23) – ele postularia uma outra, colocando “a pergunta ‘o que?’ antes da pergunta ‘quem?’” (RICOEUR, 2007, p. 23). Assim, antes de chegar no “quem” é importante indagar-se sobre “o que” seria, propriamente, a memória.

Ricoeur faz um recuo até os gregos, em particular a Platão e Aristóteles, e, buscando uma fenomenologia da memória em autores diversos (de Bergson a Husserl), incrusta a questão do lembrar a uma questão da imagem e, conseqüentemente, da imaginação. Ele afirma que, quando da chegada da escrita da história, cujo discurso se baseia no que estava antes, o que acontece é que ela partilha da “composição em imagens da lembrança sobre a égide da função ostensiva da imaginação” (RICOEUR, 2007, p. 70). Dessa forma, segundo Ricoeur, a memória esbarrar-se-ia nas ciladas que o imaginário prepararia.

Mais adiante, ele dedica-se a refletir sobre os usos e abusos da memória, pensando que existiria uma espécie de “bom uso” da memória e daqueles que não seriam, necessariamente, bons. Ao final desse percurso, ele pensa a respeito de certa “obsessão comemorativa” que marcaria “o nosso momento histórico que, portanto, é inteiramente caracterizado pela ‘obsessão comemorativa’: maio de 1968, bicentenário da Revolução Francesa, etc.” (RICOEUR, 2007, p. 103). Essa obsessão, de alguma forma, estaria ligada pela ideia de “dever de memória”, uma ideia que inscrever-se-ia

dentro dos abusos da memória e que poderia ser melhor compreendida dentro do âmbito do esquecimento – o direito ao esquecimento – em que “estão confrontados com a delicada articulação entre o discurso da memória e do esquecimento e o da culpabilidade e do perdão” (RICOEUR, 2007, p. 104).

É já nos finalmente de seu livro que o esquecimento é retomado. O teórico francês então recupera Henri Bergson, como sendo aquele que investigou como a memória se articula e se recupera, que, não à toa, inspira as *madeleines* de Proust. Talvez a inovação da leitura de Ricoeur seja propor não só que o esquecimento é uma forma de *apagamento de rastros*, mas também de que a própria memória despertaria um valor de esquecimento. O autor de *A memória, a história, o esquecimento* se pergunta, ao pensar nessa dupla chave: “a título de que, então, a sobrevivência da lembrança teria valor de esquecimento?” (RICOEUR, 2007, p. 448). E ele mesmo responde:

Ora, precisamente em nome da impotência, da inconsciência, da existência, reconhecidas na lembrança na condição do “virtual”. Portanto, não é mais o esquecimento que a materialidade põe em nós, o esquecimento por apagamento dos rastros, mas o esquecimento por assim dizer de reserva ou de recurso. O esquecimento designa então o caráter *despercebido* da perseverança da lembrança, sua subtração à vigilância da consciência.

Assim, o autor pensa em maneiras de esquecimento, principalmente em seus abusos, não só o do apagamento, mas naquele de uma memória impedida, de uma memória manipulada, e o do comandado, que seria o da anistia.

Se a memória e o recordar, de alguma maneira, também implicam uma forma de esquecimento, o que podemos inferir quando lançamos um olhar sobre o caderno “Tudo sobre a Ditadura Militar”? De que maneira a FSP é habitante das constituições dos processos da memória coletiva e das memórias individuais?

Ricoeur pensa nessa articulação entre a memória coletiva e a memória pessoal nas expressões o olhar exterior e o olhar interior, respectivamente. Neste, articula Santo Agostinho, John Locke e Husserl, enquanto naquele, Maurice Halbwachs é o eixo da discussão. A partir disso, Ricoeur passa a uma conceitualização em que formula três sujeitos de atribuição de memória: eu, os coletivos, os próximos, sendo este uma figura que poderia “superar” as séries de discussões anteriores que

sugerem uma mesma conclusão negativa: nem a sociologia da memória coletiva nem a fenomenologia da memória individual conseguem derivar, da posição forte que ocupam respectivamente, a legitimidade aparente da tese adversa: coesão dos estados de consciência do eu individual, de um lado; capacidade das entidades coletivas de

conservar e recordar as lembranças comuns do outro. Mais ainda, as tentativas de derivação não são simétricas; eis por que não há, aparentemente, áreas de sobreposição entre uma derivação fenomenológica da memória coletiva e uma derivação sociológica da memória individual. (RICOEUR, 2007, p. 134)

Entre o eu e o coletivo, Ricoeur vai pensar uma outra figura, que chama de *próximos*. O autor se pergunta se “entre os dois polos da memória individual e da memória coletiva, um plano intermediário de referência no qual se operam concretamente as trocas entre a memória viva das pessoas individuais e a memória pública das comunidades às quais pertencemos?” (RICOEUR, 2007, p. 141). Esse entre lugar seria justamente o que chama de *próximos*, que estaria em uma variação de distância entre o si e os outros, mas também “variação nas modalidades ativas e passivas dos jogos de distanciamento e de aproximação que fazem da proximidade uma relação dinâmica constantemente em movimento” (RICOEUR, 2007, p. 141).

Margarida de Souza Neves afirma que os próximos são “mediações fundamentais entre o individual e o coletivo, já que são elas que permitem o entendimento e a assimilação (ou o confronto e a rejeição) das coordenadas do coletivo pelos indivíduos que o conformam, ao mesmo tempo que integram e conferem sentido, no coletivo, aos traços e peculiaridades individuais” (NEVES, 2009, p. 28) e eles seriam formados, “como em círculos concêntricos que se abrem a partir do nosso eu individual, estariam, além da família consanguínea ou simbólica, a escola, a geração, a rua onde moramos e o nosso bairro, os grupos de sociabilidade, os amigos, o gênero, as idades da vida, as leituras e tantas outras mediações e instâncias” (NEVES, 2009, p. 29). Aqui, nos colocamos a pergunta de se a FSP, mas, principalmente, o caderno TSDM poderiam ser pensados, de alguma maneira, como uma desses *próximos*, que articulam não só a memória individual, mas ela com a coletiva. E, se podemos dizer que sim, o quanto os *próximos* estariam em sua funcionalidade constituída do par aqui proposto entre memória e esquecimento.

Crítico ainda mais incisivo da “cultura da memória” e que articula a ligação entre a memória e certos tipos de esquecimento, Andreas Huyssen construiu uma série de ensaios em que reflete sobre essas questões, seja pensando sobre a “cultura pública da memória”, seja refletindo sobre as condições da anistia na Argentina. Diferentemente de Ricoeur, esse teórico alemão é um ensaísta que busca elementos não somente na história filosófica do Ocidente, mas também nas artes, monumentos e documentos históricos.

Huyssen percebe que, a partir da construção da empreitada museológica do Holocausto judeu, seguido por memoriais no mundo inteiro, acabou se construindo uma “cultura transnacional da memória tão concentrada no passado, que qualquer imaginação do futuro feneceu” (HUYSSSEN, 2014, p. 135). Apesar dessa crítica, ele ainda pensa que “no fim, porém, nem a pintura nem os monumentos são capazes de solucionar a derradeira aporia de qualquer trabalho da memória no fim do século XX: o fato de que os desastres do passado não podem ser desfeitos e continuam a assombrar a nossa imaginação” (HUYSSSEN, 2014, p. 136).

Mas é o seu ensaio *Resistencia à memória: usos e abusos do esquecimento público* que nos interessa mais imediatamente. Primeiro porque é nele que encontramos um diálogo que o autor propõe com Ricoeur e, em segundo lugar, é nele que pretende “ir além do binarismo do ‘senso comum’ que joga a memória contra o esquecimento, como opostos irreconciliáveis” (HUYSSSEN, 2014, p. 157). É também aí em que ele pretende “ir além da simples reafirmação do paradoxo de que o esquecimento é constitutivo da memória, pois reconhecer esse paradoxo reconcilia-se muito facilmente com continuar a privilegiar a memória em relação ao esquecimento” (HUYSSSEN, 2014, p. 157).

Assim, o autor alemão retoma os dois tipos de esquecimento que propôs Ricoeur: a memória impedida e a memória manipulada, sendo aquela ligado ao inconsciente freudiano e à compulsão à repetição e esta que tem uma relação com a narratividade, “no sentido de que qualquer narrativa é seletiva e implica, passiva ou ativamente, certo esquecimento de que uma história poderia ser contada de outra forma” (HUYSSSEN, 2014, p. 157-158). Huyssen ainda retoma o esquecimento obrigatório, que é o que acontece em casos de anistia. Entretanto, propõe uma outra leitura para esses dois últimos tipos de memória catalogados por Ricoeur.

O autor do texto argumenta que “tentar legislar sobre o esquecimento (...) é tão inútil quanto tentar legislar sobre as maneiras corretas de lembrar” (HUYSSSEN, 2014, p. 160) e que, também, o esquecimento não pode ser somente visto como um componente negativo já que há algumas formas de esquecimento necessárias “para se fazerem reivindicações culturais, jurídicas e simbólicas em prol de uma política nacional da memória” (HUSSEYN, 2014, p. 160). Os exemplos que ele vai trabalhar são o terrorismo de Estado da Argentina e a lembrança da *Luftkrieg* [guerra aérea] na Alemanha. Argumenta, em ambos os casos, que, para haver a ideia de memória

construída pelo Estado, foi necessário algum tipo de esquecimento. Em outras palavras, foi necessário esquecer certas coisas e acontecimentos para que o que se torna lembrança adquira um tipo de positividade. No caso da Argentina, esquece-se o terrorismo, não do Estado, mas dos grupos guerrilheiros; na Alemanha, o afastamento do que foi a destruição aérea dos aliados de cidades inteiras alemãs é importante para que se reconheça, sobretudo, os crimes de guerra de Hitler e comparsas.

Assim ele propõe uma nova constituição da leitura entre memória e esquecimento:

A ironia dessa dança entre memória e esquecimento está em que, quando certas lembranças, inclusive as “corretas” são codificadas no consenso nacional e se transformam em clichês, como ocorreu com a memória do Holocausto na Alemanha e com a memória dos desaparecidos na Argentina, surge uma nova ameaça à memória. A repressão gera discurso, inevitavelmente, como aprendemos com Foucault. Um discurso público onipresente e até excessivo da memória, somado a sua comercialização em massa, pode gerar outra forma de esquecimento, um olvido por exaustão que é diferente da *memórie manipulée* de Ricoeur, como um “*ne pas vouloir savoir*” [não querer saber]. A ameaça de esgotamento afeta hoje tanto a memória do Holocausto quanto as memórias da guerra aérea. É nesse ponto que o foco intenso nas lembranças do passado pode bloquear nossa imaginação do futuro e criar uma nova cegueira no presente. Nesse estágio, talvez convenha limitarmos o futuro da memória, a fim de nos lembrarmos do futuro. (HUYSSSEN, 2014, p. 174).

Essa conclusão de Huyssen nos levanta uma série de questionamentos, ainda que não tenhamos a pretensão de que eles sejam adensados ou respondidos nesse trabalho de pesquisa. Há um consenso em relação à memória da ditadura em tempos de livros como *A Verdade Sufocada*, do ex-torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, que entrou na lista dos mais vendidos no Brasil? O que foi esquecido de forma que a passagem da ditadura para a democracia acontecesse no Brasil? O que a própria FSP deseja esquecer e lembrar? O quanto a história repetida acaba gerando outras formas de esquecer? Haveria um excesso de lembranças da ditadura brasileira para que ela interrompa um pensamento de futuro? Ou é a falta dessa lembrança que implica que não possamos seguir adiante?

Levando essas questões para o caderno aqui estudado, poder-se-ia perguntar: há uma repetição da memória consensual e que, daí, provocaria um esquecimento? Há algo intencionalmente esquecido e por quê? Entendemos que houve um esquecimento “positivo” para que se abra uma janela para o futuro ou foi um esquecimento para que não se façam as importantes reconsiderações sobre o nosso presente – a partir do passado – e para que também se projete um futuro?

Jeanne Marie Gagnebin, quando retoma certo episódio da *Odisseia* – o do encontro de Ulisses com os Lotófagos – em que oferecem ao herói o eterno presente do esquecimento, lembra que “desde o início, que a luta de Ulisses para voltar a Ítaca é, antes de tudo, uma luta para manter a memória e, portanto, para manter a palavra, as histórias, os cantos que ajudam os homens a se lembrarem do passado e, também, a não se esquecerem do futuro” (GAGNEBIN, 2014, p. 15). Sendo assim, o fato de lembrarmos do passado também não seria uma forma de poder haver um futuro?

Parece haver algo de curioso em Gagnebin retomar *A Odisseia* para refletir sobre a memória. A epopeia de Homero, como é discutida em muitos lugares, não foi primeiramente registrada de forma escrita, tendo sido passada de forma oral, até que se fixou na forma que hoje conhecemos, a escrita. Se citamos antes Platão, como ponto de partida para a reflexão sobre a memória, ela não é uma referência também à toa. É no Fedro que o filósofo grego articula uma das principais percepções da memória no Ocidente.

A invenção da escrita de Theuth é caracterizada como uma virtude que já tinha a capacidade “de aumentar a possibilidade de armazenagem de informação para além da capacidade mnemônica convencional ao prover os homens de um aparato de registro da fala e do pensamento” (SILVEIRA, 2001, p. 144). A crítica que daí é expressa por Thamus “indica que a escrita terá justamente o efeito contrário daquele pretendido pelo seu inventor: ela produzirá esquecimento por se constituir em um recurso exterior e não interior. Para ele, a atenção despendida com a escrita produz desatenção com respeito à memória autêntica” (SILVEIRA, 2001, p. 145). Percebe-se que no texto platônico a escrita é primeiramente expressa como um lugar seguro para a memória e, posteriormente, é apresentada uma crítica, já que ela não expressaria aquilo que é verdadeiro, interior, mas algo que é exterior ao homem. Apesar de parecer, em seu texto, que a crítica à escrita é mais substancial do que o seu louvor, é importante pensar que essa seria uma crítica bastante superficial. Reginaldo Ferreira Rodrigues (2015, p. 114), por exemplo, destaca que Platão

tem consciência do potencial que o *logos* possui de se reproduzir, de fecundar, e não se encerra numa visão passageira do belo. Mas que este é importante, pois desperta uma força capaz de movimentar as palavras em busca da verdade, mesmo que seja uma força de início composta de elementos irracionais, ou seja, a inspiração divina.

Assim, poder-se-ia pensar que a escrita serve à memória mais ou menos como um *pharmakon*, remédio que também é veneno, a depender da dose. Todavia, apesar da problematização que Platão faz a respeito da ligação da memória com a escrita, um dos lugares essenciais da memória foi justamente este. Ou, ainda, como Diana Taylor vai afirmar, passou-se a existir uma correlação direta entre memória e escrita, deslocando outras formas de transmissão de memória: “o que mudou com a conquista não foi que a escrita deslocou a prática incorporada (...), mas o grau de legitimação da escrita em relação a outros sistemas epistêmicos e mnemônicos” (TAYLOR, 2013, p. 47). Taylor, entretanto, vai encontrar a fratura mais do que nas distinções entre palavra escrita e palavra falada, mas naquilo que chama de arquivo e naquilo que chama de repertório, sendo este tido como de conhecimentos efêmeros e aquele de materiais supostamente duradouros. A escrita estaria muito mais ligada à ideia de arquivo, um tipo de memória que “trabalha a distância, acima do tempo e do espaço” (TAYLOR, 2013, p. 49). O repertório, por outro lado, “encena a memória incorporada” (TAYLOR, 2013, p. 49). Essa fratura entre o arquivo e o repertório, encenada como a língua escrita e a falada, aconteceria porque “a cultura ocidental está casada com a palavra, escrita ou falada, que a língua reivindica tal poder epistêmico e explanatório” (TAYLOR, 2013, p. 55) e, assim, “a escrita, ao invés de reforçar a memória ou oferecer uma analogia, torna-se a própria memória” (TAYLOR, 2013, p. 56) e “o domínio da linguagem e da escrita acabou por significar o próprio *significado*” (TAYLOR, 2013, p. 57).

Se retomamos essa problematização é porque seria interessante, também, nos interrogar em como construímos e legitimamos a memória, principalmente a partir da escrita e, também, do jornal. Se existe um jogo entre a memória e o esquecimento em relação à escrita em Platão, e se, segundo Taylor, ao inscrever a memória apenas no campo da linguagem, não estamos, também, aceitando e reproduzindo um tipo de interrupção da memória e de legitimação do esquecimento? Portanto, seria importante ressaltar que a FSP e seu caderno que rememora o golpe de 1964 e os vinte e um anos de ditadura militar são *um* dos lugares de memória e de um tipo específico de memória, que não podem ser vistos como totalizantes, com o risco de, daí, estarmos corroborando até mesmo com o uso e o abuso tanto do lembrar quanto do esquecer.

4.3 Memória no jornalismo

Como dito anteriormente, um dos nossos desejos com esta pesquisa foi também somar trabalhos voltados a jornalismo e memória. Se por um lado já existe uma compreensão do lugar da mídia enquanto instância de ressignificação da memória (RIBEIRO, 2000, BARBOSA, 2016), autoras como Barbie Zelizer advogam por um maior reconhecimento e ampliação destes estudos. Segundo ela, apesar de o “jornalismo ter ocupado um pano de fundo da memória em diferentes períodos do pensamento, desempenhando o papel de sombra, ora como facilitador e pré-condição para discussões mais generalizadas sobre a atividade mnemônica⁸⁵” (ZELIZER, 2011, p. 46), quase nenhum desses lugares foi nomeado como tal. Outra pesquisadora do assunto, Carolyn Kitch (2013) identifica ser um dos grandes sentidos comuns a respeito – e que deve ser aplacado – o de que o jornalismo é sim um lugar de construção de memória, mas apenas enquanto portador do tema ou evento de memória. Nosso olhar direcionado ao jornalismo não deve, portanto, ser como sendo uma janela, mas um processo.

Ancorados na noção de que o jornalismo não é apenas um discurso em si, mas também um agente em muitas outras “ordens de discurso” (van Dijk, 1988; Fairclough, 1995), podemos entender o jornalismo como uma rede de memória que também funciona como um conector a outras redes de memória. Nesse modelo, o jornalismo é um processo e não um produto. Não é uma “janela” através do qual podemos ver outra coisa, como muitos estudiosos da memória têm considerado. Nem o jornalismo está no topo de uma pilha hierárquica de verdade, como muitos pesquisadores do jornalismo assumem. O jornalismo está dentro da memória; está no seu coração. (KITCH, 2013, p. 317 – tradução nossa⁸⁶).

Uma das dimensões da memória no jornalismo que autores como Neiger, Zandberg e Meyers (2011) nos propõem pensar é a da memória invertida, a saber, um dispositivo narratológico em que a temporalidade trabalha em uma direção contrária: do presente para o passado. Nesse caso, o passado não é narrado meramente a serviço dos objetivos atuais; ao invés disso, ele é comemorado por meio da narração do presente.

⁸⁵ Journalism has continued to occupy memory’s background across multiple periods of thought, playing the role of shadow, other, facilitator and precondition to more generalized discussions of mnemonic activity.

⁸⁶ Building on the notion that journalism is not only a discourse in itself, but also an agent in many other ‘orders of discourse’ (van Dijk, 1988; Fairclough, 1995), we might understand journalism as a memory network that also functions as a hub for other memory networks. In this model, journalism is a process rather than a product. It is not a ‘window’ through which we can view something else, as many memory scholars have regarded it. Nor does journalism sit at the top of a hierarchical truth pile, as many journalism scholars assume. Journalism is inside memory; it is at its heart. Most of all, this is why journalism is worth taking seriously.

Notícias construídas como emblemas de memória invertida seriam mais evidentes quando fazem parte de rituais comemorativos nacionais, ou seja, quando a cobertura foca propositadamente uma comemoração, também chamado de “jornalismo de aniversário” (KITCH, 2002). Neste tipo de cobertura, como é o caso do caderno “Tudo sobre a Ditadura Militar”, “o passado assume o primeiro plano, ao passo que o presente e o futuro assombram incessantemente enquanto contextos interpretativos ao fundo” (NEIGER, ZANDBERG, MEYERS, 2011, p.117). A memória invertida preserva a noção de que “grandes eventos nunca são findos, mas ecoam permanentemente na história, bem como em nossas vidas cotidianas⁸⁷” (NEIGER, ZANDBERG, MEYERS, 2011, p.126).

Há ainda casos em que o presente de eventos passados – a saber, novos detalhes ou desdobramentos – torna-se o principal interesse da narrativa. Sabemos que, além das eleições presidenciais (tendo, entre os concorrentes, um mulher que, quando jovem, lutou pela derrubada da ditadura, foi presa e torturada por agentes do Estado), o cinquentenário do golpe de 64 coincidiu com o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade. Entretanto, como vimos nesta pesquisa, na narrativa tecida pela FSP eles emergiram com presença tímida na ditadura de todo dia e praticamente nula no caderno TSDM – apenas uma menção à instalação da CNV (“Governo amplia indenizações, mas punições são tabu”, pág. 6).

A exceção (mas que não coube em TSDM) foi o depoimento do coronel reformado Paulo Malhães, em que, na presença da equipe da CNV e de jornalistas, declarou, sem demonstrar arrependimentos, ter torturado e assassinado pessoas, e ocultado seus corpos. “Eram mutilados para evitar reconhecimento”, afirmou. Seu depoimento mobilizou uma chamada, com foto (figura 7), na primeira página de 26 de março e uma matéria descritiva nas páginas internas.

Sabemos que a FSP tem por costume (e marketing) convidar diferentes especialistas para oferecer análises, as “opiniões divergentes”. Mas, nos dias seguintes à revelação – em detalhes – de um militar sobre a prática de tortura, o assunto foi esquecido. Uma análise sobre os avanços ou mesmo o propósito da CNV, ou sobre o conteúdo da confissão e suas implicações não foram pauta.

⁸⁷ [Hence, just like the instructions found in ancient religious writings], reversed memory preserves the notion that major events are never really done; they are echoed time and again in history as well as in our everyday lives.

Nos dias seguintes, nenhum editorial, matéria, artigo na seção “Tendências/Debates”, depoimento de familiares de pessoas assassinadas, cartas no painel do leitor, artigos assinados por terceiros, ou um infográfico (como um “Cartografias da Ditadura”), aos moldes pedagógicos⁸⁸ do jornal, que explicasse o histórico, a localização e lista de personagens que estiveram envolvidos na Casa da Morte⁸⁹. O não esquecimento coube exclusivamente a dois colaboradores do jornal, figuras externas à redação: uma charge (figura 28), do cartunista Benett, publicada em

⁸⁸ A FSP possui o hábito de produzir matérias com infográficos; mantém uma página online onde arquiva várias delas. Na página inicial, em destaque, lê-se: “Confira os principais infográficos da Folha. Desde 2014, a Folha tem acompanhado o desenrolar da Operação Lava Jato. Confira ao lado os melhores infográficos sobre o escândalo de corrupção envolvendo a Petrobras, políticos e as maiores empreiteiras do país”. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/> Acesso em 13/03/2017.

⁸⁹ Localizada à rua Arthur Barbosa, 120 (atualmente rua Padre Germain, 120), em Petrópolis, Rio de Janeiro, a Casa da Morte foi um centro clandestino de tortura, mantido pelo Centro de Informações do Exército (CIE). Nela, agentes do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) torturaram e assassinaram ao menos 21 pessoas, como narrou Inês Etienne Romeu, militante e dirigente das organizações VAR-Palmares e Polop – a única sobrevivente da casa. Nos 96 dias em que esteve detida, em 1971, Inês foi torturada e estuprada, e cometeu três tentativas de suicídio. Foi libertada quando fingiu concordar em trabalhar como infiltrada para o CIE. Doente e pesando 32 quilos, foi levada pela irmã a um hospital em Belo Horizonte, onde sua prisão foi oficializada. Condenada à prisão perpétua, cumpriu pena até 1979, quando foi promulgada a Lei da Anistia. Ainda no hospital, Inês escreveu um documento identificando 19 torturadores, um colaborador e 16 presos, que foi entregue em 1979 à Organização dos Advogados do Brasil (OAB). Graças a esse documento, foi possível localizar a Casa da Morte e identificar alguns dos agentes e colaboradores que atuavam no local, como o tenente-médico (psiquiatra) Amílcar Lobo, que examinava os presos para determinar se eles tinham condições físicas para suportar novas torturas. “*Desse local, Inês guardaria na memória dois detalhes significativos. Um deles era o número de telefone: 4090; o outro, a figura de um vizinho estrangeiro, chamado Mário Ladders, que vivia na companhia de uma irmã e de uma cão dinamarquês que atendia por Kill. Esse homem mantinha relações cordiais com os agentes de segurança e tinha conhecimento das atrocidades que cometiam ali. Seria o locatário da casa, conjectura Inês, ou seja, a personagem que servia para dar um falso aspecto de normalidade a um aparelho clandestino de tortura*”. Em 2003, aos 61 anos, Inês foi encontrada caída e ensanguentada em seu apartamento, com traumatismo crânioencefálico, depois de receber a visita de um marceneiro contratado para um serviço doméstico. Apesar de sequelas neurológicas, em 25 de março de 2014, em audiência da CNV sobre a Casa da Morte, Inês reconheceu seis dos seus torturadores e carcereiros. No dia seguinte, o coronel da reserva Paulo Malhães assumiu-se como torturador e forneceu detalhes das torturas e assassinatos na Casa da Morte também em audiência à CNV. Um mês depois, ele foi encontrado morto em sua residência, com marcas de asfixia. Apesar do depoimento de Inês no dia 25 de março de 2014, ela não é lembrada pela FSP no dia seguinte, no cinquentenário do golpe (31 de março) ou em quaisquer matérias no período analisado. Seu nome não é pronunciado em “tudo”. |

Os mortos identificados na Casa da Morte são: Aluisio Palhano, Antônio Joaquim de Souza Machado, Ana Rosa Kucinski, Carlos Soares Alberto de Freitas, Celso Gilberto de Oliveira, David Capistrano Costa, Gerson Theodoro de Oliveira, Heleny Ferreira Telles Guariba, Issami Okamo, Ivan Mota Dias, José Raimundo Costa, José Roman, Mariano Joaquim da Silva, Marilena Villas Boas, Maurício Guilherme da Silveira, Paulo de Tarso Celestino, Thomaz Antônio Meireles Neto, Victor Luiz Papandreu, Walter de Souza Ribeiro, Walter Ribeiro Novaes e Wilson Silva. Fontes: Comissão Nacional da Verdade (<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>), Memórias da Ditadura (<http://memoriasdaditadura.org.br>), Cartografias da Ditadura (<http://www.cartografiasdaditadura.org.br>) e Memorial da Ditadura (<http://memorialdademocracia.com.br>) Acesso em 20/07/17 | O encontro de Inês Etienne e Mario Ladders, em 1981, pode ser visto em <https://www.youtube.com/watch?v=ACKN3ezLHo0>. Mario confirma ter cedido à época a casa de Petrópolis – propriedade sua – ao comandante Fernando Ayres da Motta.

28 de março (Primeiro Caderno, pág. A2), e uma paródia (a coluna “Moda Reação⁹⁰”), do escritor Gregório Duvivier, publicada em 31 de março (Ilustrada, pág. E7), que diz:

Aproveitando essa onda reaçã que tá super-mega tendência, a gente está lançando toda uma coleção pra você, jovem reacionário, que quer gastar o dinheiro que herdou honestamente na sociedade meritocrática – apesar dos impostos, é claro. (...) Nosso *it boy*, claro, é o coronel Paulo Malhães, torturador chiquerésimo que deu depoimento à Comissão da Verdade usando um puta óculos escuros Prada de aro dourado, onde assumiu ter perdido a conta de quantos cadáveres ocultou. Divo. Viva a revolução – democrática.

Figura 28: Charge do cartunista Bennet – pág. A2 – edição 28/03/14 | Fonte: Acervo Folha



Em seu texto *Argentinian Tortures on Trial? How Are Journalists Covering the Hearings' Memory Work?*, Susana Kaiser analisa a cobertura (em 2011) da imprensa argentina sobre os julgamentos da Comissão da Verdade (Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas/Conadep)⁹¹ naquele país, que diferentemente da brasileira, teve a incumbência de investigar e também julgar. A autora sublinha a importância da coleta dos depoimentos e julgamentos; eles “fornecem espaços para obter novas informações”. Em sua conclusão, faz um grifo importante:

⁹⁰ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregoriодuivier/2014/03/1433269-moda-reaca.shtml> Acesso em 20/09/17.

⁹¹ “O retorno ao governo civil estabeleceu precedentes com uma Comissão da Verdade (1983-84) e julgamentos para membros das juntas militares (1985), mas estes foram seguidos por impunidade legalizada (1986-87) e perdões presidenciais (1989-90) para muitos perpetradores. Campanhas inflexíveis pela justiça continuaram; em 2005, o Supremo Tribunal anulou as leis de impunidade e centenas de criminosos estão agora em julgamento” (KAISER, 2013, p. 242).

Trinta mil pessoas não desaparecem porque um grupo de oficiais militares assume o controle. Ao detalhar o funcionamento do terrorismo de Estado, os jornalistas ativistas, como testemunhas profissionais, amplificam o que se desdobra nas audiências, convidando, constantemente, a memória a contextualizar novas informações e contra-denúncias a partir de fatos comprovados. Essas reescritas da história expõem as redes de cumplicidades e os múltiplos níveis de responsabilidade, concentrando a atenção em atores para além daqueles que estão sendo julgados. Ao fazer isso, eles também examinam a sociedade, revelando verdades inconvenientes para muitos. Os julgamentos ajudam a quebrar silêncios, e é por isso que a cobertura da mídia é importante. Precisamos explorar como aqueles que testemunham indiretamente por meio da mídia podem ser solicitados a tornar público as memórias desse passado traumático. Novos testemunhos podem desencadear uma discussão postergada sobre como milhões de pessoas experimentaram o terrorismo de Estado. Mais vozes podem produzir novos dados para ajudar a identificar os culpados e responsáveis e preencher contas incompletas, acrescentando novos remendos à “colcha de retalhos da memória coletiva da nação” (Gelman, 1998)” (KAISER, 2013, p. 255, tradução nossa⁹²).

Como vimos, faltavam poucos dias para os 50 anos do golpe de 64 quando essa revelação de práticas de tortura foi feita em uma sessão da CNV, de forte repercussão na imprensa escrita. Ainda assim, a FSP se absteve de realizar o “dever de memória”. A rememoração de 23 de março já havia narrado “tudo”, apesar de seu “tudo” ser só uma parte de um passado – não findo – e que ainda seja necessário escavar para desestabilizá-lo. Dessa forma, a FSP funciona como uma memória impedida que, como Ricoeur demarca, “repete ao invés de lembrar” (RICOEUR, 2007, p. 452). Algo que acentua o esquecimento e deixam evidentes os esqueletos ainda ocultados, metafórica e empiricamente.

⁹² “Thirty thousand people don’t disappear because a group of military officers take over. By detailing the functioning of state terrorism, activist journalists, as professional witnesses, amplify what unfolds at the hearings, constantly inviting memory to contextualize new information and counter denials with proven facts. These rewrites of history expose the networks of complicities and multiple levels of responsibility, focusing attention on actors beyond those standing trial. In doing so, they also scrutinize society, revealing inconvenient truths for many. Trials help break silences, and this is why media coverage matters. We need to explore how those who witness vicariously through the media may be prompted to make their memories of this traumatic past public. New testimonies could trigger an overdue discussion of how millions experienced state terrorism. More voices may produce new data to help identify the guilty and responsible and fill in incomplete accounts, adding new patches to the ‘quilt of the nation’s collective memory’ (Gelman, 1998)” (KAISER, 2013, p. 255).

Capítulo 5 – RELENDO O JORNAL

5.1 Quando se narra

Assim como outros veículos, a FSP costuma referenciar datas chave para articular pautas. É uma estratégia do próprio jornalismo. São comuns matérias publicadas no Dia do Trabalhador sobre o anúncio do aumento do salário mínimo, o aquecimento da economia com as vendas no Dia da Mãe ou o número de acidentes em rodovias federais no feriado natalino. Entretanto, são as efemérides que ganham destaque ainda maior nas páginas desse jornal, especialmente tratamento gráfico dado a elas. É o caso da comemoração dos 95 anos da publicação que, como dissemos, conquistou um recorde de 120 páginas, o maior caderno especial já publicado pela FSP.

Em 2014, o jornal publicou quase uma centena de cadernos especiais, incluindo *20 anos do Plano Real*; *100 anos da Primeira Guerra*; *25 anos da Queda do Muro de Berlim*; *São Paulo, 460* e *2 anos de Haddad*. Em geral, eles circularam aos domingos, um dia teoricamente de prestígio, com maior tiragem de exemplares e número de páginas, e preço em banca superior aos demais dias da semana. Entretanto, apesar de o caderno TSDM também ter sido publicado em um domingo, vimos que ele circulou no dia 23 de março. A antecipação não nos parece aleatória, considerando que cadernos especiais têm uma lógica distinta de produção, com ainda mais planejamento que edições ordinárias.

O jornal, em si, é um produto industrial, confeccionado a partir de uma organização rígida do trabalho e prazos por vezes draconianos. Fazemos aqui um parêntese para destacar como a pesquisadora Gisela Taschner, em seu livro *Folhas ao vento*, apontou as práticas de produção da notícia nesse jornal já em meados do século passado. De 1945 a 1962, José Nabantino Ramos foi o proprietário da *Folha da Manhã*, empresa que edita a Folha. Foi ele um dos primeiros a estipular com jornalistas um plano de metas, a fixar horários de fechamento das páginas no chamados prazos-limites (*dead lines*) e a definir normas internas de trabalho próprias a um manual de redação. Advindo da advocacia, ele dizia sentir “como diretor do jornal, a falta de regras, tanto para o trabalho diário, como para reger as relações do periódico”. Sobre o Programa de Ação e de Normas de Nabantino, Taschner (1992, p. 93) antes ressalta que

Esta imposição de normas estranhas ao objeto, no que se refere aos jornais, não se iniciou, obviamente, com Nabantino Ramos. A partir do momento em que um jornal

tem que circular com periodicidade constante, que deve ter um número padrão de páginas e as matérias “são cortadas pelo pé”, ou passam a ser redigidas de modo a ocuparem um espaço predeterminado, que passa a ter um formato *standard*, seções fixas, o enquadramento administrativo está se efetuando.

para, na sequência, afirmar que, desde aquela época, o jornal já adotava uma divisão do trabalho bem definida e com várias etapas devidamente distribuídas. No fluxo da informação,

O pauteiro definia os fatos a serem investigados pelos repórteres, que os colhiam e transformavam em um texto preliminar, o que ia para o *copy* (introduzido na redação por nabantino) que lhe dava outro acabamento, passava pelo secretário, voltava para o *copy* para ser feito o título, etc., passando assim a mesma matéria-prima por várias mãos até o produto atingir sua forma final e ser inserida na página e no local apropriado. (TASCHNER, 1992, p. 95).

Sendo a FSP, portanto, um produto planejado e confeccionado em modos industriais há pelo menos cinco décadas, é possível inferir que não tenha sido ao acaso a escolha de encartar TSDM uma semana antes da data do golpe de 1964. Ainda que o “Tudo” tenha se resumido a oito páginas, presume-se que sua produção envolveu vários profissionais, entre redatores, editores, designers gráficos, diagramadores e pesquisadores de imagens de arquivo, exigindo pesquisa e planejamento. E, evitando quaisquer exercícios de adivinhação sobre os motivos que levaram o jornal a publicá-lo no dia 23, nos propomos aqui a refletir sobre possíveis implicações.

Antes, porém, lembremos que narrar acontecimentos passados não é fazê-lo considerando um lugar temporal cristalizado, como se de lá fosse possível resgatá-lo, sendo esse “lá” um passado fechado. Narrar não se trata de contar o passado como foi, mas de “configurar os acontecimentos no tempo das histórias contadas” (LAGE, 2014, p. 83). Implica, portanto, a articulação de diferentes temporalidades. E o jornalismo, com seu caráter inerente de narratividade, pressupõe essa articulação. Elton Antunes, utilizando como gancho as imagens da Revista Manchete, afirma que as relações temporais que travamos são múltiplas: “vivemos no cotidiano um sem-número de situações em que ideias de sucessão, repetição e ordem se multiplicam para articular cada existência pessoal e permitir a vida social” (ANTUNES, 2014, p. 157). Neste texto, o autor, referindo-se ao jornalismo propriamente dito, pretende refletir

na maneira como o discurso jornalístico organiza o agir humano; na forma como o aparato tecnológico conforma parâmetros para os processos de temporalização; na forma como o jornalismo põe em relação diferentes dimensões temporais presentes na vida social; e a *própria maneira como o jornalismo se revela como uma maneira*

de lidar com categorias temporais que orientam a vida cotidiana (ANTUNES, 2014, p. 157. Grifo nosso).

Dentro dessa problemática, o autor articula, referenciando-se em Landowski (1992), duas dimensões de enunciação: uma, que se refere “ao ciclo de aparecimento ou atualização das informações (diário, a cada hora, semanal, “tempo real”), que lhe confere a condição de periódico” (ANTUNES, 2014, p. 158), e outra, que “refere-se às noções temporais que constituem as formas discursivas quando produz o relato de acontecimentos, em qualquer das suas formas de linguagem ou dos seus gêneros textuais” (ANTUNES, 2014, p. 158). O autor destaca a correlação entre notícia/acontecimento, como principal chave para a dimensão temporal. O primeiro eixo dessa propagação é a escolha de eventos que tornar-se-ão notícia, seguido da construção de uma ordem de relevância em que serão apresentados. Essa nova temporalidade constrói também um tipo específico de produto, um “sistema articulado para ‘capturar’ os acontecimentos do mundo” (ANTUNES, 2014, p. 159). Assim, ainda segundo Antunes, “os critérios de noticiabilidade, como tradicionalmente alinhados, parecem dizer de um estado de mundo apenas como já ocorrido, um existente estabilizado” (ANTUNES, 2014, p. 159). Porém, o passado não é somente “conteúdo” do jornalismo, como também não é apenas um olhar lançado pelo jornalismo, mas “trata-se de uma forma de pôr em operação complexos processos simbólicos necessários à vida social” (ANTUNES, 2014, p. 159).

Para Antunes, essas formas de temporalidade articulam não somente a noticiabilidade, mas ela enquanto uma espécie de modulação temporal. A notícia, assim, existiria não no passado, mas no presente de sua enunciação. Dessa forma, “os fatos, amálgamas de coisas, textos, pessoal, eventos têm temporalidades diversas que são equalizadas no jornalismo” (ANTUNES, 2014, p. 159.)

“O acontecimento jornalístico”, nos diz o autor, “não surge de um nada histórico. Ele se inscreve sobre uma memória social, política e histórica, que é também determinante na sua própria compreensão e designação como acontecimento” (ANTUNES, 2014, p. 159). O objeto do acontecimento da mídia informativa seria de um “processo evenemencial”, “no qual a desordem semeada pelo acontecimento, sua imprevisibilidade, é posta em um quadro contextual, em um mundo significado” (ANTUNES, 2014, p. 160). O acontecimento é, portanto, uma referência inicial, que vai depender ainda de interpretações, transformação em fato e daí em “acontecimento

jornalístico”. Assim, “torna-se acontecimento jornalístico ou fato a partir de um olhar que busca estabelecer o contexto da sua emergência, explicar-lhe o sentido. Mas esse olhar, no universo do discurso da informação, torna-se um duplo olhar: o acontecimento está na interseção entre um olhar que mostra da instância de produção e um olhar que vê na instância da recepção” (ANTUNES, 2014, p. 160-161). E, assim, temporalmente falando, o acontecimento midiático se dá em pelo menos três níveis: a) As estruturas temporais no âmbito do enredo/trama narrativa; b) As referências temporais que descrevem o acontecimento; c) A perspectiva temporal que se dá no nível da enunciação; produzindo “um ponto rítmico na temporalidade cotidiana” (ANTUNES, 2014, p. 161).

Esses elementos fazem, portanto, com que uma notícia não possa ser totalmente a-histórica. Ao contrário, indica passagens temporais, seja quando se estabelecem cronologias, seja quando confunde as durações. Elementos paratextuais são importantes porque “não só particularizam e especificam uma dada editoria no jornal, mas implicam o fato em uma perspectiva de duração, inscrevem-no em um contexto alargado, condensam uma certa historicidade” (ANTUNES, 2014, p. 163).

É aí que inscrever-se-iam as ranhuras da memória, que seria perceptível mais facilmente em ações comemorativas,

quando aciona o passado como história e modo para referenciar os fatos, e quando o seu próprio conteúdo passado (como documento e arquivo) é apresentado como evidência histórica, como modo específico de ‘narrar o passado’. Em todas as perspectivas evidencia-se que há similaridade entre os processos de formação da memória coletiva e da produção jornalística (ANTUNES, 2014, p. 164).

Quando se trata da narrativa propriamente dita, Antunes destaca ainda que há um tempo da história, um tempo no enunciado e um tempo da enunciação. No jornalismo, esses três planos se misturam, sendo o tempo histórico aquele dos acontecimentos, o do enunciado que apresenta nexos e causalidades e da enunciação que diz da composição de elementos, estratégias de produção de sentido e a maneira como inscreve os sujeitos.

Dessa forma, como nos diz Antunes:

O jornalismo conforma uma temporalidade – o presente, que é atravessado por outros tempos (passado/futuro), em um processo concomitante de sedimentação e estilização dos tempos. O jornalismo curta-circuita os tempos: ao mesmo tempo que é padronizador do tempo atual – ritma e ordena cronologicamente o cotidiano, ele põe em circulação representações de relações temporais diversas, fazendo emergir outros tempos de outros estratos. São, no mesmo movimento, camadas

superpostas e atravessadas. Para tornar os tempos contemporâneos à experiência, o jornalismo dá visibilidade a tempos não contemporâneos. Daí que a mídia não apenas transporte o tempo; ela engendra relações temporais. Da mesma maneira, o tempo não é abstrato, as escalas de temporalidade estão vinculadas à produção de sentido e, nessa perspectiva, as representações de tempo (linear, evolutivo, contínuo ou descontínuo, por exemplo) não podem ser desprezadas. As figuras da temporalidade são mecanismos essenciais de sentido (ANTUNES, 2014, p. 167).

Sendo assim, o caderno comemorativo de 2014, ao narrar acontecimentos de cinquenta anos antes, configura diferentes temporalidades, interconectando-os com acontecimentos que os antecederam ou que ajudam a compreendê-los, misturando articulações tanto do tempo da história, quanto do enunciado e da enunciação. Ao construir o caderno, a FSP não somente inscreve o golpe e a ditadura militar brasileira no curso da história, mas os transpõe do seu *tempo de ocorrência* para serem atualizados no *tempo de recepção*.

É certo que um caderno especial, como é o caso de TSDM, rompe com o ritmo cotidiano do jornal, ao inscrever um desvio das modalidades que se espera do diário, mesmo o dominical. Por outro lado, ele recontextualiza a memória, criando um certo sentido em um presente, ajudando, até mesmo, na construção da “memória coletiva” da sociedade como um todo. Chama a atenção, ainda, que a “notícia” aqui – 50 anos do golpe – esteja inserida em um contexto de aumento de historicidade, recriando um significado para uma data que foge de um passado imediato (o que aconteceu ontem), mas o realiza em um salto em que o destaque são acontecimentos de 30, 40, 50 anos atrás. Apesar disso, algo nos chama atenção no caderno, como Antunes destaca acima. Algo presente em um elemento que não é necessariamente parte de seus conteúdos, mas a data de sua publicação – 23 de março –, o que faz com que a dimensão de rememoração seja feita como uma espécie de “adiantamento da notícia” que dar-se-ia, somente, dali a alguns dias, o 31 de março.

5.1.1 Opacidade

A antecipação do caderno poderia ser generosamente compreendida como uma espécie de prévia como se, ao introduzir as narrativas comemorativas do golpe naquela data, o jornal pretendesse alargar sua presença ao longo de uma semana inteira, tendo seu ápice na data do golpe. Para que essa expectativa se cumprisse, porém, o “desaguar” em 31 de março deveria ser seu marco comemorativo, com um conteúdo ainda mais

robusto que nas páginas comuns do jornal. Entretanto, como vimos, a escolha por celebrar com um caderno no dia 23 de março não se tratou de uma ação de alargamento e de aumento da espessura temporal das comemorações, nem de um adensamento crescente do tema, uma vez que a edição do dia 31 se eximiu de rememorar o golpe e a ditadura militar com a mesma presença/força que o caderno. Ao contrário, a edição é das mais enxutas, sem editorial sobre o tema e em que a série especial TSDM circunscreve-se a números de pesquisa de opinião. Um aniversário comemorado com a presença de pouquíssimos convidados (apenas os seletos), uma celebração discreta e quase protocolar de um passado desencarnado, sem rosto, que escamoteia seu presente e se desconecta de um futuro.

Ainda que a intenção da FSP tenha sido criar uma prévia, é preciso ter em perspectiva o caráter e peso distintos entre um caderno especial e edições ordinárias de um periódico diário. Diferentemente do jornal de todo dia, um caderno costuma ter pretensões memorialísticas. Sua diagramação fora dos padrões, sua estrutura organizada como linha do tempo, sua organização temática, suas remissões ao passado, sua profusão de imagens de arquivo, entre outros, conformam um produto que – sugere-se – merece ser guardado, colecionado. Aliás, essa prática de oferecer materiais para durar não é novidade para leitores de jornal. Quando times de futebol vencem campeonatos, por exemplo, eles costumam ser “eternizados” em pôsteres comemorativos cuja disposição gráfica – ocupando página dupla e, por vezes, na vertical – é concebida para que possam ter sua existência prolongada, habitando paredes, por vezes emoldurados em quadros. São páginas pensadas para outra duração, para terem um destino distinto daquele que uma folha ordinária do jornal costuma ter. Assim, ainda que o conteúdo publicado em 31 fosse mais denso no tratamento e robusto em volume de textos verbovisuais, o estatuto arquivado (ainda que em potencial) de um caderno comemorativo não encontra equidade com o jornal de “embrulhar peixe”; algo que não deve ser negligenciado quando pensamos aqui sobre essa escolha desse jornal.

Uma vez que TSDM é concebido para ser colecionado, como um caderno de memória, ao antecipar esse lembrar (e esquecer) do golpe e ditadura militar, a FSP retira a própria força da rememoração. Em uma possível analogia, seria como celebrar o aniversário da Proclamação da República (15 de novembro) ou o *Réveillon* em outra data, tornando o que seria sua razão de ser algo empobrecido de força e sentido, assim

como sua própria comemoração algo opaco, sem expressão ou importância, cheio de sombras.

Nos dias seguintes ao 23 de março até culminar no 31, ela parece diluir – em doses homeopáticas – o Tudo que promete rememorar. Ao mesmo tempo, esvazia a experiência de uma ditadura, encerrando-a em um passado findo. A rememoração da FSP sobre a ditadura militar (1964-1985) tem, assim, efeitos de um placebo, de uma terapia inerte, que apenas faz crer que se deseja produzir reações. Ao final, nosso 31 de março ganha contornos de dia ordinário, como “vida que segue” e, com isso, o próprio debate que poderia ser articulado na data perde potência, apagando junto o lastro de experiências do passado ainda presente. Parece haver também um movimento de “não precisamos falar mais disso; afinal, já falamos antes”, semelhante ao discurso de um trauma. Como uma fala claudicante, que desvia, muda de assunto, escamoteia uma ferida aberta, embotando a própria memória. A própria capa oferece alguns vestígios neste sentido, ao apresentar-se censurada, com palavras engolidas, pedaços elididos, numa ação de escolher apagar algumas partes, talvez daquilo que ainda seja difícil dizer, lembrar e esquecer.

5.2 A ditadura no futuro

Neste passado assim comemorado – um passado reatualizado e configurador de um (tipo de) futuro –, duas capas em especial nos chamam a atenção: a do caderno e a da própria edição em que veio encartado. Como diz Carvalho (2014), desde as primeiras folhas, na sua configuração material e simbólica particular, o jornal prepara nossos sentidos para aquilo que será informado.

O dispositivo jornal impresso começa a nos indicar sentidos e mesmo a nos orientar para a sua leitura a partir de um nome que o particulariza, que o torna singular frente aos demais, ainda que mantendo certas similaridades. Lemos o Estado de Minas, a Folha de S. Paulo ou O Globo já sabendo de antemão onde encontrar seções, colunas, articulistas, assim como temos uma certa expectativa quanto às formas de abordagem dos acontecimentos narrados, posto que cada um tem uma identidade editorial”. (CARVALHO, 2014, p. 123)

No jornal de todo dia, recursos paratextuais, como nome e data, e os títulos reforçam em sua capa a enunciação do veículo sobre algo da ordem do cotidiano. Entretanto, como vimos nos capítulos 2 e 3, o caderno especial de 23 de março se apresenta de forma distinta; sem manchete principal ou fotografias. Ao alto,

centralizado, surge o nome do jornal, que anuncia “Tudo sobre a Ditadura Militar”, seguido da data de publicação. Abaixo, segue-se um texto marcado por grifos capazes de subtrair parte de seu conteúdo, recurso gráfico que emula a imagem de um texto censurado. Entretanto, ainda é possível ver sob as sombras.

Se em si as palavras não possuem uma presença visual, é na escrita que elas ganham um rastro, possuem uma sede. E, ainda que uma representação visual não seja a palavra real, ela permite que pessoas que não estejam habilitadas a decodificá-las as reconheçam enquanto imagem. Olhar para a capa grifada, rasurada, apagada do caderno, nos permite ver outras imagens, ver além do escrito. Como já mencionado, palavras cobertas de tinta preta é uma das formas de representar um conteúdo elidido a contragosto. Na ditadura iniciada em 1964, o Estado designava o censor⁹³ e a esse profissional cabia balizar a exibição e circulação de materiais como obras literárias (de ficção ou não), dramaturgias, diálogos e cenas de filmes, letras de música artigos e matérias de jornal.

Lembremos que a escolha por palavras e a disposição de imagens (assim como organização em páginas, links, blocos, e outras formas de edição jornalística) implica dotar de significados aquilo que é noticiado (CARVALHO, 2014). Assim, ao abrir o caderno especial com uma imagem interdita, silenciada, abre-se também para uma imagem da própria censura que veículos de imprensa sofreram durante o período, encarnada/rememorada em um caderno comemorativo, 50 anos depois. Vemos ali um gesto da FSP de se localizar ao lado daqueles que foram alvo do arbítrio do regime, dos que sofreram com os arrestos de liberdade. Não por coincidência, essa imagem foi estampada também na primeira página da edição de 23 de março. Como vimos (figura 2), sua diagramação teve uma conformação distinta daquela do dia a dia, quando costuma exibir manchetes sobre acontecimentos de economia e política, acompanhadas de grandes foto-legendas. Igualmente rasurado, o cardápio do dia convidava o leitor a conhecer o caderno especial (e reportagem multimídia) que “reconta a crise que levou à ditadura, os momentos cruciais do regime e imagina como seria o Brasil sem a queda de Jango e o AI-5”.

⁹³ A Emenda Constitucional nº 1 de 1969 incluiu a censura a diversões públicas entre as atribuições da Polícia Federal. Em 1974, o Serviço de Censura Federal realizou o primeiro concurso público para contratação de Técnico de Censura; o último deles foi realizado em 1985. Aprovados, os censores passavam a integrar o Departamento de Polícia Federal. Extinta a censura pela Constituição de 1988, alguns censores continuaram na ativa atuando como delegados e peritos federais, cargos equivalentes ao que ocuparam durante o regime.

A decisão do que será apresentado no jornal é uma negociação permanente de sentidos. Como afirma Carvalho (2014, p. 126), “sabemos que uma notícia que aparece na primeira página de um jornal impresso (...) foi considerada como mais relevante que as demais”, mas, mais do que isso, é o fato de essa decisão não ser aleatória, mas remeter “a um jogo de múltiplos interesses, exigindo complexas operações de seleção dos acontecimentos que serão noticiados e do modo como o serão”. Nesse jogo de múltiplos interesses, mais que o convite à leitura do caderno e reportagem multimídia, chama-nos a atenção esse gesto de estampar na primeira página a imagem de uma imprensa censurada, uma semana antes do cinquentenário do golpe.

Ambas as capas rasuradas nos apontam reflexões sobre a materialidade que os textos assumem a partir dos códigos, afinal, “deve-se compreender a tipografia muito mais como *uma nova maneira de escrever e pensar* do que como uma técnica para produção de impressos ou método para disseminação de informações alfanuméricas” (FLUSSER, 2010, p. 61. Grifo nosso). Na medida em que as capas nos oferecem a imagem de um certo silenciamento, elas revelam também a própria ação de editar – apagando e mostrando – que a FSP efetua. Há uma escolha deliberada em apagar algo e revelar outro. Assim, como aponta Gottfried Boehm (2015, p. 30), a imagem é “uma questão ao mesmo tempo com a transparência e com a opacidade”. É um gesto de apagar coisas para apagar outras e, também, nesse apagamento, revelar uma terceira coisa, semelhante ao da própria ditadura (como quando se esconde corpos para esconder a tortura e repressão policial, mas que acaba emergindo o próprio aparato repressivo). O gesto da FSP de esconder e mostrar e, portanto, editar a ditadura militar, deixa escapular essa outra coisa, a sua própria edição, no sentido de recorte, daquilo que seria historicamente e noticiadamente relevante: “o que mostra – a imagem, em sua ocorrência – nos mostra como alguma coisa *se mostra*” (BOEHM, 2015, p. 38).

No período analisado, vimos que o caderno rasurado TSDM se revela como uma tentativa de uma história encapsulada, finda e, principalmente, apartada da ditadura do dia a dia, aquela do “passado” e a do “futuro”. E, se cada edição diária do jornal que se coloca na superfície apaga o precedente – “a coleção é um conjunto virtual: não existe para o leitor, que dela não guarda a memória” (MOUILLAUD, 2012. P. 104) –, o caderno TSDM busca ir de encontro ao potencial de desvanecer e embotar que intrinsecamente tem o jornal. Ancorado em uma diagramação singular e temática comemorativa, o caderno se pretende um material a ser colecionado, semelhante aos

outros 90 produzidos naquele ano pela FSP, para comemorar efemérides como os *100 anos da Primeira Guerra*. Porque se o jornal de um dia apaga o do outro, o caderno TSDM busca fixar a narrativa da FSP sobre o golpe e da ditadura militar: uma consequência circunstancial da disputa política “que rachou brasileiros”, um período com “prós” e “contras”, com crimes sem identificação, mortes sem corpo e sem história, um período sem lastro e cujo aniversário é esvaziado, celebrado em uma data ordinária e com poucos convidados.

5.2.1 Folhas escritas e lidas

Ainda sobre as capas, vale lembrar que, mesmo que a escrita seja uma tentativa de representar os padrões sonoros da fala, “os sistemas de escrita captam apenas certas propriedades do que é dito, a saber, a forma verbal – fonemas, lexemas e sintaxe –, deixando de fora o *como foi dito*, e *com que intenção* radicalmente sub-representados. (OLSON, 1997, p. 24). Assim, quem ouve um outro alguém em uma conversa face a face tem acesso não apenas à forma verbal do que é dito, mas também ao estilo, à postura e à tonalidade do falante. Já na leitura de um jornal, por exemplo, faltariam “indicações sobre as atitudes de quem fala a respeito do que disse, que o leitor poderia usar para determinar o modo como o autor desejava que seu texto fosse interpretado” (OLSON, 1997, p. 161), ainda que a linguagem gráfica procure suprir parcialmente essa ausência dos modos de dizer. A própria diagramação, o uso de letras em tamanhos distintos, o uso de cores, entre outros, são gestos enunciativos que modulam os enunciados – um título “grita”, uma legenda “sublinha”, uma foto “dialoga com”, “ilustra” ou “mesmo contradiz”. Entretanto, tal reflexão não exclui que há diversas oralidades possíveis na escrita. Afinal, elas não podem sequer serem erradicadas. Ao ler um texto, nós já o oralizamos, como nos diz outro autor, Walter Ong.

Ler um texto significa convertê-lo em som, em voz alta ou na imaginação, sílaba por sílaba, na leitura lenta ou de modo superficial na leitura rápida, comum a culturas de alta tecnologia. *A escrita nunca pode prescindir da oralidade.* (...) A expressão oral pode existir – e na maioria das vezes existiu – sem qualquer escrita; mas nunca a escrita sem a oralidade (ONG, 1997, p. 16) [grifo nosso]

Se por um lado sabemos que os textos são concebidos de maneiras distintas – para serem lidos ou falados –, por outro compreendemos que a oralidade não se

encontra apartada da escrita. Ong nos oferece um exemplo que ilustra bem como a escrita é porosa às oralidades, potencialmente múltiplas e diversas.

A tradição letrada, adotada e adaptada por críticos habilidosos, pode também prover algumas pistas extratextuais para as entoações, mas elas não serão completas. Os atores gastam horas decidindo como realmente pronunciar as palavras do texto que está diante deles. Uma determinada passagem poderia ser pronunciada por um ator em um brado; por outro, em um sussurro. (ONG, 1997, p. 188)

Sendo assim, as possíveis oralidades não se encontram fora do caderno, da série TSDM e demais matérias/entrevistas sob mesmo eixo temático. Antes mesmo de elas serem apropriadas, de serem reconfiguradas no papel, já possibilitam que suas marcas de oralidade sejam encarnadas no texto. Como exemplo, pensemos em uma possível locução/oralidade tipográfica. Ao falar da impressão, Ong nos chama a atenção para a relação espacial desta escrita que se faz presente em impressos.

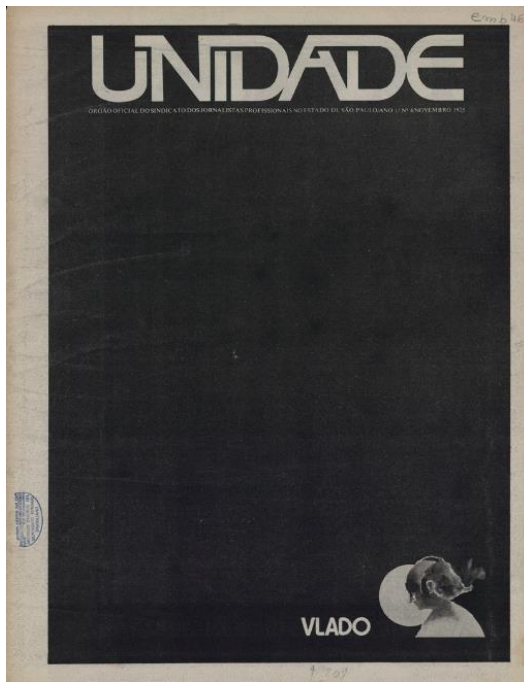
A impressão controlará não apenas quais palavras seriam escritas para formar um texto, mas também a posição exata das palavras na página e a relação espacial de umas com as outras, o próprio espaço em uma folha impressa - "espaço em branco", como é chamado adquiriu um significado importante (ONG, 1998, p. 146)

Uma relação espacial, portanto, também enuncia. Uma página em branco ou com espaços vazios, por exemplo, também fala, ainda que para demarcar um silêncio. Alguns poemas do francês Stéphane Mallarmé fizeram uso desse procedimento, buscando fazer emergir significados dos próprios vazios na folha de papel. Estudiosos da poesia mallarmeana apontam que suas distinções espaciais tratam de mostrar o mar como metáfora ou mesmo “de pensar o espaço do texto literário, a página de um livro, como o único espaço possível de comunicação, de convivência mesmo que em tempos diferentes, entre leitor e autor” (AGOSTINHO, 2009, p. 71). Assim como Mallarmé, muitos poetas da vanguarda do final do século XIX e ao longo do século XX adotaram esse procedimento, como é o caso brasileiro da poesia concreta.

E não somente os espaços vazios, mas também as cores. Capas completamente cobertas de tinta escura podem, da mesma forma, dizer, podem conter múltiplas vozes. Um exemplo é a edição de 4 de novembro de 1975 do jornal *Unidade*, do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Já à época, foi considerada histórica ao desafiar os militares. Produzida em mutirão por diversos profissionais, a edição denunciou a tortura sofrida por jornalistas do PCB e desmentiu a versão oficial sobre a morte de Vladimir Herzog.

Sua capa⁹⁴ é quase integralmente escura, coberta pela cor preta. Não há escritos, à exceção da identificação do jornal, e do nome e imagem de Vlado ao rodapé. Em 7 de janeiro de 2018, a própria FSP fez uso de recurso semelhante ao homenagear Carlos Heitor Cony, morto dois dias antes; o espaço ocupado durante décadas pelo jornalista nesse jornal circulou em branco.

Figura 29: Jornal *Unidade* – Ano 1/ nº 4 – 1975 e FSP – edição 07/01/18 | Fonte: Instituto Vladimir Herzog e Acervo Folha, respectivamente.



5.2.2 Dicção, prosódia e circulação

Mas se afinal o jornal fala, que dicção tem? A FSP de “todo dia” é, desde 1996, inteiramente impressa em cores e, com certa frequência, realiza reformas gráficas. Na de 2010⁹⁵, destacou mudanças na tipografia para alcançar o “conforto na leitura”, rumo a um jornal que seja “mais ágil e mais necessário, mais leve e mais sofisticado”. Na mais recente, de 2018⁹⁶, buscou uma “página mais limpa, com tipografia maior e exclusiva”, onde “o leitor encontra fotos, vídeos e infográficos ampliados nas

⁹⁴ Disponível em <http://resistirepreciso.org.br/alternativa/unidade-jornal-da-abi/> Acesso em 16/03/17.

⁹⁵ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/813948-novo-projeto-deixa-folha-mais-facil-de-ler.shtml> Acesso em 05/12/17.

⁹⁶ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/folha-conclui-unificacao-visual-em-todas-as-plataformas-com-reforma-da-versao-impressa.shtml>. Acesso em 21/05/18.

reportagens e nas páginas principais”. Como de costume, deu destaque aos elogios recebidos de seus leitores⁹⁷; “sempre na vanguarda do jornalismo brasileiro”, “assim como o conteúdo das reportagens, o novo projeto gráfico é limpo e elegante, realçando um dos valores mais caros ao jornal: a objetividade”.

O jornal afirma que suas letras harmonizam, adota cores não berrantes. As chamadas são sóbrias – sem trocadilhos ou bem-humoradas, como jornais considerados populares –, ainda que, por vezes, escandalosas. Os enunciados podem ser uma verdadeira baixaria, mas a dicção é comedida, quase nada grita. Via de regra, o tom é desejosamente contido, seguindo a “etiqueta” do Projeto Folha⁹⁸; o jornal “considera notícias e ideias como mercadorias a serem tratadas com rigor técnico e (...) se propõe a realizar um jornalismo crítico, apartidário e pluralista”. Vale acrescentar que, rotineiramente, recorre a recursos gráficos diversos como linhas, infográficos e tabelas para deixar o conteúdo devidamente organizado espacialmente, buscando distanciar-se de uma estética mais livre, cara a periódicos considerados populares.

Especialmente no caderno TSDM, o uso de recursos gráficos ajuda a conformar uma narrativa cuja prosódia é de pouca entonação, acompanhando a linguagem enciclopedista. Para dizer com “rigor técnico”, lá estão gráficos e tabelas a sustentar que, “sob o comando dos militares, país organizou a economia e cresceu” (figura 13). Saem fotografias de trabalhadores e da vida cotidiana para dar lugar a elementos “mais sóbrios”, como números. Para emoldurar as artes no período, listas de filmes, canções e livros sintetizam o campo cultural, evidentemente masculino e intelectualizado. Questões complexas como o debate e as implicações da Lei da Anistia, de 1979, da luta por medidas da justiça de transição, e dos espólios autoritários são apresentadas por meio de tabelas e números e sob o subtítulo *Acerto de Contas* (figura 26). Pelo verniz do *marketing* do “conforto na leitura” e de jornal “mais ágil e mais necessário, mais leve e mais sofisticado⁹⁹”, os conteúdos são sintetizados em legendas como “R\$40 milhões pagos em indenizações às famílias de mortos” e “R\$6,8 bilhões pagos em indenizações

⁹⁷ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2018/04/leitores-fazem-elogios-e-criticas-ao-novo-projeto-grafico-da-folha.shtml> Acesso em 21/05/18.

⁹⁸ Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_projeto_intruducacao.htm Acesso em 12/09/2016.

⁹⁹ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/813948-novo-projeto-deixa-folha-mais-facil-de-ler.shtml> Acesso em 05/12/17.

a perseguidos pela ditadura ou seus parentes entre 2002 e 2013”, com seus números destacados em vermelho, como vimos na figura 26.

Ao mesmo tempo, refletir sobre essa locução sóbria pretendida pelo jornal que, sem sobressaltos na entonação, oferece “dados” organizados em tabelas, gráficos e listas, nos permite também pensar no status de jornal de “referência” que o próprio periódico se autoconfere. Para tanto, é importante buscar compreender o jornal para além do senso comum: enquanto suporte, que “abriga informações” e as coloca em circulação. É verdade que a FSP – por meio de suas capas, fotos, manchetes, infográficos, legendas, cadernos inteiros – habita a cidade, em bancas de jornal, pontos de ônibus, em viagens de táxis, em salas de espera de consultórios, na sala da casa das pessoas. Entretanto, o faz a partir de seus *enunciados* que articulam conversas de bar, que mobilizam polêmicas na corrente de Whatsapp da família, fundamentam “tretas” do Facebook ou são o gatilho para desenrolar uma conversa entre motorista de Uber e passageiro. Ainda assim, sobre essas articulações, cabe considerar o que nos lembra Bruno Leal quando diz que:

As narrativas, produzidas ao mesmo tempo na mídia, nas ruas, na história, nas realidades e na vida social, constituem-se exatamente nos embates, nas interfaces entre as diversas forças, os diversos poderes, saberes, lugares. As narrativas mantêm diálogo com tais forças, uma vez mesmo que os falares cotidianos incorporam elementos postos em circulação pelas tevês, rádios, jornais, etc. (LEAL, 2006, p. 26).

Ter ciência desses embates de forças, de poderes e de saberes nos ajuda a questionar o próprio estatuto de referência que, muitas vezes, nós oferecemos respaldo. Afinal, por que quando a FSP se apresenta como um jornalismo alicerçado na “independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo¹⁰⁰” ela encontra aderência neste discurso, não apenas entre boa parte de seus assinantes e leitores casuais, mas também em quem a reconhece apenas como um nome/marca? Até que ponto a FSP, enquanto “o jornal do futuro¹⁰¹”, encontra ressonância quando se afirma um “jornal sólido, de tradição, que tem uma história, que, ao mesmo tempo, é inquieto, moderno e nervoso”? Uma pista talvez seja “a maneira normativa pela qual a atividade jornalística e sua história têm sido prioritariamente descritas em seus discursos autorreferentes,

¹⁰⁰ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml> Acesso em 25/04/16.

¹⁰¹ Disponível em <https://vimeo.com/13704875> Acesso em 25/04/2016

sobretudo naqueles ligados a ideais modernizadores” (JÁCOME, 2017), consolidando uma concepção identitária única do jornalismo (e de seus profissionais), sem a imensa variedade de formas pelas quais os jornais narram e sabem o mundo.

Talvez, assim, se a pensarmos para além da deferência desejada pela FSP, possamos enxergá-la menos como um jornal sóbrio, neutro/asséptico, “pluralista”, “ágil e sofisticado”, para nos depararmos com um veículo menos nobre e, por vezes, proselitista, atrasado, machista/sexista, partidário, racista, conservador e classista.

5.3 “O jornal do futuro”

Afinal, em que a FSP se ancora para se acreditar um jornalismo de referência? Como essa ideia implica o visível e o invisível? De que maneira a narrativa laudatória sobre si permite legitimar a narrativa de ‘tudo’ sobre a ditadura? Essa ideia de jornal de referência tem ecos desde décadas do século XX, como nos apontam estudos de alguns autores (GÓES, 2017; JÁCOME, 2017; RIBEIRO, 2000, 2003, 2007). Ela foi forjada colada à própria noção de “modernização” do jornalismo, iniciada especialmente após os anos 1950. É verdade que, a partir desse período, teve início um processo de profissionalização da imprensa, com a criação do ensino superior de jornalismo e aumento de salários, permitindo que a profissão deixasse de ser uma ocupação provisória ou privilégio de literatos, advogados ou políticos. Mas essa “modernização” (que adotou o padrão estadunidense) conteve limites e contradições. Se de fato introduziu técnicas mais modernas de produção, obedeceu a impulsos de outra ordem, igualmente a serviço da política. Como nos aponta Ribeiro (2000):

Defendo, no entanto, a hipótese de que o aspecto político jamais desapareceu totalmente, exercendo um papel fundamental – estrutural – na dinâmica das empresas jornalísticas. Apesar de se terem afirmado imperativos de gestão e de administração, estes ainda não eram suficientes para garantir a autonomia das empresas. Por isso, os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade. (RIBEIRO, 2003, p.156).

Nesta modernização conservadora, o desenvolvimento técnico do jornalismo buscou no “espírito científico” o cuidado com os fatos. A partir de então,

As regras de redação supostamente retiravam do jornalismo noticioso qualquer caráter emotivo e participante. Para garantir a impessoalidade, impôs-lhe um estilo direto, sem o uso de metáforas. (...) O uso da terceira pessoa tornou-se obrigatório, e o modo verbal passou a ser, de preferência o indicativo. Os adjetivos e as aferições subjetivas teriam de desaparecer, assim como os pontos de exclamação e reticências. As palavras com funções meramente enfáticas ou eufemísticas também deveriam ser evitadas. (...) Se antes, o jornalismo havia sido o lugar das questões sociais, da polêmica de ideias, das críticas mundanas e da produção literária (Buitoni, 1990, p. 177), agora, ele passa a ser o “espelho” da realidade. (...) O jornalismo é definido, neste contexto, como um puro mediador, como um observador neutro, desinteressado. (RIBEIRO, 2000, p. 34).

Esse “outro” jornalismo – entendido como neutro, moderno e objetivo, com *lead* e o profissional do *copy desk* ou, nas palavras da própria FSP, “independente, “plural” e crítico” –, ganhou, assim, ares de modelo a ser adotado, de um único jornalismo desejável, inclusive apagando outras práticas e desqualificando outras formas de jornalismo (como os considerados “populares”). Não à toa, esse “novo” jornalismo hierarquizou suas práticas entre “desenvolvidas” e “arcaicas”, “vencedores” e “vencidos” (JÁCOME, 2017, p. 130). Não apenas em alguns trabalhos de pesquisa acadêmica e parte de uma bibliografia, mas especialmente entre colegas de profissão, ainda se reproduz a máxima de que tais mudanças fizeram dele um jornalismo “sério”, confiável, de referência, supostamente sem jornalistas “partidários” e textos “panfletários”. Ao final, essa narrativa mítica sustenta que a emergência de um jornalismo “profissional” (com a introdução da objetividade e de algumas técnicas orientadas por Manuais de Redação) foi capaz de superar a política quando, na prática, ela apenas escamoteia profundas e históricas relações políticas e econômicas da imprensa brasileira chamada de referência.

Especialmente no caso da FSP, a construção da ideia de um “jornal de referência” consolida-se por meio de uma permanente autorreferência, que se faz presente especialmente em dois momentos: quando a FSP comemora seu aniversário e quando rememora suas relações com a ditadura militar.

A emergência do “sujeito-Folha”, uma das estratégias a sustentar a construção (e consolidação desta ideia), aparece desde a fundação do jornal *Folha da Noite*, em 1921, por iniciativa de Olival Costa, Pedro Cunha e um grupo de jornalistas egressos do jornal *O Estado de S. Paulo*. A partir do desejo de construir um novo jornal, o periódico buscava contestar os saberes que determinavam o modo de fazer jornalismo na grande imprensa da época. A mirada não era mais para os leitores fazendeiros e oligarcas paulistas, mas aos novos empresários e profissionais liberais que ganhavam projeção

econômica na capital paulista. Ao longo dos anos – da fundação do jornal, passando pela fusão das *Folhas* (da Manhã, da Tarde e da Noite) em 1962, até a atual conformação da FSP –, a posição do “sujeito-Folha” foi sendo reconfigurada várias vezes. Destacamos aqui três momentos. 1) A criação de um Conselho Editorial, em 1978, que inaugurou um discurso “delineado por uma tendência editorial que exige cada vez mais qualidade técnica e informativa na produção do jornal” (LINS DA SILVA, 2005, *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 5). 2) A implantação do Projeto Folha¹⁰², em 1984, por Otávio Frias Filho, que apresentou o Manual da Redação que estabeleceu o controle sobre os processos de produção do jornal, a partir de padrões de comportamento profissional, editoriais e gráficos, e reforçou a autorreferencialidade sustentada pelo marketing. 3) Mais uma vez, a influência do marketing quando, no contexto das Diretas Já, em 1984, “efetiva um realimento político, uma reorganização de saberes e uma reconfiguração da posição-sujeito assumida pelo sujeito-Folha” (OLIVEIRA, 2015, p. 5).

Cândida Oliveira (2015) afirma que a ideologia jornalística que caracteriza o lugar-social no qual o “sujeito-Folha” se inscreve (baseada nos princípios de apartidarismo, espírito crítico e pluralidade) é importada do modelo estadunidense, “mas também marcada pelo viés mercadológico”. Incorporados posteriormente, a noção de serviço público (“um jornal a serviço do Brasil”), de informações de interesse do país, assim como a forma didática de apresentar as notícias (a profusão de tabelas, infográficos e listas) contribuíram para dar legitimidade ao discurso jornalístico da FSP. Ainda segundo a autora, são eles cinco: a FSP da tradição, de mediador autorizado, de agente de denúncia, de protetora dos interesses do cidadão e do lugar da verdade. A primeira imagem corresponde àquela através da qual o jornal deseja ser visto: detentor de uma história consolidada – afinal, um jornal quase centenário –, de projeto editorial sólido e de “princípios”. E também um mediador autorizado que se enuncia como locutor autorizado: que sempre abriga opiniões “divergentes” “neste espaço”. Um agente de denúncia, pois costumeiramente a “**Folha** revela/apura”, um veículo que apresenta dados e números que contestam discursos de (alguns) políticos, que apontam irregularidades. Protetora dos interesses do país, uma vez que (como dito anteriormente no Capítulo 1, p. 25) tem para si como protagonista dos direitos dos

¹⁰² Era preciso fazer um “jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno”, já dizia o texto de 1984, e isso devia ser feito com “intransigência técnica”.

contribuintes/cidadãos; suas matérias são capazes de mudar o rumo da história – em 2017, contabilizou “75 registros de repercussões concretas relevantes de informações publicadas pelo veículo”. Lugar da verdade, um jornal que confirma, comprova; uma instituição jornalística que se baseia nos princípios da objetividade e da verdade, que se autolegitima sobre aquilo que diz.

Podemos ver esses lugares sociais não apenas em seus editoriais, mas acumulados em uma narrativa histórica que a própria FSP insiste em produzir (e reiterar quando ela se comemora), inclusive reproduzida por alguns jornalistas e pesquisadores sem maiores observações críticas. Ao final, essa retórica que a FSP insiste em usar acaba funcionando como um “mecanismo de fixação desses jornais como lugares socialmente autorizados para propor um regime visibilização incontestável sobre o mundo” (GÓES, 2017, p. 90). Em uma perspectiva um pouco mais crítica, vemos que

Os jornais tidos como de referência tornaram-se atores políticos influentes por conta de serem potentes mobilizadores tecnológicos e vozes propositivas dos valores do capitalismo apresentados à experiência jornalística. Os jornais continuam “vendendo” informações como notícias, mas também passaram a atuar como grandes empresas de lobby político, econômico e cultural. Elas são negócios, assim como bancos e empresas multinacionais que atuam no mercado financeiro internacional. Também estão envolvidas com agronegócio, comércio, indústria, tecnologias, com os serviços. Muitas empresas de jornalismo, jornais, emissoras de rádio e TV, portais na Internet têm participações em conglomerados de telecomunicações internacionais, agem no entretenimento, realizam parcerias com outras empresas de comunicação que, em tese, seriam suas concorrentes. (GÓES, 2017, p. 100.)

5.3.1 Futuro do passado

Vimos que essa narrativa mítica (de um jornal de referência) defende que é possível superar a política, a partir de algumas técnicas orientadas por Manuais de Redação e princípios como apartidarismo, espírito crítico e pluralismo. Entretanto, na prática ela contribui para apagar profundas e históricas relações políticas e econômicas da imprensa brasileira chamada de referência. No caso que analisamos da FSP, o “regime de visibilização incontestável sobre o mundo” que ela propõe acaba contribuindo para naturalizar os visíveis e os invisíveis: seja do golpe e vinte e um anos de ditadura militar que ela narra (especialmente em TSDM), seja quando rememora sua própria história, incluindo vínculos políticos com a ditadura militar.

No caderno comemorativo, a FSP lembra que “foi acusada de emprestar veículos para esconder torturas e assassinatos de presos políticos”, mas, logo em seguida, coloca

a “acusação” em dúvida: “se ocorreu, não é possível dizer que a prática foi autorizada pela direção da empresa”. Como mostramos, as capas do caderno e da edição de 23 de março – quando o jornal escolheu “comemorar” (RICOEUR, 2007) o cinquentenário do golpe – receberam marcas de “censura”. Entretanto, não encontramos estas marcas tão evidentes quando lançamos um olhar sobre a trajetória dessa empresa de comunicação à luz da vigência de algumas leis e decretos¹⁰³, como a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional (LSN), o Decreto-Lei nº 1.077 e o AI-5¹⁰⁴. Este último é considerado o mais cruel dos atos e deu início a uma maior organização (em rede) do aparato repressor. Emitido pelo ditador Arthur da Costa e Silva, o ato o autorizava em caráter excepcional (portanto, sem apreciação judicial) a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; suspender a garantia do habeas-corpus.

Diante desse contexto de ações arbitrárias e retirada de direitos e liberdades individuais e coletivas, de censura, violência e torturas, nos perguntamos como o “moderno jornalismo brasileiro” se comportou? Muito longe de fazer frente ao regime de exceção, percebemos que a grande imprensa brasileira – que, assim como a FSP¹⁰⁵, apoiou o golpe em 1964 – acabou por se acomodar à censura imposta pela ditadura militar (KUSHNIR, 2001). Em outras palavras, se com a tendência a um endurecimento da alta cúpula de militares, parte do apoio que a grande imprensa deu ao golpe se transformou em críticas aos rumos do governo, no pós-AI-5 um novo pacto foi feito. De um modo geral, a resistência resumiu-se à imprensa alternativa. Em veículos como a

¹⁰³ A Lei de Imprensa (Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967) restringia a liberdade de expressão; o Ato Institucional nº5 (de 13 de dezembro de 1968) produziu um elenco de ações arbitrárias e vigorou por uma década); e da Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969) punia “crimes contra o Estado”, incluindo manifestações políticas e de pensamento, sendo complementada um ano depois pelo Decreto-Lei nº 1.077 (de 21 de janeiro de 1970, que instituiu a censura prévia.

¹⁰⁴ Ao longo de sua duração, a ditadura militar brasileira construiu um aparato legal próprio, com o objetivo de garantir sua manutenção no poder. Foram editados 17 atos institucionais – sendo o mais conhecido o quinto deles – além de leis complementares, decretos secretos e outros instrumentos jurídicos. Alguns atingiram setores específicos, caso do decreto-lei nº 477, de 1969, que visava impedir manifestações políticas nas Universidades, e da Lei de Segurança Nacional de 1967, que tinha como objetivo primário fornecer os instrumentos para repressão de movimentos contrários à ditadura. Fonte: Projeto República/Exposição *Desconstrução do Esquecimento: Golpe, Anistia e Justiça de Transição*.

¹⁰⁵ O golpe de 1964 foi inicialmente celebrado pela FSP, narrado como “Revolução” necessária. Em seu editorial de 3 de abril de 1964, assim celebrou: “Voltou a nação, felizmente, ao regime de plena legalidade que se achava praticamente suprimido nos últimos tempos do governo do ex-presidente João Goulart. E isso se fez, nota-se, com o mínimo traumatismo, graças ao discernimento de nossas forças armadas para conter os desmandos de um político que, cercado de assessores comunistas, procurava manobrar o país”. (Editorial – *O Brasil*, 1964, p. 3)

FSP, a opção foi por uma “autocensura sistêmica”, com grande grau de adesão e identificação dos proprietários dos jornais com os objetivos da repressão (KUCINSKI, 2002).

Vale aqui distinguir as três categorias de periódicos passíveis de censura prévia (MAIA, 2002): um formado por revistas masculinas (sofriam controle de caráter moral); um formado por publicações de grandes corporações empresariais (colocadas sob censura quando seus editores divergiram das orientações do governo); e um último formado por jornais alternativos (censurados em função de embates ideológicos com a ditadura militar). Entretanto, mesmo durante as fases mais fechadas da ditadura, “a grande maioria da imprensa convencional brasileira nunca sofreu atos de censura de força de agentes enviados às redações pelo governo” (KUCINSKI, 2002, p. 534). A exceção, entre os “grandes”, foi o *Estado de S. Paulo* que, ao não acatar ordens telefônicas, acabou sofrendo censura prévia por dois anos. Ainda assim, uma fala de seu diretor, Julio Mesquita Filho, deixa claro os dilemas existentes durante sua gestão, sobre publicar algum conteúdo que contestasse os militares.

90 a 95 por cento de todas as matérias que foram censuradas não causariam nenhum mal ao governo se fossem publicadas. Os outros 5 por cento nós não publicaríamos. (KUCINSKI, 2002, p. 534)

É possível afirmar que, de um modo geral, jornais de grande circulação como a FSP optaram pela autocensura, uma forma inclusive mais econômica de não afetar o modo de produção da empresa jornalística. Efetivamente, a censura prévia, severa e continuada, devastou publicações alternativas. Para efeito de comparação, o semanário *Opinião* e o jornal *Movimento* foram alguns dos que sofreram verdadeiros estragos, sendo ao cabo fechados. O primeiro, que circulou entre outubro de 1972 e abril de 1977, teve três edições apreendidas, uma embargada na gráfica antes da impressão e outra inviabilizada por ter 170 (das 346) laudas cortadas. Ao longo de suas 230 edições, 4752 laudas foram vetadas, volume de texto próximo às 5796 laudas impressas em sua existência (MAIA, 2002). Já o *Movimento*, que circulou entre julho de 1975 a junho de 1978, teve cerca de mil artigos e ilustrações vetados parcial ou totalmente. Três edições foram proibidas de circular, entre elas um número especial sobre a situação da mulher brasileira, que teve 80% de seu material censurado. A violência censória por eles sofrida “mostrava-se diretamente proporcional ao grau de rebeldia desses veículos contra as imposições oficiais” (MAIA, 2002, p. 475).

O assassinato em 1969 do militante Carlos Marighela, da ALN (Aliança Libertadora Nacional), por exemplo, é um indicativo do contraste vivido pelos diferentes meios de comunicação na época. Enquanto o jornal *Venceremos*, que circulou por apenas alguns meses – de setembro a novembro de 1971 –, trouxe na capa “Este jornal não é censurado pela ditadura. Viva Marighella”, a primeira página da *Folha da Tarde* estampou a manchete: “Metralhado Marighela, Chefe Geral do Terror”.

Cabe aqui uma remissão sobre a trajetória deste jornal, uma vez que, em alguma medida, ela reflete também os trajetos eleitos pelo *Grupo Folha*. Em sua tese de doutorado, posteriormente publicada em livro, Beatriz Kushnir narra alguns episódios sobre a *Folha da Tarde*, que jogam luz sobre o porquê de seu *slogan* “o jornal de maior tiragem” ser à época compreendido por muitos como o jornal com o maior número de “tiras” (policiais) infiltrados na redação. Criado em 1949 como o “vespertino das multidões”, ele circulou por dez anos, sendo substituído pelo *Agora São Paulo*, de igual pretensão popular. Desde 1962, a fase das três *Folhas* já havia sido encerrada, tornando-se então um único jornal, de nome *Folha de S. Paulo*. Após comprar gráficas, jornais e editoras, em 1967 o Grupo decidiu relançar a *Folha da Tarde* com um objetivo mercadológico: concorrer com o *Jornal da Tarde*, d’*O Estado de S. Paulo*. No seu ressurgimento, ele “despontou sob um signo arrojado”: foi o primeiro jornal paulistano a publicar fotos coloridas na primeira página, contou com jornalistas progressistas em sua redação e foi lançado para reportar uma efervescência cultural. Mas “no meio do caminho entre essa intenção e a realidade, tem-se a decretação do AI-5” e, “infelizmente, foi a distorção dos fatos e/ou alinhamento às ideias autoritárias que deram o tom do jornal no pós-AI-5” (KUSHNIR, 2001, p. 242). A autora lembra que, mais tarde, ao ponderar sobre o instante vivido e as alternativas vividas pelos donos do jornal, “algo entre os anéis e os dedos”, Claudio Abramo – fundador do Projeto Folha – afirmou que:

Foi nesta época que se formou o núcleo policial da Agência Folhas, composto por remanescentes do grupo que estava na *Folha* quando fui para lá, em 1965. Esse pessoal mais tarde passaria para a *Folha da Tarde*, transformando-a no jornal mais sórdido do país. (KUSHNIR, 2001, p. 240)

No caso desse jornal do *Grupo Folha*, o grau de “não rebeldia” ganha contornos de colaboracionismo. O periódico chegava a publicar notas plantadas pelos órgãos de repressão da ditadura, “legalizando” mortes sob tortura. Kushnir conta que, em 1971, o

militante de esquerda Ivan Seixas encontrava-se dentro de uma viatura policial quando leu na manchete do vespertino paulista a morte de seu pai. Quando retornou à Oban, à noite, encontrou seu pai ainda vivo, apesar de sua morte já ter sido anunciada. Pelo seu estado debilitado, foi questão de horas ele vir a óbito. A autora ressalta que essa “morte anunciada”, estampada nas manchetes do jornal *Folha da Tarde*, “não é um caso isolado”.

“Eduardo Leite, segundo depoimento em juízo a Vinicius Caldeira Brandt, chegou a ver a primeira página da *Folha da Tarde* anunciar sua morte em tentativa de fuga, antes de ser retirado da cela vizinha à sua, para ser assassinado” (KUSHNIR, 2001, p. 313).

Kushnir afirma que, para todas as mortes de presos políticos durante a ditadura 1964-1985, há sempre duas versões. Para a versão oficial, o sucessor de Carlos Marighella na ALN, Joaquim Câmara Ferreira, teria morrido de um ataque do coração ao ser descoberto em seu “ponto”, no bairro de Moema (SP), por policiais do DEOPS. Na versão interna à ALN, ele teria sido preso na noite do dia 23 de outubro de 1970 pelo delegado Sergio Paranhos Fleury, conhecido pela crueldade e truculência contra militantes da oposição e por seu envolvimento nas execuções do Esquadrão da Morte. Fleury o teria levado a seu sítio, conhecido como “Fazenda 31 de março”, onde seria a sede de um grupo paramilitar de direita nomeado “Braço Clandestino da Repressão”, e lá o teria assassinado. Apesar de a Comissão Nacional da Verdade e seus trabalhos semanais não terem se iniciado a época da tese de Kushnir, a autora conta que foi possível identificar a existência de um telex da 2ª seção do IV Exército, no acervo do DOPS de Recife, em Pernambuco. Datado de 24 de outubro de 1970, ele foi retransmitido para os demais departamentos de ordem política e social e narra como se deu a captura e a morte de Câmara Ferreira, indicando a versão a ser divulgada aos jornais: (...) informo ainda, foi dado conhecer repórteres imprensa falada e escrita o seguinte roteiro para ser explorado dentro do esquema montado”. Segundo a autora, dois dias depois, a *Folha da Tarde* trouxe como manchete, em letras garrafais “Lamarca, o louco, é o último chefe do terror”. E assim narrou, afirmando que o episódio:

Sentencia uma das últimas etapas da curta e trágica história do terrorismo no Brasil. Odiados pelo povo, sofrendo seguidos revezes, separados por irremediáveis divergências, os facínoras remanescentes têm agora diante de si a dificuldade que

vai precipitar seu aniquilamento: a ausência de líderes à altura de Marighella e Câmara Ferreira, capazes de aglutinar em torno de si, e de comandar as desarticuladas e debilitadas facções do esquerdismo radical. Resta a esses grupos uma única e péssima alternativa: aceitar a chefia do delinquente Carlos Lamarca, que não passa – e eles bem o sabem – de um criminoso comum e psicopata. (*Folha da Tarde*, 26/10/70, p.1)

É curioso notar que as “modernas” técnicas importadas para o surgimento de um “novo” jornalismo, supostamente amparadas em princípios de “objetividade”, “pluralismo” e “independência” não encontram aderência em editoriais no período da repressão. Vemos um jornal sob a direção do *Grupo Folha* “legalizando” mortes sob tortura e encobrindo o apagamento de direitos fundamentais da população.

Valendo-se da retórica da “modernização” com “novas” regras de redação, os jornais do Grupo mantiveram na prática “sua coerência histórica classista, a de ser porta-voz dos interesses do mercado, da grande indústria e do comércio, do capital financeiro cada vez mais internacionalizado” (GÓES, 2017, p. 107). Utilizando-se dessa mesma retórica, a FSP rejeitou o “antigo”, o “atrasado”, realizando expurgos na redação, demitindo jornalistas experientes, mais combativos e críticos, como seu diretor de redação, Claudio Abramo. Ele, que já havia sido afastado em 1972, foi desligado definitivamente da direção em 1977 por imposição do ministro do exército, Sylvio Frota. O “motivo” foi uma crônica escrita durante a Semana da Pátria por Lourenço Diaféria, um jornalista conhecido – há mais de uma década, escrevia crônicas sobre o cotidiano e a cidade de São Paulo. Segundo os militares, o texto ofendia a memória de Duque de Caxias. Para substituí-lo, a FSP escolheu o jornalista Boris Casoy¹⁰⁶, “um quadro de confiança da cúpula militar e adepto da autocensura, como se viu no episódio da morte de Santo Dias¹⁰⁷” (KUCINSKI, 2002, p. 547). Segundo Sonia Silva (2011), este acontecimento representa um rompimento público com os militares, sendo o início

¹⁰⁶ Boris Casoy já havia trabalhado no jornal a convite de Otávio Frias de Oliveira (em 1974, como editor de Política). Antes, trabalhou como secretário de Imprensa do prefeito de São Paulo, José Carlos Ferraz, do ARENA, e como assessor de imprensa do ministro da Agricultura do governo do ditador Emílio Médici.

¹⁰⁷ Em 1979, a polícia militar assassinou o operário Santo Dias da Silva, durante a greve dos metalúrgicos de São Paulo. A censura prévia já não existia há dois anos, mas o texto redigido pelo repórter Jair Borin “foi mutilado pelo secretário de redação e pelo editor chefe do jornal, sob o pretexto de que ‘a real dimensão do repúdio poderia contribuir para um fechamento do regime’. Quem faz o relato é o próprio Jair Borin: ‘Descobrimos, posteriormente, que havia um esquema de pressão acionado por grupos de pressão instalados dentro da Fiesp (...) e porta-vozes nunca assumidos pelo governo militar (...) que induziram a versões atenuadas dos fatos’” (KUCINSKI, 2002, p. 542).

da gestação de uma imagem descolada daquela do jornal que aderiu¹⁰⁸ ao golpe e que celebrou o decênio da ditadura militar em clima de euforia, enaltecendo as conquistas do “milagre econômico” – período no qual se deu sua consolidação financeira.

Valendo-se do argumento da pluralidade, o jornal tenta funcionar como se fosse uma grande colcha de retalhos ideológica, na qual pretensamente ‘todas’ as versões podiam ser costuradas e enredadas na tessitura orquestradas em suas páginas. Para justificar sua posição, a ideia de pluralidade ganha destaque, sendo um dos pilares de seu projeto de mudança. O conceito passa a conceder um lugar de legitimidade para que o veículo pudesse trabalhar em diversas linhas discursivas, sob o argumento de que se abria para ouvir todos os lados. Mas essas questões somente serão incorporadas com clareza com a implantação do projeto Folha na segunda metade dos anos oitenta; antes disso, há um período no qual o jornal assume publicamente a defesa das Diretas Já, marco divisor na construção de sua identidade. (...) Entretanto, o desafio colocado agora era o de construir uma nova legitimidade para o veículo; não mais o de interlocutor entre os militares e a sociedade civil, mas o de apresentá-lo como a voz da sociedade civil contra o regime. Na reformulação da sua imagem, tanto editorial, quanto política, a Folha começa a trabalhar para assumir um lugar de agente de interlocução nas reivindicações da sociedade por mudanças políticas. Àquela altura, avolumam-se protestos em todo o país e é, nesse momento, que o jornal identifica o vácuo para se apresentar como “o porta voz da sociedade civil”. Para fazer isso, convida reconhecidos atores sociais, entre os quais, perseguidos e exilados, que voltam a se posicionar publicamente nas páginas do jornal na recém-criada “Tendências/Debates” em 1976. (SILVA, 2011, p. 162-163).

Vale lembrar que quem não forjou um jornalismo “moderno” e “neutro” (como os jornais que mantiveram em seu quadro jornalistas “partidários” e textos “panfletários”) ou não adotou uma “pedagogia” para a autocensura sucumbiu. As grandes empresas de comunicação não apenas não esboçaram reação à censura, como também não manifestaram solidariedade aos veículos que sofreram ferozmente com a censura prévia. Na autocensura sistêmica é possível verificar “o grau de adesão e de identificação dos proprietários dos jornais com os objetivos da repressão – e, portanto, seu grau de colaboracionismo” (KUCINKI, 2002, p. 542). Em seu livro *As Ilusões Armadas (volume 1 – A Ditadura Envergonhada)*, o jornalista e escritor Elio Gaspari inclusive ressalta essa complacência dos donos de jornais por meio de uma declaração do ditador Ernesto Geisel.

¹⁰⁸ Em editorial “Em defesa da lei”, de 2 de abril de 1964, a FSP assim se manifestou sobre o golpe: Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Ora, a pátria estava ameaçada pelo comunismo, que o povo brasileiro repele. Os poderes constitucionais haviam sido feridos de morte, tantos os desrespeitos a Constituição, a lei, ao regime federativo. E a ordem periclitava com a quebra da disciplina e de hierarquia nas Forças Armadas. (...) Assim se deve enxergar o movimento que empolgou o país. Representa, fora de dúvida, um momento dramático de nossa vida, que felizmente termina sem derramamento de sangue. E termina com a vitória do espírito da legalidade, reestabelecido o primado da Constituição e do Direito”. Fonte: Arquivo da Biblioteca Nacional.

Atribuir o fim da censura a qualquer tipo de pressão direta sobre o governo seria um exagero, pois se a censura tem uma utilidade esta é a de colaborar decisivamente para a desmobilização política da sociedade. Atribuí-lo a um movimento dos proprietários de jornais, revistas e emissoras, um despropósito. Devê-los a uma resistência maciça dos jornalistas, cortesia impossível. O fim da censura só se explica através do complexo mecanismo de uma decisão imperial do presidente Ernesto Geisel: “recebi no palácio *todos* os donos de órgãos de comunicação. Nenhum me pediu o fim da censura” (GASPARI, 2014, p. 43)

Ao final, percebemos que a prática da autocensura – definida no âmbito de sistemas jornalísticos, de empresa ou de redações, por seu alto escalão, e não por jornalistas individualmente – atendia ao regime, mas especialmente aos interesses dos donos dos jornais de grande circulação. Especialmente no caso da FSP, essa relação de sobrevivência simbiótica com a autocensura “foi possível pelo caráter essencialmente antiliberal da burguesia proprietária dos jornais, por sua afinidade com os objetivos gerais da repressão (...) e por interesses mercantis” (KUCINSKI, 1998, p. 61 *apud* GÓES, 2017).

A autocensura à brasileira revela-se também um gesto ainda mais sofisticado e ardiloso, na medida em que não deixa rastros. Ao suprimir a própria informação que está sendo suprimida, ela oferece ao opressor uma forma bastante eficiente de controlar a informação, permitindo que a ditadura pudesse nunca se assumir como tal, apesar de suas mais de duas décadas de existência.

Justamente por não deixar sinais, pois sua característica é a ausência de cicatrizes, o lugar da autocensura na história da repressão ao pensamento e à informação durante o regime militar acabou soterrado pelos episódios espetaculares de censura exógena. (KUCINSKI, 2002, p. 541)

Essa ausência de sinais permite inclusive que a FSP, ao comemorar seus aniversários, reformule sua atuação no passado. Mas há outros sinais e cicatrizes e, assim, nos perguntamos: como um dos principais apoiadores do regime militar foi capaz de reformular sua imagem a ponto de ser visto como um defensor da democracia em um espaço tão curto de tempo? O jornal, quando fala de si, recorre a um esquecimento, que se dá não pelo apagamento dos rastros, mas por uma memória seletiva que direciona as lembranças.

Além das já citadas estratégias de autorreferencialidade laudatória e do discurso do “sujeito-Folha” como credenciais para se afirmar um jornalismo “de referência”, “a serviço do país”, nessa memória seletiva há duas lembranças recorrentes, quando a FSP narra sua atuação durante a ditadura militar de 1964-1985.

1) Construção de uma narrativa sobre si com ênfase no processo de expansão mercadológica:

Considerada sua obra “oficial”, *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)* foi escrita pelos historiadores da USP, Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato, para ser lançado no ano em que o jornal comemorou seis décadas. Um livro (416 páginas) editado pela própria FSP e escrito por encomenda, a pedido de Otávio Frias Filho.

Os autores definem a trajetória do jornal como de “autonomia financeira à busca de um projeto político-cultural”: sendo 1962-1967, uma “organização financeiro-administrativa”; 1968-1974, uma “revolução tecnológica”; 1974-1981, um “projeto político-cultural”. Vemos que não existe, na reflexão de ambos, nenhuma análise que contemple as diretrizes da empresa *versus* as questões políticas e sociais vividas pelo país, os desafios vividos *versus* as adesões ou decisões tomadas.

A ideia mais clara presente nas páginas do livro se dá pela interpretação de uma empresa que passa por uma “revolução tecnológica” e conquista sua “autonomia financeira” na época do período ditatorial. (...) A análise não esconde o apoio da empresa ao golpe, mas reforça a tese de que, naquele momento, a preocupação do jornal era procurar uma consolidação de sua estrutura administrativa. Período marcado por um forte fervilhar na cena política nacional, a obra dá mais ênfase às grandes “revoluções tecnológicas” praticadas pela empresa nos períodos iniciais do regime, exaltando seu pioneirismo enquanto portadora de uma postura agressiva e empresarial. Ao se tornar o jornal mais moderno e de maior circulação no país, a Folha passou os “anos terríveis” num processo de reformulação interna. (DIAS, 2014, p.80)

Conforme deseja a memória oficial da FSP, ela passou os anos da ditadura militar organizando seu negócio, se *modernizando*, criando as bases de um jornalismo “plural” e “independente”, ainda que, em vários momentos, atuando como porta-voz do regime.

2) Construção de uma narrativa sobre si que destaca sua atuação como um canal para o renascimento da democracia:

Como de costume, em 2001, a FSP publicou um caderno especial comemorativo aos seus 80 anos. Nele, sob o macrotítulo “Militares ameaçam suspender circulação”, lê-se o artigo “Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos

anos 70¹⁰⁹”, assinado pelo jornalista Mário Magalhães. Tanto o título quanto o texto guardam semelhanças com o do caderno TSDM (no de 2014, o título é “Imprensa apoiou a ditadura, antes de ajudar a derrubá-la”). Eles se espelham também na localização: ambos se situam ao final de uma história narrada em ordem cronológica; em 2014, a da ditadura, em 2001, a do jornal aniversariante.

Em destaque, vemos o olho: “A Folha apoiou a deposição de Goulart, mas não participou de nenhuma conspiração”. Ao longo do texto, mais uma vez, vemos o foco da trajetória da FSP durante o regime militar ser deslocado para a expansão mercadológica e, assim como no caderno, aparece a tese de que não havia muito o que ser feito em relação aos eventos de março e abril de 1964. Sônia Meneses (2013) afirma que:

Embora Magalhães não apague os rastros que ligariam a Folha ao golpe, ressignifica sua importância no conjunto das novas ocorrências que se seguiram em fins dos anos 70. Opera uma estratégia de esquecimento a partir de uma nova leitura sobre os episódios desencadeados naqueles dias e na formulação de uma nova identidade para o grupo. O passado é reconfigurado para produzir um afastamento quase cirúrgico do jornal em relação ao evento e aos militares. Ao fazer isso, realiza uma clara seleção dos elementos, de maneira a fazer crer que nunca houve um apoio efetivo do jornal aos acontecimentos de 1964. (MENESES, 2013, p. 48-49).

Assim como no caderno TSDM, vários episódios de apoio do jornal ao regime (incluindo a anuência ao golpe) são omitidos, dando lugar a outra lembrança, ou, mais precisamente, àquilo que Ricoeur denominou de “lembrança encobridora”, que funciona “tanto na escala da vida coletiva como na da psicologia da vida cotidiana, por meio da exaltação do acontecimento da libertação” (RICOEUR, 2007, p. 457). Meneses conclui que:

Para que seu projeto de reformulação de identidade tivesse pleno êxito, foi necessário elaborar uma argumentação que suprimisse um conjunto significativo de fragilidades políticas e colocasse em evidência outros eventos. Para o jornal, as novas ocorrências desencadeadas com a abertura funcionaram como acontecimentos deflagradores de uma identidade desejável, tanto política como comercial. Como memória, serviram para vincular o jornal à lembrança nacional da redemocratização e o fim do período ditatorial. Como esquecimento, serviram no conjunto de suas argumentações para reescrever sua memória, agora distante, em relação ao Golpe Militar de 1964. (MENESES, 2013, p. 67)

¹⁰⁹ Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02.shtml. Acesso em 22/03/2018.

Novamente, desta vez em 2011, o jornal comemorou seus 90 anos narrando sua trajetória, fixando em uma linha cronológica (1959-2011) episódios que marcaram a empresa e a história do país. Vale observar que, no período de 1960-1966, a história é leve e desimportante, o apoio do jornal ao governo militar é sombreado. Para Dias (2014):

A impressão que fica enquanto leitor é que, ou este era um período pouco significativo para a história do jornal ou a empresa, enquanto portadora de memórias particulares sobre o período, procurava, implicitamente, se desvincular delas. Das 90 reportagens selecionadas pelo jornal, apenas 12 remetem ao período de 1959-1981 que, se pensarmos desde o tempo de fundação da empresa (1921), corresponde a 60 anos de sua história. Fica evidente mais uma vez a política de memória empregada pela *Folha*. Ao procurar direcionar as lembranças, acaba fazendo com que o leitor siga uma linha que rememora muito mais a fase pós anos 1980, momento da redemocratização e de ampliação das liberdades do jornal (DIAS, 2014. P. 77-78).

Não à toa, em 2014, vemos no caderno comemorativo TSDM, a FSP narrar brevemente sobre “as acusações” que pesam sobre sua adesão e colaboracionismo durante o período. Lá também, emerge como memória reivindicada a sua luta “pioneira” pelas Diretas Já, sendo inclusive a matéria que encerra o caderno.

O fato de a Folha de S. Paulo ter sido uma defensora das eleições diretas, mesmo com a derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, possibilitou-lhe ganhar força e influência tanto políticas quanto econômicas, inclusive junto a certa intelectualidade do país, reforçando seu status de jornal de referência, buscando apagar toda a sua cumplicidade com a ditadura. O jornal, ao tempo em que reformulava os controles na redação, também fazia campanhas de autorreferencialidade como o “jornal da abertura democrática”, “imparcial”, “apartidário” (KUCINSKI, 1998). Na prática, a Folha mantinha a retórica de “profissionalismo” e de “independência”, ao mesmo passo que se movia por grandes interesses econômicos e políticos do mercado nacional e internacional. (GÓES, 2017, p. 108)

Ao final, quando retornamos às capas rasuradas da edição de 23 de março de 2014 – data em que a FSP escolheu rememorar os 50 anos do golpe –, compreendemos que essa forma de escrever-apagar-revelar se mostra também como uma memória palimpséstica que a própria FSP faz de si e da ditadura. Um gesto de apagar a experiência de um regime de exceção, as adesões e responsabilidades, de apagar suas convicções de outrora e seu apoio ao regime autoritário, sua aderência a um discurso único, oficial e autorizado, deslocando os holofotes para sua participação na luta pelas Diretas Já e sua suposta transformação em um dos “fenômenos mais importantes” do

jornalismo brasileiro. Desviando o olhar do passado para mirar o futuro, desejando ver uma imagem “democrática”, “apartidária” e “plural”.

Considerações finais – FSP, ENTRE LEMBRAR E ESQUECER

Articulando noções de texto em ação, regimes de visão e memória coletiva de Paul Ricoeur, esta pesquisa se debruçou sobre a construção narrativa que a FSP faz do golpe de 1964 e da ditadura militar (1964-1985) cinquenta anos depois. Ancorados no caderno “Tudo sobre a Ditadura Militar”, procuramos ver o que ela torna visível – e também invisível – por meio dessa construção, arriscando dizer de um certo imaginário que compartilha sobre o golpe e a ditadura, imaginário de um passado estável, findo e sem lastro que o conecta aos dias de hoje.

Na sua rememoração no cinquentenário do golpe, a memória do presente é essencialmente sobre o velho binômio que reduz as mais de duas décadas de cidadania interdita e em que o Estado se permitiu decidir sobre a vida e a morte da população ao confronto entre a luta armada e o aparato repressivo. Parece, portanto, compreensível que, em 23 de março, esgotado *tudo* sobre o golpe e a ditadura, em 31 de março ela se apresente exclusivamente como uma questão de opinião: se brasileiros favoráveis à punição de “quem cometeu atentados contra o governo” ou “daqueles que torturaram presos políticos”.

Pudemos ver neste trabalho que, depois de “Tudo” – apresentado em um adiantamento rasurado –, no aniversário do golpe, a FSP se furtou de rememorar a partir de seu enquadramento particular. Preferiu uma rememoração em números; a imagem que estampou na primeira página é a de um gráfico. Cinquenta anos depois, a ditadura é uma questão numérica e de opinião. O jornal parece nos inquirir “*Você é contra ou a favor da ditadura militar?*”. Esvaziada de suas experiências e enquadrada como questão de opinião sobre um passado (encerrado), o fantasma de um golpe e de uma ditadura vem ao revir também nas marchas contrárias e favoráveis à ditadura realizadas em 2014, cujas imagens dividem a primeira página que inaugura a narrativa de “Tudo sobre a Ditadura Militar”, em 23 de março.

Fantasma que volta a assombrar e encontra ainda maior aderência nos discursos sobre democracia quatro anos depois. Pesquisa¹¹⁰ realizada em março de 2018 apontou que 53,2% dos entrevistados afirmaram apoiar um golpe militar “quando há muitos

¹¹⁰ Os dados fazem parte de um levantamento feito entre 15 e 23 de março de 2018, com 2,5 mil entrevistas em 26 Estados (com exceção do Amapá), pelo INCT (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia), entidade composta por representantes de quatro instituições acadêmicas principais (UFMG, Uerj, Unicamp e UnB), coordenada pelo professor Leonardo Avritzer, do departamento de Ciência Política da UFMG. Disponível em <https://bit.ly/2jIEOih>. Acesso em 16/05/18.

crimes” e “muita corrupção”, 41,3% discordaram e outros 5,6% não responderam ou não souberam responder. Em 11 anos nos quais essa pesquisa quantitativa tem sido feita por diferentes instituições, com o mesmo método científico, essa foi a primeira vez que o desapareço pela democracia atingiu tal estágio.

Ao usar uma régua que mede a mais recente ditadura brasileira pelo número de mortos e desaparecidos – e, portanto, uma “ditabranda” se comparada a países vizinhos como Chile e Argentina –, a FSP efetua uma política abusiva da memória. Um abuso do esquecimento não pelo apagamento de rastros, mas pela memória impedida e que, como tal, “repete ao invés de lembrar” (RICOEUR, 2007, p. 452).

Já quando lembra de si, nas várias imagens que a FSP buscou construir, vemos a memória da ditadura a atravessando, ora por um abuso de esquecimento – no caderno TSDM, o jornal menciona as acusações de colaboracionismo, mas as coloca em dúvida: “se ocorreu, não é possível dizer que a prática foi autorizada pela direção da empresa” –, ora por uma lembrança encobridora – quando aciona a campanha pelas Diretas Já para se afirmar como o jornal da democracia.

Durante a pesquisa, foi também possível compreender que a maneira como um jornal se utiliza do passado para construir narrativas cotidianas é também uma forma de entender os seus jogos políticos para a construção de uma imagem própria. No caso da FSP, essa imagem construída (por meio de uma narrativa palimpséstica), que é reiterada e publicizada especialmente a cada aniversário do jornal, é utilizada como fiduciária da promessa de narrar “Tudo sobre a Ditadura Militar”. Como garantias de “tudo”, temos um jornal “plural”, “independente”, com “espírito crítico”, “apartidário” e, sobretudo, que ajudou a derrubar a ditadura militar.

Se países vizinhos, como a Argentina, contam com extensa bibliografia (inclusive de ficção) que lançam um olhar sobre as relações entre sociedade civil e ditadura, no Brasil esse é um campo ainda a ser explorado, uma vez que não atingiu sequer um mínimo de reconhecimento. Acreditamos que um dos meios para tal seria justamente o próprio campo do jornalismo, escavando suas práticas e atuações durante a ditadura militar de 1964-1985. Concordamos com Kucinski (2001) quando ele afirma que é ainda hoje natural que jornalistas brasileiros por vezes deixem de revelar parte das informações que possuem, como “estratégia de sobrevivência num ambiente redacional autoritário, e já incorporada ao *ethos* jornalístico na democracia pós-autoritária brasileira” (KUCINSKI, 2001, p. 543), sendo talvez o traço que mais os diferencie de

jornalistas de culturas de maior tradição democrática. Como afirma o autor, exatamente por não deixar rastros, “o lugar da autocensura na história da repressão ao pensamento foi eclipsado pelos episódios de censura exógena”. Contudo, nem por isso essa prática desapareceu (em 2015, ganhou certa notoriedade a frase “podemos tirar se achar melhor¹¹¹”, por exemplo) e merecia um estudo em profundidade.

Como nos diz Ricoeur, é sempre possível narrar de um outro modo. Cientes disso, em nossa pesquisa fomos ao encontro de evidências dos “usos e “abusos” no lembrar e esquecer da FSP, atentos também ao que Ricoeur chama de “ideologização da memória¹¹²” (RICOEUR, 2007), possível pelos recursos variantes que o trabalho de configuração narrativa oferece.

As estratégias de esquecimento enxertam-se diretamente neste trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. Para quem atravessou as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. O recurso à narrativa torna-se assim armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos. (RICOEUR, 2007, p. 455)

Na rememoração da FSP, a “refiguração de personagens” e seus contornos se dá por uma seleção interessada da lembrança, da qual passa essencialmente a instrumentalização da memória. O “tudo” prometido consiste em uma narrativa sobre o golpe e uma ditadura militar sem agência e responsabilidades, e sem a experiência sob um regime de exceção. Seriam praticamente inesgotáveis as abordagens que poderiam ter sido construídas para a mobilização de outros “tudo”, e aqui identificamos apenas alguns dos esquecimentos interessados que ajudam a construir um lugar fantasmático que impediram e ainda impedem um porvir. Tal como o caderno, sombreamos o papel

¹¹¹ A frase foi encontrada em uma entrevista com o ex-presidente FHC para a Agência Reuters. A frase vinha logo após um trecho que lembrava que um dos delatores do esquema, o ex-gerente de Serviços da Petrobras Pedro Barusco, disse ter começado a receber propinas em 1997, ainda sob o governo FHC. Posteriormente, a frase foi apagada. Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/erro-da-reuters-gera-mobilizacao-de-internautas-contra-blindagem-da-midia-tradicional/>. Acesso em 19/11/17.

¹¹² A história oficial, lembra Ricoeur, é uma memória coletiva oficializada, ou seja, uma memória ideológica, em vez de uma memória criticada.

da Política como mobilizadora, debatedora e de negociação de interesses antagônicos dentro de uma sociedade compostas por agentes plurais; enquanto sociedade, sombreamos que o crescimento econômico, por si só, não equivale a uma melhora na vida de toda a população, como não aconteceu com o “milagre econômico”, que concentrou renda e que, também, articulou como projeto civilizatório a ideia de que indígenas são um obstáculo ao progresso; ainda sombreamos – apesar de seguirmos buscando aprender – o reconhecimento de algumas lutas (especialmente, na cena pública) de negros, mulheres, trabalhadores do campo, travestis e transexuais, gays, lésbicas, bissexuais e indígenas pela conquista de direitos, algo que havia sido esboçado nos anos 1970, mas que foram interditadas de entrar, efetivamente, na esfera pública; sombreamos – e o caderno parece desviar o olhar – que a corrupção é uma prática não inventada no período democrático, mas que se configura no país desde o período colonial, nas relações bastante incrustadas entre o público e o privado; sombreamos a falta de diferentes matizes ideológicos no nosso jornalismo, já que jornais que poderiam provocar dissenso foram sufocados, inclusive economicamente, pelo regime arbitrário; sombreamos o espólio autoritário, e que das práticas de repressão da época surgiram os “autos de resistência” que, ainda hoje, justificam assassinatos em periferias do país – sobretudo da população negra –, assim como sombreamos a permissão de uso arbitrário da força pelas polícias, no passado e no presente; sombreamos os debates, reivindicações e implicações do direito à verdade, à justiça e à reparação, entre outras práticas que se fazem necessárias no Brasil. Inclusive, sombreamos que tivemos, por muito tempo, nossa linguagem normatizada, regulada, podada, castrada, esfacelada, como é o caso da censura a livros¹¹³ e jornais, tal qual Maurício Maia (2001) ressalta a respeito do jornal *Movimento* e o que foi alvo de censura no veículo:

- *Movimento estudantil* (970 menções nas 53 edições): mobilização em universidades (USP, UnB, Unicamp, Unesp, PUC/SP, UFRJ, PUC/RJ), invasões policiais na PUC/SP e na Unesp, greves, passeatas, reorganização da UNE, e manifestações de protestos em memórias dos estudantes Edson Luiz e Alexandre Vannuchi.

¹¹³ Na tese “Repressão e resistência — Censura a livros na ditadura militar” (2011), Sandra Reimão revela a lógica e a documentação que justificou a censura de livros nos 18 anos em que foi regulamentada por lei depois do golpe de 1964, vigorando oficialmente entre 1970 (por lei) e 1988, abolida pela promulgação da nova Constituição. Ao menos 490 livros foram proibidos ou recolhidos, sendo a maior parte por serem considerados “atentatórios a moral e aos bons costumes”, como os contos do escritor Aguinaldo Silva sobre homossexualidade nas Forças Armadas, e os 36 livros de Cassandra Rios – a escritora que mais sofreu censura nos anos 1970 –, com suas obras de ficção sobre homossexualidade feminina e erotismo.

- *Ataques ao regime* (2403 menções nas 53 edições): sob esta rubrica, foi agrupada a mais vasta gama de assuntos, tais como a agenda oposicionista (campanhas pela anistia e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte), a sucessão presidencial (com a menção das candidaturas do general João Figueiredo, do general Sylvio Frota, do senador Magalhães Pinto e de anticandidatos da oposição), a discussão da natureza do regime militar (ditadura totalitária, regime autoritário e repressivo, ditadura alternativa, governo militar fascista), e os movimentos políticos do presidente Geisel (abertura, distensão, redemocratização).

- *Incitação à luta* (710 menções nas 53 edições): conflitos de terra, luta de classes, luta armada, mobilização de massas, formação de frentes populares e grupos políticos anarquistas.

- *Movimento sindical* (478 menções nas 53 edições): edições sindicais, dissídios coletivos, reposição salarial, partidos operários, histórico de greves, intervenções nos sindicatos e atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

- *Situação econômica* (1889 menções nas 53 edições): aumento do custo de vida, baixos salários, multinacionais, corrupção, reforma agrária, desemprego, desaceleração da economia, alto custo da moradia, inflação e dívida externa.

- *Direitos humanos* (2314 menções nas 53 edições): torturas, anistia, prisões, repressão policial. Esquadrão da Morte, cassação de mandatos, exploração do trabalho, situação dos posseiros, trabalho escravo, assistência médica deficiente, direitos femininos, mortalidade infantil, menor abandonado e terrorismo de direita e exploração dos índios.

- *Movimento religioso* (391 menções nas 53 edições): atuação do Conselho Indigenista Missionário da Igreja (Cimi), Pastoral da Terra, atuação da Comissão de Justiça de Paz de São Paulo, atuação da Arquidiocese de São Paulo, documento da assembleia da CNBB realizada em Itaiaci, lembrança do primeiro aniversário da morte do padre Burnier, apoio ao movimento estudantil e defesa da Assembleia Nacional Constituinte.

- *Leis revolucionárias* (354 menções nas 53 edições): AI-5, Decreto-lei nº 477, Decreto-lei nº 228, censura da imprensa, censura do teatro, censura do cinema, Lei de Segurança Nacional, AI-2, Lei de Imprensa, Constituição de 1967 e Lei nº 5789/72.” (MAIA, 2002, p. 506-507).

Se Roland Barthes (1978) afirmava que a língua era fascista não porque impedia de falar, mas porque obrigava a falar de determinada maneira, tamanhos cortes de possibilidades de expressão, políticas ou não, acabaram obrigando uma determinada forma de falar, da qual temos rastros até hoje, tal qual quando alguém ainda fala “Revolução de 64”. Afinal, envenenar a língua e as formas sintáticas, adaptar a língua a um tipo de sistema, como foi no caso de nossa ditadura – e que o “Tudo” da FSP parece esquecer –, ainda é “o meio de propaganda mais poderoso, ao mesmo tempo o mais público e o mais secreto” (KLEMPRER, 2009, p. 56), como Victor Klemprer afirmava ao recordar sobre a Alemanha Nazista.

O que resta da ditadura não cabe na narrativa da FSP que “tudo” lembra, talvez porque algo dela ainda esteja aqui e, por isso, supostamente não precise ser lembrada. Ou talvez a memória da FSP sobre a ditadura seja uma maneira de ela reconstruir seu passado (colaboracionista) em função de um futuro (o jornal da democracia) que almeja,

mas que a rememoração de suas relações com a ditadura, possivelmente, a impossibilita. Entretanto, acreditamos que a experiência da ditadura precisa ser lembrada sim, porém de forma que faça a devida ligação entre aquele lá e o isto aqui. Acreditamos que a falta dessas lembranças (seja pela memória impedida, manipulada ou pelo excesso de esquecimento) nos impede de verdadeiramente vislumbrar um pensamento de futuro – ou de um tipo de futuro – que, de fato, supere um passado para o qual não desejamos voltar. Se não nos sentarmos não apenas para olhar, mas, essencialmente, para *conversar* com os nossos fantasmas, esse passado vai continuar assombrando e pode, sempre, voltar.

Referências Bibliográficas

ABRIL, Gonzalo. *Análisis crítico de textos verbodisuales*: Mirar lo que nos mira. Madri: Editorial Síntesis. 2007. p.81-124.

ABRIL, Gonzalo. A semiose alegórica em textos verbodisuais. In: LEAL, B.S.; GUIMARÃES, C; MENDONÇA, C. *Entre o sensível e o comunicacional*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 167-178

ABRIL, Gonzalo. *Cultura visual, de la semiótica a la política*. Madrid: Plaza y Valdés, 2012. p.17-136.

AGOSTINHO, Larissa D. O espaço na poesia de S. Mallarmé. *Revista Letras*. Curitiba, N. 78, p. 71-84, Mai-Ago. 2009.

AGUIAR, Flávio. Censura e cultura em *Movimento*. In: CARNENIRO, Maria Luiza Tucci. *Minorias silenciadas*. São Paulo: EdUSP / Imprensa Oficial / Fapesp, 2002.

ALONSO, Gustavo. Simonal, ditadura e memória: do *cara que todo mundo queria ser* a bode expiatório. In: QUADRAT, Samantha Viz & ROLLEMBERG, Denise. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ANTUNES, Elton. *Videntes imprevidentes: Temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais impressos diários*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

ANTUNES, Elton. A temporalidade como chave de leitura para o discurso jornalístico. In: FERREIRA, Giovandro Marcus; NETO, Antonio Fausto & SAMPAIO, Adriano de Oliveira. *Mídia, discurso e sentido*. Salvador: EDUFBA, 2012.

ANTUNES, Elton. O jornalismo é história malfeita? In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

ARAÚJO, Paulo Cesar. *Eu não sou cachorro não – Música popular cafonha e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BARBOSA, Marialva. Imprensa e ditadura: do esquecimento à lembrança em imagens síntese. In: EUGÊNIO, João Kennedy & RÊGO, Ana Regina. *Regimes ditatoriais: comunicação, cultura e memórias*. Teresina: EDUFPI, 2016.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

BOEHM, Gottfried. Aquilo que se mostra. Sobre a diferença icônica. In: ALLOA, Emmanuel. *Pensar a Imagem*. Trad. Carla Rodrigues (Coord.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BRAGA, José Luiz. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In: MOUILLAUD, Maurice. *O jornal. Da forma ao sentido*. Brasília: Editora UnB, 2012.

CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. In: QUADRAT, Samantha Viz & ROLLEMBERG, Denise. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Carlos Alberto. O que veio primeiro: o jornal ou o jornalismo? In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Ricardo (Org.). *As capas desta história*. Brasília: BNDS, s/d.

CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. In: QUADRAT, Samantha Viz & ROLLEMBERG, Denise. *História e Memória das Ditaduras do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

DIAS, André Bonsanto. *O Presente da memória: usos do passado e as (re)construções da identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”*. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

REIS, Daniel Aarão. Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil, anos de 1960. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Minorias silenciadas*. São Paulo: EdUSP / Imprensa Oficial / Fapesp, 2002.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura no Brasil entre memória e história. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2015.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual de Redação*. São Paulo: Publifolha, 2001.

FLUSSER, Vilém. *A escrita: há futuro para a escrita?* São Paulo: Annablume, 2010.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. *Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2014.

GÓES, José Cristian. *O jornalismo e a experiência do invisível: identidades, lusofonias e a visível herança colonial brasileira*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUME, Janice. Memory Matters: The Evolution of Scholarship in Collective Memory and Mass Communication. *Review of Communication*, 10:3, 181-196, 2010.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, Museu de Arte do Rio, 2014.

JÁCOME, Phellipy P. *O jornalismo como singular coletivo: reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

KAISER, Susana. Argentinian Tortures on Trial? How Are Journalists Covering the Hearings' Memory Work? In: TENENBOIM-WEINBLATT, Keren & ZELIZER, Barbie (Ed.). *Journalism and memory*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.

KITCH, Carolyn. Placing journalism inside memory – and memory studies. *Memory Studies*. Vol 1(3): 311–320, 2008.

KITCH, Carolyn. Keeping history together: the role of social memory in the nature and functions of news. *Aurora*. N. 10. 64-71, 2011.

KLEMPRER, Victor. *LTI: A linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KOPPER, Christopher. *A VW do Brasil durante a Ditadura Militar brasileira 1964-1985 – Uma abordagem histórica*. Wolfsburg: Dieter Landenberger, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNENIRO, Maria Luiza Tucci. *Minorias silenciadas*. São Paulo: EdUSP / Imprensa Oficial / Fapesp, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. Desbundar na TV: militantes da VPR e seus arrependimentos políticos. In: QUADRAT, Samantha Viz & ROLLEMBERG, Denise. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

LAGE, Leandro. O acontecimento é o passado da notícia? In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. *Para entender o jornalismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LEAL, Bruno Souza. *A produção da familiaridade e o pacto de leitura jornalístico*. Salvador: Intercom, 2002.

LEAL, Bruno. Saber das narrativas: narrar. IN: FRANÇA, Vera & GUIMARÃES, César (Org.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LEAL, Bruno, ANTUNES, Elton, VAZ, Paulo B. El acontecimiento como contenido de las noticias: repensando una metodología. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, Madrid, Vol. 18 Núm. 1, 2012, p. 383-398.

LEAL, Bruno, CARVALHO, Carlos. Jornalismo e polifonia: problematizações conceituais e metodológicas. *Revista Alceu*, Vol. 16 Núm.31, p. 155-170, jul./dez. 2015.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MACEDO, Carolina S. Puta prum lado, viado pro outro. *Revista Marimbondo*. Belo Horizonte, n. 02. 2015.

MAIA, Maurício. Censura, um processo de ação e reação. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Minorias silenciadas*. São Paulo: EdUSP / Imprensa Oficial / Fapesp, 2002.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; MARTINO, Luís Mauro Sá. Afetividade do conhecimento na epistemologia: a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação. *XXVI Encontro Anual da Compós*. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, Jun. 2017.

MENESES, Sônia. Ditadura, democracia e esquecimento: 1964 – o acontecimento recalçado e a ascensão do Jornal Folha de São Paulo como canal da democracia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 39-71.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Imprensa, 1981.

MOUILLAUD, Maurice. *O jornal. Da forma ao sentido*. Brasília: Editora UnB, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. “Vencer Satã só com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: QUADRAT, Samantha Viz & ROLLEMBERG, Denise. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. In: QUADRAT, Samantha Viz & ROLLEMBERG, Denise. *História e Memória das Ditaduras do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

NEGÓCIO, Carla Daniela Leite. A violência física e cultural contra os povos indígenas durante o regime militar. *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista*. Ano 4, N. 5, Fev. 2017, p. 263-294.

NEVES, Margarida de Souza. Nos compassos do tempo. A história e a cultura da memória. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino [et al.]. *Mitos, projetos e práticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NEVES, Teresa; SANGLARD, Fernanda. Memória, esquecimento na CNV: um estudo sobre a (res)significação da ditadura. *XXV Encontro Anual da Compós*, UFG, Goiânia, 7 a 10 junho de 2016.

NEVES, Teresa; SANGLARD, Fernanda. Memória, esquecimento e a (res)significação da ditadura pela CNV e pela imprensa. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Florianópolis, v. 14 n. 1. Jan-Jun. 2017.

NOVINSKY, Anita. Os regimes totalitários e a censura. In: CARNENIRO, Maria Luiza Tucci. *Minorias silenciadas*. São Paulo: EdUSP / Imprensa Oficial / Fapesp, 2002.

OLIVEIRA, Cândida de. Projeções imaginárias do sujeito-*Folha*: uma análise discursiva das marcas de auto e correferência nos editoriais da Folha de S. Paulo aos 90 anos. *Alcar 2015 – 10º Encontro Nacional de História da Mídia*. Porto Alegre, Jun. 2015.

OLIVEIRA, Vanessa Veiga de. *Mídia, memória pública e Comissão da Verdade no Brasil: A luta pela verdade e justiça como uma luta por reconhecimento*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

OLSON, David. R. *O mundo no papel*. As implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. São Paulo: Ática, 1997.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. Campinas: Papyrus, 1998.

POOLE, Ross. Memory, history and the claims of the past. *Memory Studies*. Vol 1(2): 149–166, 2008.

PRESOT, Aline. Celebrando a “revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: QUADRAT, Samantha Viz & ROLLEMBERG, Denise. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REIMÃO, Sandra Lucia. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. Tese (Doutorado de Livre Docência) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, nº 11, 2000, p. 25-44.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p. 147-160.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart, BRASILIENSE, Danielle. Memória e narrativa jornalística. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart, FERREIRA, Lucia Maria. *Mídia e memória*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. “O que é um texto?”; “Explicar e compreender” e “O modelo do texto: a ação sensata considerada como texto”. *Do texto à ação*. p.139-212.

RODRIGUES, Reginaldo Ferreira. Escrita e memória no *Fedro* de Platão. *Griot – Revista de Filosofia*. V. 11. N. 1. Jun. 2015.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: FILHO, João Roberto Martins (Org.). *O Golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: QUADRAT, Samantha Viz & ROLLEMBERG, Denise. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samantha Viz & ROLLEMBERG, Denise. *História e Memória das Ditaduras do Século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SANGLARD, Fernanda. Jornalismo e ditadura: Análise da cobertura midiática durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. *VII COMPOLÍTICA*. UFRGS, Porto Alegre, 10 a 12 de maio de 2017.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil Dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração” / comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 22, N. 44, p. 425-438, 2002.

SILVA, Iônio. Imprensa na ditadura: do golpe ao AI 5. In: EUGÊNIO, João Kennedy & RÊGO, Ana Regina. *Regimes ditatoriais: comunicação, cultura e memórias*. Teresina: EDUFPI, 2016.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

SILVEIRA, Ronie Alexsandro T. da. Memória e escrita no *Fedro* de Platão. *Cadernos de Atas da ANPOF*. N. 1. 2001.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo: Paz & Terra, 1992.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório*. Trad. Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

TENENBOIM-WEINBLATT, Keren. Bringing collective memories and public agendas: towards a theory of mediated prospective memory. *Communication Theory*. International Communication Association: Israel, 2013. P. 93-111.

TENENBOIM-WEINBLATT, Keren; ZELIZER, Barbie (Ed.). *Journalism and memory*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.

VAZ, Paulo, MENDONÇA, Ricardo, ALMEIDA, Sílvia. Quem é quem nessa história? Iconografia do livro didático. In: GUIMARÃES, César, VAZ, Paulo, SILVA, Regina, FRANÇA, Vera (Org.). *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VAZ, P.; TAVARES, F. Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão. *Revista Famecos*. N. 27. Porto alegre, agosto 2005.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio. *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006.

Anexos:

Figura 30: Primeira página da edição de 23/03/14

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1925 **UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL** folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRASS FOLHA 100 ANOS • DOMINGO, 23 DE MARÇO DE 2014 • Nº 12.002 SÃO PAULO, SP • CIRCULAÇÃO: 402.004 • R\$ 5,00

TUDO SOBRE A DITADURA MILITAR

Reportagem multimídia **folha.com/golpe64**

entrevistas • imagens e áudios históricos • BANCO de dados sobre mortos e desaparecidos • infográficos interativos • o 31 de março em videogâmica

50 anos do golpe de 1964

Caderno especial conta a crise que levou à ditadura, os momentos cruciais do regime e imagina como seria o Brasil sem a queda de Jango e o AI-5

TV FOLHA Depoimentos de quem viveu e de quem analisa o período **TV CULTURA** (19h30, quarta a sábado) www.folha.com.br/pt-br/programas

Política externa de Obama muda com ação na Crimeia

A intervenção da Rússia na Crimeia alterou a política externa dos EUA, com mudança de foco do Oriente Médio e Ásia para o Leste Europeu. Será isso em acordo com Putin. Obama tenta mostrar que não é negligente com o regime. **Mundo A18**

ANÁLISE COME INTERVIEW Emparelhada entre EUA e China, Rússia está em fase difícil **Mundo A20**

Acordos com EUA e UE fariam comércio internacional do Brasil crescer 18%

MARCELO LESTE Extremos do clima não contradizem o aquecimento global

Seria o estagno econômico decorrente do que o aquecimento global está em curso? Não necessariamente, porém os custos econômicos decorrentes do atual alto CO2 não permitem o contrário (para mudança do clima seja uma farsa, como dizem os críticos). **Opinion A20**

IMÓVEIS País cria regras para reforma em prédios e apartamentos **Pág. 4**

30.000 exemplares (circulação) **R\$ 5,00**

ILUSTRADA HUCK vai mexer no seu 'Caldeirão'

SÃO PAULO Cidade já tem dois pet shops para cada livraria **Pág. 32**

ILUSTRÍSSIMA No centenário de Octavio Paz, críticos e escritores discutem o legado do autor **Pág. 4**

AVANÇADA Confira 12 das ideias mais interessantes **Mundo A25**

AVANÇADA Confira 12 das ideias mais interessantes **Mundo A25**

FALL COM A POLÍCIA Há quem acredite que o Brasil está em um momento de crise. Mas não é assim. **Opinion A26**

EDITORIAIS Opção A1 Leto "Luzes paralisantes", a respeito de um episódio de mudança na Presidência, tema de destaque no presente quanto relevante para o futuro.

NEW HYUNDAI ELANTRA 2.0 FLEX 178 CV. O sedã reconhecido como o melhor do mundo no Saliú de Detroit em sua versão mais espetacular.

HYUNDAI A MARCA DA HEXAGARANTIA.

Figura 31: Primeira página da edição de 24/03/14

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1888 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: STAVRO FILAS FILHO 400 04 **SEGUNDA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2014** R\$ 11,00 EDIÇÃO SP/SP • CONCELHEIRA A 0801 • R\$ 3,00

ENTREVISTA DA 2ª FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Majoria achava que golpe viria de Jango 418

TUDO SOBRE A DITADURA MILITAR

EVENTOS SOBRE OS 50 ANOS
Confira agenda de palestras e debates 47

REPORTAGEM MULTIMÍDIA
folha.com/golpe64



Carros de luxo fazem rachas na marginal Pinheiros

De madrugada, Cameros, BMWs e Audis disputam espaço em uma quadra de 200 metros na marginal Pinheiros, entre os pontos Brasil e Homenos Cláudio Jordim. Os tachas ocorrem nas madrugadas de festas locais. Apesar de ilegal, o estacionamento não é considerado a um documento de prisão. Segundo a CET, a via é fechada para agentes e por um motivo. **Continua 61**

Otan vê risco de invasão da Ucrânia pela Rússia

Organização faz alerta sobre forte presença de tropas na fronteira

A Otan (aliança militar ocidental) e o governo dos Estados Unidos tiveram um alerta sobre a forte presença de tropas da Rússia na fronteira leste da Ucrânia e para o risco de o país sofrer uma invasão.

Segundo o comandante da Otan na Europa, Philip Breedlove, as forças são suficientes para a Rússia atacar até a Transnístria, região separatista da Moldávia que, em 2008, também pediu para ser anexada à Rússia, mas tal associação ainda não se efetivou.

Em resposta, o ministro da Defesa russo, Anatoly Antonov, afirmou que não possui "nenhuma conexão com todos os acordos internacionais que limitam o número de tropas nas áreas fronteiriças com a Ucrânia".

No sábado, as últimas instalações sob controle ocidental na Crimeia foram ocupadas por soldados da Rússia. O presidente do país, Vladimir Putin, havia acusado a presença fortemente em dia antes.

Uma cúpula na Bielorrússia discutirá o conflito. **Mais 48**

ESPORTE



Alckmin rebate Cabral e diz que água em disputa 'é dos paulistas'

Em meio à crise de atendimento de água, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) rebateu fala de Sérgio Cabral (PMDB) sobre projeto de investigação de lacias no Vale do Paraíba.

Alckmin que a água que se tornou alvo de discussão entre os dois "é dos paulistas". Cabral disse que recorrerá à Justiça caso a medida seja aprovada. **Continua 14**

Partes de corpo esquarterado são achadas em Higienópolis

Partes de um corpo esquarterado foram encontradas ontem em três pontos diferentes da região central de São Paulo, perto do Centro Histórico Cascatão.

A coleta, as partes dos dedos das mãos, e pelo do tronco e órgão genital não haviam sido localizados, o que dificulta a identificação. A polícia ainda não tem suspeitos. **Continua 13**

TEC

Aplicativos e sites ajudam a ler mais rápido que o normal 11

ILUSTRADA

Festival É Tudo Verdade foca em documentários de retorno 11

FOLKAINVEST

Nomes fantasia deixarão títulos públicos mais atraentes 11

RODÍZIO **Continua 12**

Melhor cinema no SP. Paulista, estreia

ENTORRIS **Opinão 12**

Letra "Incertezas análogas", o caso de prêmios pagos do Instituto de Física, e "Novos mitos nas ruas", a respeito do sequestro de 2013.

RESULTADOS DE ONTEM

Santos	2x1	Palmeiras
Botafogo	0x2	São Paulo
Paulista	1x1	Grêmio
Corinthians	3x0	Sorocaba

MATA-MATA

Santos	x	Ponte Preta
Palmeiras	x	Grêmio
São Paulo	x	Paraná
Botafogo	x	Fluminense

COTIDIANO

fica, frio

Depois do verão mais quente em 71 anos, São Paulo teve a tarde mais fria de 2014 ontem; hoje a temperatura sobe, indo a 25°C 15

BRASIL DEBATE

Lógica perversa da Câmara ameaça Plano Diretor **Continua 12**

ATMOSFERA **Continua 12**

Até sete meses antes da chegada de SP. Notícias, Máxima 20°C

FALE COM A FOLHA

Para enviar cartas, e-mails ou sugestões de matérias, escreva para: folha@folha.com.br

2014 200 exemplares

Depositar em: Agência

11264

4711274720004

Figura 32: Primeira página da edição de 25/03/14

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 **UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL** folha.com.br
DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRASS FOLIO 400 76 1000 • TERÇA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2014 • Nº 31.027 EDIÇÃO SP/SP • CIRCULAÇÃO 35.230.000 • R\$ 1,00

Agência rebaixa nota do Brasil

S&P aponta piora das contas públicas e também reduz classificação de Petrobras e Eletrobras; governo critica decisão



Marcelo e Francisca, em 2012, no caso de esgoto

A agência de classificação de risco S&P (Standard & Poor's) rebaixou a nota de avaliação do Brasil de "BBB" para "BBB-". O rebatimento, segundo a agência, reflete a constatação da deterioração das contas públicas com a perspectiva de baixo crescimento, além de uma piora nas contas externas. Apesar da queda, o país ainda mantém o chamado grau de investimento — considerado um mercado seguro para investidores. No entanto, se cair mais um degrau, será rebaixado à categoria "junk" (grau especulativo).
Dias depois, a S&P anunciou corte das notas das estatais Petrobras e Eletrobras. O governo Dilma foi surpreendido pelo anúncio de rebaixamento do país. O ministro Guido Mantega (Fazenda) afirmou que a decisão é "insustentável sem as condições da economia". Análises esperavam o anúncio, mas dizem que ele veio mais cedo que o previsto. As notas atribuídas pelas agências têm impacto sobre o custo de dívida de empresas e países. Quanto menor o conceito, maior tende a ser o custo com juros. **Marcado B1**

Potências do Ocidente suspendem Rússia do G8

Em represália à anexação da Crimeia pela Rússia, as sete maiores economias do Ocidente suspenderam o país do G8. A reunião do grupo marcado para junho na cidade russa de Sochi foi cancelada. A decisão saiu de encontro de emergência convocada pelos EUA, durante a qual se decidiu suspender a Rússia do G8. "Estamos unidos em apoiar a Ucrânia e impor custos às ações da Rússia", afirmou o presidente norte-americano, Barack Obama, logo antes da decisão. "Se nossos parceiros ocidentais acreditam que esse formato está esgotado, não faremos questão de mudar isso", disse o chanceler alemão, Sigmar Gabriel. **Mundo B1**

ADEUS, esgoto

Estados de uma clínica para velhos, Marcelo suporta a vida em um hospital em São Paulo com o intuito de descobrir se não tem câncer. Um ano depois, passou a viver só com Francisca, sua também dependente. Com a ajuda de sua mãe, começou de ano passado se interessar por sua clínica. Vençaram os exames e, hoje, os dois trabalham e alugam um apartamento na Vila Mariana. **Contato B1**



O casal atualmente, no quarto em que mora na Vila Mariana, na zona sul de São Paulo

Venezuela cassa deputada opositora sem abrir processo

Em decisão sumária, o presidente da Assembleia Nacional Venezuelana, Diosdado Cabello, cassou o mandato da deputada de oposição María Corina Machado, por ela ter assinado convite do Panamá para falar na OEA. Constatado que Cabello não tem poder para destituí-la. **Mundo B1A**

Avião desaparecido caiu no oceano Índico, diz Malásia

Autoridades da Malásia concluíram que o avião desaparecido há mais de duas semanas com 239 pessoas a bordo caiu no oceano Índico, em região remota, e que não há sobreviventes. Fragmentos dos últimos fuzis avistados por marinheiros do celular. **Mundo B1B**

Para presidente da Câmara na era Geisel, não houve ditadura

Ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente da Câmara do governo Ernesto Geisel, Celso de Azevedo, 85, contesta o termo "ditadura" que o governo brasileiro em 2014. Para ele, houve "um regime de governo polêmico".
Basta, que há registros da história durante a presidência Fernando Collor, afirma a Folha que as Forças Armadas se anteciparam a um golpe de esquerda com o então presidente. **Foto: AP**

EQUILÍBRIO

Remédio feito a partir de bactéria é a nova aposta para combater células ca

COTIDIANO

Muro de 4 km na zona leste de São Paulo será coberto por gralites e

PODELY 30/40

Canal nem imagina como lutará da separação de água e esgoto em São Paulo e

ILUSTRADA

Artista francês muda metrópole de população em São Paulo e

Oposição quer que ex-diretor da Petrobras fale na Câmara

Deputados da oposição negociam com o ex-diretor da Petrobras Nestor Cerqueira para que ele depusasse a Câmara. Cerqueira foi apontado pela presidente Dilma como responsável por um relatório "falso" sobre a compra da refinaria de Pasadena (EUA), que está sob investigação. Segundo deputados, não deveria haver mais depoimentos de Cerqueira. **Foto: AP**

MÚLTIPLAS BARRAGENS

PMs envolvidos com mortes são na maioria brancos



Petroleiros de mar no av. Radial Leste (zona leste de SP), que terá o maior corredor de gralites da América Latina

200.000 assinantes Imprensa • Inglês	ATMOSFERA Cotidiano B1 O que há de novo e melhor no mundo de São Paulo. 100 páginas. R\$ 1,00	Eye X Cotidiano Inglês B1 Relatos vivazes para brasileiros e turistas. 100 páginas. R\$ 1,00	EDITORIAS Opção B1 Linha "Respostas às perguntas", acerca de problemas no abastecimento de água, e "Autoridades Machado", sobre o caso de oposição na Venezuela.
--	---	--	--

Promotoria apura se chefe da CPTM recebeu propina

O Ministério Público investiga se o presidente da estatal paulista CPTM, Mário Bandeira, recebeu propina no exterior de empresas do cartel de metrô em gestões anteriores. Bandeira afirma que nunca obteve vantagem indevida com o metrô. **Foto: AP**

Viagem ao litoral na Tamoi costará até R\$ 9,60 em pedágio

Cotidiano B1

Figura 33: Primeira página da edição de 26/03/14

Promotoria de SP denuncia 30 executivos no caso do cartel

O Ministério Público estadual denunciou à Justiça 30 executivos de 12 empresas por suposta participação no cartel que fraudou as licitações do Metrô e do CPFL de 2006 a 2008, sob gestão do PSDB no governo paulista. Os acusados podem ter um valor de até R\$ 1 bilhão em contratos.

As companhias e as pessoas acusadas negaram qualquer participação no caso que vem se reavaliando. **Por: R1**

Câmara aprova marco civil, a 'Constituição' da internet

Proposta, que estabelece princípios e garantias do uso da rede, segue agora para o Senado

Depois de dois anos e sete meses de estudos, negociações e tentados lobbies, a Câmara dos Deputados aprovou na manhã de ontem, em Brasília, o texto do Marco Civil da Internet. O projeto segue agora para a aprovação do Senado.

A proposta é uma espécie de Constituição da rede, que define princípios, garantias, direitos e deveres. Após acordo entre governo e oposição, o marco passou em votação simbólica — o tema chegou a bilinear por cinco minutos a pauta da Câmara.

O projeto foi muito debatido porque após o veto do Flávio, das tabelas e direitos. Pelo texto, provedores só podem responsabilizar pela publicação de conteúdo de terceiros caso ignorem decisão judicial de remoção a pedido do titular.

Não se trata de chamada de responsabilidade de rede, que já existe no Brasil, mas sim de um conjunto de regras que vão definir a atuação da internet no Brasil. Isso inclui a liberdade de expressão, a privacidade, a segurança e a neutralidade da rede.

Para evitar uma decisão, o governo retirou da pauta a exigência de nacionalização dos conteúdos de armazenamento de dados dos usuários — após lobby de empresas como o Google. **Por: R1**

Assista [vídeo](#) **Texto** [aprovado na Câmara](#) **Assista** [vídeo](#) **Assista** [vídeo](#)

Coronel admite que torturou e matou durante a ditadura

O coronel reformado Paulo Malhada, 76, afirmou à Comissão Nacional da Verdade que torturou, matou e ocultou cadáveres de presos políticos na ditadura. Disse não ter remorso e que matar era "necessidade" para "não deixar rastros". O ex-militar José Carlos Dias, membro da comissão, definiu Malhada como "um esteticista, chifre". **Por: R1**



O coronel reformado Paulo Malhada, no depoimento em que disse não se arrepender das mortes e torturas na ditadura

Com Dilma à frente, conselho elogiou pivô de crise em estatal

Quarta foi remanejada da diretoria internacional da Petrobras para a ELP Distribuidora, a ex-diretora Luciana Carneiro, pivô do caso da refinaria para ELP, foi elogiada pelo Conselho de Administração da estatal.

Segundo nota da Petrobras na semana passada, foi naquele dia, 1 de março de 2008, que o conselho presidido por Dilma resolveu de fato a crise da estatal na área de negócios. **Por: R1**

DIO NASPARI
Mesmo ténue, DNA golpista se transmuda

Longe foi deposto em 2004 pela corte golpista que embalsamou o Brasil, mas a ditadura foi a mesma. Foi mesmo, em 2014, o copista que quis voltar ao Brasil. O DNA golpista, porém, não desapareceu. Mesmo empobrecido, se transmuda. **Por: R1**

S&P não descarta novo rebaixamento da nota do Brasil

Um novo rebaixamento da nota do Brasil não está descartado, segundo Lisa Schreiner, diretora da agência Standard & Poor's. "A perspectiva atual não significa que não vamos mudar." Apesar da corte de mais, a dívida sobe 0,4%, e o déficit cai 0,7%. **Por: R1 e R2**

Hospital estadual da capital atende idosa de 87 anos no chão

CRISTINA C1

ESPORTE
Neymar é problema para o Barcelona, diz Johan Cruyff, ídolo de time

COTIDIANO
Revista eleger Helena Rizze a melhor chef do mundo entre as mulheres

COMIDA
Confira receitas para preparar menus completos em até 45 minutos

SAÚDE
Marra passo no cérebro para tratar epilepsia é liberado nos EUA

Trem lotado é bom para 'xavecar a mulherada', afirma comercial do Metrô

CRISTINA C1

EDITORIAIS
Leta "Brasil em maior crise", a respeito de rebaixamento de nota de crédito do país, e "G8 questiona", sobre surgimento da Rússia desde Fórum Global.

Roubos crescem 47,5% em São Paulo e batem recorde

Os roubos cresceram 47,5% na cidade de São Paulo e 32,7% no Estado de São Paulo, em relação ao mesmo período de 2013. Foi o mais alto registro o maior número de ocorrências registradas para o ano desde 2001, quando começou a série histórica do governo estadual.

Para o secretário Fernando Greca (Segurança), o aumento se deve à maior sofisticação de casos de roubo e à proliferação dos furtos.

Os furtos incluem carros no Estado. A taxa de aumento por furtos de veículos está em 30,3% — a meta é de 30 casos por 100 mil. **CRISTINA C1**

Venezuela anuncia prisão de 3 generais por 'plano de golpe'

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, disse ter prendido três generais da Força Armada. Segundo Maduro, eles tentavam um golpe contra o governo. Não foram divulgados os nomes dos generais nem detalhes sobre o suposto plano para destituir o presidente. **Mundo R1**

Altos salários levam tribunal a rejeitar as contas da USP

CRISTINA C1

KIA SPORTAGE

UM DESIGN TÃO INCRÍVEL QUE MERECE SAIR NA CASA DO JORNAL.

R\$ 94.600,00

MAR 2014

Figura 34: Primeira página da edição de 27/03/14

Estatal sabia de comitê que Graça Foster diz desconhecer

O comitê de proprietários da refinaria de Pasadena (SP), cuja existência a presidente da Petrobras, Graça Foster, afirmou desconhecer, consta no relatório assinado pela estatal brasileira e pela belga Astra em 2006. O comitê é descrito de tal forma no artigo 7º do acordo assinado pela Folha em uma corte de Justiça no Texas. A Petrobras diz ter estado ciente do comitê para apurar a compra de Pasadena. **Folha A8**

A POLÊMICA DO COMITÊ

Admitiu a culpa? Graça Foster, atual presidente da Petrobras, disse que não sabia da existência do comitê de proprietários da refinaria de Pasadena.

Comitê de proprietários
Foi criado em 2006 por representantes da Petrobras e da Astra Oil, empresa de propriedade da Shell, para apurar a compra de Pasadena e a venda de ativos da refinaria.

Relatório
Foi assinado em 2006 por representantes da Petrobras e da Astra Oil, relatando a compra de Pasadena e a venda de ativos da refinaria.

Oposição consegue apoio para criar CPI da Petrobras

Governo tenta hoje convencer senadores de sua coalizão a retirar assinaturas

A oposição conseguiu o apoio de 28 parlamentares para instalar a CPI da Petrobras no Senado. A proposta do PSDB, do pré-candidato à Presidência Sérgio Neves, contou com o apoio do PSB, de Eduardo Campos, outro pré-candidato da Direita Brasileira (DIREITA) neste ano.

Hoje uma assinatura a mais do que o mínimo necessário. "Tratou-se de ajudar governistas pressionados para providenciar a criação do comitê. Hoje, a Petrobras faz uma oferta por que alguns parlamentares não alinhados votaram após queiram a CPI.

Se essa técnica não surtiu efeito, o governo buscava que a CPI se tornasse mista, incluindo deputados federais. Com isso, Senador, senadores presidenciais esperam que a comissão passe a contar com mais congressistas de sua coalizão, reduzindo o espaço de manobra de Dilma.

Se aprovada, a CPI deve investigar a compra da refinaria de Pasadena e a suspeita de que a Instância MIB tenha subornado funcionários da estatal. **Folha A6**



► **SEM PENA** Jogadores da Portuguesa comemoram após Heli marcar gol da vitória nas pênaltis sobre o São Paulo, por 5 a 4, no Morumbi, depois de empate em 0 a 0 no tempo normal; time do interior conquistou na semifinal a Santos, que jogou a Ponte Preta por 4 a 0 e também se classificou para o Et

PF suspeita que diretor da Saúde ajudou empresa a obter negócio

Em uma apreensão pela PF apontam que o diretor do Ministério da Saúde Eduardo Jorge Oliveira é suspeito de ser corrompido para Laborgem, empresa de pesquisa parte, se associar com a EMS, o maior laboratório do país, para desenvolver uma parceria com a pasta de R\$ 11 milhões para produzir um medicamento. Após questionamento da Folha, o ministro Roberto Campos não explicou o objeto do negócio. **Folha A8**

Alco de suspeitas, conselho do TCE deveria ser afastado

Conselheiros do TCE, Roberto Mourão em um episódio muito polêmico, "Assessor Balthazar", acusado de ter recebido US\$ 1 milhão do dono e dono de suspeitas, depois de 2008, é o responsável que não continua responsável por assessorar a firma dos contratos no Estado. **Quarta A2**

Caixa vai reduzir parte do lucro que repassa ao governo

A Caixa Econômica Federal aceita com a Fazenda que vai reduzir a parte de seu lucro repassada ao governo. Em 2013, a Caixa devolveu R\$ 4,7 bilhões, 30% dos ganhos. Neste ano, serão 43%. Segundo o banco, a medida é necessária para manter a concessão de crédito em expansão. **Quarta B1**

Finemos resistência legítima à ditadura, diz ex-guerrilheiro

Lido estatutário em 1968 e ex-guerrilheiro da organização MR-8, o jornalista Celso Benjamin, 85, disse que a luta armada foi uma forma legítima de resistência à ditadura. "Eu me orgulho de ter participado desse movimento", disse, Benjamin ataca via Comissão da Verdade do Rio e defende que os torturadores sejam julgados. **Folha B1**

ESPORTE
Com gastos de R\$ 15 mi, CBP inaugura a Ginja Comary 44

Tutela da Fifa faz da Copa uma 'roubada', afirma Tarso Genro 44

ILUSTRADA
Ditadura é tema de filmes, festival e espetáculo de dança em SP 44 44

TURISMO
Quatro elementos inspiram ideias de 80 pacotes para a Pádua 44



► **PRIMEIRO SATURNO** Espi que brasileiro descobre que o asteroide Chariklo tem anéis; é o primeiro corpo celeste no sistema planetário gigante em que tal estrutura não são vistas. **Quarta CP**

ATMOSFERA **Quarta C1**
População cresce e há falta de saneamento básico. **Município SP**

FALE COM A FOLHA
Para saber mais sobre o conteúdo desta edição, visite o site www.folha.com.br e procure por "Fale com a Folha". **Quarta C1**

Governo distribuirá sachê de vitaminas para crianças em creches do país
Quarta 19

Médicos do exterior já atenderam 14 mil, aponta Datafolha

Quase de 14 milhões de brasileiros (10% da população acima de 14 anos) já foram atendidos por um estrangeiro do Mais Médicos, segundo pesquisa Datafolha divulgada no Fórum de Saúde de Brasília, promovido pela Folha. Entre os pacientes, 69% acabaram atendidos em outros estados. **Quarta C1**

Câmara aprova cota de 20% para negros em concurso federal

A Câmara dos Deputados aprovou, por 381 votos a 36, projeto que reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para negros. O texto segue para o Senado. A cota, proposta pelo governo Dilma, valerá por dois anos. Poderá ser alterada se o Congresso aprovar o texto. **Quarta C1**

HUBZIRO **Quarta C1**
Não deve ser usado para fins comerciais. **Quarta C1**

NEW HYUNDAI ELANTRA
2.0 FLEX 178 CV.
O sedã reconhecido como o melhor do mundo no Salão de Detroit em sua versão mais espetacular.

HYUNDAI A MARCA DA HEXAGRAMIA.

Respeite os limites de velocidade. **LAÇAMEKITO**

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1822

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTÁVIO FRILAS FILHO

ANO 141 • SEXTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2014 • Nº 31.493

EDIÇÃO SP/DF • CONDIÇÃO À QUISA • R\$ 3,90

CONFIRA 20 EXPOSIÇÕES DE ARTE QUE SERÃO INAUGURADAS EM SP NOS PRÓXIMOS DIAS **RECEBA HOJE**

Gestão Haddad põe 40% mais radares em SP a partir de abril

A gestão Haddad (PT) vai elevar de 600 para 840 o número de radares em São Paulo. A instalação começará em abril e priorizará locais de trânsito e áreas de periferia. A CET quer voltar a colocar radares em pontos e viadutos, locais problemáticos por ficarem fora da visão do motorista. Em 2013, a prefeitura arrecadou R\$ 300,5 milhões com multas. Estima-se que a valorização de R\$ 1,2 bilhão este ano. **Carla Sara 19**

Decisão do Supremo atrasará processo do mensalão tucano

Por 8 votos a 1, STF manda à Justiça de Minas caso do ex-deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

O Supremo Tribunal Federal decidiu, por 8 votos a 1, enviar para a Justiça de primeira instância em Minas Gerais o processo contra o ex-deputado federal e ex-governador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), principal réu do mensalão tucano.

Para o STF, cinco premissas podem ser julgadas criminalmente pela corte. Como Azeredo renunciou à Câmara em fevereiro, perdeu sua imunidade parlamentar. A decisão atrasará o desdobramento do caso, que estava prestes a ser julgado pelo Supremo.

O único ministro a votar pela manutenção do governo no STF foi Joaquim Barbosa. Para o presidente da corte, o envio do caso à Justiça de Minas amplia o risco de prescrição — o tucano ficará livre das acusações se não tiver sentença até 2016.

O procurador geral de República, Rodrigo Janot, acusou Azeredo de favorecimento pessoal e peculato pela "participação decisiva" em esquemas de desvio de recursos para sua campanha governamental em 1998. Janot sugere pena de 22 anos de prisão.

Para o Ministério Público de Minas Gerais, a decisão do STF permitiu o "julgamento imediato" do caso. Em nota, Azeredo disse que espera que o julgamento, "sem quaisquer travessias", seja seu caso para a contaminação política". **Paula de**

Para 65%, mulher que mostra o corpo merece ser atacada

A maioria (65%) das brasileiras concordou, numa pesquisa, que "mulher que usa roupa que mostra o corpo merece ser atacada", revela pesquisa do Ipsos para homens e mulheres. Entre os entrevistados, 59% dizem acreditar que "se a mulher molha-se no corpo, não merece estupro". **Carla Sara 18**

ONU rejeita votação que anexou Crimeia; Brasil se abstém

A Assembleia-Geral da ONU aprovou resolução que considera ilegítima o referendo que anexou a Crimeia à Rússia. O Brasil se absteve na votação. Segundo diplomatas, a neutralidade foi um pedido de Dilma, que teme que o russo Vladimir Putin censure sua visita à capital dos EUA, no Ceará. **André 11**



Manifestantes tomam a av. Paulista, em ato contra a Copa que não teve credenciamos nem depreciação; protesto atrai cerca de mil pessoas, segundo a PM, que destaca o mesmo contingente para vigiar o evento tucano. **Luiz**

Pedido para CPI é formalizado, e Planalto tenta atingir rivais

Formalizado o pedido de criação da CPI da Petrobras, o governo quer "adicionar" à comissão —o castel de ferro em SP, mirando o PSDB de Aécio Neves, e o posto de Super CPQ, rubro do senador Carlos (PSB). O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que "não há nada a ser feito". **Paula de**

Apoio a Dilma cai 7 pontos em pesquisa, e Bolsa sobe 3,5%

A popularidade da presidente Dilma Rousseff caiu sete pontos, de 47% em novembro para 40%, segundo pesquisa do Ibope feita entre os dias 14 e 17. Com a alta, a Bolsa sobe 3,5%, precedida pelas ações das estatais. **Global 18, Paula de 18**

Itamaraty se faz de tonto, mas não será cobrado

O Brasil quer fortalecer o protagonismo de chefes de Estado e a construção institucional dos blocos. Mas não é possível ignorar os interesses. No caso da Ucrânia, o Brasil se faz de tonto, mas não será cobrado. **André 18**

Financiamento da saúde é insuficiente, diz secretário de SP

O secretário estadual da Saúde de São Paulo, David Eloy, disse que o financiamento da saúde pública no país é "insuficiente". No Fórum a Saúde do Brasil, promovido pela Fapesp, um grupo que a área temido de receber fôlego da União. **André 18**



Papa dá flores de presente a Dilma no encontro entre eles, no Vaticano. Ela diz que conversou com o papa e destacou, após reunião, direito à vida. **André 18**

ESPORTE

Palmeiras vence o Flamengo por 2 a 0 e avança para a semifinal de Paulista

Fifa lança entrega de ingressos do Mundial no dia 18, na Rússia

ILUSTRADA

Livro 'O Negro no Futebol' será em inglês na Copa para combater racismo

Ministro cogita pedir economia de energia para não faltar luz na Copa

André 18

ATMOSFERA

Chuva caindo sobre o Brasil

BOLETO

9,0

TALE COM A FOLHA

Uma nova maneira de ler a Folha. Disponível em formato de aplicativo, de acesso via smartphone. **folha.com.br**

All New Grand Santa Fe com sistema Auto Hold. O SUV mais completo que a Hyundai já fez.

GARANTIA HYUNDAI 6 ANOS

HEXAGARANTIA HYUNDAI

Por isso da Copa do Mundo de 2014 no Brasil a Hyundai se destaca e garante de 7 para 6 anos.

Garantia Total Hyundai. **HYUNDAI** Total Hyundai. **HYUNDAI** Total Hyundai.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1923 folha.com.br
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO TRIAS FILHO EDIÇÃO SP/SP
ANO 91 • SEGUNDA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2014 • Nº 31.061 CONCLUÍDA ÀS 23:03H • R\$ 3,00



Ailton e Anderson Salen, do Brasa, comemoram no Pacaembu

ESPORTE
interior x litoral
Ituano surpreende o Palmeiras no Pacaembu e encara o Santos na decisão do Paulista

ENTREVISTA DA 2ª FOLHA DE PÁGINA
Decepção com a Petrobras afasta investidor da Bolsa de Valores
O diretor-presidente da B3, Roberto de Sá, diz que a queda das ações da Petrobras afetou o desempenho da Bolsa. "A Petrobras acabou sendo um erro muito ruim para a atração da pessoa física...". O Ibovespa teve desvalorização de 1,18% em 12 meses. Para Paulo, o brasileiro tem "fundo de fundo" em relação à confiança. "Umqui é só incerteza". Pág. A12

Investir em ações da estatal só vale para longo prazo
Folha.com.br

ANÁLISE
Alekmin amplia incentivo para economizar água
O governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou que 30% em toda a região metropolitana a quem reduzir 20% o uso de água. Antes, o abastecimento era feito por camião-pipa. O plano prevê a instalação de sistemas de monitoramento. Folha.com.br

TEC
Algebran define qual é o conteúdo que o usuário vê nas redes sociais
A Algebran definiu qual é o conteúdo que o usuário vê nas redes sociais. O conteúdo é filtrado por algoritmos. Folha.com.br

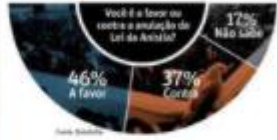
EDITORIAIS
Letra "P" para a vida
A letra "P" para a vida, a marca de julgamento do cidadão brasileiro faz parte do STJ e "P" para a vida, a marca de julgamento do cidadão brasileiro faz parte do STJ e "P" para a vida, a marca de julgamento do cidadão brasileiro faz parte do STJ.

BUDGET
1.2
O orçamento da União para 2014 é de R\$ 1,2 trilhões. O governo prevê um crescimento de 1,2% para o PIB em 2014.

SALE COM A FOLHA
O jornal Folha de S. Paulo está disponível em formato digital. O preço é de R\$ 3,00 por unidade.

ATMOSFERA
O clima em São Paulo é de calor e umidade. A temperatura varia entre 20°C e 30°C.

299.335 exemplares
Distribuição em circulação



46% apoiam revisão da Anistia, diz Datafolha

54% querem julgar quem realizou atentados, e 46%, os torturadores

Uma pesquisa Datafolha revela que 46% dos brasileiros são a favor de anular a Lei da Anistia tal como a norma foi aprovada em 1979, para que possam ser julgados e presos as pessoas que praticaram torturas, assassinatos, sequestros e outros crimes durante a ditadura militar. O grupo de 1964, que derrota o presidente João Goulart e deu início a um período de 21 anos de ditadura, completa hoje 50 anos. Os que são contra a anulação são 37%. Outros 17% não sabem responder. Já também mais brasileiros que sustentaram pessoas políticas na ditadura do que contra (42%). Em 2010, quando o instituto fez essa pergunta pela primeira vez, eram 40% os defensores do castigo aos torturadores. A pesquisa, feita em fevereiro, indica que 50% são a favor de ser julgado quem fez torturas durante o período militar (1964-1968), mas que não foram julgados. Poderão ser julgados quem fez torturas durante o período militar (1964-1968), mas que não foram julgados. Poderão ser julgados quem fez torturas durante o período militar (1964-1968), mas que não foram julgados. Poderão ser julgados quem fez torturas durante o período militar (1964-1968), mas que não foram julgados.

FUJ CASTRO
Passado dos civis que respaldaram os militares não pode ser apagado
O passado dos civis que respaldaram os militares não pode ser apagado. O passado dos civis que respaldaram os militares não pode ser apagado.

Haddad sobe valor usado para imposto de imóvel em até 173%

A Prefeitura de SP aumentou em até 173% o valor usado de referência de imóveis, usado como base para pagamento de impostos em transações imobiliárias. O governo estadual (PT) critica que o reajuste atinja 20% dos proprietários de imóveis. Pesquisas com proprietários mostra que a medida de aumento foi de até cinco vezes maior do que o valor usado para a avaliação. O reajuste eleva a arrecadação da prefeitura, que afirma que os valores atuais são defasados. Folha.com.br



Stelano Veli comemora a vitória do Santos na Vila Belenense

JUCA KOFER
Fãs do futebol em SP não verão a final que mereciam ver
Os fãs do futebol em São Paulo não verão a final que mereciam ver. Os fãs do futebol em São Paulo não verão a final que mereciam ver.

PAULO VINCENZI COELHO
Palmeiras completo é forte, mas perde muito sem titulares
O Palmeiras completo é forte, mas perde muito sem titulares. O Palmeiras completo é forte, mas perde muito sem titulares.



Mulher discute com policial após a detenção de jovem suspeito de tentativa de atentado em Complexo do Maracanã. Rio. Horas depois de a polícia ocupar as favelas, um adolescente morreu, atingido durante uma de suas tentativas de se livrar das facções rivais.

Policia prende 50 em suposta reunião de facção no interior

Suspeitos de estarem envolvidos com membros do PCC, 50 pessoas foram detidas no sábado em reunião no interior de Presidente Prudente. A suspeita da polícia é que possam estar negociando no local. A Secretaria de Segurança não comentou. Folha.com.br

pouso MANTEIGA

Após ser ferido e recolhido ao hospital, o piloto de aviação de uma empresa de aviação, em Brasília, capitão da Aviação Eduardo Verde, 45, disse a Ricardo Galvão sobre a sua história. "Foi o pouso mais 'insaneiro' que vivi da minha vida." Folha.com.br

Figura 39: Primeira página da edição de 01/04/14

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: HENRIQUE BRAGA FILHO ANO 94 • TERÇA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2014 • Nº 31.044 EDIÇÃO SP/SP • CIRCULAÇÃO DIÁRIA • R\$ 3,00

VÍTIMAS DA DITADURA

NILSON DE SOUZA KORN
Membro da Frente Operária Libertadora, desapareceu em 1973 em Chile, após ser sequestrado aos 33 anos.

SÔNIA MARIA DE MORAES ANGEL JONES
Membro da ACLA, ingênuo de 1964, assassinado e morto em 1973, aos 27 anos.

ANTÔNIO GUILHERME REISINO REBAL
Militante do PCB, lutou na guerrilha do Araguaia e foi sequestrado em 1973, aos 27 anos.



Pauline Philippe Riccio Stul
Deputada federal, casou-se em 1973 no massacre da Filarmônica Berta, aos 25 anos.

RUBENS REYNOLDS PADVA
Deputado federal, casado pelo regime, desapareceu em 1971, aos 41 anos, após ser preso em casa por agentes da Aeronáutica.

HELENERA RESENDE DE SOUZA NAZARETH
Lutou na guerrilha do Araguaia e desapareceu em 1972, aos 28 anos.

Foto aos 50 anos do golpe de 1964, em memória de milhares mortos pela ditadura, no prédio do antigo DOI-Codi, em São Paulo

Dilma defende 'pactos' que levaram ao fim da ditadura

Preso e torturado na ditadura, a presidente Dilma afirmou que respeita tanto os que "insistiram e desaguaram" na luta contra a ditadura quanto os "pactos políticos" feitos para assegurar a democracia ao país.

ILUSTRADA
Ramaraty vai restarar obra de Portinari rasgada em reforma

EQUILÍBRIO
Ganha força nas academias a mistura de luta e teatro funcional

OPINIÃO
Como o alho deve ser 'tratado' se houver tratamento para sociopata?

TECH
The New York Times: Huawei busca investimentos para se tornar polo tecnológico

ATMOSFERA
Cariocas: O que, como e com quem?

FALE COM A FOLHA
Nada como pedir um copo de vinho branco no momento de celebração

EDITORIAIS
Leta "saúde partida", o respeito de Kelly Cristina ao acionamento cabloco nacional, e "Frasca à direita", sobre resultado das eleições municipais.

Doleiro preso emprestou jatinho ao vice da Câmara

"Não sabia com quem estava me relacionando", diz o deputado André Vargas (PT)

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR), pegou emprestado um avião com o doleiro Alberto Youssef, que está preso e prófia operação Lava a Jato, da Polícia Federal, que apura esquema de lavagem de dinheiro, informou a revista *Veja*.

A viagem a Jato Pires, que aconteceu no começo deste mês, foi discutida em uma conversa entre os dois por um serviço de mensagem de texto, no dia 3 de janeiro, segundo documentos da PF aos quais a *Folha de São Paulo* teve acesso. Não está claro se o avião pertence a Youssef.

O deputado disse que conhece o doleiro há mais de 30 anos e que pediu o avião porque os vinhos canadenses estavam caros. "Não sabia com quem eu estava me relacionando. Não tenho relação com os crimes que ele eventualmente cometera", afirmou o vice da Câmara.

Em outra conversa, Vargas e Youssef discutem assuntos relacionados à Labrega, empresa que, segundo a PF, teria sido usada pelo doleiro para fazer transferências ilegais. O deputado nega que tenha tratado de assuntos de interesse de Youssef no Ministério da Saúde. **Paulo AF**

Crise da água se agrava, e Sabesp congela investimentos

Em meio ao risco de falta de água, a Sabesp anunciou o congelamento de R\$ 700 milhões de seu plano de investimentos para este ano.

Ocorre, o sistema Cantareira atingiu o menor nível da história (13,8%). A partir deste mês, a previsão é de chuvas mais escassas. Gerente de Operações (PSDB) confirmou a congelação do pagamento que dá bonus a quem economizar água, como a *Folha* sempre faz. **Caroline CI**

Mesmo preso, condenado do mensalão faz reunião política

Em conduta legal, o ex-deputado Voltemir Costa Neto, condenado no mensalão, fez reunião política no restaurante em que trabalha em sua praia no regime semiaberto. Dois deputados do PR o visitaram no local. Por três semanas, o *Folha* acompanha a rotina dele e de outros presos do mensalão.

A defesa de Voltemir diz que o mensalão aconteceu desde ser sido o pagamento da multa de multa. **Paulo AF**

Norma do TSE exige que partidos divulguem origem de doação eleitoral

3,4

FISCALIS INTERDITAM MONTAGEM DE SETOR DO ITAQUAËRO

Fiscais do Ministério do Trabalho pararam a montagem da superlocação de porta-voz do Itaquaquecetuba, por avaliarem que o contrato de superlocação não cumpria a Lei Trabalhista, que trata o setor, afirma que analisará o caso. **Experte DI**

SORENTO

KIA SORENTO: TECNOLOGIA, CONFORTO E DESIGN. UM CARRÃO COMO ESSE MERECE MESMO A CAPA DO JORNAL.

MAIS DE 100.000 EM 2013

R\$ 109.900,00
À VISTA



Figura 41: Série "40 anos do golpe" – Primeira página – edição 13/03/04

Espanhóis protestam em todo o país contra atentado que matou 199; para governo, ETA é o principal suspeito
8 milhões marcham contra o terror

13/03/04

Oito milhões de espanhóis saíram às ruas em protesto contra o atentado que matou 199 pessoas em Madrid.

No capital, sob chuva e 5°C de temperatura, 2,5 milhões participaram de uma passeata em que os manifestantes demonstraram sua revolta e pediram a fim da intervenção espanhola nos países.

Os líderes e cartazes, a população mostrou sua revolta, com o lema "Somos todos" ("Somos todos"), ao final da marcha, um cartaz pediu "a verdade antes de qualquer" ato de desobediência civil.

O governo voltou a afirmar que o grupo terrorista basco ETA é o principal suspeito, segundo o ministro do Interior, Ángel Gurrutxua, a formação atua com grande eficiência em terrorismo em todo o país.

De duas semanas de governo, o ministro do Interior, Ángel Gurrutxua, afirmou que o grupo terrorista basco ETA é o principal suspeito, segundo o ministro do Interior, Ángel Gurrutxua, a formação atua com grande eficiência em terrorismo em todo o país.

Em telefonemas à mídia basca, um suposto dirigente negou a ligação do ETA. Manifestantes dizem suspeitar de participação da rede terrorista. O governo diz não ter certeza.

Déficit dos EUA com o exterior tem novo recorde

O déficit comercial dos Estados Unidos com o exterior atingiu um novo recorde em 2003, segundo o relatório divulgado pelo Departamento de Comércio. Em 2003, o país já havia registrado um déficit comercial de US\$ 462,9 bilhões.

3 candidatos têm proposta para compra da Embratel

Três candidatos apresentaram à comissão de administração da Anatel propostas de compra da Embratel. O valor do investimento varia entre 4 bilhões e 10 bilhões de dólares.



Milhares de pessoas em marcha silenciosa no centro de Zuragiza (Espanha) em protesto contra as atentados em Madrid.

Brasileiro ferido foi a Madrid por medo

O brasileiro Acácio dos Santos, 28, ferido por um carro-bomba em Madrid, teve que fugir para o Brasil por medo de represálias.

Historiador eré em ação do ETA

Um historiador espanhol, Felipe Fernández-Armesto, que acredita que os atentados em Madrid foram obra do ETA, afirmou que o grupo é o principal suspeito.

Pesquisador vê marca de Al Qaeda

O cientista espanhol, investigador e autor do livro 'Os ataques de Al Qaeda', afirmou que os atentados em Madrid são considerados uma marca de Al Qaeda.

Verba contra trabalho infantil atrasa 2 meses

O governo federal ainda não tem, neste ano, nenhuma proposta para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O valor do programa é de R\$ 100 milhões.

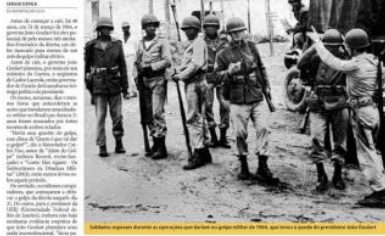
EDITORAIS Luz "não aspecto de terror", sobre atentados de Madrid "Somos todos" e "Somos todos", sobre distribuição de verdade e "Somos todos", sobre distribuição de verdade.	ESPANHA Quadrinhos revelam o cavaleiro Quixote Divulga a história de Don Quixote, cavaleiro fictício e espanhol que surgiu na Espanha há quatro séculos.	BRASIL Marta define Rui Falcão para vice A profeta de São Paulo decidiu que seu secretário de Turismo comparece a culpa para a disputa eleitoral.	JORNAL DE NOTÍCIAS Ensaio discute a política argentina O professor de sociologia Sergio Marchi discute sobre o ensaio que analisa a construção da figura de Evita Perón.	ESPORTE Romero compara Daliere a Jordan O técnico da seleção brasileira de futebol, Carlos Roberto Duarte, compara o jogador Daliere a Jordan.
---	---	--	---	---



Figura 44: Série "40 anos do golpe" – pág. A8, A9 e A10 – edição 31/03/04

O dia em que os militares tomaram o poder

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964.



Forças armadas durante o golpe militar em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964.

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964. O golpe ocorreu em 31 de março de 1964, quando os militares se rebelaram contra o presidente Juscelino Kubitschek e o vice-presidente João Goulart.

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964. O golpe ocorreu em 31 de março de 1964, quando os militares se rebelaram contra o presidente Juscelino Kubitschek e o vice-presidente João Goulart.

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964. O golpe ocorreu em 31 de março de 1964, quando os militares se rebelaram contra o presidente Juscelino Kubitschek e o vice-presidente João Goulart.



Polarização de 64 persiste nas interpretações atuais

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964.

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964. O golpe ocorreu em 31 de março de 1964, quando os militares se rebelaram contra o presidente Juscelino Kubitschek e o vice-presidente João Goulart.

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964. O golpe ocorreu em 31 de março de 1964, quando os militares se rebelaram contra o presidente Juscelino Kubitschek e o vice-presidente João Goulart.

A tarefa de proclamar a nudez do rei

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964.

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964. O golpe ocorreu em 31 de março de 1964, quando os militares se rebelaram contra o presidente Juscelino Kubitschek e o vice-presidente João Goulart.

O golpe inequívoco via telex

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964.

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964. O golpe ocorreu em 31 de março de 1964, quando os militares se rebelaram contra o presidente Juscelino Kubitschek e o vice-presidente João Goulart.

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964. O golpe ocorreu em 31 de março de 1964, quando os militares se rebelaram contra o presidente Juscelino Kubitschek e o vice-presidente João Goulart.

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964. O golpe ocorreu em 31 de março de 1964, quando os militares se rebelaram contra o presidente Juscelino Kubitschek e o vice-presidente João Goulart.



Política de 64 persiste nas interpretações atuais

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964.

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964. O golpe ocorreu em 31 de março de 1964, quando os militares se rebelaram contra o presidente Juscelino Kubitschek e o vice-presidente João Goulart.

Na manhã seguinte ao golpe, os militares tomaram o poder em 1964, em um dia de março de 1964, em um dia de março de 1964. O golpe ocorreu em 31 de março de 1964, quando os militares se rebelaram contra o presidente Juscelino Kubitschek e o vice-presidente João Goulart.

Ex-guerrilheira revive pavor ao ser detida após a anistia

Nome de Vania Abrantes constava de base de dados desclassificada que lista criminosos



Nome de Vania Abrantes constava de base de dados desclassificada que lista criminosos

Ex-guerrilheira revive pavor ao ser detida após a anistia. Nome de Vania Abrantes constava de base de dados desclassificada que lista criminosos. A mulher, de 45 anos, foi detida em 2003, após a anistia de 1979. Ela afirma que se sente ameaçada e teme represálias.

Os subprocurador

Nome de Vania Abrantes constava de base de dados desclassificada que lista criminosos

Os subprocurador. Nome de Vania Abrantes constava de base de dados desclassificada que lista criminosos. A mulher, de 45 anos, foi detida em 2003, após a anistia de 1979. Ela afirma que se sente ameaçada e teme represálias.

Table with multiple columns and rows, likely a financial or statistical report. The title is 'PORTO SEGURO EMPREENDIMENTOS S.A.' and it contains various data points and figures.

Inteligência acompanha manifestações

Nome de Vania Abrantes constava de base de dados desclassificada que lista criminosos

Inteligência acompanha manifestações. Nome de Vania Abrantes constava de base de dados desclassificada que lista criminosos. A mulher, de 45 anos, foi detida em 2003, após a anistia de 1979. Ela afirma que se sente ameaçada e teme represálias.

SOCCOMERCIAL SEGREDO DE FALHA E CAUSAS. Text block containing information about a company or organization, possibly related to the article.

Demonstração. Text block containing information about a demonstration or protest, possibly related to the article.

Sem inflação. Text block containing information about inflation or economic conditions, possibly related to the article.

Auxílio. Text block containing information about social assistance or aid, possibly related to the article.

Unicamp. Text block containing information about the University of Campinas (Unicamp), possibly related to the article.

Amoção legítima. Text block containing information about a legal or political issue, possibly related to the article.

Projeto. Text block containing information about a project or initiative, possibly related to the article.

Firme. Text block containing information about a company or organization, possibly related to the article.

GUERRASCULTURAIS. Text block containing information about cultural wars or conflicts, possibly related to the article.